

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: ESTUDOS LITERÁRIOS

LUCAS ESPERANÇA DA COSTA

**O QUE É QUE ESTAMOS A FAZER AQUI?**  
**A relação com o lugar para os “Retornados”**

Juiz de Fora

2019

LUCAS ESPERANÇA DA COSTA

**“O QUE É QUE ESTAMOS A FAZER AQUI?”**

**A relação com o lugar para os “Retornados”**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras: Estudos Literários, área de concentração em Literatura, Identidade e Outras Manifestações Culturais, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para obtenção do título de Doutor em Letras.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Beatriz Rodrigues Gonçalves.

Juiz de Fora

2019

LUCAS ESPERANÇA DA COSTA

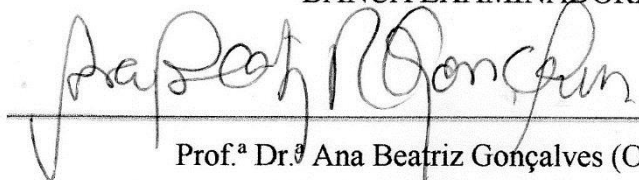
**O QUE É QUE ESTAMOS A FAZER AQUI?**

**A relação com o lugar para os “Retornados”**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras: Estudos Literários, área de concentração em Literatura, Identidade e Outras Manifestações Culturais, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para obtenção do título de Doutor em Letras.

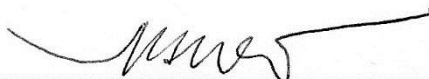
Aprovada em 15 de março de 2019.

BANCA EXAMINADORA



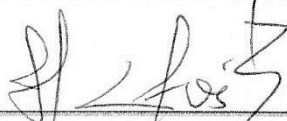
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Beatriz Gonçalves (Orientadora)

Universidade Federal de Juiz de Fora



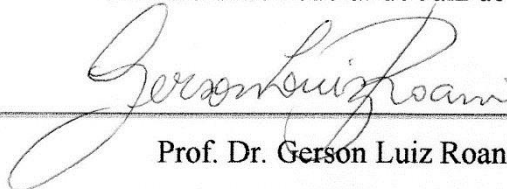
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Luiza Scher Pereira

Universidade Federal de Juiz de Fora



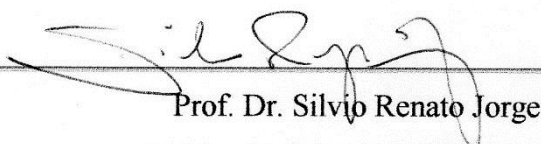
Prof. Dr. Humberto Fois Braga

Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Gerson Luiz Roani

Universidade Federal de Viçosa



Prof. Dr. Silvio Renato Jorge

Universidade Federal Fluminense

Aos meus pais, que me guiam e me dão força durante todas as minhas caminhadas. Metade deste esforço é mérito deles.

Ao meu avô português... que jamais retornou.

## AGRADECIMENTOS

Em uma longa jornada, percorrendo diferentes veredas e enfrentando inesperados obstáculos, sempre é necessário reconhecer que não fazemos essa jornada sozinhos. Há pessoas a quem devemos agradecer, reverenciar, ser grato pela mão estendida no momento que mais precisarmos e dedicar-lhes o nosso mais profundo sentimento de gratidão. E de modo simples, oferecer-lhes o nosso mais puro amor.

Diante da infinitude do universo, reconhecemo-nos pequenos aos pés de Deus. Ele que nos dá força para prosseguirmos na jornada, coragem nas incertezas do caminho, acalento para o coração e para alma. A Ele, meu muito obrigado por ser presença viva em minha trajetória.

À Universidade Federal de Juiz de Fora, ao Programa de Pós-graduação em Letras: Estudos Literários e à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pelo apoio financeiro para realização desse curso e pela oportunidade de desenvolver parte da pesquisa na Universidade de Coimbra.

À Universidade de Coimbra e ao Centro de Estudos Sociais que abriram suas portas e me acolheram nesse projeto.

Ao professor Gerson Luiz Roani que me apresentou a professora Ana Paula Arnaut, da Universidade de Coimbra, que muito me auxiliou no meu período de estudos na Universidade de Coimbra.

À professora Ana Paula Arnaut que me acolheu na Universidade de Coimbra e me guiou durante o período em que estive lá, mostrando-me os caminhos a serem percorridos na história e na literatura portuguesa.

À professora Maria Luiza Scher Pereira que sempre foi uma grande incentivadora nos meus estudos.

Aos professores Marcos Vinicius e Édimo Pereira pela preciosa contribuição durante o processo de qualificação e por me mostrar novos caminhos que futuramente posso traçar.

Aos meus pais que são a luz em minha vida. Sem eles, eu não seria nada e não teria alcançado mais esse sonho. A vocês, o meu amor incondicional.

Aos meus amigos, que souberam respeitar minhas ausências, minhas falhas, meus dias de tempestade. Especialmente, ao Carlos e à Daniela que sempre ouviram meu desabafo e o meu choro, dando-me sempre o acalento que precisava nesses momentos. A vocês, de forma especial, meu carinho e o meu amor eterno.

Aos amigos da Casas Dona Rosa, em Coimbra, que me acolheram e se tornaram presença constante nessa caminhada desde que cheguei em Portugal. Sou grato pelas conversas

na cozinha, pelas discussões no sofá, pelos momentos de relaxamento no parque e pelos bolos da paz. A todos vocês, minha amizade e meu carinho eterno.

Por último, e de forma especial, à professora, orientadora, incentivadora e amiga, Ana Beatriz Rodrigues Gonçalves que, desde o primeiro momento, há oito anos, acreditou no meu potencial, me incentivando a sempre prosseguir. Talvez, o nosso controlador de voo quis que nossas rotas se cruzassem. Esse é o sinal que os encontros nesta vida não são por acaso. Por tudo que me ensinastes, profissional e pessoalmente, a levarei para sempre em meu coração. Espero que nos (re)encontremos nos aeroportos da vida.

## Carta daquele que jamais retornou

Assim como muitos, saí do meu país para fazer a vida. Fui em busca da tão sonhada prosperidade. Não fiquei rico, mas consegui viver dignamente como uma grande maioria.

Sozinho, longe dos meus, sofri com a saudade. Deixei mãe, talvez mulher e filho no meu país. Fui me afastando até transformar-me em uma história que ninguém quer falar. Transformei-me em uma vaga lembrança. Na verdade, acredito que sou aquela imagem na fotografia que ninguém mais lembra, pendurada em uma parede erma pela casa ou numa página amarelada num álbum empoeirado.

Formei família. Misturei-me com outro povo. Um povo irmão. Tive filhos que me deram netos e que hoje perpetuam a minha linhagem e carregam o meu nome. Apesar de todas as dificuldades, fui feliz.

Habituei-me em uma terra que não era a minha. Colonizei-me, colonizando. Meus hábitos já não são meus, apenas a minha língua. O meu sotaque mantive e marcava quem eu era: o leiteiro português, o chofer de praça português, o vizinho português. O avô português que com tanto orgulho meus netos falavam.

Apesar de estar em uma outra terra, adotei-a como minha. Aos poucos, a terra desconhecida transformava-se em um espaço familiar e depois no meu lugar. Acredito que esta terra também me adotou. Mas qual é a sua terra? Aquela sobre a qual veio ao mundo? Ou a que te dá o pão? Aquela que te forma ou a que te mostra que está em formação? Ainda não sei.

Jamais retornei. Descanso na terra onde fui feliz. A terra onde vivi com parte da minha família. Os outros, talvez, nem fizeram luto por mim. Habito eternamente a terra que escolhi ou que por “erro” do destino aportei. Essa terra, também, tornou-se a minha pátria, o meu espaço, o meu lugar, o meu lar.

Quanto a retornar, não me frustro. Hoje retorno no sangue dos meus. No sentimento de estar em casa em Lisboa. Na fé na Virgem de Fátima. Na cultura coimbrã. No paladar da cozinha portuguesa, nos pastéis de nata, nas bacalhoadas luso-brasileiras. Volto numa portugalidade consciente que os meus carregam.

Retorno a cada dia um pouco mais. Embora o retorno seja uma forma de dizer, até nunca mais.

Albino

## RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar a produção literária de “escritores retornados”. Entende-se por escritores retornados aqueles que estavam e/ ou pertenciam às colônias lusófonas em África e que foram obrigados, com a Revolução dos Cravos e o fim do período colonial, retornar a Portugal. Esses escritores, após anos de silenciamento, apresentam suas histórias ou histórias sobre o seu ponto de vista sobre os acontecimentos. Dentre as obras e os autores selecionados como *corpus* literários, estão as obras autobiográficas **Sabor de Maboque** (2009<sup>1</sup>), de Dulce Braga, e **Caderno de Memórias Coloniais** (2009), de Isabela Figueiredo; e as obras ficcionais **Os Retornados, um amor nunca se esquece** (2008) e **O retorno**, de Dulce Maria Cardoso (2011). Observa-se, na leitura e análise das obras, os problemas enfrentados pelas personagens acerca do sentimento de pertencimento, principalmente, após a saída das colônias portuguesas, nesse caso, Angola e Moçambique, e o processo de adaptação aos novos espaços em que aportavam, Portugal e Brasil. A percepção enquanto retornados ou não se confronta com a construção do Lugar/ lar, baseado nas experiências que essas personagens experienciaram. Nessa trajetória de autoconhecimento das personagens, percorremos os caminhos do contexto histórico, com a finalidade de entender os movimentos históricos que levaram a saída delas desses países. Num segundo momento, trilhamos pelas teorias da historiografia, a importância dos fatos históricos mencionados na obra. Essa história não é apenas pano de fundo para o desenvolver das narrativas, mas elemento fundamental para as obras. Indo aos lugares da memória, nessa fase, busca-se compreender o papel da memória como elemento que faz representificar as experiências das personagens. Por último, chegamos ao lugar do Lugar, onde percebemos que um Lugar é uma construção social, mediada por fatores territoriais que variam conforme os movimentos dos indivíduos nesse território ou para outros territórios, em processos de desterritorialização e reterritorialização. De um espaço marcado por práticas sociais, as experiências desses indivíduos, suas ressignificações cotidianas, modificam esses espaços em Lugares. Quanto mais íntimas tornam-se essas experiências esses são transformados em lares. Desse modo, através do percurso por esses caminhos, compreende-se como as personagens constroem seus Lugares/ lares depois de passarem pelas tribulações do retorno, assim como cerca de meio milhão de pessoas que retornaram para Portugal com o fim do período colonial.

**Palavras-chave:** Retornados. História; Memória. Lugar/ lar. Romance Português.

---

<sup>1</sup> Os anos informados referem-se aos da primeira publicação.



## ABSTRACT

This study aims to analyze the literary production of "returned writers". The term returned writers those and/or belonged to the Portuguese-speaking colonies in Africa who were forced, with the Carnation Revolution and the end of the colonial period, returning to Portugal. These writers after years of silencing feature their stories or stories about your point of view on the events. Among the works and authors selected as literary corpus, are autobiographical works **Sabor de Maboque** (2009), Dulce Braga and **Caderno de Memórias Coloniais** (2009), Isabella Figueiredo; and the fictional works **Os Retornados, um amor nunca se esquece** (2008), Julio Magalhães and **O Retorno**, of Dulce Maria Cardoso (2011). It is observed in the analysis of the works, the problems faced by the characters about the feeling of belonging, especially after the departure of the Portuguese colonies, in this case, Angola and Mozambique and the process of adaptation to new spaces in which docked, Portugal and Brazil. The perception while returned or not is confronted with the construction of the Place/home based on experiences that these characters have experienced. In this path of self-awareness of characters, traveled the roads of historical context in order to understand the historical movements that led to their departure from these countries; in a second moment, walk by the theories of historiography, the importance of historical facts listed on the works. This story is not just a backdrop to the develop of the narratives, but fundamental element for the works; going to places of memory, in this phase, the aim is to understand the role of memory as element that does re-present the experiences of characters; and finally, we come to a place of the Place, where we realize that a Place is a social construct, mediated by territorial factors which vary according to the movements of individuals in that territory or to other territories, in processes of deterritorialization and reterritorialization; and that of a space marked by social practices, the experiences of these individuals, their everyday resignifications that modify these spaces in places and the more intimate become these experiences these are transformed into homes. In this way, through the route through these paths, it is understandable how the characters build their places/homes after the tribulations of the return, as well as about half a million people who have returned to Portugal with the end of the period colonial.

**Key-words:** Returned. History. Memory. Place/ home. Portuguese Novel.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – <i>Angelus Novus</i> , de Paul Klee .....	124
<b>Figura 2</b> – Mulheres.....	208
<b>Figura 3</b> – Rapaz deitado.....	209

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1 O LUGAR DO CONTEXTO</b> .....	18
1.1 O CICLO DA ÁFRICA: DO AUGÉ AO CAOS .....	19
<b>2 O LUGAR DA HISTÓRIA</b> .....	61
2.1 O SENTIDO DA HISTÓRIA .....	61
2.2 A HISTÓRIA NAS HISTÓRIAS .....	78
2.2.1 “Quisemos pôr uma pedra numa história que terminou mal” .....	79
<b>3 O LUGAR DA MEMÓRIA</b> .....	118
3.1 POR QUE ESTUDAR A MEMÓRIA? .....	118
3.2.1 <i>O retorno</i> .....	132
3.2.2 <i>Os Retornados, um amor nunca se esquece</i> .....	141
3.2.3 Onde os caminhos se cruzam .....	151
3.3 A NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA NO CADERNO DE MEMÓRIAS COLONIAIS E EM SABOR DE MABOQUE .....	153
3.3.1 <i>Caderno de memórias coloniais</i> .....	159
3.3.2 <i>Sabor de Maboque</i> .....	171
3.3.3 Onde os caminhos se cruzam .....	183
<b>4 O LUGAR DO LUGAR</b> .....	186
4.1 A CONSTRUÇÃO DOS TERRITÓRIOS E OS PROCESSOS DE DESTERRITORIZAÇÃO .....	189
4.2 DO ESPAÇO AO LUGAR .....	211
4.2.1 Entre o Lugar e o <i>Home</i> .....	228
<b>O LUGAR DA CONCLUSÃO</b> .....	251
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	258

## INTRODUÇÃO

Abril de 1974 trouxe à Portugal grandes transformações nos cenários político, social e cultural. Tem-se o fim do período ditatorial que perdurava muitas décadas e, principalmente, põe-se a cabo a aventura colonial portuguesa em África. Último país a libertar-se do colonialismo, Portugal manteve suas possessões em África e Ásia mesmo contrariando os esforços internacionais para que as colônias se tornassem independentes. É durante o período de compreensão do colonialismo português em África, a partir do ano de 2010, que me deparei como os problemas gerados com o fim desse regime em Angola e Moçambique, especialmente, a partir das obras de José Eduardo Agualusa e Mia Couto, que frutificou em minha dissertação de mestrado, que abordava temas que, pelo meu ponto de vista, são recorrentes na obra de vários escritores do período pós-independência nesses países: memória, história e pertencimento.

Nesse processo de investigar o passado colonial nesses países, descubro que com a insurgência dos movimentos de resistência e a intensificação das guerras coloniais, ocorre um movimento contrário de migração que ocorrera, mais expressivamente durante a primeira metade do século XX para África: o “retorno” de portugueses e africanos a Portugal. As naus que saíram com portugueses em busca de realizações financeiras e de projetos de vidas diferentes das possibilidades que o país europeu ofertava, voltavam agora com pessoas cabisbaixas, muitas após dias de sofrimento e agonia aguardando a saída dessas colônias, onde se viram obrigados a abandonar toda uma vida. Retornar não era uma opção para a maioria daquelas pessoas, no entanto, era a única forma de preservação suas vidas.

Para esses retornados, estigma que muitos ainda carregam consigo, África ficara apenas nas memórias, nas histórias, das experiências que vivenciaram e nos hábitos culturais que permaneciam vivos como uma forma de amenizar todos o sofrimento que aqueles momentos lhes proporcionavam. Em resumo, a relação que esses retornados mantinham com o território era bastante dividida. Por um lado, era em África que estavam vinculadas todas as suas memórias, suas raízes, contudo, essa terra lhes era emprestada; por outro lado, Portugal era sua “pátria mãe”, porém desprovida de qualquer laço referencial e/ ou afetivo, apenas civil.

A partir dessa perspectiva, a primeira questão que se fizeram, talvez, tenha sido “O que é que estamos a fazer aqui?”. No entanto, essa pergunta pode nos levar a uma dupla análise relacionada à questão do território, do lugar. Qual é/foi o papel dos portugueses em relação ao território ocupado? São/foram apenas exploradores das riquezas e da população local durante a

ocupação em África? Após a fuga e o retorno para Portugal, qual o papel que esses, agora retornados, desempenhariam no contexto metropolitano? São simplesmente usurpadores que se (re)apropriariam de um lugar que já não é mais seu?

Para alguns sociólogos, historiadores e jornalistas, o retorno promoveu um arejamento das práticas e dos comportamentos provincianos de Portugal, gerou mais dinamismo nas relações econômicas e sociais. Por outro lado, explicitou as discrepâncias entre as sociedades coloniais e metropolitana, como agravou os problemas econômicos e sociais que o país enfrentava em pleno processo de reestruturação política. Em sua obra **Voltar**, Sarah Adamopoulos destaca estudo do sociólogo Rui Pena Pires a respeito da inserção dos retornados no contexto português e conclui que: “os regressados [...] estavam a mudar Portugal, com ‘o seu vasto conjunto de saberes, estilos de vida e valores específicos’”. (ADAMOPOULOS, 2012, p. 61).

Desse modo, a partir da perspectiva dos retornados surge as seguintes questões problemáticas: Quem são essas pessoas que vivem sobre o estigma de ser retornado? Quais são os vínculos que elas mantêm com o lugar que ocupam? Onde está o seu lugar? Em África? Em Portugal? Como as memórias auxiliam na construção desses lugares? Por que tantos anos de silêncio? Qual o intuito de se registrar memórias dos anos nas colônias, sobre a viagem de retorno e chegada e a (re)adaptação em Portugal?

O cerne deste trabalho é a representação da categoria de Lugar como espaço da experiência do indivíduo, tanto a representação através das personagens, como também o papel desse intelectual. No entanto, para essa compreensão, devemos transpassar, além das questões subjetivas, as questões políticas, sociais e históricas sobre a noção de território, espaço. Essa abordagem justifica-se visto que a preocupação com o território se tem destacado nos últimos tempos devido à fragilidade que as fronteiras que o delimita tem apresentado, principalmente, no campo político.

Observamos que os romances selecionados – **Os Retornados, um amor nunca se esquece** (2008), de Júlio Magalhães, **O retorno** (2011), de Dulce Maria Cardoso, **Caderno de memórias coloniais** (2009), Isabela Figueiredo, e **Sabor de Maboque**<sup>2</sup> (2009), de Dulce Braga – apresentam essas discussões a respeito da construção dos lugares, sobre qual espaço eles pertencem. Os escritores experimentaram a fuga, o abandono do seu lugar em África para o retorno a Portugal ou o refúgio no Brasil. Embora os livros de Magalhães e Cardoso sejam

---

<sup>2</sup> Na obra **Sabor de Maboque** não há o retorno para Portugal, mas uma fuga para o Brasil. O que interessa nesta obra, especificamente, é o movimento de saída do país devido ao fim do período colonial. Assim como as personagens apresentadas, outras pessoas aportaram em outros países que lhe socorreram.

ficcionais, não se pode deixar de perceber os traços biográficos nessas histórias. As obras de Braga e Figueiredo são de cunho autobiográfico, destacando-se pela proposta de recuperação dos fatos através do trabalho da memória e o valor da experiência como força motriz para a construção da obra.

Todas as obras apresentam as memórias como elemento fundamental na reconstrução dessas experiências, bem como vivificam e reapresentam a História sob uma nova perspectiva, daqueles que não tiveram a oportunidade de falar, que foram silenciados pela opressão dos fatos históricos. As obras trazem um perfil da história que deve ser observada como uma forma de reconstrução do passado, não simplesmente como elemento de complementação da narrativa. Novamente, a experiência faz parte da construção desse passado, assim como, na construção do lugar, na noção de pertencimento e identidade, das personagens nas obras, como também do próprio escritor enquanto intelectual deslocado.

Assim, para uma compreensão de quem são esses escritores e suas obras, cabe mostrar um pequeno perfil de cada um deles. As obras foram divididas em dois grupos: as duas primeiras obras são obras de ficção pertencem a escritores retornados; as duas seguintes pertencem a escritores retornados e possuem cunho autobiográfico, admitindo o pacto autobiográfico<sup>3</sup> proposto por Lejeune (2008), presente na semelhança dos nomes entre autor-narrador-personagem.

Júlio Magalhães nasceu na cidade do Porto em 1963, e no mesmo ano transfere-se, junto com sua família, para Angola, tendo vivido nas cidades de Luanda e Sá Bandeira (Lubango), na qual permaneceu por doze anos. Regressa para Portugal em 1975, para sua cidade natal. Com dezesseis anos, inicia sua carreira no jornal **O comércio do Porto**, na seção de esportes. Trabalhou, também, em outros jornais. Em 1990, estreou na estatal portuguesa RTP, exercendo a função de jornalista e repórter. Publica o **Memorial 100 Glórias FC Porto**. Mas, é, em 2008, que entra para o panorama da literatura portuguesa com o romance **Os Retornados, um amor nunca se esquece**. A convite de uma editora, escreve essa obra cujo cenário é o conturbado fim do império colonial em Angola e o retorno de um grupo de nacionais que retornara ao país num voo fretado de emergência. Sua obra baseia-se em sua própria experiência como português regressado na maior ponte aérea entre as ex-colônias.

Nascida na região de Trás-os-Montes, em 1964, Dulce Maria Cardoso foi com apenas seis meses para Angola. Regressou em 1975, durante o processo de descolonização. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa, exercendo a profissão de advogada. Iniciou

---

<sup>3</sup> O pacto autobiográfico será explicado no capítulo de referência posteriormente.

sua carreira literária, em 2001, com a publicação do romance **Campo de Sangue**, sendo agraciado com o Grande Prémio Acontece. Publicou outros romances e antologia de contos. Em 2011, publicou o romance **O retorno**, que narra a experiência de adaptação da família de Rui no novo contexto do regresso a Portugal, com a falta de condições de alojamento e ajuda para todos, as hostilidades vivenciadas em diversos momentos e a possibilidade de um recomeço.

A “pequena colona branca” como se intitula, Isabela Figueiredo, nasceu em Lourenço Marques (hoje Maputo), Moçambique, em 1963. Em 1975, “regressa” a Portugal sozinha indo morar na casa de parentes. Licenciou-se em Línguas e Literaturas Modernas pela Universidade Nova de Lisboa. Jornalista, professora e blogueira, em 1988, publicou o romance **Conto é como quem diz**, recebendo o prêmio da Mostra Portuguesa de Artes e Ideias. Em 2009, editou o **Caderno de Memórias Coloniais**, reunião de textos publicados durante sua experiência como blogueira. A obra reúne textos sobre o período em que viveu em Moçambique, o convívio entre pretos<sup>4</sup> e brancos, a chegada em Portugal após sua saída de sua terra natal e a difícil adaptação naquela terra que não era a sua.

Escritora nascida em 1958, na vila de Nharêa (província do Bié, Angola), Dulce Tavares Braga foi interna no Colégio Nosso Senhora da Paz e no Liceu Nacional Silva Cunha, no Kuíto. Em meio à guerra de descolonização, veio com a sua família para o Brasil e fixou residência em Campinas. Forma-se na Faculdade de Economia da UNICAMP. Em 2009, lançou **Sabor de Maboque**<sup>5</sup>, romance autobiográfico que floresceu das memórias de África que contava antes de dormir para seus filhos. Romance este que narra a história da família Tavares, desde a travessia do Atlântico para Angola, a vida durante o período colonial, as transformações políticas e o início da guerra até a saída pela sobrevivência para o Brasil.

Observa-se nos autores e nas obras selecionadas que a memória exerce papel fundamental, tanto na reconstituição do passado histórico quanto na construção do lugar como um espaço marcado pela experiência. Sendo assim, este estudo estará dividido em quatro capítulos, nos quais serão discutidos os aportes teóricos necessários e como essas questões aparecem nas obras destacadas. Cabe salientar que, em todos os momentos, as obras dos autores servirão de base para as discussões teóricas.

---

<sup>4</sup> Utiliza-se o termo preto conforme aparece nas obras. Embora não haja um consenso na aplicação terminológica, no contexto brasileiro, entre os termos negro e preto, opta-se neste trabalho adotar o termo conforme estão nas obras.

<sup>5</sup> Fruto de origem africana de sabor agridoce.

Os capítulos apresentados não possuem uma simetria entre eles quanto a sua estruturação. A escrita apesar de acadêmica, possui uma força intuitiva, conforme a necessidade do processo de escrita. Talvez, academicamente não seja o mais recomendado, no entanto, essas estruturas demonstrem o processo de reflexão, marcando sua autoria e produção. Assim, esse trabalho se apresenta como resultado dessa jornada, da forma que será descrita a seguir.

No primeiro capítulo, “O lugar do contexto”, apresenta-se uma das reflexões levantadas durante o processo doutoral na Universidade de Coimbra, com a supervisão da professora doutora Ana Paula Arnaut, que me fez perceber a falta de conhecimento sobre o contexto histórico português. Desse modo, com acesso às vastas bibliotecas das diferentes faculdades, busquei compreender os acontecimentos que levaram desde o processo de colonização da África, no final do século XIX, à persistência em manter-se em África, quando todos os outros países já realizavam seus processos descolonização e o retorno dos portugueses que haviam migrado, especialmente, a partir dos anos de 1950, revelando assim, o ciclo da África. Desse modo, elencam-se como teóricos, alguns pesquisadores da história portuguesa como Maria Cândida Proença, Valentim Alexandre, Yves Léonard, Norrie MacQueen, José Hermano Saraiva, entre outros. Observou-se, nesse processo, que, a partir de um discurso grandiloquente de uma proposta de nação, a identidade foi construída. Na discussão dessa identidade como mito ou o mito como identidade, pautada de forma especial nas discussões do filósofo português Eduardo Lourenço, finalizam-se as reflexões acerca do processo de formação da sociedade portuguesa. Neste capítulo, não há a presença do *corpus* literário selecionado. Essas discussões levantadas serviram de base para a compreensão dos demais.

No segundo capítulo, “O lugar da história”, busca-se compreender como os escritores se utilizam da história não apenas como pano de fundo para o desenvolvimento de suas narrativas, mas com ela compõem elemento fundamental para a compreensão das obras. É a partir da busca pelo sentido da história que se analisam teóricos desde Aristóteles que diferencia o historiador e o poeta, passando por Le Goff, as Teses sobre a história de Walter Benjamin, a literatura como artefato histórico, de Hayden White, e a metaficção historiográfica proposta por Linda Hutcheon e Geörgy Lukacs, que explica a importância da história na composição de narrativas. Através dessa discussão teórica, conclui-se que existe a História dentro da história, a qual a historiografia portuguesa não se empenhou em narrar. As obras apresentam-se como ferramentas para a formação de uma visão crítica sobre as guerras, os processos de descolonização e de retorno para Portugal.

“O lugar da memória” intitula o terceiro capítulo. Nele, analisa-se como a escrita dos/ sobre os retornados apresenta a memória como elemento fundamental na construção das obras.



Destaca-se a importância do estudo da memória, num momento em que o medo do esquecimento habita entre nós, mesmo que haja uma infinidade de recurso para preservação dessa memória. Tem-se para esses fins teóricos como Andreas Huyssen, Hugo Achugar, Beatriz Sarlo, Paul Ricoeur, Márcio Seligmann-Silva, Maurice Halbwachs. Todos, a sua maneira, discutem a utilização das memórias individuais e/ ou coletivas na construção do imaginário sociocultural de um povo. Essas memórias, que são analisadas, não têm como objetivo reviver o passado, mas representá-lo. A presença de duas obras de cunho autobiográfico leva-nos a uma compreensão do pacto autobiográfico e a escrita de si estudadas por Philippe Lejeune, Michel Foucault, Leonor Arfuch, entre outros. O capítulo se propõe a explorar a memória com instrumento da construção do lugar e da identidade, mas essa memória é seletiva e, muitas vezes, falará sobre as experiências traumáticas as quais o indivíduo ou os indivíduos enfrentaram. Nota-se que a memória individual pode representar a memória de um grupo e possibilita a essas pessoas terem voz ou serem ouvidas. Destaca-se, ainda, que essas memórias se confrontam em muitos casos com a História oficial.

O penúltimo capítulo, “O lugar do Lugar”, apresenta a essência deste trabalho, que discutirá a partir da geografia humana a construção do lugar enquanto espaço da experiência do indivíduo, como ele o ressignifica através de suas vivências, de suas práticas diárias e como esse espaço abstrato se torna concreto por meio da interação espaço-homem. Porém, não há como dissociar o lugar afetivamente construído do espaço político. Para isso, discutir a noção de território, de fronteira torna-se fundamental neste sentido. Observa-se, nesse ínterim, as noções de pertencimento, de enraizamento dos sujeitos, aliados contrariamente, as percepções de não-pertencimento e de desenraizamento causadas por movimentos sócio-históricos que afetam os sujeitos. Desse modo, a migração em direção à África e o posterior retorno geraram processos des-re-territorialização. Para esses propósitos, buscou-se referenciais teóricos em geógrafos como Rogério Haesbaert, Edward Relph, Yi-Fu Tuan, Theano Terkeli.

Por último, “O lugar da conclusão” é uma tentativa de acabamento que retoma a tese deste trabalho de que os escritores e as obras apresentam o lugar como um espaço construído a partir das experiências. A saída forçada de Moçambique e Angola revelam uma mudança na perspectiva e no relacionamento com esses lugares, positiva ou negativamente. O lugar de outrora transforma-se num desejo de reconexão como aquelas experiências. Apesar desse desejo de reconexão, há a consciência que aquele lugar já não existe mais. Mesmo ao retornar, a relação que se estabelece apresenta um certo estranhamento, na proposta mais freudiana possível, daquilo que é familiar, mas causa desconforto.

A literatura escrita por retornados e sobre retornados, ainda, é um tema pouco explorado no cenário das literaturas de Língua Portuguesa, mas que revelam um duplo olhar para as temáticas abordadas: o olhar daqueles que ocuparam África, tinham planos e desejos, mesmo após as propostas de independência; e o olhar daqueles que foram recebidos pelos seus “patrícios”, com um sentimento de desconfiança e hostilidade, vistos como os exploradores dos africanos e que agora reivindicavam e usurpavam seu espaço na sociedade portuguesa. Essa literatura é marcada por um forte teor memorialístico e histórico, sobretudo, por um revisionismo da História, contada pelos sobreviventes desses momentos pós-independência.

Conscientes do papel do escritor como intelectual, os autores repensam os momentos coloniais e pós-independência, discutem a formação dos lugares, acima da perspectiva do território, não somente como uma questão política, mas como uma relação afetiva entre o homem-território. Mostram como as memórias são fundamentais na recriação desse passado e na construção do lugar enquanto lugar de vivência, de experiência. Suas obras tornam-se instrumentos de mobilização, de conscientização, revisitando o momento pós-independência de forma crítica, mas sem perder o encanto nas palavras que se procura nas obras literárias.

## 1 O LUGAR DO CONTEXTO

*“A História, tomada como disciplina científica, é o conhecimento racional e crítico do passado. Não é uma ciência ‘pura’, isto é, desligada das realidades sociais, mas, pelo contrário, ajuda-nos a compreender o processo de transformação que vivemos no presente”.*

(Victor Sá – **Repensar Portugal**)

Contextualizar. O dicionário da Língua Portuguesa explica que se refere ao fato de adicionar a uma situação, ao acontecimento ou ao discurso as circunstâncias, o contexto em que ocorrem os fatos, os comportamentos, quando se manifestam as ideias. Quando esses acontecimentos ou discursos estão fora do contexto, dificultam ou, na maioria dos casos, impedem a compreensão deles.

Desse modo, faz-se necessário contextualizar, criar uma base para o entendimento dos fatos que levaram a saída de cerca de meio milhão<sup>6</sup> de portugueses das colônias após a Revolução dos Cravos, em 1974 e, assim, sendo possível, compreender a falta de alternativa que levaram a esse fluxo migratório e algumas consequências, em Portugal, com a chegada desses “retornados”. Além disso, perceber que a História Oficial, de maneira geral, foi, até então, omissa com a situação desse contingente que abandonou toda uma vida nas colônias para aportar em um país, em sua maioria, desconhecido.

Assim, este capítulo visa traçar um percurso histórico a partir dos anos 19870 quando se desperta o interesse pela ocupação do território africano pelo colonialismo europeu. Assim, esse panorama perpassa pela divisão das terras africanas através do Congresso de Berlim, a crise de política e identitária causada pelo *Ultimatum* inglês, no final do século XIX, as reformas na política colonial portuguesa com o *Acto Colonial* de 1933, o período salazarista e marcelista na África, as lutas de resistência e independências nas colônias, a crise política em Portugal que levou à Revolução de Abril de 1974, e o “retorno” dos portugueses à casa. A partir desses fatores históricos, deve-se reconhecer que “Portugal é o agressor que teima em não reconhecer

---

<sup>6</sup> Para a compreensão do impacto sociopolítico desse contingente a Portugal e importante se observa os dados do censo populacional: em 1960, a população portuguesa era aproximadamente de 8.889.000; em 1970, de 8.633.000; em 1974, com a Revolução dos Cravos e o início das discussões sobre a descolonização, inicia-se o processo de retorno, passando a população para 8.879.000; e em 1975 com o final do período de retorno a população em Portugal chegou a aproximadamente a 9.308.000. (Dados compilados do Instituto Nacional de Estatísticas de Portugal)

que o Império vai contra o tempo” (TEIXEIRA, 2001, p. 96), conforme afirma Rui de Azevedo Teixeira, em **A guerra e a literatura**.

Durante esse percurso, cabe ressaltar a importância da formação da identidade portuguesa nesse processo que, apesar de algumas crises, nunca foi abalada profundamente com tais problemas, uma vez que se pauta em um mito fundador divino, uma predestinação aos grandes feitos e, historicamente, possui seu respaldo para tamanha crença entre os portugueses, mesmo com o passar dos anos. Em vista disso, faz-se necessário estabelecer e compreender a formação da identidade portuguesa durante esse percurso histórico e discutir as bases da “hiperidentidade” portuguesa que Eduardo Lourenço debate em seus tratados.

### 1.1 O CICLO DA ÁFRICA: DO AUGÉ AO CAOS

A história da relação de Portugal com África começou ainda no século XV, com a ocupação de Ceuta, ao norte, representando um marco no processo expansionista ultramarino português. Economicamente, Portugal passou a controlar o transporte de especiarias, marfim e ouro pelo Estreito de Gibraltar. Durante o século XVI, a descoberta de novas rotas marítimas que contornavam o continente possibilitou formas inéditas de contato com o Oceano Índico e aos produtos das Índias. Nos séculos seguintes, com a intensificação do tráfico negreiro, a costa africana foi usada como entreposto comercial para a saída de um número incalculável de pessoas destinadas ao trabalho forçado nas plantações das Américas, gerando, assim, uma das maiores diásporas conhecidas até hoje. O tráfico só é interrompido em meados do século XIX, quando a África deixa de representar uma fonte economicamente viável. Apesar de manterem vínculos econômicos com a Europa, em especial, com Portugal, apenas a costa africana era ocupada por militares e comerciantes que permitiam o livre comércio entre o interior e a costa. O interior dessas colônias era governado pelos reinos locais e, em muitos casos, responsáveis pelo fornecimento dos escravos que iriam para o continente americano.

Apesar dessa presença europeia datar de muitos séculos, não havia um plano de ocupação efetiva do continente. Somente, a partir da década de 1870, que se despertou esse interesse pelo continente. Um grupo de países europeus tinham como objetivo partilhar a África visando os benefícios mediante a exploração da terra e das populações autóctones. Eram citados motivos diversos, como a “missão civilizadora”, a modernização do continente à luz do mundo europeu que possibilitariam àquela população a entrada no mundo civilizado, abandonando o estágio selvagem em que viviam. No entanto, o pilar que sustentava essa atração era, indiscutivelmente, de cunho econômico. De acordo com Valentim Alexandre, em *“Nação*

*e Império*” ao longo dos anos 1870 e 1880, exploradores, comerciantes e missionários, de diferentes países europeus, promoveram expedições para o interior do continente expandindo as áreas de conhecimento sobre os territórios e estabelecendo novas esferas de ação, o que representaria uma política clara de constituição de novos impérios em África. Alexandre explica que o real interesse na partilha do continente estaria na “procura de novos mercados e de novas fontes de matérias-primas ou ainda a necessidade de encontrar mais amplos pontos de aplicação para os capitais acumulados” (ALEXANDRE, 2000, p. 112).

Embora a ocupação em África tivesse apresentado muitas dificuldades por motivos diversos como as doenças tropicais, a adaptação ao clima e as intensas resistências das populações locais, o maior problema a ser enfrentado estaria na delimitação das fronteiras. O interesse comum das mesmas áreas promoveu enfrentamentos no campo político entre as nações. Com a intensificação das crises de fronteira em muitas regiões e em busca de soluções a essas questões, Portugal, França, Bélgica e Inglaterra estiveram reunidos em Berlim, entre novembro de 1884 e fevereiro de 1885, a fim de resolver os problemas de ocupação da foz do rio Zaire e da bacia do Congo. Além desses países, estiveram reunidos Alemanha, Áustria, Dinamarca, Espanha, Itália, Holanda, Suécia, Noruega, Turquia e até os Estados Unidos – todos possuíam algum interesse estratégico ou comercial pelo território africano.

O encontro dessas nações marcou a transição para o período moderno da História da África e o imperialismo europeu. De forma geral, segundo José Hermano Saraiva, em **História Concisa de Portugal**, “a conferência não ia discutir um conflito determinado, mas fixar as regras do jogo europeu em relação à África” (2011, p. 329-330). Dentre essas regras estavam, principalmente, evitar a partilha arbitrária dos espaços brancos dos mapas africanos; a liberalização do tráfego e do comércio internacional nos rios de África; o estabelecimento dos princípios humanitários de convívio entre brancos e negros, abolindo a escravidão, respeitando a liberdade de culto e de suas manifestações culturais. Contudo, entre os pontos mais sensíveis estavam a “formulação dos princípios que deveriam levar a que a ocupação de posições nas costas de África pudesse ser considerada como ‘efectiva’”, (COSTA, 2014, p. 396-397). Nos anos que se seguiram ao Congresso de Berlim, João Paulo Oliveira e Costa, em **História da Expansão do Império Português**, destaca que “se viria a desenvolver a célebre doutrina de ‘ocupação efectiva’, considerada como condição *sine qua non* para a demarcação das novas áreas de influência no *hinterland*<sup>7</sup>” (COSTA, 2014, p. 3797).

---

<sup>7</sup> Literalmente significa “terra de trás” (de uma cidade ou porto). Em alemão, a palavra também se refere à parte menos desenvolvida de um país – menos dotada de infraestrutura e menos densamente povoada, sendo também sinônimo de sertão ou interior.

Do ponto de vista português, o fim do “direito histórico” de domínio das terras em África foi substituído pela “ocupação efetiva”, que visava a tomada de posse e a permanência de portugueses nas terras. De acordo com Saraiva, o documento confeccionado a partir desses debates afirmava que “as potências signatárias do presente acto reconhecem a obrigação de assegurar nos territórios por elas ocupados nas costas do continente africano, a existência de autoridade suficiente para fazer respeitar os direitos adquiridos” (SARAIVA, 2011, p. 330).

Apesar de todo esse sentimento de impotência diante das decisões da Conferência, Portugal ocupou a faixa de território entre Angola e Moçambique, de modo a estabelecer uma ligação entre os lados da África, aliando-se com a Alemanha e a França. Essa aproximação pôs fim à aliança historicamente fundada com a Inglaterra. Esse novo projeto português conhecido como mapa cor-de-rosa confrontava-se aos objetivos ingleses de estabelecer uma rota de comunicação comercial entre o Cabo e o Cairo.

Nesse ínterim, estabeleceu-se uma disputa diplomática entre os dois países, visando uma solução para essa contenda. Conforme Saraiva (2011), Portugal mantinha vivo o discurso do direito histórico para justificar a ocupação daquela faixa de terra. O autor afirma também que “continuamos a argumentar com direitos históricos traduzidos em ocupação efectiva, cujas provas eram ruínas de velhas fortalezas. Num documento que ficou célebre, os Ingleses responderam que fortalezas em ruínas só provavam soberanias arruinadas” (SARAIVA, 2011, p. 331). Entretanto, enquanto essa disputa diplomática acontecia, o governo de Lisboa avançava cada vez mais em respostas para as decisões inglesas que afirmavam que Portugal “só teria direito a esses territórios se os ocupasse efetivamente, com forças suficientes para ‘manter a ordem, proteger os estrangeiros e fiscalizar os indígenas’”, destaca Maria Cândida Proença (2015, p. 596), em **Uma História Concisa de Portugal**.

Mesmo assim, Portugal, durante os anos que se seguiram, operou sucessivas incursões partidas de Angola e Moçambique para o interior. Já em 1890, o encontro das duas expedições estava quase próximo, quando, após as tentativas frustradas de chegar a uma solução diplomática que não envolvessem as forças militares de ambos países, o governo inglês, em janeiro de 1890, impunha um *Ultimatum* ao governo de Lisboa, exigindo a saída imediata das terras consideradas inglesas. Após o *ultimatum* britânico, Portugal viu-se isolado diplomaticamente. Nem França, nem Alemanha se mostraram dispostas a interferir nessa disputa. Não tendo alternativa, o governo de Lisboa emitiu a ordem de retirada das expedições que estavam naquela região. Essa decisão foi um golpe na imagem e na identidade portuguesa, além dos desdobramentos na política interna que viram a desocupação como uma espoliação do patrimônio português, assim como uma humilhação internacional. O descontentamento

como essa situação fez com que, em todo o país, eclodissem “inúmeras manifestações antibritânicas e boicotes aos produtos ingleses” (PROENÇA, 2015, p. 597).

Em meio a essas agitações e as insatisfações políticas da época, as forças republicanas ganhavam mais forças. Com a crise instaurada nas duas últimas décadas do século XIX e na primeira década do XX, “o Partido Republicano aproveitou todas as questões polêmicas para exaltar os ânimos populares” (PROENÇA, 2015, p. 607) que levaram a derrocada da Monarquia em Portugal e instaurou-se o período republicano. Apesar das origens dos ideais republicanos já estarem presentes desde as movimentações políticas de 1820, a República “era uma aspiração, não um projecto programado” (SARAIVA, 2011, p. 334), o que resultaria em um período bastante conturbado nos primeiros anos de sua implantação.

A Constituição de 1911 estabeleceu o modelo de Estado republicano, com a separação dos três poderes, mas tendo o Parlamento como peça fundamental para reforçar o poder legislativo. O presidente era escolhido entre os membros do parlamento para exercer o cargo num período de quatro anos, sendo vetada a reeleição. A Constituição defendia os direitos individuais e as bases de uma sociedade igualitária. Em **História de Portugal** (2010), Albert-Alain Bourdon afirma que, dentre as medidas tomadas nos primeiros anos da República, a separação entre Estado e Igreja tenha a sido que mais gerou hostilidade entre governo e a sociedade. “Um dos primeiros atos do governo provisório foi, portanto, expulsar os religiosos, confiscar de novo os seus bens e decretar a separação da Igreja e do Estado” (BOURDON, 2010, p. 114). Essas medidas desagradavam uma parcela radical da sociedade composta em “quase totalidade dos católicos praticantes, amplamente majoritários no país, nomeadamente nas zonas rurais” (BOURDON, 2010, p. 114).

Do ponto de vista colonial, no início do século XX, Portugal exercia seu poder em cinco possessões na África (Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné Portuguesa), além de três possessões na Ásia – no Estado da Índia (Goa e os distritos de Damão e Diu), uma base no Macau e a metade oriental da ilha do Timor. Nesses territórios, observava-se, na viragem do século, um aumento do número de pessoas brancas, principalmente, nos territórios africanos, o que desencadeava tensões com as populações autóctones. O crescente número de expedições militares de exploração das terras africanas tinha como finalidade impor a autoridade portuguesa aos povos locais, criando bases de apoio para o progresso do regime colonial. De acordo com Costa, esse processo prolongara-se até os anos de 1920.

Nota-se explicitamente a intenção na exploração econômica dos territórios em África. No entanto, o discurso grandiloquente acerca da “missão civilizadora” que historicamente Portugal assumira continuava ecoando. Costa observa que as ideias humanitárias e econômicas

se complementavam. Porém, “havia uma consciência aguda dos recursos limitados (em termos humanos e materiais) que o país poderia mobilizar para realizar o aproveitamento desse potencial” (COSTA, 2014, p. 410). Dessa maneira, foi necessário criar estratégias para repensar a economia colonial de forma mais lucrativa para a metrópole, mesmo que fosse obrigado a “repensar os pressupostos morais da nova ordem económica imperial” (COSTA, 2014, p. 411).

Na tentativa de suprir a falta de material humano para o trabalho nas colônias, especialmente, entre os anos de 1890-1920, foram empregados métodos que combinavam “um elevado grau de eficácia e crueldade” (COSTA, 2014, p. 432). As práticas de violência física e simbólica contra os nativos eram empregadas como forma de domínio e de subjugação. As empresas que se instalam pelas colônias são incapazes de mobilizar “os capitais indispensáveis para uma estratégia de fomento económico a longo prazo, os seus directores entregaram-se a uma exploração sem dó nem piedade do único ativo que possuíam – a população africana” (COSTA, 2014, p. 430). Todavia, o discurso civilizacional ainda era empregado em nome da modernização da África e a necessidade da instauração de uma ordem colonial que possibilitasse o desenvolvimento dos territórios, o que melhor Portugal poderia fazer por suas colônias. Entretanto, esses benefícios nunca foram proporcionados para as populações autóctones.

Essas práticas de exploração e de violência alimentaram a insatisfação dos nativos em relação aos brancos, vistos como exploradores dos negros. A ordem colonial conquistada foi a partir da crueldade, que deixou um “legado de ressentimento [...] [e que] não deverá ser subestimado e ajudará explicar a longa tradição de contestação ao domínio português [...], ou, em tempo mais recentes, a recrudescência do ‘banditismo social’” (COSTA, 2014, p. 432) que se configura como a rejeição a autoridade opressiva. A “missão civilizadora” permanecera nesses moldes até a década de 1930, quando surgem novas legislações quanto a política colonial: o *Estatuto do Indigenato* e o *Acto Colonial*.

Durante o governo provisório de 1911, a situação econômica portuguesa era significativa. Apesar de uma parcela grande da população ainda residir nos campos, a produção agrícola apresentava-se decadente. As terras possuíam aos grandes latifundiários que preocupavam com a exploração da mão-de-obra de baixo custo do que com a produtividade da terra. Os pequenos proprietários representavam uma parte pequena nos campos e suas produções mal asseguravam a subsistência. Essas dificuldades levaram ao fluxo migratório de muitos camponeses para outros países em busca de melhores condições de vida. Bourdon afirma que “num país de nível de vida muito baixo, a emigração tornou-se o único remédio para a sobrepopulação e desemprego” (BOURDON, 2010, p. 118).



Enfrentando uma crise econômica na primeira década do século XX, as dificuldades políticas e econômicas se agravaram durante a Primeira Guerra. “As notícias das mortes dos soldados portugueses e as revoltas populares, pela falta de abastecimentos” (PROENÇA, 2015, p. 643), fomentaram ainda mais o clima de instabilidade no país. Em dezembro de 1917, Sidónio Pais instaurou uma ditadura militar. Entre as medidas adotadas estavam a concentração de todos os poderes na mão do presidente, a destituição do então presidente e a dissolução do Congresso. Além disso, a lei eleitoral modificou o processo de escolha do presidente e, dessa maneira, “Sidónio foi eleito presidente da República por sufrágio universal e directo” (SARAIVA, 2011, p. 341).

A República Nova, assim como foi denominado esse período, apresentou transformações profundas no modo de administrar o país. O presidente governava sem as representações parlamentares por meio de decretos ditatoriais, entre eles, o decreto que altera Constituição para o regime presidencialista. Segundo Proença, Sidónio “exercia o poder de forma autoritária, perseguindo e reprimindo todos os que lhe opunham” (PROENÇA, 2015, p. 644). Aos poucos, Sidónio abandonou aqueles que haviam apoiado sua ascensão ao poder e buscou o apoio entre os partidos mais conservadores. A redução dos esforços na Guerra, a falta de suporte aos soldados nos *fronts* e a derrota sofrida pelo exército português na França, agravaram ainda mais a situação do governo. Apesar da tentativa de mudança, visando acalmar as instabilidades no país, as agitações sociais continuavam. Em resposta, o governo repreendia com violência. “Por todo país aumentaram as prisões e a censura de guerra passou a estender-se a assuntos não militares” (PROENÇA, 2015, p. 645). Essa experiência presidencialista terminaria com o assassinato de Sidónio Pais, em 1918, encerrando, dessa maneira, a República Nova.

As instabilidades políticas marcaram historicamente os anos entre 1920 e 1926. Saraiva sublinha que “em 1920, passaram pelo governo oito ministérios” (SARAIVA, 2011, p. 342). Ademais, as dificuldades econômicas e financeira, que o país enfrentava nesse período, tiveram repercussões principalmente nas questões políticas. A desvalorização da moeda portuguesa somada aos altos níveis de inflação “levava a que os salários não conseguissem acompanhar o aumento do custo de vida, pelo que a condição das classes trabalhadoras se ia deteriorando, e o seu poder de compra diminuía progressivamente” (PROENÇA, 2015, p. 649).

Embora se observasse uma melhoria na área econômica a partir de 1924, com a redução da dívida pública do governo, a República encontrava-se bastante desgastada entre os setores produtivos. Essa insatisfação com o regime, “alarmou muito a consciência pequeno-burguesa, realidade que era o alicerce do regime” (SARAIVA, 2011, p. 342). De modo que, em 1924,

começavam a ecoar os sons de “só a ditadura nos pode salvar”. O artigo da Revista *Seara Nova*, citada por Saraiva, defendia a ditadura como uma proposta política em defesa do país: “Não se diz tal ditadura, a ditadura de tais homens, a ditadura com tal finalidade e tais processos, a ditadura apoiada em tal ou tal força nacional superior às classes, às casernas e aos partidos. Diz-se, muito simplesmente, a ditadura<sup>8</sup>” (SARAIVA, 2011, p. 343). Não sendo mais possível a permanência da ordem política, em 28 de maio de 1926, um movimento militar conseguiu depor o presidente da República e instalou-se o período ditatorial.

O período ditatorial, que se seguiu após o maio de 1926, surgiu com um forte sentimento messiânico e a perspectiva da resolução de todos os problemas. Proença destaca que dentro do programa político estabelecido estavam, “a paz e a ordem social, saneamento da administração pública, inquéritos às grandes fortunas, aumento de escolas, reparação de estradas, valorização da moeda e baixo custo de vida” (PROENÇA, 2015, p. 677). Num primeiro momento, a população portuguesa, cansada de todas as agitações do final da Monarquia e dos anos da República, estavam predispostos a aceitar as mudanças instauradas pela ditadura militar. Contudo, no decorrer do percurso, forças extremistas de direita insurgiram contra o poder ditatorial e observou-se “um aumento progressivo da repressão sobre as liberdades e direitos individuais” (PROENÇA, 2015, p. 668). Nesses primeiros anos da ditadura só agravaram a situação herdada e setores mais conservadores democráticos que apoiaram a instalação da ditadura passam a se opor ao regime. Administrativamente, o poder se centralizava nas mãos dos militares.

Em 1927, observou-se uma movimentação entre os opositores do regime em reestabelecer um período democrático. Segundo Saraiva, “a maioria do exército estava com a ditadura e a revolta foi vencida depois de combates violentos” (SARAIVA, 2011, p. 345). A cada nova revolta contra o governo, a resposta era sempre mais violenta, o que levava ao “endurecimento da ditadura e a afirmação das forças mais direitistas no interior do regime” (PROENÇA, 2015, p. 668). Economicamente, os *déficits* públicos tornaram-se alarmantes e única solução encontrada para esse problema era contrair empréstimos junto a nações estrangeiras. No entanto, diante das condições impostas, o Governo português recusou-o e António Oliveira Salazar foi convidado a assumir a pasta das finanças, equilibrando o orçamento e estabilizando a moeda. Com o equilíbrio da situação econômica do país, Salazar alcançou grande prestígio e, em 1929, conforme Saraiva, “era considerado a única cabeça pensante da equipa de governantes da ditadura e homem forte do Governo” (SARAIVA, 2011,

---

<sup>8</sup> Cabe salientar que José Hermano Saraiva foi Ministro da Educação do governo de António Salazar de 1968-1970 e que pontos de vista acerca da História de Portugal são questionados pelo meio académico.

p. 345). Com essa ascensão política, em 1932, foi nomeado presidente do Conselho de Ministros, substituindo os ministros militares, por, em sua maioria, ministros civis, professores provenientes das universidades do país.

Dentre as transformações políticas e ideológicas, ainda em 1930, Salazar fundamentou a base para o que viria se concretizar no Estado Novo. A criação da União Nacional, em julho de 1930, como único partido político aceito pelo regime, é um dos marcos mais importantes. Em sua concepção, a União Nacional visava a união do país enquanto os efeitos dos partidos políticos era a divisão, tornando-se uma forte aliada ao Estado Novo e ao poder executivo. Além disso, durante o período estadonovista, a União Nacional nunca enfrentou qualquer oposição parlamentar. Mesmo quando foram permitidas as inscrições de opositores nas eleições, as condições de campanha foram desiguais, impossibilitando a promoção de eleições livres.

A Constituição de 1933 tinha como objetivo o estabelecimento de uma nova ordem, que substituíria a ditadura por uma proposta administrativa constitucional. Com a entrada em vigor da Constituição, decretou-se o fim do período ditatorial e marcou-se o início do Estado Novo que perduraria de 1933 a 1974. A aprovação da Carta Constitucional de 1933 representa um retrocesso político-partidário que se havia conquistado nas Constituições anteriores. Proença destaca que foram estabelecidas quatro esferas de poder: o chefe de Estado, Assembleia Nacional, Governo e Tribunais. Embora houvesse a constituição da Assembleia Nacional formada por deputados, que detinham o poder legislativo, “sua ação era muito limitada, já que não tinham competências em matéria de fiscalização da atividade do Governo” (PROENÇA, 2015, p. 672).

Dentre as características mais expressivas da Carta de 1933, ressaltava-se a designação de Nação e seu poder de soberania. Delimitava o extenso território português desde a Europa continental e os arquipélagos dos Açores e da Madeira; os arquipélagos africanos de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné, Angola e Moçambique; na Ásia, o Estado da Índia e Macau e respectivas dependências; e o Timor, na Oceania. A todos esses territórios, “a Nação não renuncia aos direitos que tenha ou possa vir a ter sobre qualquer outro território” (Art.1). Acrescentou-se que a Nação portuguesa se constituiu de “todos os cidadãos portugueses residentes dentro ou fora do seu território, os quais são considerados dependentes do Estado e das leis portuguesas” (Art. 3), sendo o Estado português baseado “na igualdade dos cidadãos perante a lei, no livre acesso de todas as classes aos benefícios da civilização e na interferência de todos os elementos estruturais da Nação na vida administrativa e na feitura das leis” (Art.

5). Quanto às questões do Império Colonial, coube ao *Acto Colonial*<sup>9</sup> de 1933 legislar a esse respeito, como o artigo 132 afirmava “são consideradas matéria constitucional as disposições do *Acto Colonial*, devendo ao Governo publicá-lo novamente com as alterações exigidas pela presente Constituição”.

Segundo as ambições de Salazar, a África estava no centro da grande Nação que o Estado Novo almeja em construir. De acordo com Norrie MacQueen, em **A descolonização da África Portuguesa**, “o Império, cuja área era 22 vezes maior do que a da metrópole, foi fundamental para a pretensão de Salazar reclamar para Portugal a duvidosa qualidade de potência mundial” (MACQUEEN, 1998, p. 28). Para Yves Léonard, em **Salazarismo e Fascismo** (1998), a crise financeira e as insurreições que abalavam Angola deu a Salazar a oportunidade de estabelecer uma tentativa de redefinição das relações financeiras e administrativas nas colônias, as quais asseguravam a popularidade das classes que apoiavam a ditadura. Além do mais, “o tom fortemente nacionalista deste *Acto* acentua, sem qualquer ambiguidade, as intenções colonialistas do regime” (LÉONARD, 1998, p. 47).

Dentre alguns aspectos que se ressaltavam no *Acto Colonial* estavam a extensão das leis da metrópole às colônias, uma vez que se apresentavam como um corpo unitário e indivisível. Além disso, havia a “essência orgânica da Nação Portuguesa” (Art. 2) que possuía a “função histórica de possuir e colonizar domínio ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam” (Art. 2), bem como, reafirmava o empenho com a “missão civilizadora”, cujo papel era exercer “a influência moral que é adstrinta pelo Padroado do Oriente” (Art. 2). Reforçava-se a extensão do Império Português, conforme a Constituição, garantindo a todos os direitos à segurança, à liberdade individual e o direito de propriedade nos termos da lei.

A respeito dos indígenas, é dever do Estado protegê-los seguindo os princípios internacionais humanitários e “as autoridades coloniais impedirão e castigarão conforme a lei todos os abusos contra a pessoa e bens dos indígenas” (Art. 15). Ademais, a eles são garantidos a propriedade e a posse de suas terras e sua cultura, sendo o Estado responsável pela garantia desses princípios. Vetava a exploração forçada do trabalho indígena, sendo que ele deveria ser remunerado e o Estado funcionar como o órgão fiscalizador contra as práticas de trabalhos forçados, conforme descreve o Artigo 22 do *Acto*: “O regime de contrato de trabalho dos indígenas assenta na liberdade individual e no direito a justo salário e assistência, intervindo a autoridade pública somente para fiscalização”. Assegurava aos nativos que “com os seus usos

---

<sup>9</sup> O *Acto Colonial* foi redigido ainda no período ditatorial, quando Salazar após ser nomeado Ministro das Finanças, em 1928, acumulava o Ministério das Colônias, em 1930.

e costumes individuais, domésticos e sociais, que não sejam incompatíveis com a moral e com os ditames de humanos”, uma legislação especial e diferenciada devido à sua evolução e assimilação aos padrões sociais de civilidade. Garantia o apoio às missões religiosas que serviam como “instrumento de civilização e de influência nacional, e os estabelecimentos de formação pessoal para os serviços dela e do Padroado Português” (Art. 23). No entanto, ficava vetada a participação dos indígenas nas instituições administrativas das colônias.

O estabelecimento do *Acto Colonial* e o valor por ele agregado com a Carta Constitucional de 1933 foram os instrumentos utilizados por Salazar em suas pretensões de uma nova política administrativa em relação às colônias. Juntamente com as aprovações da Carta Orgânica do Império Colonial Português e da Reforma Administrativa Ultramarina, o poder administrativo colonial centralizava-se no Terreiro do Paço. Conforme Costa afirma, “competiria ao governo, e ao ministro das Colônias em particular, a ‘orientação, superintendência e fiscalização’ da administração de todos e qualquer território ultramarino, da nomeação do governador-geral até à mais anódina portaria provincial” (COSTA, 2014, p. 485-486).

Os anos de 1930 e 1940 é o período de fortalecimento da política salazarista e do Estado Novo. Essa progressiva consolidação do poder de Salazar, segundo Costa, “permitiram-lhe ser mais exigente na forma como se relacionava com os poderes locais, e ganhar balanço para encontrar novas modalidades de penetração e controlo relativamente às sociedades coloniais” (COSTA, 2014, p. 486). Costa ressalta também que as práticas de violência aos opositores, a deportação das colônias ou a transferências para campos de concentração no Tarrafal, em Cabo Verde, eliminaram a presença dos elementos perturbadores da vida política nos territórios e o contato com outra parcela da população.

Nesse contexto, a imagem portuguesa acerca das colônias em África ainda permanecia como de um território de degredo. Além disso, havia ignorância sobre as dimensões desse grande império e das potencialidades que ele proporcionaria, assim como em outros impérios coloniais. Diante desses fatos, Salazar investiu na produção de uma imagem e de um discurso positivo sobre as colônias. Segundo Léonard, no artigo “O império colonial Salazarista”, as propagandas sobre as colônias na década de trinta, tinham, “em primeiro lugar, uma ‘missão pedagógica’: dar a conhecer – certamente de modo deformado e parcial –, mostrar as colônias” (LÉONARD, 2000, p. 24). De modo que, em 1934, a Agência Geral das Colônias publicou a revista “O mundo português”, cujo objetivo era o seguinte, segundo Armindo Monteiro, seu ideólogo:

Ela vem para animar uma fé, um ideal patriótico, uma esperança no futuro radioso de Portugal que à nossa volta, gerações de cépticos, de homens desanimados, de incrédulos, tinham tentado apagar, por vezes com pertinências e inteligências. Ela pretende levar aos jovens das nossas escolas daqui e do ultramar a certeza de que, fortes de um passado glorioso, nós dispomos de todos os elementos para construir um destino próspero e com prestígio. Que ela dê a visão, o amor e o orgulho do verdadeiro Portugal, aquele que se estende por mais de dois milhões de quilómetros quadrados aos quatro cantos do mundo e que une mais de quinze milhões de habitantes (LÉONARD, 2000, p. 25).

A criação dessa imagem grandiosa de Portugal assumia caráter didático e aplicado ao ensino secundário, o qual era colocado “ao serviço da unidade moral da nação” (LÉONARD, 2000, p. 25). A implementação da nova disciplina “Organização Política e Administrativa da Nação” e de “Moral e Cívica” tiveram como objetivo estimular o ardor pelo patriotismo, o civismo e o respeito as tradições. No entanto, essa política não ficou restrita ao plano educacional. A criação da Mocidade Portuguesa, em 1936, instituição cuja criação valorizou e ajudou a difundir entre os jovens a identidade portuguesa e as ideologias do regime salazarista. Além disso, a Agência Geral das Colônias criou um plano editorial para publicação de títulos de curta extensão cuja finalidade era “sensibilizar para o passado colonial uma camada jovem de leitores pouco habituados aos trabalhos de erudição” (LÉONARD, 2000, p. 25). Até 1961, foram publicados cerca de 70 títulos dos 131 que haviam sido propostos. Conforme Léonard (2000, p. 26), “as grandes figuras históricas da colonização portuguesa eram enaltecidas”. Nessa época, com o mesmo anseio de uma projeção e um fortalecimento da identidade portuguesa, o governo salazarista promoveu dois grandes eventos: a Exposição Colonial no Porto (1934) e a Exposição do Mundo Português (1940), ambas com a finalidade de ressaltar as glórias passadas e a face da moderna colonização portuguesas, assim como demonstrar “uma lição de colonialismo para o povo português” (COSTA, 2014, p. 495). Para Salazar, a proposta de nação que almejava construir estava baseada nos sacrifícios que tantos portugueses, ao longo de sua história, assim o fizeram. Em um de seus discursos, a respeito da Nação, ele afirmou:

A Nação é para nós sobretudo uma entidade moral, que se formou através dos séculos pelo trabalho e pela solidariedade de sucessivas gerações, ligadas por afinidades de sangue e espírito, e a que nada repugna crer esteja atribuída no plano providencial uma missão específica no conjunto humano. [...] Este doce país que é Portugal – pequeno na Europa, grande e dilatado nos outros continentes, como árvore que, alimentando-se da seiva lusitana, espalhasse longos ramos a sóis diferentes e à sua sombra abrigasse as populações diversas, todas igualmente portuguesas –, este pequeno país não pode, no 9º século da sua história, duvidar da sua realidade de nação. Esta realidade, em que englobamos a independência, a unidade orgânica e a missão

civilizadora, é um pressuposto ou ponto de partida e foge a toda a discussão (SÉRGIO, 1985, p. 131).

Com esse pensamento, desejando resgatar a Nação grande predestinada historicamente aos notáveis feitos, Salazar preparou para o crescimento da economia no ultramar. Ideológica e economicamente fundamentados, foi a partir do “pós-1945 que a África pareceu corresponder às suas promessas económicas. Com uma economia imperial chegada ao fim da guerra praticamente intacta, o investimento português aumentou relativamente ao capital estrangeiro” (MACQUEEN, 1998, p. 29). Além disso, MacQueen sublinha a atração que a África representou nos anos 1950, quando o continente “começou a atrair uma parte considerável do fluxo migratório de Portugal, que até então privilegiara o Brasil e outros países da América Latina” (MACQUEEN, 1998, p. 29).

Após a Segunda Grande Guerra e a formação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, a concepção de colonialismo começou a ser repensada, assim como o direito a independência de todos os países sob o jugo de outras nações. Castelo explica que com o passar do tempo, “a ONU passa a considerar o princípio da autodeterminação como um direito humano fundamental, e atribui às potências coloniais a obrigação de prepararem os territórios sob sua administração para a independência”, afirma Cláudia Castelo, em **O modo português de estar no mundo** (1998, p. 49). Alguns dos “colonizadores europeus reconheceram a independência política das antigas colônias e encontraram formas de substituir a antiga tutela por sistemas de cooperação económica e técnica através dos quais continuaram a realizar seus interesses” (SARAIVA, 2011, p. 352). Saraiva salienta que o governo português não se alinhou aos movimentos de descolonização e sustentou a tese de um país pluricontinental e plurirracial, sendo os territórios fora da Europa, parcelas integrantes do território nacional, e como tal inalienável.

Nesse período, o governo salazarista, encontrava-se na mesma situação de outras potências coloniais e acreditava que proclamar a autonomia política a suas colônias não era viável economicamente para Portugal. Na década de 1950, revogou o *Acto Colonial*, em vigor desde 1933, e empreendeu uma reforma constitucional a qual, através de uma estratégia semântica, as colônias em África, Ásia e Oceania são determinadas genericamente como “províncias ultramarinas”, em um capítulo que tratava especificamente sobre o ultramar português. Novamente, observava-se o jogo com as palavras na manutenção dos direitos administrativos sobre as províncias do ultramar. Portugal, ainda, exerceria seu papel histórico como colonizador, não mais de “domínios ultramarinos” (Lei nº 22.465/ 1933), mas das “terras dos descobrimentos sob a sua soberania” (Lei nº 2048/ 1951). Além dessa mudança, acerca do

título das terras do ultramar, as populações locais deixariam de ser consideradas indígenas cuja função dos portugueses era dedicar-se à civilização desses povos. Agora, o papel que se atribuía era de “comunicar e difundir entre as populações ali existentes os benefícios da sua civilização” (Lei nº 2048/ 1951). Entretanto, mantiveram-se responsáveis pela influência moral nesses territórios.

Outro ponto de mudança na política salazarista, na tentativa de justificar a presença portuguesa nos territórios, foi a adoção, mesmo que não oficial, da teoria do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, do luso-tropicalismo. Conforme Freyre, a maneira excepcional com que os portugueses mantiveram seu relacionamento com os povos autóctones ao longo dos séculos, os respeitando, suas culturas e suas religiões, tornou-se um diferencial na prática colonial lusitana. Entre os tópicos abordados pelo sociólogo, as predisposições a miscigenação biológica, a adaptabilidade aos trópicos e a interpenetração cultural permitiram que os povos locais e os portugueses obtivessem uma harmonia, uma cordialidade entre si, além de uma maior hibridez cultural e tolerância racial. No entanto, aos críticos do colonialismo português, os ideais do luso-tropicalismo não correspondiam a realidade vivenciada nas “províncias ultramarinas”, onde se observavam as práticas da discriminação racial e segregação social. Na verdade, Portugal nunca conseguiu criar uma política de estado multirracial.

A intensificação dos movimentos independentistas ao longo dos anos de 1950, em África, acendeu uma consciência de resistência e de luta nos territórios lusófonos. Os movimentos de resistência que aparecem durante esse período mostram-se desconexos entre diferentes faixas da sociedade colonial e não apresentavam uma coordenação entre si. Observava-se, no governo de Lisboa, uma obstinação na resistência contra os ventos anticoloniais da história. MacQueen (1998) ressalta a postura de repressão empregada nas colônias contra os movimentos ou manifestações contrárias as políticas do governo. Destaca ainda que “num clássico processo de causa-efeito, o aumento da agitação em prol de mais amplas liberdades econômicas e políticas” (MACQUEEN, 1998, p. 37) como resultado das políticas violentas de repressão.

A crise política se agravou em 1958 com a eleição presidencial. Com a derrota dos regimes nazifascistas na Europa, a oposição ao governo salazarista aumentou, influenciada pelos ventos das mudanças políticas internacionais. Almejava-se que o regime se mostrasse mais aberto aos princípios democráticos. O apoio dado pela oposição do general Humberto Delgado, provocara uma excitação popular, “originando grandiosas manifestações que, embora severamente reprimidas, mostraram a força da oposição” (PROENÇA, 2015, p. 691). Sob a suspeita de manipulação, o candidato do regime foi eleito, porém a confiança do regime estava



abalada e, em resposta a essa crise, a eleição de presidente ocorreu a partir do colégio eleitoral de deputados e de notáveis do regime.

Em África, movimentos como os ocorridos em 1953, em São Tomé e Príncipe contra a violência nas relações de trabalho, espalharam-se por toda a parte. A repressão imposta pelo governo causou a morte de cerca de mil são-tomenses, tendo alguns dos quais morrido de forma desumana na Baía de Fernão Dias. Quanto aos intelectuais do movimento, muitos foram humilhados e deportados para ilha de Príncipe. Em resposta a essa insurreição e preocupado que esse cenário se espalhasse para as demais colônias, o governo instalou, a partir de 1957, a polícia política do regime. A Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) organizou-se como uma rede de informantes sobre as atividades contra o governo e todas as manifestações nas colônias estavam sujeitas às práticas de repressão e violência.

A década de 1960 marcou o início de uma consciência e organização política nas colônias contra Portugal. A proliferação de outras independências pela África e os movimentos que discutiam e apoiavam o princípio de autodeterminação corroboravam com a causa na África lusófona. O primeiro golpe sofrido por Salazar foi a perda dos domínios na Índia – Goa, Damão e Diu. Temendo uma carnificina devido à desproporção das tropas portuguesas em relação às indianas, os territórios foram desocupados por ordem do governador local, contrariando as ordens de Salazar que ordenava a resistência. Somou-se a esse cenário o não apoio internacional contra a agressão sofrida na soberania portuguesa.

Em 1961, uma sucessão de ataques às bases militares portuguesas, em Angola, iniciou o processo de luta armada nas colônias. O movimento nacionalista MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) enfrentou uma metrópole que se pusera a reinvestir em suas colônias, incentivando o fluxo migratório de portugueses a terras africanas. As notícias dos ataques contra as bases militares em Angola repercutiram nas outras colônias, fazendo com que elas, também, aderissem à causa libertária. Cronologicamente, insurgiram-se a Guiné, em 1963, e Moçambique, em 1964. Os acontecimentos ocorridos na costa ocidental representam a queda do mito da harmonia racial que se proclamava nas colônias, dando início de fato às guerras de emancipação.

Surgido em 1956, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) iniciou sua campanha armada em 1963. Com apoio internacional e superioridade dos armamentos em relação ao exército português, o PAIGC obteve sucessos militares que permitiram uma declaração de independência em 1973. Resistente à independência dessas colônias, Portugal manteve uma resistência armada até o fim do regime em abril de 1974. No entanto, Amílcar Cabral, um dos mais notáveis dirigentes nacionalistas na África portuguesa,

ressalta que a descolonização é um processo contínuo que transcendia a mera transferência de poder. Esse pensamento gerou alguma resistência dentro do próprio partido. Para MacQueen, a respeito de Cabral:

A simples substituição do Estado colonial por um estado “nacional” não atingia por si só a categoria de “descolonização”, o que exigia uma luta contínua, não apenas política, ou até económica, mas também profundamente psicológica. Era o tipo de posição que criaria tensões dentro do PAIGC durante a luta armada e que complicaria a sempre difícil situação de uma chefia dominada por não guineense (MACQUEEN, 1998, p. 41).

Última colônia a se organizar para em torno de um movimento de independência, em 1962, Moçambique compôs a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) a partir da unificação dos movimentos que estavam dispersos pelo país. Segundo MacQueen, essa composição gerou um movimento mais fraco estrutural ou ideologicamente se comparado os movimentos das outras colônias lusófonas. Na verdade, a FRELIMO “resultava mais de pressões externas do que um claro empenho nativo numa luta de libertação nacional unida” (MACQUEEN, 1998, p. 41). As fraquezas internas só seriam solucionadas após um longo período de lutas internas que ocorriam em paralelo com a luta contra os portugueses. Sendo o último movimento a pegar nas armas, gerou a possibilidade de Portugal se organizar em defesa do território. Proença aponta que “a extrema mobilidade dos guerrilheiros, que tinham as suas bases no interior, dificultava a ação as tropas portuguesas e transformou o norte de Moçambique numa zona de grande insegurança” (PROENÇA, 2015, p. 696).

Contrariamente ao que se podia esperar, o início da guerra trouxe a consolidação do regime salazarista e o silenciamento de críticos internos da política colonial. A imagem derrotada de um governo com a perda das possessões na Índia, em 1961, agora, era revigorada em sua popularidade na defesa de suas colônias. Houve também a revogação do Estatuto dos Indígenas e a concessão de nacionalidade portuguesa a todos nascidos nos territórios como repostas à crise política, assim como a imposição de culturas obrigatórias e a não alienação das terras. Todas essas medidas tinham como principal objetivo a proteção do regime. Em relação a essas mudanças, Proença ressalta ao aumento dos fluxos migratórios e dos investimentos estrangeiros.

Com a consolidação dos movimentos de libertação das colônias, Portugal se preparava para enfrentar uma guerra colonial em três frentes. António Costa Pinto, em **O Fim do Império Português**, lembra que “ao contrário do que muitos observadores previam, a resistência à descolonização da Ditadura foi duradoura e das Forças Armadas Portuguesas prepararam-se

para uma guerra de guerrilha que prometia ser prolongada” (PINTO, 2001, p 44). Um dos problemas que surgiu com o prolongamento da guerra foi a ausência de soldados para as frentes, tendo o governo que implementar projetos de recrutamento. Segundo Pinto, os *déficits* de soldados, em finais dos anos 1960, “foram parcialmente cobertas quer pelo alongamento do período de serviço militar obrigatório quer, sobretudo, pelo aumento sensível do recrutamento nas próprias colónias” (PINTO, 2001, p. 49).

Enquanto a propaganda do governo salazarista mostrava a guerra como um ato em defesa da nação, da religião e da família, evocando um princípio para a construção de uma nação forte em relação aos territórios subjugados, as famílias acreditavam que “fazer a tropa” contribuía para a formação de uma juventude. Mesmo assim, os baixos números das tropas portuguesas foram solucionados com a “africanização” do exército. Para Pinto (2001, p. p. 49), “o aumento do recrutamento nas próprias colónias impôs-se naturalmente como via menos dolorosa para manter o nível de tropas requerido e a ‘africanização’ dos combatentes portugueses foi um facto, sobretudo a partir de 1970”. Essa estratégia representou um aumento significativo no quadro geral das tropas. Entretanto, o governo militar não conseguia solucionar o problema do quadro de oficiais e observava que, desde 1966, o número de candidaturas às academias militares reduzia progressivamente até 1974, em relação ao número de vagas ofertada.

Em treze anos de guerra, segundo as considerações das forças armadas, o nível de feridos e mortos foi relativamente baixo, caracterizando o que eles denominaram de “*low cost conflict*” (PINTO, 2001, p. 52). Se comparada às baixas nas colónias, as guerras na Guiné e em Moçambique tiveram números mais elevados do que em Angola. Apesar do relativo baixo índice de mortos, “o seu impacto foi forte e agravou-se sobretudo com a longa duração da guerra e a invisibilidade de qualquer solução de compromisso a prazo” (PINTO, 2001, p. 52-53). Ainda de acordo com Pinto, apesar da difícil mensuração do impacto social da guerra sobre a população, devido ao sistema ditatorial dessa época, “o aumento da opinião antiguerra, [...] a guerra e seu cortejo de violência marcaram duravelmente a sociedade portuguesa” (PINTO, 2001, p. 53).

Em 1968, acometido por uma doença que o incapacitaria fisicamente e comprometendo sua permanência no governo, Salazar deixa a chefia do regime para seu sucessor, o economista Marcello Caetano. Essa mudança na liderança gerou grandes expectativas quanto aos rumos políticos do país, como mudanças na estrutura administrativas da metrópole e das colónias. Para MacQueen (1998), esse desejo de mudanças fora alimentado com a nomeação de Caetano, “em grande parte, da sua antiga oposição ao integralismo imperial e à sua atitude favorável à

descentralização do poder das colônias” (MACQUEEN, 1998, p. 91). À medida que as transformações sociais, econômicas e tecnológicas afetavam todo o mundo, assim como Portugal, a condução do país não poderia permanecer da mesma forma. Para Proença (2015), apesar do expressivo apoio dos conservadores as políticas de Caetano, muito acreditavam que “o conservadorismo do regime não podia manter-se, e muitos eram os que consideravam a evolução indispensável” (PROENÇA, 2015, p. 697).

Independente de seus ideais políticos, Caetano esforçava-se para dar continuidade ao projeto deixado por Salazar e em relação à política em África, diferentemente de Salazar, que durante todo o período no qual esteve no poder conduziu uma política imperial sem ter jamais pisado em uma das colônias, deixando essas viagens e a supervisão do império a cargo do chefe de Estado e dos Ministros do Ultramar, Caetano, em 1969, visitou por uma semana os três principais territórios africanos. Citando Caetano, MacQueen destaca que o presidente retornara de viagem satisfeito com que observara nas colônias, reafirmando sua política colonial e mantendo o posicionamento quanto à ocupação dos territórios.

Durante as eleições de 1969, Caetano ansiava a possibilidade de mostrar alguma abertura política ao regime, principalmente quanto a um abrandamento das práticas de repressão aos opositores, permitindo o retorno de exilados. Em seus discursos, já acenava para o reconhecimento de algumas liberdades democráticas. Com essas promessas, os opositores se organizaram e lançaram vários partidos para a corrida das cadeiras da Assembleia Nacional. Todavia, observavam-se inúmeras irregularidades no processo eleitoral, “como assaltos às sedes de campanha, apreensão de programas políticos, agressões a candidatos e ameaças de várias ordens” (PROENÇA, 2015, p. 698), o que gerou uma vitória esmagadora da União Nacional. Outras agitações de cunho político também levavam instabilidade ao governo de Caetano, como o movimento das associações acadêmicas que culminou em uma forte repressão dos policiais contra os estudantes durante as manifestações e as suas reivindicações prologaram-se por anos. Dentre as premissas apontadas por Bourdon, ele resume o período de Caetano, afirmando que, ao contrário do proposto e:

Hesitando entre duas políticas contraditórias em África e na Metrópole, Marcello Caetano fracassou nas suas tímidas tentativas de abertura política e social de 1969 (reforma universitária de Veiga Simão e «ala liberal» muito minoritária de jovens deputados reformistas [...]) e teve de se submeter progressivamente à influência da extrema direita salazarista [...], cerceando qualquer veleidade de desanuviamento no ultramar. Esta orientação deparou, todavia com o cansaço crescente do exército, uma população cada vez mais desencantada e, sobretudo, os interesses dos grupos industriais e bancários portugueses, que uma política de industrialização na metrópole e de

desenvolvimento colonial associara cada vez mais estreitamente às sociedades multinacionais (BOURDON, 2010, p. 128-129).

Quanto à política do ultramar, algumas medidas foram tomadas na tentativa de acalmar tanto a população branca insatisfeita com os rumos das guerras coloniais quanto a população negra, cada vez mais associada às causas libertárias. MacQueen afirma que tanto em África quanto na Metrópole, as mudanças propostas por Caetano, na verdade, eram apenas mudanças semânticas e mantinham as mesmas estruturas sociopolítica e administrativas. Para o crítico, “os esforços reformistas de Caetano caracterizavam-se pela revisão da nomenclatura. Angola e Moçambique deixaram de ser ‘províncias ultramarinas’ e passaram a ser ‘Estados’ que constituiriam ‘regiões autónomas dentro do Estado Português’” (MACQUEEN, 1998, p. 94). Tanto interna quanto externamente, essas mudanças não obtiveram credibilidade, nem satisfizeram a opinião pública nacional e/ ou internacional. Essas mudanças, “não tiveram qualquer efeito de acalmia sobre os sectores militares mais preocupados com as previsões de continuação das guerras por muito tempo” (MACQUEEN, 1998, p. 94).

A partir dos anos 1970, intensificava-se as insatisfações contra o governo, ao mesmo tempo em que se elaboravam reformas para uma progressiva autonomia das colônias. Segundo Saraiva, “a política ultramarina, ideal nacional que ajudara a nascer a Primeira República, transformara-se num tema político, que iria fazer naufragar a Segunda” (SARAIVA, 2011, p. 353). Caetano encarregara ao militar António Spínola a redação do relatório acerca das condições das colônias africanas e o futuro que poderia vir delas. De acordo com esse relatório, ressalta MacQueen, que:

Spínola advogava o conceito de uma comunidade “lusó-afro-brasileira” organizada federalmente, como meio de sair cada vez mais profundo impasse militar e político. Embora a ideia fosse uma maldição para os integracionistas, Caetano, mesmo assim, considerou Spínola um aliado político (MACQUEEN, 1998, p. 94).

A partir de 1973, iniciou-se o chamado Movimento dos Capitães, desencadeado pela insatisfação dos oficiais das Forças Armadas devido ao prolongamento da guerra ultramar e das reformas promovidas na carreira militar. A princípio, esse movimento era de cunho corporativo. Em poucos meses, já se estendia aos mais diversos setores das Forças Armadas e logo ganhou força, também, dentro de outras instâncias civis. Dentre as principais reivindicações, a busca de uma solução política para o conflito tornava-se urgente. A guerra colonial já atingia mais de uma década e arruinava o país tanto econômica quanto socialmente.

Conforme Proença, as Forças Armadas “defendiam que a resolução da questão ultramarina não era possível sem derrubar o Governo de Marcello Caetano e sem substituir as instituições políticas vigentes” (PROENÇA, 2015, p. 709).

MacQueen destaca que a falta de clareza nos objetivos da administração de Caetano e de diálogo com alguns setores militares que visavam uma reforma do regime agravou sua situação política dentro do país, o que teria levado à queda do regime. Segundo o crítico, “as suas hesitações foram um elemento chave no desenvolvimento dos casos que foram surgindo em 1973 e 1974 e, por fim, na dissolução do Império” (MACQUEEN, 1998, p. 95).

Em 1974, a publicação da obra **Portugal e o Futuro**, de António Spínola, tinha como objetivo “oferecer uma alternativa ao “diálogo estéril” entre os que defendiam uma estúpida defesa do status quo e os que clamavam pelo abandono da África Portuguesa” (MACQUEEN, 1998, p. 101). Segundo Bourdon, o livro apresentava uma perspectiva que contemplava uma federação de Estados autónomos, isto é, “ao mesmo tempo preservava os interesses portugueses no seio de um conjunto pluricontinental e multirracial, o seu projeto visava libertar a metrópole do fardo humano e financeiro da guerra colonial” (BOURDON, 2010, p. 129). A recepção do livro nas mais diferentes escalas causou agitações políticas, principalmente, com a extrema-direita.

Uma primeira tentativa de derrubada do governo aconteceu em março de 1974, sendo facilmente dominada pelas forças leais ao regime. Para MacQueen, o “malogro inicial não pareceu nem encorajar o Governo e nem desencorajar os seus opositores” (MACQUEEN, 1998). Na véspera do dia 25 de abril, o sinal de rádio constituído pela canção *Grândola*, desencadeou a operação que derrubaria uma ditadura de quase meio século. Nesse movimento, a tomada das redes de comunicação social foi importante para a transmissão do que estava acontecendo à população através de comunicados do Movimento das Forças Armadas (MFA). Após a ciência dos fatos, Marcello Caetano se refugiou no Quartel do Carmo e foi cercado pelo Movimento. Não demonstrando nenhuma resistência, rendeu-se perante ao general Spínola. No início da noite, em comunicado do MFA, anunciava-se a queda do Governo e a instauração da Junta de Salvação Nacional (JSN).

Dentro do programa da MFA, a transição do poder para a JSN tinha como fundamento a criação de um governo provisório. Enquanto isso, a Junta era a responsável pelo exercício do poder e deveria assegurar a realização de eleições gerais para Assembleia Constituinte, “de modo a permitir que o país pudesse escolher livremente a sua forma de vida social e política” (PROENÇA, 2015, p. 711), ressalta Proença. De acordo com Bourdon, a JSN “libertou os prisioneiros políticos, aboliu a censura e o regime policial, restaurou todas as liberdades

públicas” (BOURDON, 2010, p. 130). Além dessas atitudes, estavam previstas o reconhecimento a independência das colônias em África e a liberalização dos partidos políticos.

A recepção da queda do governo em África dividiu os sentimentos das populações locais: os nacionalistas acreditavam no retorno das negociações para a autodeterminação; para os brancos portugueses, o sentimento de apreensão sobre os rumos que a política tomaria e o aumento da insegurança nas colônias estavam em seus pensamentos. Embora houvessem muitos pontos a serem discutidos e reorganizados em Portugal, “o governo provisório, não sem hesitações e dificuldades, iniciou conversações com os nacionalistas, temendo uma sucessão chefiada pelos brancos ou a deterioração do conflito” (BOURDON, 2010, p. 130). De acordo com MacQueen, “a primeira preocupação do Governo Provisório foi negociar um cessar-fogo, o que abriria o espaço necessário ‘para despertar a consciência de todas as populações residentes nos respectivos territórios’, como fora proposto no programa do Governo Provisório” (MACQUEEN, 1998, p. 113-114).

A Junta, com a publicação da Lei nº 7/74, aceitava os pedidos de autodeterminação das colônias portuguesas em África. Conforme o artigo segundo desse decreto, o Governo Provisório garante “o reconhecimento do direito à autodeterminação, com todas as suas consequências, inclui a aceitação da independência dos territórios ultramarinos e a derrogação da parte correspondente do artigo 1.º da Constituição Política de 1933”. Com a supervisão da ONU e da Organização da União Africana (OUA), foram estabelecidas as datas das independências dos cinco territórios em acordos definidos em Argel e Lusaca. O primeiro território a ser reconhecido como autônomo e independente foi a Guiné-Bissau em 26 de agosto de 1974. Em acordos fechados, Moçambique tornar-se-ia independente em 25 de junho de 1975; São Tomé e Príncipe, em 7 de julho de 1975; Cabo Verde, em 30 de junho de 1975. No caso de Angola, a divisão entre três movimentos políticos, dificultou uma primeira negociação, ficando pactuado, no acordo de Alvor, o dia 11 de novembro de 1975 a transição de poder. Um ano e meio após a Revolução dos Cravos e o início das negociações com os nacionalistas africanos, o processo de descolonização chegava ao fim.

Rui Pena Pires, em “Contextos do Repatriamento”, explica que termo repatriamento é empregado para caracterizar os movimentos migratórios de refugiados, mais ou menos forçados, ao seu Estados de origem. As principais causas do repatriamento estão as “alterações das fronteiras, a expulsão das minorias étnico-nacionais e de processos de descolonização” (PIRES, 2015, p. 110). No contexto das descolonizações portuguesas, as repatriações representaram o maior fluxo migratório após a Segunda Grande Guerra e a descolonização das francesas. O processo de descolonização portuguesa aconteceu na contramão dos ventos da

História. No plano internacional, a Europa enfrentava um arrefecimento da economia e Portugal vivia forte crise econômica. Desse modo, Pires aponta que, dentro dos problemas enfrentados com o “retorno”, estava a assimilação dessa população para a economia.

O processo de descolonização, conforme muitos críticos e políticos, ocorreu de maneira desastrosa, mostrando a inabilidade do governo provisório em manter a segurança da população em territórios africanos. Em 1975, o governo português iniciou o processo de retirada dos portugueses que desejavam sair dos territórios africanos, estabelecendo a maior ponte aérea da história. Foram quase quatro meses de voos que ocorriam ininterruptamente e teve que contar com a ajuda internacional nesse empreendimento, antes que se estabelecessem oficialmente as independências. O caso de Angola foi o mais dramático devido à guerra civil que já ocorria no país, sendo realizados mais de 900 voos para o transporte dessas pessoas para Lisboa. Os voos decorriam após vários dias de espera nos aeroportos do país e de enfrentamento de situações de desgaste físico e psicológico das pessoas. Conforme Elsa Peralta, em “Retornar ou Traços de memória num tempo presente” aponta que:

Através de ponte aérea que envolveu o exército e a aviação civil portuguesa, com o apoio da aviação americana, russa, britânica, belga e alemã, 260 000 indivíduos foram obrigados a sair de Angola, entre meados de julho e novembro de 1975. Durante o pico da ponte aérea, uma média de 7000 pessoas chegava ao aeroporto de Lisboa todos os dias (PERALTA, 2017, p. 34).

A falta de informação, de apoio na chegada, levava entre horas e dias para ser solucionada. Muitos que aportavam haviam passado dias nas filas de espera para embarcar em África e chegavam cansados, com fome e sem recursos para suprir as necessidades mais básicas. Na tentativa de solucionar esses problemas, foi criado o Instituto de Apoio ao Retorno dos Nacionais (IARN), em 1975. Ele era responsável pela triagem, traslado e alocação dessas pessoas para outras partes do país ou em acomodações improvisadas temporariamente em hotéis, pensões, áreas de *camping*, onde essas pessoas poderiam descansar e buscar forças e formas de reconstruir a suas vidas.

Dentre os muitos problemas enfrentados na chegada a Portugal, destaca-se a estigmatização como “retornados”, sendo um dos primeiros problemas a serem enfrentados. O termo em questão aparece numa primeira vez em matérias de jornal, sendo assumido oficialmente com a criação do IARN. Para Peralta, o conflito cultural, social e político com a chegada dessas pessoas causou “uma fratura identitária que persiste até hoje” (PERALTA, 2017, p. 35). A autora explica que:



Neste contexto, a palavra «retornado» rapidamente se torna um estigma, sendo muitas vezes usadas de forma pejorativa. As imagens noticiosas de criança e adultos acampados nas instalações do aeroporto, dormindo nos bancos ou chão, à espera da chegada da sua bagagem, do transporte para casa de parentes, ou de um alojamento à custa do estado, por maior consternação que possam ter causado, não foram suficientes para se considerar estas populações como vítimas do processo de descolonização (PERALTA, 2017, p. 35).

O país vivia um período de crise político e econômica. Segundo MacQueen, “a principal consequência [da descolonização] fora um exército de retornados, colonos brancos que regressavam e que vinham pesar sobre uma economia já em dificuldades” (MACQUEEN, 1998, p. 225-226). Após a chegada, agora, havia o problema da integração dos “retornados”. Peralta ressalta, ainda, havia uma grande hostilidade e muitos ressentimentos por eles.

Os “retornados” chegavam com hábitos e costumes diferentes dos metropolitanos e, esses acreditavam que a presença deles iria corromper a sociedade. Seus hábitos sociais e as suas práticas estavam “associados ao consumo de drogas, a sociabilidades lascivas, à prostituição” (PERALTA, 2017, p. 35). Na realidade, com o passar do tempo, a adaptação dos “retornados” representou uma abertura na mentalidade portuguesa e um maior dinamismo econômico. Em **Os retornados mudaram Portugal**, Fernando Dacosta resume o processo de descolonização na seguinte frase: “África foi portuguesa, Portugal africanizado – para sempre” (DACOSTA, 2013, p. 17).

Apesar de todos os problemas sociais e econômicos por eles enfrentados, sem dúvida, os psicológicos estão na base de discussão desse estudo. Mesmo muitos sentindo-se integrados a Portugal, a fratura com a saída de África, as memórias por eles sempre reavivadas, os laços culturais que permaneceram, os intensos questionamentos sobre o pertencimento estão sempre no imaginário dessas pessoas ou nas obras que abordam o tema do “retorno”.

## 1.2 A IDENTIDADE COMO MITO OU O MITO COMO IDENTIDADE?

Apresentada como os alicerces da cultura portuguesa, a tradição, o passado, fundamentam a construção do projeto de nação que, durante toda a sua história, Portugal se baseou. Foi o primeiro país da Europa a se organizar em uma unidade nacional, fixando os limites territoriais e linguísticos como elementos de formação identitária, tornando-se quase que inalterado desde o século XIII. Ainda foi o pioneiro na expansão ultramar, lançando-se ao mar e estabelecendo novas rotas comerciais e colonizando territórios e, no entanto, foi o último a abandonar a política colonialista no mundo. Também foi o primeiro a conhecer a “revolução

burguesa”, no século XIV. Todavia, toda essa “precocidade em história implica muitas vezes fixidez e conservação do passado, como se estruturas cedo elaboradas só lentamente pudessem evoluir e modificar-se” (BOURDON, 2010, p. 7). Impelido a evoluir, Portugal foi um dos últimos estados a modernizar-se, passando a explorar a indústria, não mais recorrendo ao comércio e a agricultura como força motriz da sociedade. Além disso, Bourbon afirma que a forte defesa da nacionalidade, da sua origem, de sua originalidade ocasionou o fechamento do sentimento nacional para o mundo.

É a partir da narração dos feitos históricos, da produção literária com forte teor nacionalista e a (super)valorização da memória e do passado nacional como uma proposta política que se construiu e se manteve a identidade portuguesa. Esses elementos, ainda hoje, fazem parte do imaginário nacional fossilizado e encontra muitos obstáculos para o rompimento dessas ideias.

Entender a identidade portuguesa a partir dos conflitos gerados com a chegada dos “retornados” a Portugal deve-se ao fato de que a presença de um novo olhar sobre essa identidade historicamente construída e solidificada gerou uma desestruturação das bases, um questionamento sobre o processo de construção dessa identidade que fora apregoada durante todos esses séculos. Questionar essa estrutura historicamente constituída, justifica-se nas palavras do crítico da cultura Kobena Mercer, citado por Stuart Hall, em **A identidade cultural na pós-modernidade**, que “a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza” (HALL, 2010, p. 9). Dessa maneira, a chegada ou o “retorno” desses indivíduos provenientes das antigas colônias, os quais tiveram experiências socioculturais diferentes, proporcionou esse olhar crítico para essa questão. Assim, antes de se compreender a crise identidade portuguesa na segunda metade do século XX, faz-se necessário explorar a construção dos mitos que permeiam toda a cultura lusitana, desde uma predestinação aos grandes feitos como ao mito da harmonia racial durante os processos de colonização na África ou mesmo no Brasil.

Logo, faz-se primeiramente necessário entender o que seja o mito a partir da sua definição. Partindo de algumas acepções apresentadas pelo dicionário da Língua Portuguesa, mito é caracterizado como “narrativa fantástica, de caráter simbólico ou religioso, sobre divindades, heróis ou elementos da natureza, difundida pela memória popular ou pela tradição” (BECHARA, 2011, p. 866). Nessa definição, observa-se o caráter religioso que a palavra carrega consigo. Percebe-se, ainda, o mito como a expressão de uma ideia “fantasiosa, inverossímil, sem correspondente com a realidade; crendice” (BECHARA, 2011, p. 867), o

mito transmite a ideia de ficção, mentira, algo que não tem uma verificação com a realidade. Por último, de modo figurado, mito representa “algo importante ou difícil de realizar-se; idealizado, quimera, utopia” (BECHARA, 2011, p. 866). Esses diferentes significados podem ser empregados em diversos contextos, o que pode possibilitar muita confusão quanto ao emprego e quanto à compreensão do termo.

Durante muito tempo, os estudiosos dos mitos o ligam aos tempos primevos, ao tempo do sagrado da origem. Em **O Sagrado e o Profano**, Mircea Eliade (19--) relaciona o mito a um modelo exemplar que pretende ser base para os comportamentos a serem seguidos pelos indivíduos dentro de um determinado contexto social. Acrescenta que, ao revelar o mito, tem-se conhecimento ao Mistério desses acontecimentos. Ao revelar esses Mistérios, o mito transforma-se em verdade, funda uma verdade. Em **Mito e Realidade** (1972), Eliade destaca que na virada do século XX, o mito perde sua acepção de fábula, invenção e ficção e passa a ser compreendido, hoje, tanto quanto a ficção ou ilusão quanto “tradição sagrada, revelação primordial, modelo exemplar” (ELIADE, 1972, p. 6), como muitos etnólogos, sociólogos e cientistas das religiões entendem. Para esses estudiosos, “a função mestra do mito é a de fixar os modelos exemplares de todos os ritos e de todas as ações humanas significativas” (ELIADE, 2002, p. 334). Segundo Eliade, o mito, independentemente de sua natureza, “é sempre um precedente e um exemplo” (ELIADE, 2002, p. 334), ou seja, uma forma de condução das ações humanas diante dos exemplos dados pelos deuses no princípio do tempo.

Em 1955, Claude Lévi-Strauss publicou o artigo “A estrutura dos mitos”, no qual defende a relação entre o mito e a linguagem. Segundo o antropólogo, a compreensão do pensamento mítico está relacionada a “linguagem e além dela” (LÉVI-STRAUSS, 1985, p. 240). Assim, entende-se que “o mito faz parte integrante da língua; é pela palavra que ele se dá a conhecer, ele provém do discurso” (LÉVI-STRAUSS, 1985, p. 240). Acrescenta que o mito se vincula a um sistema temporal que combina língua e a palavra, sendo ligado a acontecimentos passados. Para ele, “o valor intrínseco atribuído ao mito provém de que estes acontecimentos, que decorrem supostamente em um momento do tempo, formam também uma estrutura permanente. Esta se relaciona simultaneamente ao passado, ao presente e ao futuro” (LÉVI-STRAUSS, 1985, p. 241).

A afirmativa de Lévi-Strauss, que “o mito é linguagem” (LÉVI-STRAUSS, 1985, p. 242), proporcionou uma nova visão acerca da compreensão do mito como um sistema comunicativo. Logo, o mito carrega consigo uma mensagem, como afirma Roland Barthes, em **Mitologias** (2001). De acordo com Barthes, mais importante do que analisar o objeto mítico, a forma de transmitir essa mensagem desse objeto deve ser observada. Desse modo, segundo o

francês, “já que o mito é uma fala, tudo pode constituir um mito, desde que seja suscetível de ser julgados por um discurso. O mito não se define pelo objeto da sua mensagem, mas pela maneira como profere: o mito tem limites formais, mas não substanciais” (BARTHES, 2001, p. 131).

Assim como Lévi-Strauss, Barthes afirma que o mito está preso a uma temporalidade e possui um período de vida útil. O crítico francês desconhece algum momento em que todos os mitos se manifestaram simultaneamente, sendo assim, “certos objetos permanecem cativos da linguagem mítica durante um certo tempo, depois desaparecem, outros substituem-no, acendendo ao mito” (BARTHES, 2001, p. 132). Nesse percurso de morte e ascensão do mito, Barthes ressalta o papel da história como responsável por esse movimento, além de explicitar que o mito possui seus fundamentos baseados na história e que os mitos podem ser antigos, mas não eternos. Assim, argumenta que o papel da história é a transformação do real em discurso:

É a história que transforma o real em discurso, é ela e só ela que comanda a vida e a morte da linguagem mítica. Longínqua ou não, a mitologia só pode ter fundamento histórico, visto que o mito é uma fala escolhida pela história: não poderia de modo algum surgir da “natureza” das coisas (BARTHES, 2001, p. 132).

Diante dessa perspectiva do mito como um sistema comunicativo, dentro de um contexto sociocultural e histórico, Everardo Rocha (2017) questiona-se em sua obra **O que é o mito?**, estabelecendo, a partir de uma compilação das teorias e estudos já apresentados, uma resposta para sua pergunta. Assim, o define:

O mito é uma narrativa. É um discurso, uma fala. É uma forma de as sociedades espelharem suas contradições, exprimirem seus paradoxos, dúvidas e inquietações. Pode ser visto como uma possibilidade de se refletir sobre a existência, o cosmos, as situações de “estar no mundo” ou as relações sociais. [...]. Serve para significar muitas coisas, representar várias ideias, ser usado em diversos contextos (ROCHA, 2017, p. 3).

Explorando o viés antropológico, Rocha afirma que as interpretações desses pesquisadores a respeito dos mitos revelam o modo como essas sociedades se estruturam, marcando os modos de agir e de comportar-se individual e coletivamente. “Diz ainda que por trás do mito existe uma tradição. Ou melhor, que ele próprio é uma tradição” (ROCHA, 2017, p. 4). Segundo ele, isso é possível diante da análise de um único mito ou do conjunto de mitos que compõem essa sociedade, no entanto, esclarece que não há uma única regra de interpretação, havendo muitas variáveis a serem consideradas, especialmente, o contexto em

que essas sociedades se inserem. Para a professora e psicanalista Ana Vincentini de Azevedo, em **Mito e psicanálise** (2004), a respeito dos mitos, “não devemos tomá-los como um modelo fixo e explicativo do sentido originário, último e definitivo, de questões imersas na história e na cultura, de questões que surgem na e da linguagem e perfazem o humano em suas vacilantes significações” (AZEVEDO, 2004, p. 13). Desse modo, Rocha afirma:

É a interpretação do mito como forma de compreender uma determinada estrutura social. Nesta linha, a Antropologia usualmente assume a existência de uma relação entre o mito e o contexto social. O mito é, pois, capaz de revelar o pensamento de uma sociedade, a sua concepção da existência e das relações que os homens devem manter entre si e com o mundo que os cerca (ROCHA, 2017, p. 4).

Além da Antropologia, a Psicanálise contribuiu para a análise e interpretação dos mitos, visto que tanto os mitos quanto o discurso psicanalítico trabalham com a linguagem. Para Rocha, os trabalhos da psicanálise de Sigmund Freud e de Carl Jung possibilitaram a compreensão de regiões da mente humana e a definição daquilo que é representado como inconsciente coletivo. Segundo a teoria psicanalítica, o inconsciente coletivo é:

[...] uma espécie de repositório que todos possuímos da experiência coletiva. Neste lugar, os mitos se encontram. O inconsciente coletivo é, como o nome diz, algo compartilhado pela humanidade toda, é um patrimônio comum. Ao mesmo tempo existe em cada um de nós (ROCHA, 2017, p. 4).

É através do inconsciente coletivo que a psicanálise explica a presença de mitos semelhantes em culturas diferentes. Além disso, Azevedo (2004), mais uma vez, enfatiza a relação entre mito e linguagem, principalmente, quanto à forma que alguns mitos são construídos a partir da língua.

Para os historiadores, os mitos são interpretados a partir de seu sentido especificamente histórico, o que vem de encontro à teoria naturalista que explicava os mitos como uma forma de ligação e de explicação com a origem da natureza. Para Rocha, “esta teoria, pela sua simplicidade, transforma os mitos em uma espécie de tradução narrativa das mais variadas peripécias das forças da natureza” (ROCHA, 2017, p. 12). Já o historicismo aplicado à análise e interpretação dos mitos, os compreende como registros do passado frente aos momentos históricos quando os surgem. Sendo assim, Rocha afirma que o mito deixou de ser um momento contemplativo da natureza e

[...] procurou ver no mito um registro de episódios verdadeiros do passado. O mito não se originava mais de um exercício contemplativo frente às forças naturais e sim de um exercício de crônica frente aos episódios históricos. Mito como relato e a mitologia como conjunto de episódios históricos efetivamente acontecidos. O mito visto literalmente como registro da história. Não só se difundia historicamente, ele era a própria história (ROCHA, 2017, p. 13).

Diante do entendimento do mito como um elemento historicamente constituído, da relação que estabelece dentro contexto social e que faz parte de um (in)consciente, tanto do indivíduo como de uma sociedade, que traçamos uma leitura sobre a formação da identidade portuguesa mediante aos mitos de origens, de uma predestinação aos grandes feitos, além dos mitos que foram surgindo ao longo de sua história, principalmente, aqueles vinculados à constituição do Império Português, diante dos Descobrimentos. Percebe-se, ao longo da história da construção do país, o surgimento de inúmeras interpretações de mitos que, em muitos casos, colaboraram politicamente e contribuíram e contribuem, ainda hoje, para a definição dessa identidade portuguesa, presa a um saudosismo histórico e a um passadismo que durante muitos anos impediram o país de progredir. Eduardo Lourenço (1994), um dos filósofos da formação da identidade portuguesa e grande crítico desse passadismo arraigado na cultura portuguesa, afirma:

Portugal não espera o Messias, o Messias é o seu próprio passado, convertido na mais consistente e obsessiva referência do seu presente, podendo substituir-se-lhe nos momentos de maior dúvida sobre si ou constituindo até o horizonte mítico do seu futuro (LOURENÇO, 1994, p. 10).

Com a saída de Salazar do poder e dos anos que se seguiram até o caótico fim do Império Português em África, Lourenço afirmou que seria o momento mais propício para o repensar o passado e a história portuguesa. No entanto, Portugal permanecia parado “na idade do ouro a que Vasco da Gama e Camões conferiram os seus títulos de nobreza, caímos na mesma tentação onírica e irrealista que se denunciava no *Labirinto [da Saudade]*” (LOURENÇO, 2013, p. 11-12). É a partir dessa obra de Lourenço, que se analisará a formação e a crítica da identidade portuguesa. Segundo ele, a respeito da crítica surgida no livro, “era natural que esse passado fosse revistado, reexaminado, situado e lido na perspectiva de uma consciência mais exigente e crítica, realista, que devia ter sido o natural complemento de uma revolução libertadora” (LOURENÇO, 2013, p. 12). Ainda, repensando a construção da obra, mais de duas décadas depois, esclarece que “seria absurdo que nos desfizéssemos, por milagre, de um passado, de uma memória, de uma identidade que se forjou ou se exaltou precisamente com os Descobrimentos e de que a aventura colonial foi a consequência” (LOURENÇO, 2013, p. 12). Nosso intuito não será desmerecer a aventura colonial portuguesa. Na verdade, o que devemos

nos ater é à construção dessa identidade portuguesa diante de excesso de passado, desse saudosismo que ainda se perpetua entre muitos.

Segundo Lourenço, ao se analisar a história portuguesa, desde os primeiros movimentos da formação enquanto uma unidade nacional, observa-se um irrealismo da imagem que os portugueses fazem de si. Essa imagem distorcida ou hipertrofiada da história revela uma dificuldade da compreensão dessa realidade. Esse modo de construir e de narrar a história portuguesa, “reflecte a estrutura de um comportamento nacional que a obra dos historiadores apenas generaliza e amplia” (LOURENÇO, 2013, p. 24). Lourenço afirma que a história chega tarde para dar sentido ao percurso histórico que os povos até então atravessaram ou fornecer “um conteúdo à imagem que ele tem de si mesmo” (LOURENÇO, 2012, p. 10) e acrescenta que:

Antes da plena consciência de um destino particular – aquela que a memória, como crónica ou história propriamente dita, revisita -, um povo é já um futuro e vive do futuro que imagina para existir. A imagem de si mesmo precede-o como as tábuas da lei do Hebreus no deserto. São projectos, sonhos, injunções, lembrança de si mesmo naquela época fundadora que, uma vez surgida, é já destino e condiciona todo o seu destino. Em suma, mitos (LOURENÇO, 2012, p. 10).

Alimentados por esses mitos, a identidade portuguesa está ligada ao que Lourenço chama de “acto sem história” e explica que esse “acto” pertence a ordem do injustificável, do providencial representando a relação popular que os portugueses mantêm com a sua história. Assim, o filósofo destaca que:

Através de mitologias diversas, de historiadores ou poetas, esse acto sempre apareceu, e com razão, como da ordem do injustificável, do incrível, do milagroso, ou, num resumo de tudo isso, do providencial. É de uma lucidez e de uma sabedoria mais fundas que a de todas as explicações positivistas esse sentimento que o português teve sempre e de crer garantido no seu ser nacional mais do que por simples habilidade e astúcia humana, por um poder outro, mais alto, qualquer coisa com a mão de Deus (LOURENÇO, 2013, p. 25).

A identidade portuguesa é, por excelência, marcada pelo forte espírito da cristandade. Toda a história portuguesa foi sendo erguida diante dos pilares de um reino cristão, celebrado e mitificado no **Os Lusíadas**, no século XVI, além de corroborar para a construção da identidade de um povo descobridor, uma nação colonizadora. Para Lourenço, Portugal é obrigado a se definir:

Ao mesmo tempo contra o reino vizinho de Leão e Castela e a presença mulçumana que ocupa o futuro espaço português até ao Douro. O nascimento de Portugal como inscreve-se no movimento geral da reconquista cristã do Islão, que só terminará com a conquista de Granada, em 1492. Portugal é precisamente o primeiro reino da Península a libertar-se da presença do Islão e a ocupar, desde os fins do século XIII até hoje, a mesma tira estreita à beira do Atlântico, a outra fronteira sem fim que o mais tarde fará parte do seu espaço real e mítico de povo descobridor (LOURENÇO, 2012, p. 11).

Os percalços enfrentados por Portugal até aquele momento são vivificados e explicados pelo Padre António Vieira como obstáculos a serem superados pelo país, mas nunca se esquecendo de que é o povo eleito para divulgar a fé cristã. De acordo com Lourenço, a respeito do messianismo, visto nos textos de Vieira, afirma que “o tempo da profecia não se regula pelos imperativos da temporalidade humana. Tudo nele são sinais e indícios. Portugal não é para ele uma nação como outra qualquer. É uma nação literalmente eleita” (LOURENÇO, 2012, p. 20). Em sua **História do futuro**, Vieira explica que não escreverá a “história do passado para os futuros, nós escrevamos a do futuro para os presentes” (VIEIRA, 2016, p. 4) e convida os portugueses a compreenderem, em tom profético, sua história futura:

Eu, Portugal, (com quem só fala agora) nem espero o teu agradecimento, nem temo a tua ingratidão. Porque, se me não contas com Daniel entre os vivos, eu me conto com Samuel entre os mortos; se nas letras que interpreto achara graças (bem poderá ser que a tenhas), eu te dissera a má fortuna sem receio, assim como te digo a boa sem lisonja. Mas é a tua estrela (benignidade de Deus contigo deverá ser), que tudo o que leio de ti são grandezas, tudo que descubro melhora, tudo o que alcanço felicidades. Isto é que deves esperar, e isto o que te espera; por isso em nome segundo e mais declarado chamo a mesma escritura Esperança de Portugal, e este é o comento breve de toda a História do Futuro (VIEIRA, 2016, p. 7-8).

E declara que Portugal ocupará o centro do mundo, sobrepondo a sua história sobre as histórias de povos antigos ou bárbaros e se sobreporá sobre os seus rivais. Quando esses feitos ocorrerem, sua história deixará de ser uma história do futuro e tornar-se-á o presente.

A melhor parte dos venturosos futuros que se esperam, e a mais gloriosa deles, será não só própria da Nação portuguesa, senão única e singularmente sua. Portugal será o assunto, Portugal o centro, Portugal o teatro, Portugal o princípio e fim destas maravilhas; e os instrumentos prodigiosos delas os Portugueses. [...]

Portentosas foram antigamente aquelas façanhas, ó Portugueses, com que descobristes novos mares e novas terras, e destes a conhecer o Mundo ao mesmo Mundo. Assim como lêis então aquelas vossas histórias, lede agora esta minha, que também é vossa. Vós descobristes o Mundo o que ele era, e vos descubro a vós o que haveis de ser. Em nada é segundo e menor este meu



descobrimto, senão maior em tudo. Maior cabo, maior esperança, maior império.

Naqueles ditos tempos (mas menos ditos que os futuros) nenhuma coisa se lia no Mundo senão as navegações e conquistas de Portugueses. Esta história era o silêncio de todas as histórias. Os inimigos liam nela suas ruínas, os êmulos suas invejas e só Portugal suas glórias. Tal é a História, Portugueses, que vos presento, e por isso na língua vossa (VIEIRA, 2016, p. 10).

O discurso de Vieira sobre Portugal é grandiloquente, apresentando um tom alucinatório de acordo com Lourenço. No entanto, toda essa euforia torna-se simbolicamente coerente durante vários séculos em que a Nação esteve à frente de um vasto império colonial, acreditando, convictamente, nesse discurso. Concordando historicamente com a importância que Portugal teve sobre os descobrimentos, Lourenço, analisando o texto de Vieira, não deixa de enfatizar que culturalmente essa grandeza foi construída e, completa que “a própria existência de Portugal é da ordem não só do milagre, como da profecia. Pela sua pública fidelidade crítica, Portugal profetiza” (LOURENÇO, 2012, p. 21).

Retomando um dos textos basilares da formação da mitologia e da identidade portuguesa, **Os Lusíadas** representa a tomada de consciência histórica de Portugal e é a partir da obra camoniana que esse projeto de identidade foi construído. Considerado o “Poema da Raça”, a “Bíblia da Nacionalidade”, essa epopeia, segundo Massaud Moisés (1999), em **A Literatura Portuguesa**, constrói um “feliz retrato da visão do mundo própria dos quinhentistas portugueses, e, ao mesmo tempo, sincera e comovida reportagem do momento em que Portugal atingia o ápice de sua progressão histórica” (MOISÉS, 1999, p. 57). A singularidade histórica que Portugal se torna advém exatamente da sua ação de descobridores de mundo. “Antes das Descobertas, Portugal possui uma existência histórica e política empíricas” (LOURENÇO, 2013, p. 145). As descobertas não afetam apenas um indivíduo ou apenas uma nação, afetam a percepção de mundo de todo Velho Continente, resultando numa universalidade desse momento histórico. Portugal passa a atuar no cenário mundial, naquele momento, como uma das grandes forças de transformações políticas e históricas. Desse modo, Lourenço (2013) afirma que, diante das descobertas e mitificadas no canto camoniano, houve a tomada dessa consciência histórica. Assim:

De portugueses tornámo-nos lusitanos, tribo lusíada predestinada ao futuro fabuloso que nas navegações se tornaram presente. Na ausência de vida mítica onde o canto orgânico se enraíze, é o Poeta mesmo que transfigura o acontecimento que a isso se presenta em mito, não só pela consciência sublimada da sua importância universal, como pela sua integração numa visão simbólica do destino pátrio, concebido como uma sucessão profética de actos

heroicos através dos quais, com a lentidão das coisas destinadas a durar, se concretizou a missão universal de um pequeno povo (LOURENÇO, 2013, p. 145).

Lourenço afirma que de todas as figuras ou momentos históricos que possuem um valor afetivo e ideológico para o povo português, “nenhuma parece mais legítima e natural do que tem Camões como objeto” (LOURENÇO, 2013, p. 149). Através do processo de mitificação tanto de Camões quanto de **Os Lusíadas**, eles representam o sentimento patriótico exaltado da identidade portuguesa, transformando-se em ferramentas política-ideológica em tempos e sobre regimes políticos diferentes. Para Lourenço, “Camões se torna objeto das nossas paixões nacionais, que são menos literárias ou culturais do que ideológicas, patrióticas, cívicas e por vezes partidárias” (LOURENÇO, 2012, p. 147) e adverte que:

O que convém é saber que Camões e a sua obra, em particular *Os Lusíadas*, não são uma realidade intemporal e de significação unívoca. Deslocá-los, arbitrariamente, da sua significação própria, enquanto expressão exemplar de um momento da nossa existência histórica e da aventura mais vasta da expansão do Ocidente, para a falsa eternidade de um mito moral, histórico e ideológico cujas bases continuariam intocáveis, é celebrá-lo às avessas, querer que o dividido presente nosso tenha clareza sublimada de um passado irrevogável no ser e nas coordenadas espirituais (LOURENÇO, 2012, p. 149).

A obra camoniana conferiu aos portugueses, de maneira coletiva, uma existência heroica, de um pequeno país de princípios contrarreformista e expansionista. Nesse texto, Camões ressalta que “é oficialmente heroico e nesse ofício imaginário põe todas as suas complacências. Todo o famigerado enigma da nossa originalidade histórica cabe no ‘peito ilustre lusitano’ a que o verbo do Poeta soube conferir foros de corpo mítico nacional” (LOURENÇO, 2013, p. 153). De tal modo, que o Poema, assim como o autor, passou a ser comemorado em alguns de seus centenários. Na verdade, essas comemorações apresentam um caráter mais político-ideológico do que cultural. Não se pode crer em uma visão inocente desses festejos. Além disso, essas comemorações escondem as contradições e os problemas em relação a imagem real e a imagem desejada dos portugueses. Sendo assim, Lourenço acredita que:

Comemorar Camões e o seu Poema é reexaminar sem fria na inteligência e no coração, de “amor da pátria apenas movidos”, a mitologia cultural e ideológica de que o Poeta é irradiante símbolo. Não podemos absorver, nem instaurar, como se nada tivesse mudado, a glorificação sublimada de uma “Fé” e de um “Império” para um tempo em que o império da fé – cujo impacte e conteúdo contrastam tanto com os dos tempos camonianos – não parece particularmente adequado ou interessado na defesa e ilustração da fé dos impérios (LOURENÇO, 2013, p. 155).

Entretanto, toda essa celebração e exaltação em torno da figura de Camões e de seu Poema só ganham forças no século XIX, com o surgimento do Romantismo e suas propostas de valorização dos passados nacionais e das grandes figuras históricas. Como Lourenço afirma: “se não foi o romantismo que inventou a literatura, modificou por completo a sua noção” (LOURENÇO, 2012, p. 143). Para ele, o Romantismo tira o papel quase que restritamente ornamental, cujo finalidade era o embelezamento ou um reflexo verossimilhante da vida, transformando “em visão de mundo, espelho da aventura da humanidade em busca de absoluto” (LOURENÇO, 2012, p. 143). O Romantismo buscou nas terras do esquecimento escritores e obras e proporcionou uma nova análise e interpretação para os textos e autores “percursores de uma angústia existencial profunda, mas também os que tiveram um destino maldito por causa do génio, incompatível com a ordem do mundo que os rodeia” (LOURENÇO, 2012, p. 144). Alguns desses escritores ascenderam ao panteão dos deuses escritores e foram glorificados pelo movimento.

O Romantismo buscou, na revisitação histórico-literária, personagens e obras que fortalecessem a noção de um nacionalismo, de um patriotismo, diante das intensas mudanças ideológicas que ocorriam no início do século XIX. Lourenço afirma que a identificação de Camões como figura dessa nacionalidade portuguesa torna-se um caso único no contexto cultural europeu. Camões tornar-se-ia para Portugal mais que o grande escritor, seria o seu herói nacional. A transformação da obra camoniana em um breviário da identidade nacional ocorre num período de grandes traumas para a nação. Um duplo traumatismo marcado pela transferência do rei para a Brasil, onde se instalaria o Império, e pela invasão militar por franceses e espanhóis, além da tutela militar dos ingleses, até os anos de 1820, levaria o país, com a Revolução Liberal, a retomar o timão da embarcação lusitana, a qual os portugueses seriam os responsáveis pelo seu próprio futuro. Lourenço afirma que, durante o processo de conscientização e o levante revolucionário, “os Portugueses começaram a dar-se conta de que tinham de assumir o seu destino, a sua defesa militar, mas também a sua dignidade nacional ultrajada” (LOURENÇO, 2012, p. 147-148). Acrescenta-se a esses movimentos políticos-ideológicos, a publicação de uma versão d’**Os Lusíadas** em Paris, que contou com a ilustração de artistas franceses. Segundo Lourenço, essa publicação representou o processo de canonização patriótica e cívica que se alcançaria tempos mais tarde e completa, afirmando que, a respeito dessa publicação, “trata-se de um gesto simbólico de afirmação de Portugal aos olhos do mundo cultivado no momento em que a vida nacional atravessa uma fase delicada e sofre com o seu eclipse no palco europeu” (LOURENÇO, 2012, p. 148). A partir desse momento, Camões viverá “numa espécie de isolamento intemporal ou de abstracta perspectiva,

estereotipado príncipe dos poetas lusos, no meio de outros menos lidos do que ele o era então e pouco era” (LOURENÇO, 2013, p. 135).

A partir desse cenário, Almeida Garret (2018) surge como o poeta do sentimento nacional, do patriotismo e do culto a liberdade, o que o levaria ao exílio. Destaca-se dentre suas obras o poema **Camões**, no qual revela a presença de um Portugal doente e sofredor. Nessa obra, ele estabelece relação com o texto e o autor quinhentista e toma por musa a “Saudade”, traduzindo todos o sentimento que ela exprime e encontra em Camões, mais que o grande escritor da pátria, mas a figura mitificada para a representação desse sentimento. Dessa maneira, Lourenço ressalta que “o próprio Camões é uma encarnação, entre outras, apesar de ser a mais sublime de todas, de um sentimento que está para além dele, e que todos os portugueses partilham, essa inexplicável mistura de sofrimento e de doçura a que chamam de saudade” (LOURENÇO, 2012, p. 149).

Após o primeiro movimento de valorização da nacionalidade e da identidade portuguesa, no século XIX, a Geração de 70 representava uma geração portuguesa infeliz. Há uma tentativa de tomada da consciência político-social que, no entanto, não representou uma verdadeira revolução cultural. Segundo Lourenço, essa consciência de sua realidade histórica, do entendimento do papel que Portugal no cenário mundial, marca despertaram esse sentimento nessa geração.

Dentro da mítica do português, Lourenço explica que, pela primeira vez, questionou-se o destino de Portugal, tanto do ponto de vista político quanto cultural, tendo Garret e Herculano como uns dos primeiros a sentirem tão intensamente a decadência portuguesa. A geração de Antero de Quental e Oliveira Martins recebe os reflexos da revolução industrial e científico-cultural que despertou o criticismo de consciência histórica da nacionalidade. Esses escritores, nessa perspectiva, se distanciaram das interpretações de **Os Lusíadas** e das comemorações que haviam ocorrido em 1880, trazendo uma imagem de um Portugal diferente daquela apresentada pelo Poeta e a utilização da obra e do autor a serviço dos primeiros rumores republicanos incomodam ambos autores. Enquanto para os românticos como Garrett, **Os Lusíadas** e Camões representam Portugal, contrariamente, afirma Lourenço, para Antero e Oliveira Martins,

**Os Lusíadas** [...], não podem conferir identidade ou dignidade a uma país que a seus olhos simboliza a decadência, decadência quase estrutural, que dura há trezentos anos e não é puramente episódica – provocada, de fora, pelos estrangeiros e, de dentro, pelos inimigos da liberdade –, como no tempo de Garrett. Em última instância, Camões e seu Livro – pelo menos para Antero de Quental – podem ser englobados, também eles, no processo de decadência, pois o autor dos Sonetos atribui aos feitos que o Poema canta uma quota-parte

de responsabilidade no drama da nossa decadência (LOURENÇO, 2012, p. 151).

Passado o criticismo devastador e impotente da Geração de 70, o final do século XIX apresentou respostas aos movimentos políticos internacionais, mas que afetavam diretamente a dignidade da nação lusitana. A Conferência de Berlim (1884-1885), que substituiu os direitos históricos sobre os territórios das Descobertas, que Portugal se pautava, pela ocupação efetiva das terras e o *Ultimatum* britânico (1890) fizeram efervescer um forte amor pátrio em oposição ao decadentismo que se apresentava na imagem e na identidade portuguesa, no final desse século. Desse modo, ressalta-se, também, o fim do período monárquico português e a ascensão da Primeira República, o que despertou esse intenso patriotismo, usado como ferramenta ideológica que se tonificaria após os anos de 1910. Para Lourenço, essas respostas marcaram a retomada do misticismo nacionalista e afirma:

Como resposta à agressão do monstro civilizado (Inglaterra), verá eclodir a mais nefasta flor de amor pátrio, a do misticismo nacionalista, fuga estelar a um encontro com a nossa autêntica realidade, mas, ao mesmo tempo, expressão profunda sob a sua forma invertida de uma carência absoluta que é necessário compensar desse modo. O saudosismo será, mais tarde, a tradução poético-ideológica desse nacionalismo místico, tradução genial que representa a mais profunda e sublime metamorfose da nossa realidade vivida e concebida como irreal (LOURENÇO, 2013, p. 35).

Imersa nessa visão irreal da história portuguesa, a intelectualidade portuguesa descreveu a realidade coletiva e individual encoberta por uma névoa. “O imaginário cultural instala-se voluptuosamente no puro sonho” (LOURENÇO, 2012, p. 153). Dessa maneira, o filósofo complementa que Teixeira de Pascoais representou esse período que se utilizava de uma visão extremada os caminhos já abertos por Garrett, levando a “saudade romântica um alcance cósmico” (LOURENÇO, 2012, p. 153). Em sua historiografia da Literatura Portuguesa, Moisés, descreve, assim, Pascoais e sua obra:

Para o poeta, tudo se concentra no sentimento difuso, vago e agridoce, da Saudade, de que deriva um estado místico e metafísico ao mesmo tempo, porque a Saudade tem nele sentido etéreo, inespacial e intemporal: é o Homem perante o Destino, perante a Saudade, mas a “Saudade revelada, a qual se ergue à altura duma religião, duma Filosofia e duma Política, portanto. Dentro dela, Portugal, sem deixar os maiores progressos de qualquer natureza”. Em suma, o culto da saudade, que somente um português seria capaz de nutrir, de onde o “lusitanismo”, outra nota relevante do caráter e de sua poesia, servindo-lhe, inclusive, aos propósitos doutrinários (MOISÉS, 1999, p. 238).

Apesar de temporalmente próximo a Pascoais, mas de pensamentos opostos, Fernando Pessoa defenderá um patriotismo outro, diferente do patriotismo camoniano ou afastando-se do saudosismo patriótico de Pascoais e conduzindo a saudade ao tempo, “ou melhor, aos vários ‘tempos’ inconciliáveis, cuja vivência está vedada a um eu intrinsecamente plural” (LOURENÇO, 2012, p. 153). Para Lourenço, Pessoa confronta-se com a imagem camoniana, enaltecida pelo Romantismo. De modo que “a luta de Fernando Pessoa com o romantismo, ambígua e romântica em si mesma, obriga-o a medir forças, pela última vez, com o fantasma poderoso que Garrett fez de Camões” (LOURENÇO, 2012, p. 153). Através de sua personalidade e da sua obra, sua “interpretação traduzir-se-á por uma rasura integral do sentido comum de patriotismo” (LOURENÇO, 2013, p. 107). Em sua obra **Mensagem**, Pessoa reinterpreta as figuras nacionais, para Lourenço:

A **Mensagem** onde esse patriotismo-outro se encarnará poeticamente não é **Os Lusíadas** de um Portugal sem realidade epopeica efectiva, mas um Anti-Lusíadas, epopeia elegíaca da autodissolução da nossa particularidade histórica empírica como caminho, ascensão e transcensão de todas as particularidades, suicídio sublime da personalidade na era de uma impersonalidade realmente universal e fraterna (LOURENÇO, 2013, p. 107).

As instabilidades políticas, no primeiro quarto do século XX, levaram a uma crise identitária e a momentos de reflexão sobre a nacionalidade portuguesa, principalmente, para Pessoa e seus heterônimos, em especial, para Álvaro de Campos. Lourenço afirma que a crise instalada em Portugal “provém de uma má leitura de nós mesmos e acaso de um excesso de complacência para com tudo quanto é dos outros. Querer ser português é pouco para portugueses. O povo português é essencialmente cosmopolita” (LOURENÇO, 2013, p. 109). Sua vocação para alcançar o mundo é revelada por poetas e escritores que caracterizam a identidade portuguesa. No entanto, essa identidade portuguesa, passiva e seguidora de ordens é o motivo de confronto.

O que caracteriza Portugal, para um jovem como Pessoa educado no culto de um individualismo que raia os limites da excentricidade, é a passividade lusa, o gosto malsão da ordem. O autêntico patriotismo reside no combate contra essa ordem panúrgica, como ele o explicitará mais tarde no swiftiano ensaio sobre O Preconceito de Ordem (LOURENÇO, 2013, p. 108-109).

Em vários textos dispersos pelos jornais da época, Pessoa faz duras críticas à identidade portuguesa. Afirma que há três tipos de português: o português típico, aquele que existe por causa da nação; o segundo “o português que o não é” invadido por uma mentalidade estrangeira

e que “está completamente divorciado do país que governa” (PESSOA, 1979, p. 82-83); o terceiro aquele que surge com os primeiros esboços do Império. No entanto, resume que cada um deles possuem algumas características em comum como: “(1) o predomínio da imaginação sobre a inteligência; (2) o predomínio da emoção sobre a paixão; (3) a adaptabilidade instintiva” (PESSOA, 1979, p. 83). Segundo Pessoa, cada um dos tipos de portugueses reflete uma representação da literatura. Acrescenta que, para o português típico, a imaginação predomina sobre a inteligência. Apresenta uma adaptabilidade puramente artificial. “A emoção continua a predominar sobre a paixão, mas não tem força para predominar sobre coisa nenhuma” (PESSOA, 1979, p.84). Por outro lado, “o português do tipo imperial absorve a inteligência com a imaginação” (PESSOA, 1979, p. 84). A capacidade imaginativa integra a inteligência em si, resultando em uma qualidade mental que muito foi empregada quando dos Descobrimientos, como um exercício prático da imaginação.

A questão da ordem mencionada por Lourenço acerca do pensamento de Pessoa é mencionada em outro texto publicado n’*O Jornal*, em 1915, com o qual critica a passividade portuguesa, afirmando que “somos incapazes de revolta e de agitação. Portugal precisa de um indisciplinador” (PESSOA, 1979, p. 76). Para o poeta, o excesso de disciplina e gosto pela ordem tornam-se uma das características marcantes (e “a mais irritante”) do povo português. A respeito da organização social e individual, enfatiza que “tão regrada, regular e organizada é a vida social portuguesa que mais parece que somos um exército do que uma nação de gente com existências individuais” (PESSOA, 1979, p.76). Acredita, ainda, que os portugueses possuem uma indisciplina superficial que não alcança os objetivos profundamente. Segundo afirma, “quando fizemos uma ‘revolução’ foi para implantar uma coisa igual ao que já estava” (PESSOA, 1979, p. 76). Por último, convoca nesse artigo um ato indisciplinador em nome de uma nova pátria:

Trabalhem ao menos — nós, os novos — por perturbar as almas, por desorientar os espíritos. Cultivemos, em nós próprios, a desintegração mental como uma flor de preço. Construamos uma anarquia portuguesa. Escrupulizemos no doentio e no dissolvente. É a nossa missão, a par de ser a mais civilizada e a mais moderna, será também a mais moral e a mais patriótica (PESSOA, 1979, p. 77).

Todavia, a revolução que Pessoa esperava não aconteceu. A partir do final do século XIX e nos primeiros anos do XX, a “redescoberta” e a ocupação dos territórios em África reacenderam um dos elementos mais fundamentais da identidade portuguesa – o colonialismo. Para Victor de Sá (1977), em seu livro **Repensar Portugal**, o colonialismo representa o

fenômeno de maior duração da história de Portugal. A ocupação dos territórios em terras estrangeiras tem início no século XV e estendeu-se até a segunda metade do século XX. É a partir desse colonialismo que a identidade portuguesa irá se respaldar e é, também, sobre ele que se justificou muito do atraso de Portugal. Para Sá:

Contam-se assim 560 anos desde o início da expansão ao fim do colonialismo. 560 anos durante os quais a vida económica, política, administrativa, mental e social dos portugueses esteve condicionada por um fator preponderante que transcendia a sua própria e genuína nacionalidade. [...]

Assim se quisermos medir numa visão temporal a nossa história, ter uma noção da proporcionalidade entre a vigência da nossa nacionalidade dentro do próprio território e o período da nossa extraterritorialidade, constatamos que só durante 1/3 dessa cronologia nos contivemos dentro do espaço territorial português, enquanto 2/3 nos dispersámos por diversos continentes, ocupando territórios que efetivamente não nos pertenciam.

É esta longa duração do fenómeno colonial um dos factores que nos aliena da consciência da nossa própria nacionalidade (SÁ, 1977, p. 35-36).

Aproveitando-se de fatores políticos internos, uma República que não possuía poder político suficiente para acalmar os ânimos exaltados dos partidos oposicionistas, perspectiva económica quanto a empregabilidade e visando os lucros que poderiam ser obtidos com a exploração dos recursos de África, António Salazar apoiou a imigração de portugueses para a consolidação do projeto colonial africano. Administrativamente, instalou-se nessa época o Estado Novo, numa tentativa de criar um país em busca de crescimento económico e em vias de se industrializar. No entanto, Lourenço destaca que houve um preço a ser pago:

Concretamente, o salazarismo foi o preço forte que uma nação agrária defasada do sistema ocidental a que pertence teve de pagar para ascender ao nível de nação em vias de industrialização. Desse processo, e como coroamento dele, constituirá a emigração em massa dos nossos aldeões a simbólica e dura expressão final. O nacionalismo orgânico do antigo regime favoreceu a objectiva desnacionalização de milhares de portugueses (LOURENÇO, 2013, p. 33).

A ascensão de Salazar ao poder representou a tentativa de salvar um estilo de vida de uma elite portuguesa acostumada aos privilégios. Para tanto, observou-se nesse período o retrocesso de relações socioculturais no país. Lourenço afirma que a política salazarista “exprime, ou exprimiu, excelentemente, os interesses e as ideias de uma parte da Nação, aquela eterna parte de um povo a quem o conformismo aproveita porque é incapaz de renovação e de esperança” (LOURENÇO, 1976, p. 22). O medo de uma ruptura nesse estilo de vida com essas



instabilidades políticas fez de Salazar uma espécie de salvador nacional. Como afirma Lourenço, em sua obra **O fascismo nunca existiu**:

Porque há de facto um génio salazarista, se se pode chamar de génio à percepção retrógrada das necessidades históricas de uma certa classe ameaçada no estilo da sua existência e das suas ideias, sem ver ao mesmo tempo o contra-senso de um privilégio que não tem por senão um passado a caminho da morte. O que há de paixão «positiva» no Regime deve-se a essa «vocação» de Salazar como salvador, não da Nação, como ilusoriamente imagina, mas de um estilo arcaico de existência que ele confunde, por educação e incapacidade dialéctica, com as exigências actuais da vida portuguesa (LOURENÇO, 1976, p. 21).

Utilizando-se do discurso histórico já mitificado, Salazar retomou o passado como instrumento político-ideológico de seu governo, especialmente, aqueles que justificavam e reiteravam o papel fundamental de Portugal enquanto nação colonialista, dentre nomes como Inglaterra e França. “Somos colonialistas como somos portugueses” (LOURENÇO, 1976, p. 48). A política e o discurso salazarista invocavam a uma lusitanidade que há tempos se enfraquecia com os ataques contra a imagem de Portugal. Sendo assim, Lourenço enfatiza que:

Houve no salazarismo concreto (e na sua ideologia expressa nos «Discursos» do universitário assaz racionalista que foi Salazar) uma tentativa para adaptar o país à sua natural e evidente modéstia. Todavia a glosa do relativo sucesso dessa tentativa é que não foi modesta e breve redundou na fabricação sistemática e cara de uma lusitanidade exemplar, cobrindo o presente e o passado escolhido em função da sua mitologia arcaica e reacionária que aos poucos substitui a imagem mais ou menos adaptada ao país real dos começos do Estado Novo por uma ficção ideológica, sociológica e cultural mais irrealista ainda do que a proposta pela ideologia republicana, por ser ficção oficial, imagem sem controle nem contradição possível de um país sem problema, oásis da paz, exemplo das nações, arquétipo da solução ideal que conciliava o capital e o trabalho, a ordem e a autoridade com um desenvolvimento harmonioso da sociedade (LOURENÇO, 2013, p. 33).

No entanto, todo esse “aprofundamento” na e da história portuguesa, utilizada pela ideologia salazarista, repercutiu em um estado de forte alienação da consciência histórica das gerações compreendidas entre as décadas do regime colonial-fascista. No Decreto nº 21.103 de 1932, do Ministério da Instrução Pública, instauravam-se os princípios básicos para o ensino de História para o ensino secundário e técnico profissional. De acordo com o Decreto, em seu preâmbulo, “a História de Portugal visa, além dos conhecimentos gerais que ministra, dentro da sua categoria, a formar portugueses; por isso a sua acção tem de ser eminentemente nacionalizadora” (MEDINA, 1985, p. 45). Sendo assim, os livros didáticos de História

deveriam passar por um processo de adequação historiográfica, seguindo as exigências presentes no Decreto, com o intuito de fortalecer a imagem do país e, sendo papel do governo assegurar esses princípios, conforme expresso a seguir:

Art.2.º Todo o feito que significa esforço da Nação, desde o início da História Pátria até ao presente, deve ser exaltado, como bom e digno.

Art.3.º Deve ser objeto de justificação e glorificação tudo quanto se tem feito, através dos oito séculos da História de Portugal, no sentido de fortalecer o seguintes factores fundamentais da vida social: a Família, como célula social; a Fé, como estímulo da expansão portuguesa por mares e continentes e elemento de unidade e solidariedade nacional; o Princípio da autoridade, como elemento indispensável do progresso geral; a Firmeza do Governo, espinha dorsal da vida política do País; o Respeito da hierarquia, condição básica da cooperação dos valores, e a Cultura literária e científica.

Art.4.º Tudo quanto, pelo contrário, tem sido elemento de dissolução nacional, de enfraquecimento da confiança no futuro, falta de gratidão para com os esforços dos antepassados, deve ser objecto de censura.

Além de aplicar as ideologias salazaristas na educação, foram criadas organizações civis com a finalidade de propagar e perpetuar as convicções promovidas pelo Estado Novo. Dentre essas organizações, encontravam-se a Mocidade Portuguesa Feminina e a Mocidade Portuguesa. A primeira dedicava-se à instrução e à condução das mulheres diante da permanência da família e do lar. Em seus boletins, apresentavam-se às raparigas portuguesas o plano de atividades, “não é a aprendizagem em si mesma que interessa; é a conquista da capacidade que essa aprendizagem em si mesma que interessa” (MEDINA, 1985, p. 59). Ou seja, como um dos boletins informavam que o objetivo era “tornar nossas raparigas capazes de aprender por si o que necessitam saber para bem dirigir o seu Lar e educar os filhos” (MEDINA, 1985, p. 59). A educação feminina defendia as raparigas de uma masculinização que a cultura intelectual poderia proporcionar e mesmas aquelas que buscavam uma profissionalização não deveriam esquecer do seu papel fundamental na construção do lar, logo na construção da Nação.

Apesar de demonstrarem uma reforma nas bases de ensino do país, o Estado Novo instaurou um processo de retrocesso na educação, principalmente, quanto à consciência crítica dos processos históricos e do desenvolvimento da história no presente. Sá (1977) compreende que há três fatores que proporcionaram essa falta de visão crítica durante o Salazarismo. Em primeiro lugar, o bloqueamento de uma historiografia crítica no país, o que levou historiadores se exilarem em outros países. As pesquisas de temas sensíveis ao país, que poderiam modificar “a mentalidade oficial dominante eram cuidadosamente evitadas” (SÁ, 1977, p. 17). O próprio ensino de História nas escolas, em segundo lugar. A disciplina havia sido transformada “numa linguagem mnemónica e completamente desligada da experiência social” (SÁ, 1977, p. 17),

transformando-se, ao longo do tempo, em “uma disciplina supérflua e caricatural (SÁ, 1977, p. 18). O último fator, ligado diretamente às questões coloniais, referia-se às estratégias jurídicas adotadas para desvincular Portugal do colonialismo, ressaltando que o país possuía “províncias ultramarinas” ao invés de colônias. Durante a década de 1950, Portugal deixava de ser um país pequeno, como ostentava os mapas expostos nas escolas, quartéis e órgãos públicos. Segundo Sá, “os territórios coloniais se sobrepunham engenhosamente a preencher os contornos do continente europeu” (SÁ, 1977, p. 18).

Foi através de estratégias semânticas adotadas pelo governo que as colônias se transformaram em “províncias ultramarinas” e o Ministério das Colônias transformava-se, na década de 1950, em Ministério do Ultramar. Esse recurso, para Sá, procurou:

Convencer o Mundo, e os Portugueses em primeiro lugar, de que o nosso país era pluricontinental e multirracial. Todos os Portugueses que hoje contam 30 anos de idade, desde a sua instrução primária sempre e só tinham ouvido falar em províncias ultramarinas e nunca em colônias. Colónia era um termo «tabu», mesmo subversivo, no vocabulário político anterior ao 25 de Abril (SÁ, 1977, p. 18-19).

Segundo Lourenço, quanto à administração das colônias, afirma que “Salazar governou com longínqua mão de ferro e em seguida, de ferro e fogo, territórios que nunca sentiu necessidade de ver e auscultar de perto” (LOURENÇO, 1976, p. 101). No entanto, o discurso de patriotismo empregado nas propagandas acerca das colônias representava uma grandiloquência e uma proximidade às coloniais. De acordo com o mito criado sobre a grandiosidade de Portugal, afirmava que o país se estendia do Minho ao Timor. Apesar de todo esse discurso, Lourenço afirma que “durante alguns séculos, o Império ou a sua ficção funcionaram como elementos de uma psicodrama destinado a compensar-nos ao mesmo tempo da nossa real miséria e da nossa fragilidade histórica” (LOURENÇO, 1977, p. 102). Além dessa grandiloquência da propaganda, durante a década de 1950, a visita do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre às colônias, convidado pelo governo de Lisboa, colaborou para “comprovar” sua tese de que havia um clima de harmonia racial nas colônias. Essa harmonia era devido à capacidade de adaptabilidade aos territórios ocupados, aos valores cristãos que são empregados pelos portugueses e o desejo que esse povo possui em sua gênese pelas Descobertas, traduzindo-se no luso-tropicalismo.

Contudo, ao iniciar-se, na década de 1960, os levantes contra a ocupação portuguesa em África, Portugal metropolitano se deparou com uma realidade distante daquela que eles conheciam. A falta de entendimentos sobre os conflitos, conforme Lourenço, originou-se visto

que “as Colónias, enquanto realidade colonialista e imperialista, não existiam. Por isso, não havia razão alguma para descolonizar” (LOURENÇO, 1976, p. 101). O autor completa que:

A não problematização da história portuguesa (...) é uma das características capitais da consciência nacional, e essa ausência de olhar crítico sobre nós está relacionada justamente com o facto de sermos os prodigiosos actores de uma gesta de colonização que nunca nos pôs problemas. Quando os houve, e graves, foram os outros que no-los puseram (LOURENÇO, 1976, p. 100).

Ao longo dos treze anos de guerra colonial, a propaganda do governo se intensificava e convocava a família portuguesa a fazer parte dessa empreitada em nome da Nação. Ao mesmo tempo em que a guerra se instaurava, o governo fomentava a ida de famílias para ocupar mais territórios em África, fornecendo passagens, empréstimos para as explorações agrícolas. Esses investimentos eram contra a fragmentação do corpo nacional, tendo a família como “célula unida do controlo moral e político” (RIBEIRO, 2007, p. 25). Observa-se ao longo dos primeiros anos da guerra colonial, uma maciça emigração, principalmente, para Angola e Moçambique. Segundo Lourenço, o papel colonialista do povo português é uma característica que não se pode deixar de analisar. O autor afirma que “quer queiram, quer não, todos os portugueses são colonialistas até o fundo da alma e o melhor é sabe-lo e arcar com essas evidências” (LOURENÇO, 1976, p. 103).

Após os anos de guerra colonial, a Revolução de Abril de 1974 findou dois ciclos históricos: o período ditatorial que persistia cerca de quarenta anos, entre os governos de António Salazar e Marcello Caetano, e período colonialista que durou mais de quinhentos anos. Lourenço defende que, com a Revolução do Cravos, os grandes mitos nacionais terminavam com a empreitada colonialista e permitiu o surgimento de novos mitos, como o de um Portugal revolucionário, o que permitiria ao país uma nova reconfiguração em sua imagem, agora de uma país enfraquecido pela perda das colônias. Para Sá, a libertação política de Portugal representou uma liberdade ao pensamento livre e a conscientização da realidade histórica:

O 25 de Abril representou não só a queda de um governo com toda a sua estrutura política e representativa ao serviço dos monopólios, mas também o fim das guerras coloniais, a descolonização, e conseqüentemente, a definição socialista das opções de reconstrução do país consignada na Constituição. [...] A partir daqui, venceu-se finalmente o imobilismo histórico que bloqueava o desenvolvimento da sociedade portuguesa (SÁ, 1977, p. 103).

Lourenço ressalta que Portugal haveria de enfrentar novos desafios. A solução para os problemas, buscada através da saída dos limites do velho continente, já não era mais possível.

Portugal teve que alcançar sua resposta a partir de dentro. No entanto, não seria uma tarefa fácil, uma vez que Portugal e os portugueses eram desconhecedores deles próprios. Ele defende que a Revolução não foi uma luta contra os mitos, mas de estruturas históricas solidificadas, principalmente, pelos anos de ditadura. O filósofo defende que era a hora de “construir com constância o país habitável de todos, sem esperar de um eterno lá-fora ou lá-longe a solução que, como no apólogo célebre, está enterrada no exíguo quintal” (LOURENÇO, 2013, p. 51).

Com a libertação do 25 de Abril, Portugal abre-se economicamente, deixando de explorar os recursos das colônias, o que isolou o país durante muitos anos. Para Sá (1977), o colonialismo representava um dos grandes entraves para o desenvolvimento de Portugal, principalmente, porque os lucros que se obtinham através da exploração compensavam as carências da baixa produção portuguesa. Afirma que “o colonialismo português, ao mesmo tempo que explorava e oprimia outros povos, era a causa de opressão e da exploração do próprio povo” (SÁ, 1977, p. 111). Além disso, o retorno de grande parte das populações das colônias levou Portugal a enfrentar nos campos sociocultural e econômico novas realidades e abrir-se a novas experiências. Segundo Sá, a presença desses indivíduos promoveu bons frutos, especialmente, nas questões econômicas, “pondo a render bens e meios de produção que há muito se encontravam improdutivos, e descobrindo novas formas de atividades susceptíveis de modernizar e dinamizar a vida quotidiana dos seus concidadãos” (SÁ, 1977, p. 22).

Passados mais de quarenta anos daquele 25 de abril de 1974, é possível visualizar através de uma conscientização histórica e crítica como a identidade portuguesa foi forjada, principalmente, através de seus mitos históricos. Em especial, os mitos que estavam ligados ao passado colonialista. Como Lourenço afirmou, a síntese da identidade portuguesa está ligada ao colonialismo desde que o primeiro barco saiu em busca de novos horizontes. Agora, Portugal se reconstrói a partir de si mesmo, entre as suas fronteiras. Maduro e consciente de sua história, o país de Camões e das Descobertas reflete sobre sua própria imagem, sobre sua própria identidade diante de um mundo que, diferentemente do que fez, não parou de evoluir.

## 2 O LUGAR DA HISTÓRIA

*Nós somos os herdeiros dos que partiram nas caravelas. Sonhámos futuros impossíveis e cumprimos a sina revelada nos textos onde o Padre António Vieira afirma que nascer pequeno e morrer grande é chegar a ser homem, e foi por isso que Deus nos deu tão pouca terra para o nascimento e tantas para a sepultura: deu-nos Portugal para nascer e o mundo inteiro para morrer.*

(A balada do ultramar – Manuel Acácio)

### 2.1 O SENTIDO DA HISTÓRIA

Não é uma marca dos tempos atuais que Literatura e História sempre apresentaram uma proximidade e muitas discussões a respeito dessa união. Acredita-se que, em **Iliada**, nos séculos VIII ou IX a.C., Homero tinha essa proposta, a qual, para muitos críticos, marca o início da literatura ocidental e já, naquela época, utilizava-se da junção de história e mito. Em sua **Arte Poética**, Aristóteles indicava que havia uma contiguidade entre o poeta e o historiador, no entanto, ambos possuíam características próprias que os distinguiam. Para Aristóteles, não é a função do poeta a narração dos fatos históricos como realmente aconteceram, mas mostrar o que poderia ter acontecido, respeitando a uma verossimilhança.

O filósofo grego afirma que o poeta é livre da subordinação inflexível da verdade, ele é um imitador de simulacros. Ele declara que “a missão do poeta consiste mais em fabricar fábulas do que versos, visto que ele é poeta pela imitação e porque imita as ações” (ARISTÓTELES, 2003, p. 44-43). Desse modo, não cabe ao poeta buscar pela verdade dos fatos, apesar das peças produzidas por eles apresentarem conexões com episódios históricos. Na verdade, o propósito que se intenta nessas fábulas é que sejam necessariamente mais belas que os fatos em si.

Em sua aula “O início da história e as lágrimas de Tucídides”, Jeanne Marie Gagnebin afirma que Heródoto, tradicionalmente considerado o pai da História, transforma a tarefa de poeta em de zelador do passado contra a esquecimento. Segundo ela, o poeta deveria, numa sociedade sem escrita como era a Grécia arcaica, “contar os acontecimentos passados, conservar

a memória, resgatar o passado, lutar contra o esquecimento” (GAGNEBIN, 1997, p. 17). Era seu dever religar o passado ao presente, “fundando a identidade de uma nação ou de um indivíduo” (GAGNEBIN, 1997, p. 17), num processo constante. Por outro lado, segundo Gagnebin, enquanto Heródoto possuía o gosto pela narrativa e contava inúmeras histórias, Tucídides construía versões das histórias mais objetivas e austeras, notava-se a ausência das emoções em suas narrativas. Para Gagnebin, Tucídides “constrói a versão racional e definitiva da história sem se deixar levar pelo prazer da narração” (1997, p. 29).

Observa-se que, desde os primórdios da história da História, a discussão entre a objetividade e a subjetividade, a razão e a emoção estão presentes na representação da narrativa histórica. De um lado, tem-se a narrativa histórica baseada em fatos, eventos e documentos; do outro, uma narrativa que se pauta nos testemunhos, nos relatos daqueles que participaram ou estiveram bem próximos aos eventos narrados. No entanto, percebe-se que em ambos os casos, há a noção de um processo de construção da narrativa histórica, logo depreende-se que há uma seleção do que será narrado, conforme alguns padrões preestabelecidos.

Compreendendo a etimologia da palavra história, nota-se que existe um caráter testemunhal tanto em as narrativas mais subjetivas quanto nas mais objetivas, muito diferente do que a palavra ganhará como o passar dos tempos e enquanto uma ciência investigativa do passado. A palavra *historiè*, deriva da raiz indo-europeia *wid-*, *weid-*, significa ver. No grego, *histor* tem sentido daquele que viu, que testemunhou. Le Goff (2006) destaca que essa concepção “leva-nos à ideia de *histor*, aquele que vê, é também ‘aquele que sabe’; *historien*, em grego antigo, é ‘procurar saber’, ‘informar-se’” (LE GOFF, 2006, p. 18). Sendo assim, Le Goff ressalta que a ciência histórica se diferencia das ciências da natureza, da matemática, visto que ela não pode ser observada diante de uma realidade, mas impõe-se mediante à indagação, ao testemunho.

Diante desse panorama proposto por Le Goff, analisaremos alguns aspectos teóricos acerca da história e como ela faz parte hoje na composição de uma série de obras literárias contemporâneas, em diferentes países. A literatura tem se voltado para o caráter testemunhal, possibilitado que outras histórias possam surgir nesse ínterim, principalmente, quando falamos de grupos que foram silenciados em algum momento do passado ou de fatos e acontecimentos que merecem um novo olhar, não mais sob a perspectiva dos vencedores, mas daqueles que foram vencidos. Como o próprio Le Goff sugere, devemos ir mais além do questionamento dos documentos históricos, das lacunas que a história nos apresenta, devemos interrogar os esquecimentos, os espaços em branco da história. Segundo ele, “devemos fazer o inventário dos arquivos do silêncio e fazer a história a partir dos documentos e da ausência de documentos”

(LE GOFF, 2006, p. 109). Além disso, o objetivo dessa análise é fornecer subsídios para compreender que a História, como a Literatura, é um processo de representação discursiva baseado em seleção e interpretação do objeto narrado. Linda Hutcheon (1991), em **Poética do pós-modernismo**, ressalta que “as duas são identificadas como constructos linguísticos, altamente convencionalizadas em suas formas narrativas, e nada transparentes em termos de linguagem ou de estrutura; e parecem igualmente intertextuais” (HUTCHEON, 1991, p. 141).

Talvez, a melhor forma de começar a analisar essas questões seria compreendendo como a história faz-se importante na vida do homem. O filósofo alemão Friedrich Nietzsche, em sua **Segunda consideração intempestiva** (2003), discute sobre a utilidade e as desvantagens para a história na vida do homem. Ele parte do excerto de Goethe que traduz a ideia de que toda instrução deve ser utilizada para colaborar nas atividades cotidianas, para introduzir sua tese de que a história deve ser tomada como uns elementos preciosos na vida do homem. Segundo o filósofo, “precisamos dela [a história] para a vida e para a ação, não para o abandono confortável da vida ou da ação ou mesmo para o embelezamento da vida egoísta e da ação covarde e ruim” (2003, p. 5). Por outro, a mesma necessidade que temos de utilizar a história para conduzir nossa vida, também, é fonte de sofrimento e angústia. Nietzsche ressalta que, já em seu tempo, entre a segunda metade do século XIX e início do XX, a formação histórica se encontrava deficitária, sendo fonte de um sofrimento ao homem. No entanto, não admitimos esse padecimento, como afirma: “até mesmo acredito que padecemos todos de uma ardente febre histórica e ao menos devíamos reconhecer que padecemos dela” (NIETZSCHE, 2003, p. 6).

Entre suas reflexões, o filósofo destaca que o homem se difere dos demais animais pela capacidade de não se esquecer de acontecimentos que fizeram parte de sua vida. Enquanto os animais conseguem viver a-historicamente, o homem está preso ao seu tempo. Para Nietzsche, “o homem se admira de si mesmo por não poder aprender a esquecer e por sempre se ver novamente preso ao que se passou: por mais longe e rápido que ele corra, a corrente corre junto” (NIETZSCHE, 2003, p. 7-8). Ou seja, quanto mais o homem tenta se afastar da história, mais preso ele se encontra ao passado e isso é fonte de grande sofrimento. Ele complementa que o peso do passado “o oprime ou o inclina para o seu lado, incomodando os seus passos como um fardo invisível e obscuro que ele pode por vezes aparentemente negar e que, no convívio com seus iguais, nega com prazer: para lhes despertar inveja” (NIETZSCHE, 2003, p. 8).

Segundo Nietzsche, é a partir da compreensão do processo histórico que o homem se torna capaz de se compelir ao futuro. É o passado que “acende a sua coragem para manter-se por mais tempo em vida, inflama a esperança de que a justiça ainda está por vir, de que a felicidade está sentada por detrás da montanha a qual estão se dirigindo” (NIETZSCHE, 2003,



p. 14-15). Nesse modo de compreensão da história, esta deve estar a serviço da vida do homem, não meramente como uma forma de conhecimento puro. O filósofo conclui que o conhecimento histórico é “algo salutar e frutífero para o futuro em consequência de uma nova e poderosa corrente de vida, do vir a ser de uma nova cultura” (NIETZSCHE, 2003, p. 17).

Para Nietzsche, existem três aspectos a serem observados pelo homem em relação à pertinência da história em suas vidas: conforme suas ações e aspirações; de acordo como o homem preserva e venera os objetos históricos<sup>10</sup>; e como a história lhe causa sofrimento e lhe exige libertação. A partir desses aspectos, Nietzsche classifica a história em três tipos: a história monumental, a antiquária e uma terceira espécie crítica do contexto histórico. Para nós, cabe determo-nos a uma análise do viés crítico que essa história nos proporciona, apenas como uma perspectiva metodologia para este estudo, pois, como ele adverte “todo homem e todo povo precisa de um certo conhecimento do passado” (NIETZSCHE, 2003, p. 32-33).

De acordo com a proposta de Nietzsche, a história é marcada sempre pelo olhar daquele que tende a preservar e a venerá-la, o que marca a sua origem, sua identidade. Todavia, apesar do olhar amoroso que possuímos desses objetos históricos, devemos estar atentos que eles se degeneram com o passar o tempo, na medida que há a sobreposição de novos elementos que os novos tempos apresentam. Ele ressalta que todo passado é digno de ser condenado e reavaliado com o passar do tempo e das mudanças de perspectivas sobre esse passado. Através de um método crítico de análise da história, ele defende que, de tempo em tempos, há uma necessidade de “explodir e dissolver um passado” (NIETZSCHE, 2003, p. 29). O passado deve ser levado diante de um “tribunal”, onde será interrogado e julgado de acordo com suas ações. Ao afirmar a necessidade de uma revisão e julgamento do passado, Nietzsche defende que não existe um passado perfeito e mítico e “todo passado é digno de ser condenado – pois é assim que se passa com as coisas humanas: sempre houve nelas violências e fraqueza humanas potentes” (NIETZSCHE, 2003, p. 30).

Entretanto, para o filósofo, esse processo é um tanto perigoso, principalmente, se o homem tenta buscar uma total aniquilação desse passado a ser revisto. Os homens, os povos, as culturas são resultados de gerações anteriores. Logo, somos frutos dos lados tanto positivos, quanto dos aspectos mais sombrios desse passado. “Somos o resultado de suas aberrações, paixões e erros, mesmo de seus crimes; não é possível se libertar totalmente desta cadeia”, afirma (NIETZSCHE, 2003, p.30-31).

---

<sup>10</sup> Compreende-se objeto histórico não apenas como objetos físicos como uma fotografia ou uma peça de vestuário, mas como qualquer elemento dotado de um sentido histórico, como um acontecimento, uma lembrança, um lugar.

Temporalmente, um pouco mais a frente, outro pensador da história, Walter Benjamin, propõe uma concepção história que, também, se utilizada do passado como uma ferramenta revolucionária do presente. Mas não é só isso, Michael Löwy apresenta uma análise profunda em **Walter Benjamin**: aviso de incêndio, não apenas das suas teses sobre o conceito de história, mas do pensamento benjaminiano de uma maneira geral. De acordo com Löwy, Benjamin é considerado um historiador da cultura, principalmente, para a academia francesa, a qual tem se focado estudos sobre a estética de seus textos.

As teses “Sobre o conceito de história” mostram a complexidade do pensamento benjaminiano e a crítica ao pensamento da história até aquele momento. Para João Barrento, organizador e tradutor da obra **O anjo da história**, as teses representam a dinâmica de seu pensamento, do seu “fragmentarismo construtivo”. Segundo Barrento, o texto que conhecemos hoje, como uma versão definitiva, apresenta-se em três outras versões, a de Gretel Adorno (“Sobre o conceito de história”), Theodoro Adorno (“Reflexões sobre a filosofia da História, por Walter Benjamin”) e uma versão manuscrita que esteve em posse de Hannah Arendt, em Nova York. No entanto, observa-se que há outros textos que já apresentavam as temáticas discutidas por Benjamin nas teses, como na “Conferência sobre a vida dos estudantes” (1915), no “Fragmento teológico-político” (1920), em “Eduard Fuchs, colecionador e historiador” (1937) e em muitos manuscritos e cartas que estão reunidos em seus arquivos. Barrento destaca que esses textos “constituem um conjunto de reflexões que colocam problemas de vária ordem: de sequência de fragmentos, de fixação e de datação” (BENJAMIN, 2012, p.168)

Apesar de todos esses outros fragmentos, as Teses só surgiram no início de 1940, antes de o autor tentar escapar para a Espanha do regime nazista, quando o grupo o qual fazia parte é interceptado na fronteira espanhola. Benjamin optou pelo suicídio em setembro de 1940, porém seu ensaio já havia sido enviado ao instituto de investigação social. Ao lê-lo, Bertolt Brecht enfatiza que:

Benjamin insurge-se contra a ideia da história como processo contínuo, do progresso como empresa poderosa de umas quantas cabeças descansadas, do trabalho como fonte de moralidade, do operariado como protegés da técnica, etc. troça da frase, tantas vezes ouvida, que diz que é de admirar que uma coisa como fascismo ‘ainda possa acontecer neste século’ (como se ele não fosse fruto de todos os séculos) (BENJAMIN, 2012, p. 174).

As Teses apresentam um aspecto fragmentado e inacabado, porém mostram-se sempre atuais. O texto é composto por dezoito teses e dois apêndices que “não são abstrações metafísicas, mas se relacionam a experiências históricas concretas” (LÖWY, 2005, p. 38).

Destaca ainda a universalidade e a atualidade proposta por Benjamin “coloca questões relativas a toda história moderna e ao lugar do século XX no percurso social da humanidade” (LÖWY, 2005, p. 35). O próprio Benjamin, em carta à Horkheimer, em fevereiro de 1940, explica que as Teses:

Constituem uma primeira tentativa de fixar um aspecto da História que estabelecerá uma cisão irreversível entre o nosso modo de ver os resquícios do positivismo que, segundo penso, marcam tão profundamente até aqueles conceitos da História, em si mesmos, nos estão mais próximos e nos são mais familiares. O caráter esquemático que tive de dar a essas teses dissuade-me de enviá-las como estão. Mas quero dar-lhe conhecimento delas para lhe dizer que os estudos históricos a que, como sabe, me entrego de momento não me impedem de me sentir solicitado, tanto quanto o senhor e outros amigos aí, pelos problemas teóricos que a situação mundial inelutavelmente nos coloca (BENJAMIN, 2012, p. 172).

Benjamin reflete bem o contexto histórico no qual se insere em suas teses e utiliza-se de alegorias e metáforas para discutir o progresso que se anuncia com os movimentos políticos e sociais do início de século XX. Ele, em seu ensaio “Alarme de Incêndio”, questiona quem serão os vencedores e os vencidos com o progresso que se apresenta, principalmente, com as lutas de classes entre o proletariado e a burguesia. Como ele próprio destaca, “não se trata de um combate após cujo desfecho as coisas irão bem para o vencedor, mal para o vencido” (BENJAMIN, 2011a, p. 42).

Benjamin, em sua primeira tese, traz a figura do autômato jogador de xadrez que sempre respondia a uma jogada de seu oponente de forma certa a qual garantia a vitória do boneco. No entanto, o boneco era manipulado por um grande enxadrista. Através dessa alegoria, ele demonstra como a evolução da história leva sempre a vitória e ao progresso de um determinado grupo. No contexto de Benjamin, “o materialismo histórico torna-se efetivamente [...] um método que percebe a história como um tipo de máquina que conduz ‘automaticamente’ ao triunfo do socialismo” (LÖWY, 2005, p. 41). Entretanto, sem o artifício, o autômato jamais venceria a partida. Na interpretação de Löwy, vencer a partida seria compreender a história, não a partir da visão dos opressores, das classes dominantes. Deve-se vencer o inimigo histórico que, na época de sua elaboração, era o fascismo. Sendo assim, Löwy afirma que “sem uma interpretação correta da história, é difícil, se não impossível, lutar de maneira eficaz contra o fascismo” (LÖWY, 2005, p. 42).

Em busca de uma redenção aos problemas passado, Benjamin, em sua segunda tese, afirma que a felicidade do homem, tanto a nível individual quanto no coletivo residirá quando a humanidade for capaz de acertar suas dívidas com o passado. Apresentando um caráter mais

teológico, o messianismo proposto por ele, não está na figura de um Messias redentor como o da visão judaico-cristã, mas a própria humanidade é responsável por sua salvação, a partir do momento em que for capaz de valorizar não só o passado grandioso, mas, principalmente, as vítimas dele. Segundo ele, nossa cultura, nova identidade, nossa existência está ligada ao passado e não tem como ignorá-la. Ao questionar-se em sua tese “pois não somos tocados por um sopro de ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram?” (BENJAMIN, 2011e, p. 223), ele reafirma a necessidade dessa valorização, principalmente, das vozes que se emudeceram durante o percurso histórico. Agindo no presente, a redenção é de ordem revolucionária, cabendo a cada geração ser responsável por essa “frágil força messiânica para a qual o passado dirige um apelo” (BENJAMIN, 2011e, p. 223). Löwy destaca que, nesse processo, “é preciso, para que a redenção aconteça, a reparação – em hebraico, *tikkun* – do sofrimento, da desolação das gerações vencidas, e a realização dos objetivos pelos quais lutaram e não conseguiram alcançar” (LÖWY, 2005, p. 51).

Para o ensaísta alemão, só há a compreensão da história quando todos os acontecimentos históricos forem analisados “sem distinguir entre os grandes e os pequenos, [levando] em conta a verdade de que nada do que aconteceu pode ser considerado perdido para a história” (BENJAMIN, 2011e, p. 223). Löwy destaca que Benjamin escolhe a figura do cronista, na terceira tese, pois seu desejo é representar a história de forma integral. Para o cronista, a história não “exclui detalhe algum, acontecimento algum, mesmo que seja insignificante, e para a qual nada está perdido” (LÖWY, 2005, p. 54). Na concepção benjaminiana só haverá redenção para a humanidade quando o sofrimento de um único ser humano não for esquecido, pois para ele “somente para a humanidade redimida o passado é citável, em cada um dos seus momentos” (BENJAMIN, 2011e, p. 223).

As noções apresentadas na quinta tese, apareceram primeiramente em “Eduard Fuchs, colecionador e historiador” (1937), texto que trabalha com a figura do historiador tradicional, que deve “abandonar a atitude contemplativa em relação ao seu objeto, para tomar consciência da constelação crítica em que se situa precisamente esse fragmento, precisamente no presente” (BENJAMIN, 2012, p. 128), afirmando, assim, o engajamento ativo do historiador ao materialismo histórico. Nessa tese, Benjamin quer demonstrar a importância do passado para o presente, e ele só se torna importante no momento em que há o reconhecimento de seu valor nas atitudes presentes. Entretanto, adverte que “a verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido” (BENJAMIN, 2011e, p. 224). Em sua apresentação à obra de Benjamin,

Gagnebin (2011a) destaca essa relação dialética entre passado e presente, ressaltando que o temor do ensaísta, era que o passado caísse nas malhas do esquecimento.

Benjamin rejeita a concepção de história como representação do passado “como de fato ele foi” (BENJAMIN, 2011e, p. 224). Essa visão de registrar os fatos como “realmente” aconteceram “confirma a visão dos vencedores, dos reis, dos papas, dos imperadores”, como ressalta Löwy (2005, p. 65), acerca da visão positivista da história. Löwy chama atenção para o surgimento de uma imagem inautêntica do passado visto que as classes oprimidas não são contempladas nesses registros. Benjamin destaca que a preocupação com o passado só se apresenta “no momento de um perigo” (BENJAMIN, 2011e, p. 224), nesse caso, o perigo do esquecimento/ apagamento do acontecimento ou do sujeito histórico. Ele ressalta que “o perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem” (BENJAMIN, 2011e, p.224). O alemão conclui sua sexta tese afirmando que a vitória do inimigo, não deixará em segurança nem os mortos. Benjamin teme “pela falsificação ou pelo esquecimento de seus combatentes” (LÖWY, 2005, p. 66).

Ao começar sua sétima tese, Benjamin adverte ao historiador que esqueça o porvir histórico caso deseje reviver o passado. Ele critica a “identificação afetiva” que o materialismo histórico pratica em relação ao vencedor. Assim, a tese traz o conceito benjaminiano de vencedor como aqueles que “num momento dado dominam, são os herdeiros de todos os que venceram antes” (BENJAMIN, 2011e, p. 225). Ele complementa que os despojos carregados pelos vencedores “são o que chamamos de bens culturais” (BENJAMIN, 2011e, p. 225). Desse modo, reflete que “nunca houve um momento um momento da cultura que não fosse também um momento de barbárie” (BENJAMIN, 2011e, p. 225). Ou seja, que a base histórico-cultural dos vencedores, encontra-se sobre as ruínas dos vencidos.

É nesse ponto que a crítica contra a História (dita oficial) se torna mais clara. Benjamin acredita que o materialismo histórico fecha os olhos para os horrores praticados durante os movimentos de dominação cultural e política, esquecendo daqueles que são/ foram subjugados nesses movimentos, por uma identificação afetiva ao vencedor. Segundo Löwy, Benjamin se solidariza “aos que caíram sob as rodas de carruagens majestosas e magníficas denominadas Civilização, Progresso e Modernidade” (2005, p. 73). Contra o fechar ou desviar dos olhos de alguns historiadores, que Benjamin defende a “tarefa de escovar a história a contrapelo” (2011e, p. 225). “Escovar a história a contrapelo [...] significa, então, em primeiro lugar, a recusa em se juntar de uma maneira ou de outra, ao cortejo triunfal que continua, ainda hoje, a marchar sobre aqueles que jazem por terra”, explica Löwy (2005, p.73).

Benjamin propõe uma relação dialética, ao invés de uma relação excludente, entre a cultura/civilização e a barbárie. Para ele, esses momentos não são contraditórios em si, mas fazem parte do mesmo processo político-cultural, logo devem ser compreendidos em sua integralidade. De maneira ampla, a sétima tese enfatiza, segundo Löwy que “a alta cultura não poderia existir sob a forma histórica sem trabalho anônimo dos produtores diretos – escravos, camponeses ou operários – eles próprios excluídos do prazer de bens culturais” (LÖWY, 2005, p. 78). De modo, os bens culturais transmitidos pelas gerações tornam-se documentos de barbárie visto que nasceram dos sistemas políticos de opressão, desigualdade e transmitidos a partir da força.

No entanto, em um de seus manuscritos, Benjamin destaca que “é mais difícil honrar a memória dos anônimos do que dos famosos, {a dos mais celebrados, sem excluir a dos poetas e pensadores. A construção da história é dedicada à memória dos anônimos...}” (BENJAMIN, 2012, p. 187). Dessa maneira, ele propõe que a história seja analisada a contrapelo, considerando a partir “do ponto de vista dos vencidos, dos excluídos, dos párias” (LÖWY, 2005, p. 79). Sendo assim, a releitura da história, em sentido contrário, possibilita essa relação dialética com a “alta cultura” e a cultura dos excluídos, uma vez que oportuniza aos vencidos se fazerem ouvidos de todas as épocas e de todos os lugares. Desse modo, Löwy, afirma que “o presente ilumina o passado, e o passado iluminado torna-se uma força no presente. Os antigos combates se voltam ‘para ao sol que está a se levantar’, mas, uma vez tocados por essa claridade, alimentam a consciência de classe daqueles que sublevam” (LÖWY, 2005, p. 61).

Na nona tese, Benjamin recorre ao *Angelus Novus*, quadro de Paul Klee<sup>11</sup>, como representação do anjo da história que enfrenta a tempestade do progresso, sobre os escombros, as ruínas do passado e com as asas estiradas para frente. O anjo é levado irresistivelmente ao futuro, porém, mantém seu olhar preso ao passado, enquanto esses escombros se amontoam diante dele.

Assim, o historiador deve ser como o anjo de Klee, como Benjamin postula em um de seus manuscritos:

Um profeta de olhos postos no passado. Volta costas ao seu próprio tempo; o seu olhar de vidente infla-se com os cumes dos acontecimentos de outrora, progressivamente mais mortiços à medida que vão mergulhando mais no passado. Esse olhar de vidente tem do seu próprio tempo uma consciência mais nítida do que os contemporâneos que “acompanham” esse tempo (BENJAMIN, 2012, p. 181)

---

<sup>11</sup> *Angelus Novus* é um desenho à nanquim, giz pastel e aquarela sobre papel, feito por Paul Klee em 1920. Atualmente, faz parte da coleção do Museu de Israel em Jerusalém.

**Figura 1** – *Angelus Novus*, de Paul Klee



Fonte: *Blog Provoca Disparates*<sup>12</sup>.

Dentre as múltiplas leituras que se depreende do quadro de Klee, podemos ver o anjo como a representação de escritores que buscam em seu trabalho literário um revisionismo, um contar da história a contrapelo. Eles estão sobre as ruínas do processo diversos momentos históricos e culturais, são levados ao futuro pelos novos ventos, porém, com o olhar preso ao passado, não com saudosismo, mas com uma visão crítica e questionadora dos processos históricos vivenciado. Encaixam-se nesse perfil escritores que trazem à tona o período ditatorial latino-americano, aqueles que discutem o processo (pós-)colonial em África, aqueles que releem o período escravista e a situação dos afrodescendentes. Assumem-se como sujeitos históricos e visam compreender o passado para garantir um futuro para as próximas gerações.

Em sua décima segunda tese, Benjamin, reitera o pensamento nietzschiano sobre a utilidade da história para a vida do homem. Como ele cita, “precisamos da História, mas não como precisam dela os ociosos que passeiam no jardim da ciência” (BENJAMIN, 2011e, p. 228). Para Benjamin, a história não deve ser vista apenas como um utensílio luxuoso na vida do homem, mas tem que auxiliar no desenvolvimento da humanidade. Para Nietzsche, e Benjamin corrobora, esse pensamento é intempestivo uma vez que se apresentam contra o tempo, “e com isso, no tempo e, esperamos, em favor de um tempo vindouro” (NIETZSCHE, 2003, p. 7).

<sup>12</sup> Disponível em: <<http://provocadisparates.blogspot.com/2015/05/walter-benjamin-o-progresso-e-o-anjo-da.html>>. Acesso em: 26 mai. 2016.

Por último, nesse recorte que se fez nas teses, a décima quarta tese, ressalta que “a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’” (BENJAMIN, 2011e, p. 229). Para o ensaísta alemão, não há como pensar a história vagando em um tempo-espço aleatório, ao contrário, como ressalta Löwy, “o passado contém o presente, *Jetztzeit* – ‘tempo-de-agora’ ou ‘tempo-atual’” (2010, p. 120). Além disso, depreende-se dessa leitura que o poder seletivo e os poderes ideológicos influenciam, especialmente, na construção dessa história. Benjamin destaca, também, a revolução é um importante instrumento para as mudanças na sociedade, no entanto, essa revolução parte do “salto do tigre em direção ao passado” (BENJAMIN, 2011e, p. 230), quando se propõem em salvar a herança deixada pelos oprimidos para se evitar as catástrofes do presente, como afirma Löwy, “a revolução presente se alimenta do passado” (2005, p. 120). É preciso que o homem presente busque na tradição do passado os fios para se tecer a trama, como diria o próprio Benjamin.

É a partir dessa tentativa de compreender a história com uma ferramenta para o entendimento da humanidade, como elemento que possibilita ao homem guiar seus caminhos e reafirmando os pensamentos de Benjamin e Nietzsche que a história é um constructo sócio-político-ideológico que nos deparamos com as possibilidades interpretativas que essa história apresenta como uma representação permeada de discursos, principalmente, dos vencedores e não dos que foram oprimidos. Entre as críticas apontadas ao discurso e ao próprio fazer histórico, desde o século XIX, observa-se a história, juntamente com a literatura, como objeto do saber pertencente ao mesmo campo do conhecimento, o qual “buscava ‘interpretar a experiência, com o objetivo de orientar e elevar o homem’” (HUTCHEON, 1991, p. 141). No entanto, mesmo com o advento da história como ciência, as discussões sobre o caráter interpretativo dos fatos permaneciam. Hutcheon destaca que, ainda hoje, literatura e história “obtem suas forças a partir da verossimilhança, mais do que a partir de qualquer verdade objetiva” (1991, p. 141).

Por outro lado, Hayden White (1994), em **Trópicos do discurso**, enfatiza o papel do historiador na construção do discurso histórico e na concepção de história como “uma *semiciência*” e busca o equilíbrio entre arte e ciência. Para o historiador:

Os dados históricos não se prestam à “livre” manipulação artística e de que a forma das suas narrativas não é uma questão de escolha, mas é exigida pela natureza da própria matéria histórica. [...]

Os historiadores afirmam às vezes que somente na história é que a arte se mantém numa síntese harmoniosa. Segunda essa concepção, o historiador não é apenas o mediador entre o passado e o presente; tem igualmente a tarefa especial de reunir dois modos de compreensão do mundo que



costumeiramente estariam invariavelmente separados (WHITE, 1994, p. 39-40).

Essa separação radical entre literatura e história proposta pelo pensamento do século XIX, de que ambas são meios distintos de compreensão do mundo, não é mais aceita pela maioria dos pensadores contemporâneos. Para esses pensadores, tudo foi gerado por um mal-entendido entre o medo dos artistas românticos que não compreendiam a ciência e “pela ignorância que o cientista positivista tinha da arte” (WHITE, 1994, p. 41), ambos influenciados pelo pensamento da época. Porém, para a crítica moderna, as distâncias entre arte e história diminuíram a partir do entendimento entre os modos de visão de como artistas e cientistas expressão suas percepções do mundo. De acordo com White, à medida que diminui essas diferenças de ver o mundo desses dois grupos, “desaparece a necessidade de um agente mediador entre ciência e arte; pelo menos, já não é evidente que o historiador está especialmente qualificado para desempenhar a função de mediador” (WHITE, 1994, p. 41).

Dentre as discussões promovidas por White, ele destaca que o historiador deve libertar de formar harmoniosa e equilibrada o homem, o presente do fardo da história. O historiador deve fornecer concepções ao homem, através do passado, para a compreensão do presente e não “consagrar-se a um passado puramente pessoal, ou uma espécie de necrófilo cultural, isto é, alguém que encontra nos mortos e moribundos um valor que jamais pode encontrar nos vivos” (1994, p. 53). White ressalta ainda que “o historiador contemporâneo precisa estabelecer o valor do passado, não como um fim em si, mas como um meio de fornecer perspectivas sobre o presente que contribuam para a solução dos problemas peculiares ao nosso tempo” (1994, p. 53). Nessa tentativa conciliatória entre a ciência e a arte, o papel do historiador contemporâneo é ser “uma voz no diálogo cultural” (WHITE, 1994, p. 54), na medida que assume o papel de mediador entre as artes e as ciências de seu tempo, questionando qual a função que ambas exercem no tratamento do objeto histórico.

Não há como discordar que as narrativas históricas apresentam uma interpretação dos fatos mediada pela visão do historiador, a partir das perguntas que são elaboradas “acerca dos fenômenos que tem diante de si” (WHITE, 1994, p. 56). Segundo White, há uma série de fatos registrados, os quais o historiador não é capaz de incluir no percurso de sua narrativa, visto que é um processo seletivo e de construção da narrativa. De fato, é papel do historiador selecionar os fatos que lhe são pertinentes ao seu projeto e “interpretar o seu material, preenchendo as lacunas das informações a partir de inferências ou especulações” (1994, p. 64), afirma o crítico. Ele complementa que a narrativa histórica congrega uma série de eventos, e esses, ao mesmo

tempo uma representação que é uma interpretação e uma interpretação que é tomada por uma explicação de todo o processo refletido na narrativa” (WHITE, 1994, p. 64).

No entanto, cabe afirmar que a grande crítica feita ao caráter interpretativo nas narrativas históricas reside no fato de se estabelecer um limite entre a interpretação e a objetividade dos fatos. Nesse ponto, White consegue fazer uma distinção entre o historiador e os meta-historiadores. Desse modo, destaca que:

O “**historiador propriamente dito**”, costuma-se afirmar, procura explicar o que aconteceu no passado mediante uma reconstrução precisa e minuciosa dos acontecimentos registrados nos documentos. Ele faz presumivelmente reprimindo até onde for possível seu impulso para interpretar os dados, ou pelo menos indicando, em sua narrativa, onde está apenas representando os fatos e onde os está interpretando. Desse modo, na teoria da história, concebe-se que a explicação é proposta em relação à interpretação, como elementos claramente discerníveis de toda representação histórica propriamente dita. Na **meta-história**, em contrapartida, os aspectos explicativos e interpretativos da narrativa tendem a andar juntos e a se confundir de modo a dissolver a sua autoridade de representação do “que aconteceu” no passado ou de explicação válida da razão por que aconteceu como aconteceu (WHITE, 1994, p. 66 – grifo meu).

Apesar dessa distinção proposta por White, ele defende que não há como existir história sem a meta-história, sem que haja estratégias interpretativas fundamentais para a representação da história. Novamente, percebe-se uma estreita fronteira entre ambas. Os aspectos interpretativos tanto da história quanto da meta-história proporcionam uma série de discussões. Dentre elas, os filósofos contemporâneos da história se questionam qual o limite em que uma narrativa histórica não é uma interpretação dos fatos apresentados, não é fruto do conhecimento, mas de suposições pautadas de acordo com algumas diretrizes propostas pelo contexto no qual o historiador está inserido. White recorre a Levi-Strauss, corroborando que “a ‘história’ nunca é apenas a história, mas sempre a ‘história-para’, a história escrita no interesse de algum objetivo ou visão infracientíficos” (WHITE, 1994, p. 71). Desse modo, observando os objetivos da produção do discurso histórico, ele destaca que surgem dois grupos distintos de historiadores, aqueles que se baseiam na ciência histórica para a explicação dos acontecimentos e outro que produzem narrativas mais literárias.

White trabalha com a ideia de que a representação histórica é um constructo, seguindo a concepção de outros dois pensadores da história, Northrop Frye e R.G. Collingwood, “na medida em que o historiador deve necessariamente ‘interpretar’ os ‘dados’ que lhe são oferecidos pelo registro histórico a fim de fornecer algo como uma ‘explicação’ deles (WHITE, 1994, p. 73). Esse posicionamento era semelhante ao que Levi-Strauss também defendia. Dentre

esses recursos que se valiam os historiadores para sua interpretação, White destaca que “mediante a crítica dos documentos, o historiador estabelece a ‘moldura’ de sua narrativa, o conjunto de fatos a partir do qual uma ‘estória’ deve ser moldada no relato narrativo que ele faz deles” (1994, p. 76). Retornando ao pensamento de Levi-Strauss, White enfatiza que o seu ponto de vista está correto em dizer que “é possível contar um grande número de estórias diferentes sobre o único conjunto de acontecimentos” (1994, p. 77).

Aprofundando em suas discussões White defende que o papel de um bom historiador é deixar claro a seus leitores que a narrativa histórica produzida é passível de sofrer alterações de acordo como os fatos são acrescentados. Para White, “a natureza [da história é] essencialmente provisória e contingente das representações históricas e sua suscetibilidade a uma revisão infinita dos problemas à luz de novos testemunhos ou de uma conceituação mais elaborada” (1994, p. 98). São justamente essas questões que os antigos filósofos e pensadores da história não observavam em suas análises. Segundo ele, muitos desses filósofos não conseguiram compreender que os eventos relatados em um conjunto determinado não fazem parte ou não englobam todo o acontecimento história, eles representam apenas uma parcela daquilo que se quer mostrar ou enfatizar conforme uma série de pontos de vistas que o historiador possui ou é impelido a assumir.

Desse modo, White enfatiza que a narrativa histórica “pode ser contada de inúmeras maneiras diferentes, de modo a fornecer interpretações diferentes daqueles eventos e dotá-los de sentidos diferentes” (1994, p. 101). É através dessas narrações, dos modos e das estruturas de enredo que a cultura se apodera desses recursos para transformar “inteligível tanto o passado pessoal quanto o passado público” (WHITE, 1994, p. 102) e conseguir levá-los e difundi-los entre as pessoas e as nações.

Nesse processo, os historiadores nos levam a refamiliarizarmos com os acontecimentos que foram esquecidos por desatenção, por acidente ou foram reprimidos pelo sujeito ou por um grupo. Ainda é capaz de promover através da compreensão dos eventos um autoconhecimento da identidade tanto individual quanto coletiva, semelhante ao processo psicanalítico, no qual, através do processo de análise, conduz o paciente a “retramar” sua história, sendo ele capaz de modificar sua vida através da (res)significação de sentido para os fatos da vida.

Assim sendo, compreendendo a história como um processo de representação verbal, capaz de se valer de formas simbólicas para a construção da narrativa e que serve como matéria-prima para muitas obras literárias que veremos, a partir de agora, como a literatura se serve da história como elemento na composição e alguns processos para essa composição de narrativas

históricas. Nessas obras, a quais a história aparece como elemento potente no enredo, observa-se, de acordo com White, que:

Elas conseguem dar sentido a conjuntos de acontecimentos passados, além e acima de qualquer compreensão que forneçam, recorrendo as supostas leis causais, mediante a exploração das similaridades metafóricas entre os conjuntos de acontecimentos reais e as estruturas convencionais das nossas ficções. Pela própria constituição de um conjunto de eventos com vistas a criar com eles uma estória compreensível, o historiador impõe a esses eventos o significado simbólico de uma estrutura de enredo compreensível (WHITE, 1994, p. 108).

White retoma a antiga distinção que havia entre a história como narrativa do verdadeiro, do real, enquanto a ficção está no campo do imaginário, do faz de conta. Segundo ele, essa concepção marcava que, para essas narrativas históricas, possuíam duas maneiras de compreendê-las quanto ao mundo da experiência: “um dos quais [o mundo da experiência] é codificado como ‘real’ e outro se ‘revela’ como ilusório no decorrer da narrativa” (WHITE, 1994, p. 115). No entanto, White explica que tanto o historiador como o ficcionista tendem a impor uma imagem de “verdade” em suas narrativas. Para ele, seus textos devem fazer sentido e gerar significado para os leitores.

Dentre as formas utilizadas para dar sentido ao mundo, experiência que se faz presente, no contexto contemporâneo, é a metaficção historiográfica que tem garantido seu espaço. Todavia, não se pode deixar de descartar que, desde o advento do Romantismo com a prosa histórica de Walter Scott, **Waverley**, em 1814, o casamento entre Literatura e História sempre esteve presente, de maneira mais sistemática, apresentando diversas obras em diferentes aspectos de como fazer essa comunhão. Os romances históricos ganham tamanha importância, visto que o amadurecimento da compreensão do mundo passa por transformações a partir da Revolução Francesa e da Revolução Industrial, no século XVIII.

De acordo com György Lukács (2011), em **O romance histórico**, a partir desses eventos, “fortalece-se extraordinariamente o sentimento de que existe uma história, de que essa história é um processo ininterrupto de mudanças e, por fim, de que ela interfere diretamente na vida de cada indivíduo” (2011, p. 38). Scott se destaca, segundo Lukács, pois seus personagens não estão alheios aos acontecimentos históricos, pelo contrário, os dota de qualidades boas e más, virtudes e fraquezas e os faz agir historicamente diante dos acontecimentos que os cercam. Desse modo, para o teórico húngaro, a tarefa de Scott, como de todo romancista histórico, “é figurar da maneira mais rica possível essa interação concreta, que corresponde às circunstâncias históricas da época representada” (2011, p. 63).

Lukács analisando a obra de Scott, destaca que a importância da história na composição do romance não está, simplesmente, no retrato que constrói das grandes convulsões da história, mas como essas figurações das “mudanças históricas importantes afetam a vida cotidiana do povo, quais mudanças materiais e psicológicas elas provocam nos homens, que não compreendendo suas causas, reagem de forma imediata e veemente” (LUKÁCS, 2011, p. 68). Além disso, na visão lukacsina, Scott viu que o homem representado em seus romances históricos faz parte da construção do projeto de nação que naquele momento se insurgia. Assim, suas personagens populares, em sua grande maioria, eram de extrema importância nessa construção nacional. Como Lukács ressalta, “o abalo da vida material e moral do povo não era apenas o ponto de partida, mas a missão central da figuração. [...] para ele o grande homem tinha importância [...] como representante das correntes mais importantes da vida nacional” (2011, p. 95).

Observa-se, a partir dessa análise superficial da obra de Lukács acerca dos romances históricos de Scott, que a história exerce um papel importante para a compreensão do próprio contexto histórico, bem como da construção de uma identidade nacional. Em especial, as figuras populares que não se apresentam apenas como os coadjuvantes dessas histórias, mas representam o processo de construção dessas narrativas. Alcmemo Bastos (2007), em **Introdução ao romance histórico**, recupera uma das reflexões sobre a arte, de Alfred de Vigny, que afirma: “a história é um romance do qual o povo é o autor” (BASTOS, 2007, p. 24). Através desse pensamento, percebe-se que a consagrada comunhão entre o romance e a história, destacando a “dicotomia autoria individual (romance)/ autoria coletiva, povo (história)” (2007, p. 24).

Bastos também destaca que o papel do romancista histórico vai além de explicar o “verdadeiro do fato”, mas criar a “verdade da arte”. Sendo assim, o crítico diz que “a função do romancista histórico é, assim, complementar à do historiador, não somente em termos cronológicos, mas também na tarefa de construir uma imagem verdadeira do passado” (BASTOS, 2007, p. 31-32). No entanto, a questão da referencialidade continua como um ponto de grande discussão entre os críticos da história e da literatura. Bastos, por sua vez, esclarece que sempre há um interesse pela a história, na medida que o:

Romance histórico, caracteriza uma situação-limite, pois nele não apenas as personagens, os eventos, os ambientes se parecem com personagens, eventos e ambientes reais, na medida em que muito frequentemente conservam suas marcas de identificação, em especial os nomes próprios, isto é, suas marcas registradas – esbateram em grande parte as fronteiras entre poeta e o historiador (BASTOS, 2007, p. 43).

Para Hutcheon (1991), na contemporaneidade, há a compreensão de que literatura, ficção e história são produções discursivas, que a história só existe mediante ao texto e que o passado está preso a uma textualidade que o concretiza. A partir dessas concepções, a produção literária é impelida ao que ela convencionou chamar de metaficção historiográfica. Para a crítica, esse tipo de discurso histórico-literário refusa “a visão de que a história tem uma pretensão de verdade” (HUTCHEON, 1991, p. 127) e o próprio discurso produzido “se aproveita das verdades e das mentiras dos registros históricos” (1991, p. 152). Esses romances que utilizam a metaficção historiográfica não recusam as dicotomias presente/ passado, individual/ coletivo, representação histórica/ fictícia, pelo contrário, confrontam os paradoxos existentes. Ademais, a metaficção estabelece o confronto entre o literário e o histórico, tanto em níveis de conteúdo temático quanto aos recursos formais que são empregados. Mediante a esse confronto que essa ficção “sugere que reescrever ou representar o passado na ficção e na história é – em ambos os casos – revelá-lo ao presente, impeli-lo de ser conclusivo e teleológico” (1991, p. 147).

Por serem, a literatura e a história, gêneros discursivos que utilizam, na maioria dos casos, os mesmos objetos históricos para suas representações narrativas, Hutcheon enfatiza que ambas não existem em si e por si, são produções construídas. Segundo ela, “tanto a ficção como a história são sistemas culturais de signos, construções ideológicas cuja ideologia inclui sua aparência de autônoma e autossuficiente” (1991, p. 149). Ainda, de acordo com o que defende, essas produções metaficcionais confundem “deliberadamente a noção de que o problema da história é a verificação enquanto o problema da ficção é a veracidade” (1991, p. 149).

Também, diferencia a metaficção do romance histórico como aquele que encena o processo histórico, conforme o ponto de vista de Lukács (2011), ao apresentar as personagens em seu núcleo e como os fatores históricos representam a forma modeladora desses personagens, que seriam a figuração das classes populares. Conforme sua análise, a metaficção historiográfica adota ironia a partir da difença e da pluralidade, numa visão não universalista da cultura. Por outro lado, “a história, pública ou privada o protagonista [...] é declaradamente específico, individual, condicionado cultural e familiarmente” (HUTCHEON, 1991, p. 151).

Outro aspecto importante nesses textos é a intertextualidade numa perspectiva de reduzir as distâncias entre presente e passado, de modo a reescrever esse passado dentro de um novo contexto capaz de fazer com que o leitor possa interagir com esse passado. Hutcheon esclarece que “não é uma tentativa de esvaziar ou evitar a história. Em vez disso, ele confronta diretamente o passado da literatura – e da historiografia, pois ela também se origina de outros textos (documentos)” (1991, p. 157). Além disso, ela afirma que esse processo desperta uma

autorreflexividade nos romances que está diretamente ligada à grande questão de “como é que conhecemos o passado?” (1991, p. 152). Novamente, essa busca pela compreensão da história através da ficção, da literatura, depara-se com a questão da referencialidade, de quais são as referências históricas usadas e se elas estão de acordo com a “verdade” dos fatos. No entanto, adverte que o referente é apenas uma parte, um fragmento, um resíduo do nosso conhecimento sobre a história.

Os textos que se apropriam da história como a ficção histórica, a narrativa histórica e a metaficção historiográfica não conseguem evitar o problema da referencialidade e da origem das evidências e dos documentos que utilizam. No entanto, Hutcheon ressalta que não há como permanecer inocentemente nessa produção metaficcional, principalmente, quanto as referências que são usadas. Para ela, o uso da paródia, além dos processos intertextuais, destaca-se como uma ferramenta importante na construção da obra, especialmente, a paródia irônica que é responsável pelo duplo ou múltiplo entendimento do contexto.

A utilização da paródia, o que pode parecer num primeiro momento como um processo de destruição do passado, na verdade, representa uma ocasião para “sacralizar o passado e questioná-lo ao tempo” (1991, p. 165), ressalta Hutcheon. Esse procedimento representa mais um dos paradoxos dos nossos tempos. Além do mais, estabelece uma fronteira a qual o leitor será obrigado a ultrapassar para melhor compreensão daquilo que está sendo retratado. Segundo ela, “o leitor é obrigado a reconhecer não apenas a inevitável textualidade de nosso conhecimento sobre o passado, mas também o valor e a limitação da forma inevitavelmente discursiva desse conhecimento” (1991, p. 167). Isso reafirma o caráter discursivo que o passado possui, destacando que só podemos conhecê-lo mediante os discursos que são produzidos a seu respeito.

Desse modo, essas ficções representam um passado encenado e leva os leitores a refletirem e os auxiliam num processo de autoconhecimento a partir desses discursos do passado. Como Hutcheon defende, nessas obras, o tratamento dado a matéria histórica não se trata de um realismo documental, mas de “nossas representações culturais do passado” (1991, p. 177), nosso discurso sobre o momento que é trabalhado.

## 2.2 A HISTÓRIA NAS HISTÓRIAS

Tendo como recorte histórico o processo de colonização iniciado a partir do segundo quarto do século XIX, o objetivo dessa seção é investigar como a história foi reescrita dentro do *corpus* literário selecionado. As obras, muitas vezes, são ricas em detalhes, em especial, as

de caráter autobiográfico que trazem um novo enfoque aos acontecimentos desde a chegada nas colônias, nos anos de 1950 e 1960, as transformações sociais durante os anos que esses portugueses estiveram em África até os reflexos da Revolução dos Cravos, em 1974, a perda do domínio dos territórios com os acordos de independência, a fuga das colônias através das ponte aéreas até o processo de adaptação as novas realidades com a chegada a Portugal ou em outros países. Para tanto, criou-se uma cronologia entre as obras de forma a demonstrar esse percurso histórico. Contudo, em vários momentos essas obras se entrelaçam, revelando uma trama entre elas. Sendo assim, a trajetória inicia-se com **Sabor de Maboque** (2009), o qual mostra os motivos da emigração para África, a travessia, a estrutura social vigente, construída ao longo do tempo, as transformações sociais com os movimentos de libertação até a fuga do país. Em seguida, **Caderno de Memórias Coloniais** (2009), que retrata a vida naquela sociedade colonial, as transformações no pensamento e nas atitudes com o fim do período colonial e a promessa de independência, o fim do sonho de uma África para os brancos, a saída do país e o primeiro embate com a nova realidade em Portugal. **Os Retornados, um amor nunca se esquece** (2008) apresenta o movimento de fuga, a ponte aérea e o recomeço. E, por último, **O retorno** (2011) narra as dificuldades com o fim do período colonial, a saída da colônia, as dificuldades de adaptação e os problemas enfrentados pelos retornados quando chegaram em Portugal. Todos esses romances representam uma metonímia do processo colonial até o seu fim, bem como retrata a história de quase meio milhão de pessoas que foram obrigados a abandonar suas vidas nas colônias e aportarem “novamente” em Portugal.

### 2.2.1 “Quisemos pôr uma pedra numa história que terminou mal”<sup>13</sup>

A História de Portugal com África remonta a um passado de mais de cinco séculos. No entanto, deve-se considerar que a efetiva ocupação das colônias portuguesas no continente só começa a ser pensada no final do século XIX. Portugal, assim como outros países europeus, até então, mantinham apenas algumas cidades-polos costeiras que tinham como objetivo servir de base para o escoamento de produtos a serem comercializados na Europa e no Brasil, desde os séculos XV e XVI. Com relação à ocupação da África até 1880, cerca de oitenta por cento do território era controlado por administrações locais, com estruturas sócio-políticas bem variadas como impérios, reinos, comunidades.

---

<sup>13</sup> Retirado do texto “Do pesadelo azul à orgia identitária – trinta anos de política portuguesa 1969-1999”, de Eduardo Lourenço.



Entre os anos 1884 e 1885, realizou-se em Berlim, um encontro que iria reconhecer internacionalmente os termos de posse dos territórios em África. Portugal, Espanha, Bélgica, França, Itália, Alemanha, Grã-Bretanha e o domínio Anglo-Egípcio compunham o grupo de países europeus que dividiram de forma “amigável” o continente, tendo em vista a concretização da “missão civilizadora” do homem branco. Contudo, com a partilha e a nova delimitação de fronteiras, passaram a habitar o mesmo território tribos rivais que aumentavam a instabilidade nesses locais. Essa rivalidade beneficiou o europeu, que a incentivou para melhor dominar. Uma das primeiras medidas tomadas pelos governos foi instaurar um modelo administrativo que fosse capaz de controlar as atividades das populações dominadas.

Apesar de Portugal fazer parte dos acordos propostos neste Congresso, ele ainda se manteve reticente quanto à ocupação de seus territórios. Segundo A. Basil Davidson *et al.* (2010), pouco antes da Primeira Grande Guerra, apenas algumas zonas urbanas da costa eram efetivamente ocupadas em Angola e Moçambique sobre as quais o sistema administrativo colonial estavam bem instalados, como as cidades de Luanda, Benguela, Beira, Lourenço Marques, mais ao interior dessas colônias, “a presença colonial continuava a ser puramente nominal e dependia muitas vezes de uma aliança com os chefes locais e da polícia africana, cuja lealdade era duvidosa” (DAVIDSON, *et al.*, 2010, p. 814). Depois da Primeira Guerra, as alterações no panorama político do Governo de Lisboa, com a queda do governo republicano que era considerado ineficiente, incompetente e corrupto, criou-se uma base para a ascensão de uma aliança conservadora que fundamentaria o governo fascista de António de Oliveira Salazar, garantindo a harmonia social e a dominação colonial.

O fortalecimento do Estado Novo Salazarista impõe as colônias um valor econômico bastante expressivo vinculando-as as necessidades da metrópole. Com a falta de capital econômico para investimentos na colônia por parte do Estado e da iniciativa privada, o governo de Lisboa adotou práticas de exploração colonial “fundada sobre as mais simples práticas, entretanto as mais duras, relativas ao trabalho forçado, à taxa obrigatória da produção agrícola e à venda, para a África do Sul, de contratos de trabalhadores migrantes” (DIOP *et al.*, 2010, p. 73). Além disso, o “regime do indigenato” reduzia os direitos dos nativos, visto que constituíam uma raça, uma cultura e uma classe inferior ao dos portugueses e “estavam submetidos ao trabalho obrigatório cujo caráter representava, por pouco que não, a continuação da escravatura” (DIOP *et al.*, 2010, p. 74).

Durante os anos de 1920 e 1940, observava-se nas colônias a resistência dos nativos em permanecerem nos trabalhos das lavouras, o que representava uma queda na produção agrícola. Além do mais, a transferência de nativos de uma colônia para outra reduzia-se e a baixa

fertilidade da terra agravavam a crise na produção. Desde 1933, já se defendia a transferência de mão de obra portuguesa para as colônias a fim de garantir o desenvolvimento das colônias, que, além disso, asseguraria o branqueamento da África portuguesa. No entanto, o baixo capital técnico e econômico desses colonos que aportavam em África levou a uma política de extrema exploração dos nativos. Segundo Diop *et al.*, “eles não podiam sobreviver senão explorando ao extremo a população dos autóctones, sendo levados a ocupar os mais modestos empregos, bloqueando o acesso dos africanos aos escritórios, à administração e até mesmo às usinas” (DIOP *et al.*, 2010, p. 76). Desse modo, intensificavam-se as barreiras étnicas e sociais que separavam brancos e negros nas colônias e toda política racial que se desenvolveria com o passar dos tempos. Todavia, o governo metropolitano apresentava o mito da harmonia racial e da cooperação mútua entre os povos.

A partir de 1940, percebem-se, notoriamente, as modificações da estrutura social das colônias. A sociedade colonial dividia-se em dois grupos: o dos brancos, oriundos de Portugal, que chegava ao país com capital econômico e *know-how* para o desenvolvimento da colônia, além de “descrioulizar” a terra; o segundo grupo dos não-brancos (compostos por negros e mestiços) fazia parte da sociedade tributária, formada por uma pequena elite negra e por aqueles que serviam de mão de obra. Em **O processo de descolonização de Angola** (1980), Franz Wilhelm Heimer reafirma que “a imigração crescente dos anos 50 teve efeito de aumentar o desfazamento entre as aspirações dos não-brancos integrados na sociedade central, e as suas expectativas quanto às ‘chances’ que lhe daria esta sociedade” (HEIMER, 1980, p. 21).

Os motivos que levaram muitos portugueses atravessar o Atlântico foram os mais diversos. De modo geral, a busca por condições de vidas mais favoráveis, diferente da miséria que encontrava na metrópole, pode ser considerado o principal motivo para essa saída. Angola, por exemplo, recebeu, no início da década de 1950, cerca de 15 mil portugueses em busca de uma vida melhor. Ana Sofia Fonseca (2011) afirma que, em seu livro **Angola, terra prometida**, “a província ganhara famas de pérola do império. Chão prometido, que a todos livrava da miséria. Oferecia aventura e outra liberdade. Portugal era então um país triste, amordaçado pelos homens de Deus e do Governo. O mais pobre da Europa Ocidental (FONSECA, 2011, p. 23).

Em **Sabor de Maboque**, Braga destaca que a saga da família Tavares começou com a ida a Angola para a prestação do serviço militar obrigatório por seu pai e tios e, assim, relata:

Com o término da prestação do serviço militar em Angola, a volta de meu pai à metrópole não constituía uma boa alternativa. Lá o esperava a pobreza sem

perspectivas de dias melhores para filhos de camponeses. Tal como Júlio César, meu pai optou pelo que lhe pareceu a solução que se tornou a mola propulsora do sucesso: ficar, trabalhar e vencer naquele pedaço português de terra africana (BRAGA, 2009, p. 22).

Em 1950, Angola, particularmente, apresentava-se como uma promessa. Já nas décadas de 1960 e 1970, mostrava um desenvolvimento econômico intenso nas mais diferentes áreas, de tal modo que “o desenvolvimento obriga a Salazar a abrir os braços ao investimento estrangeiro. Depressa, a norte-americana *Gulf Oil* começa a explorar os poços em Cabinda. Em 1973, o ‘ouro negro’ domina as exportações” (FONSECA, 2011, p. 67). Com isso, a entrada de portugueses em busca do “El dourado” africano continuava, mesmo como o início da guerra. Em **Os Retornados**, o narrador retrata essa prosperidade:

Angola era um país que na década de 1970 apresentava um crescimento brutal. Tinha os recursos desejados: ouro, diamantes, algodão, petróleo, café, um solo rico e uma costa a perder de vista. Havia oportunidades para todos e o desenvolvimento atravessa todas as áreas: na agricultura, na indústria e no comércio todos prosperavam. Nas fazendas de algodão e de café, o país tornava-se economicamente potente, a criação de gado e as explorações mineiras eram alvo de grandes investimentos (MAGALHÃES, 2013, p. 102).

As pessoas se assustavam com as faltas de monumentos pela cidade, mas se rendiam à beleza da baía nos anos cinquenta. Com o passar dos anos, observava-se a modernização das principais cidades angolanas. Fonseca destaca que até o início da guerra “Luanda é uma pequena cidade a sair dos confins do mundo. Tem a imponente fortaleza, o casario da baixa e a Cidade Alta” (2011, p. 58). Com a aplicação dos investimentos nas cidades, a abertura para o capital estrangeiro, o ritmo de trabalho e aumento do consumismo devido ao desenvolvimento econômico da população, as principais cidades se transformam, como apresenta-nos o narrador de **Os Retornados**:

As cidades angolanas, como Luanda, Nova Lisboa, Benguela, Lobito, Moçâmedes e Sá de Bandeira, de avenidas largas e edifícios modernos, eram a imagem da prosperidade de um país que caminhava muito à frente do lento ou quase nulo progresso que o Continente registrava. Esplanadas cheias, restaurantes apinhados, cinemas ao ar livre, discotecas, praias, uma rede escolar invejável, um sistema de saúde moderno e avançado faziam de Angola um país apetecível e com um futuro que o poderia colocar próximo das grandes potências mundiais (MAGALHÃES, 2013, p. 102).

Quanto aos aspectos da cidade Braga, conta-nos que, ao chegar no Kuito, capital da província do Bié, impressiona-se com a organização da cidade, a largura das ruas, como as

peças “diziam ser assim por exigência do progresso num futuro próximo” (BRAGA, 2009, p. 38). Com aquele olhar ainda de menina, Braga reporta:

Distraí-me a olhar os belíssimos jardins floridos, cuidadosamente planejados, plantados e podados, entremeando quarteirões de casas residenciais e comerciais, cinema, ginásio, horto, Pastelaria Primor, o Palácio do Governo, os prédios do governo, os colégios e outros equipamentos urbanos exigidos por uma cidade com aproximadamente quinze mil habitantes (BRAGA, 2009, p. 39).

No Kuito, abrigavam-se as escolas onde os filhos dos portugueses eram internados para os estudos. Segundo Fonseca, “os liceus das províncias são cópia perfeita dos que se constroem na metrópole: um edifício enorme, dividido em duas alas, muito espaço, ginásio apetrechado e campos de desporto” (2011, p. 145). No Kuito, a educação ficava na responsabilidade de padres e freiras, que se dividiam em dois prédios, separando os meninos e as meninas. Enquanto Braga vivia sobre o regime das irmãs que tinha como uniforme “um vestido com barra na altura do joelho, sem mangas, azul marinho e com duas pregas macho de cima a baixo, tanto na frente quanto nas costas” (2009, p. 40-41), Fonseca destaca que nas grandes cidades “rapazes e raparigas crescem em conjunto. Sem uniforme, cada um a ostentar a sua moda” (2011, p. 145).

Além daqueles que viram em África uma oportunidade de sucesso econômico e permaneceram, outros possuíam a missão no desenvolvimento e na modernização das colônias. No **Caderno de Memórias Coloniais**, Figueiredo afirma que “o meu pai, a quem coube a missão de eletrificar a Lourenço Marques dos anos 60, nunca quis empregados brancos, porque teria de lhes pagar os olhos da cara” (FIGUEIREDO, 2011, p. 23). Observa-se ainda nesse excerto a exploração da mão de obra nativa cuja recompensa pelo serviço prestado seria mais baixo do que ao valor pago pela mão de obra branca. A esse respeito, Heimer destaca que, com o fim da soberania dos povos africanos, eles foram obrigados “a contribuir para o desenvolvimento da nova economia” (HEIMER, 1980, p. 18).

Angola e Moçambique, particularmente, representavam o eldorado para a grande massa de portugueses que atravessam os mares. Desde os primeiros tempos do projeto colonizador, no século XV, não era apenas os homens que participavam dessa empreitada, as mulheres também eram incentivadas fazer parte da ocupação dos territórios. Ribeiro (2007) destaca que, em toda a história de colonização portuguesa, as mulheres ganharam importância. Segundo a crítica, as prostitutas e as órfãs “foram as primeiras colonizadoras apoiadas pelo Estado e muito contribuíram para o sedimentar da colonização portuguesa” (RIBEIRO, 2007, p. 21). Tendo a família portuguesa como representante da nação, o governo salazarista incentivava as mulheres

a fazerem a travessia em nome do país. Ribeiro destaca que o objetivo do governo era conseguir o apoio das mulheres para a ocupação e, principalmente, durante a década de 1960 quando se iniciou a guerra colonial. Para ela, “o estímulo esperando das mulheres era, portanto, o de apoiar a guerra, conseqüentemente a ida dos homens, maridos ou filhos, para África e cuidar do seu bem-estar” (RIBEIRO, 2007, p. 24).

Ao mesmo tempo em que o governo enviava soldados para controlar as insurgências, “o regime estimulava a ida de famílias para colonizar as terras africanas, oferecendo passagens, concedendo empréstimos para a exploração agrícola através das Juntas Provisórias de Povoamento e outras facilidades” (RIBEIRO, 2007, p. 25). A família, para o governo estadonovista, era o principal fundamento de coesão nacional. Logo, se a família se fragmentava, automaticamente, a nação também se desintegrava. Assim sendo, Ribeiro explica que “era natural que se fosse para guerra em família, a célula unida de controlo moral e político, contra os ‘inimigos do exterior’, capaz de regenerar o conjunto do corpo nacional” (RIBEIRO, 2007, p. 25).

Embora, nas obras selecionadas, as mulheres que iam ao encontro de seus futuros maridos não estivessem ligadas aos movimentos de combate aos insurgentes autóctones, a ida delas representa a formação e a prosperidade da família. Para muitas mulheres, era, também, uma forma de escapar de uma vida de miséria que existia em Portugal. O menino Riu, de **O retorno**, relembra a história da chegada de sua mãe em Angola, para o encontro com o seu pai:

Quando vim ter com o vosso pai trouxe a mala amarela cheia de enxoval todo feito por mim, a pressa que tinha em vir para cá, trabalhava no campo durante o dia e bordava aos serões, a pressa que tinha em vir para cá nem me deixava ter sono, não queria acreditar que ia ter uma casa com torneiras, parecia impossível, por causa das pressa tive que desfazer esta dália três vezes, ainda se nota aqui o tecido maltratado, uma casa com torneiras queria dizer que nunca mais teria de acartar água da fonte, a raiva que tinha aos jarros azuis, um à cabeça e um em cada mão, de casa para a fonte e de fonte para a casa, o caminho nunca mais acabava com tanto peso, na aldeia não havia uma casa que tivesse torneiras, uma casa com torneiras de onde saísse água sempre que se queria só era possível muito longe daquela miséria, num sítio tão longe que nem o frio chegava, não acreditei que aqui não houvesse frio, pus dois cobertores de papa na mala do enxoval, nesta parte a mãe ria-se sempre mas hoje não se ri (CARDOSO, 2012, p. 19).

Muitas mulheres tiveram suas vidas atreladas à travessia do Atlântico. Segundo Braga, a chegada de sua mãe a Angola aconteceu “seis anos mais tarde [1956], na embarcação Uíge, a viagem, de sua jovem esposa num casamento realizado por procuração” (BRAGA, 2009, p. 20). Assim como a família de Braga, muitas famílias que se formaram em África têm sua história

marcada por idas e vindas pelo oceano. Rui relembra a história da chegada de sua mãe nessa terra dos trópicos e, assim como ela, havia outras mulheres cujos maridos aguardavam no cais.

Ainda faltavam duas horas para o Vera Cruz atracar e já o pai estava no cais, a mãe desembarcou com uma saia cinzenta e uma blusa branca a fazer as vezes do vestido de noiva. Havia outras duas noivas no pacote, noivas como deve ser, de véu na cabeça. Estava tanto vento que as noivas seguravam os véus com as mãos, tal era o medo de que os véus caíssem à água. Quando desceu do pacote a mãe procurava no cais o rapaz que tinha fugido muitos anos antes à miséria da aldeia, o rapaz do retrato que trazia ao peito no cordão de ouro (CARDOSO, 2012, p. 24).

Outro motivo que levava os portugueses à África era a falta de liberdade que o regime salazarista impunha como forma de controle da ordem pública. Dentre as principais características dessa política, estava a perda da liberdade de expressão, do direito à greve e a restrição da ação de alguns órgãos de poder. De modo geral, a busca por melhores trabalhos e pela liberdade representa a história da grande maioria daqueles que trocaram a Europa pela África. Fonseca (2011) destaca que a ida à África “no fundo, anima-os a ideia de continuarem em casa. Um Portugal distante, é certo, mas seu. A propaganda do Estado Novo é exímia, a Nação estende-se do Minho a Timor” (FONSECA, 2011, p. 25). Desse modo, muitos escolheram as colônias como refúgio contra as perseguições do governo, como observamos em **Os Retornados**. A família de Carlos Jorge vai à Angola na esperança de uma vida a qual pudesse desfrutar da liberdade, longe da repressão do regime. Assim, decidem “tentar a sua sorte em África” (MAGALHÃES, 2013, p. 16):

Tinham deixado o Continente no início dos anos 50. O pai Alberto, homem das artes, pintor considerado na terra que o viu nascer, Coimbra, um dos mais jovens promissores na arte de pintar telas à óleo, percebeu cedo que o atraso do país e o regime pouco dado a liberdade de expressão lhe davam reduzida margem de manobra para se dedicar a uma paixão que dificilmente ia se correspondida. Tinha feito o curso de Belas Artes no Porto, contra a vontade dos pais que naquele tempo olhavam de soslaio e com poucas esperanças no futuro para que se dedicava a qualquer tipo de arte, com pintura, a escultura, ou até a música (MAGALHÃES, 2013, p. 15-16).

Com o aumento da população branca nas colônias, aprofundava ainda mais as diferenças entre brancos e negros na estrutura social. Os baixos recursos financeiros, que muitos portugueses possuíam, eram compensados com a exploração da mão de obra negra, de tal forma que a prosperidade chegava. No entanto, deve-se ressaltar que esse sucesso estava ligado ao desejo de uma vida melhor e de muito esforço e trabalho dos portugueses, não exclusivamente

à exploração da mão de obra nativa. Em **Sabor de Maboque**, Braga destaca o crescimento de sua família após vinte anos de trabalho:

Em vinte anos, ele e seus três irmãos haviam construído um pequeno império com sede na vila da Nharêa, no coração de Angola. Englobava fazendas pecuaristas e agrícola, um prédio de apartamentos de aluguel na cidade de Sintra, em Portugal, e uma frota de caminhões para transportar grãos, principalmente o café que era exportado pelo porto de Luanda. Os caminhões voltavam carregados com mercadorias que seriam vendidas pela nossa rede de comércio varejista, com casas espalhadas por todo o estado do Bié (BRAGA, 2009, p. 22).

Em **Os Retornados**, o narrador apresenta o crescimento pessoal através da realização dos sonhos. Alberto, apesar de ter se rendido ao capitalismo do mercado de trabalho, consegue, paralelamente, levar o ensino das Belas Artes para diferentes regiões de Angola. Mesmo, transparecendo uma visão ingênua da vida em todo o romance, não se deixa de notar que a prosperidade está vinculada ao trabalho:

Alberto crescia dentro da empresa e angariava dinheiro para erguer o centro de Artes para jovens em Vila Alice, bairro de Luanda onde tinham decidido comprar casa e viver. Passados cinco anos já tinha alargado o projecto do centro de Artes a cidades como Nova Lisboa e Benguela (MAGALHÃES, 2013, p. 17).

A terra prometida não era igual para todos. Enquanto a família Tavares, de **Sabor de Maboque**, possuía uma situação financeira confortável. Os bons ventos da fartura era uma promessa futura para outras famílias que lutavam para se estabilizarem economicamente na vida. A família de Rui, em **O retorno**, esperava sempre para um futuro que nunca chegava. Com a proximidade da guerra, sua família toma a consciência que esse amanhã se torna cada vez mais longe. Naquela época, a ideia de prosperidade está diretamente vinculada às posses e aos bens que possuíam ou eram capazes de adquirir, como o menino Rui narra:

A única diferença é que estávamos mais calados. Dantes falávamos do trabalho do pai, da escola, dos vizinhos, do aspirador que a mãe cobiçava nas revistas, do ar condicionado que o pai tinha prometido, do Babylliss que havia de alisar os caracóis da minha irmã, de uma bicicleta nova para mim. O pai prometia tudo para o ano que vem e quase nunca cumpria. Sabíamos disso mas ficávamos felizes com as promessas do pai, acho que nos bastava a ideia do futuro seria melhor. Antes de todos os tiros terem começado o futuro seria sempre melhor (CARDOSO, 2012, p. 9).

A prosperidade estava estampada nos imensos *outdoors* comerciais que ofereciam produtos as famílias portuguesas, alimentando o consumo e os sonhos daquelas pessoas que gozavam de uma fartura que não se encontrava na metrópole. As principais cidades de Angola e Moçambique apresentavam-se modernas, com grandes prédios de apartamentos, largas avenidas e lojas. Dispunha ainda de produtos que eram proibidos de serem comercializados em Portugal, como é retratado nesses dois excertos:

Painéis que nas décadas de 1960 e 1970 davam conta do modernismo que Angola encerrava, com prédios enormes servidos por largas avenidas e onde já se bebia Coca-Cola, refrigerante cujo consumo era ainda proibido no Continente. “Coca-Cola, a bebida mais bebida”, era o apelo publicitário a que os jovens de Luanda não resistiam (MAGALHÃES, 2013, p. 19).

Uma revelação, um milagre: num segundo, sem explicação, li alto, e de uma só vez, a publicidade pintada nas laterais dos prédios, “Singer, a sua máquina de costura; beba Coca-Cola; pilhas Tudor; com Lux cabe sempre mais um; cerveja 2M, tudo o que a gente quer” (FIGUEIREDO, 2011, p. 59)

Tanto Figueiredo quanto Magalhães revelam as qualidades de se viver nas colônias, principalmente, para os brancos. Segundo Figueiredo (2011): “Em Moçambique era fácil um branco sentir prazer de viver. Quase todos éramos patrões, e os que não eram, ambicionavam sê-lo” (FIGUEIREDO, 2011, p. 25). José Coimbra, uma das personagens de **Os Retornados**, afirmava que “até ao 25 de Abril viver em Angola era uma maravilha. Após o 25 de Abril foi a desgraça total” (MAGALHÃES, 2013, p. 128) e complementa ainda:

Os portugueses viviam bem, mas trabalhavam muito para isso. As fazendas de que se fala, as roças de café, empregavam centenas de pessoas para apanhar o grão. Mas não se pense que só os brancos eram ricos, também os negros viviam bem e haviam muitos com grandes fortunas (MAGALHÃES, 2013, p. 128).

Apesar dessa visão dada por José Coimbra, para a grande parte da população negra nas colônias, o regime trabalhista era de exploração. O homem branco possuía uma visão estereotipada dos negros, como preguiçosos. As práticas de violência eram recorrentes e, desde cedo, esses valores eram transmitidos de pai para filho. Em um dos depoimentos coletados por Fonseca, um entrevistado afirma que “aprendera com o pai ‘a lidar com os pretos’. A sua visão é a do colonialismo: ‘Eles não gostam de trabalhar e uns com os outros são dos mais racistas que há’. Para aprenderem, há que castigá-los como um pai” (2011, p. 116). Além disso, Figueiredo retrata que se apregoava o domínio dos brancos sobre os negros como um direito



natural. Segundo os ensinamentos de seu pai: “o negro estava abaixo de tudo. Não tinha direitos. Teria os da caridade, e se merecesse. Se fosse humilde. Esta era a ordem natural e inquestionável das relações: o preto servia o branco, e branco mandava no preto” (2011, p. 24). Além do corpo negro ser explorado através do trabalho e dos castigos corporais, a exploração da sexualidade do corpo negro era uma prática bastante comum entre os brancos, como narra o Rui, de **O retorno**:

No caminho para casa deu-me os conselho que uma pai tem de dar a um filho, os mesmos conselho que mais tarde dei ao meu filho, as outras pretas não são asseadas como as da munhungu, tens de ter cuidado com as doenças, se por acaso alguma preta te vier chatear com a converso de que a engravidaste manda-a falar comigo, elas raramente nos chateiam porque para elas ter filhos é outra coisa, mas vendo-te tão novo podem querer abusar da tua inocência, se te apetecer ir com uma preta que tenha marido tens de falar com ele primeiro, vais ver que fica todo inchado, é uma honra para um preto que um branco queira a mulher dele, podem pedir-te uma multa, uma garrafa de quimbombo ou uma lâmina de barbear, pequenas coisas que ajudam a convivência, **se temos de viver uns com os outros mais vale que seja em paz**, se for quilumba é diferente, aí tens de falar com o pai, as multas pelas quilumbas podem ser mais altas mas tens a garantia de que está sem doenças, pelo menos das que se apanham com os homens, mas mesmo aí tens de ter cuidado, há muitas que dizem que são quilumbas e já estiveram com mais homens que eu sei lá, **aquilo está-lhes no sangue** (CARDOSO, 2012, p. 204 – grifo meu).

A partir dessa passagem, desdobram-se dois outros pontos que podem ser observados nas obras analisadas. A primeira continua a temática da exploração do corpo negro através da sexualidade, como uma característica biológica das mulheres negras. As mulheres eram vistas como animais, movidas pelos instintos, diferentemente do corpo da mulher branca designado com um santuário destinado apenas ao marido. Figueiredo ressalta que, nessa visão, “as pretas não eram sérias, as pretas tinham a cona larga, as pretas gemiam alto, porque as cadelas gostavam daquilo. Não valiam nada” (FIGUEIREDO, 2011, p. 13). Ana Paula Arnaut ressalta, no artigo “(Estereó)tipos (post-)coloniais: **O retorno** (Dulce Maria Cardoso) e **Caderno de Memórias Coloniais** (Isabela Figueiredo)”, que Figueiredo apresenta a figura da mulher negra “de modo mais claro e violento, se desenha o retrato (o estereótipo) da negra tirado pela branca, e em concomitância, se apresenta o desrespeito do homem branco pela mulher negra” (ARNAUT, 2014, p. 112).

Por sua vez, em **O retorno**, Pacaça refere-se as quitatas<sup>14</sup> do Jacques Franciú, como mercadorias, ressalta do valor diferenciados entre pretas e brancas e comenta: “sempre bem-

---

<sup>14</sup> Prostitutas

dispostas, brancas e pretas, não haviam ali tristeza, as brancas custavam três vezes mais do que as pretas, mas eram mulheres de parar o trânsito” (CARDOSO, 2012, p. 202). Novamente, Figueiredo traz a ideia de valores empregados nas colônias eram diferentes dos proclamados pela Declaração dos Direitos Humanos: “um branco e um preto não eram apenas de raças diferentes. A distância entre brancos e pretos era equivalente à que existe entre diferentes espécies. Eles eram pretos, animais. Nós éramos brancos, éramos pessoas, seres racionais” (2011, p. 35). Ademais, acrescenta a justificativa para a utilização dos pretos como mão de obra:

Um branco saía caro, porque a um branco não se podia dar porrada; um branco servia para chefe, servia para ordenar, vigiar, mandar trabalhar os preguiçosos que não faziam nenhum, a não ser à força. O que se dizia à mesa do jantar era que o sacana do preto não gostava de trabalhar, ganhava o suficiente para comer e beber na semana seguinte, sobretudo beber (FIGUEIREDO, 2011, p. 24).

O segundo ponto parte da seguinte afirmativa: “se temos de viver uns com os outros mais vale que seja em paz”. A metrópole anunciava o mito de uma harmonia racial entre brancos e pretos. Na verdade, essa proposta só assinalava, ainda mais, o abismo que existia nesses dois grupos. Fonseca (2011) cita Marcello Caetano para reforçar a ideia dessa separação e a convicção que o governo de Lisboa mantinha a respeito desse tema. Cita ainda as palavras de Caetano: “Os pretos em África têm de ser dirigidos e enquadrados por europeus mas são indispensáveis como auxiliares destes” (FONSECA, 2011, p. 83). Mais uma vez, observa-se o valor econômico que os pretos tinham para os brancos. Com o início dos movimentos independentistas, a essa tal “harmonia rracica”, mantida através do processo de subjugação do outro, desmoronou. Ao falar sobre a tensão entre pretos e brancos, particularmente em Angola, Santos destaca um episódio do massacre de “centenas de brancos, incluindo mulheres e crianças, em 1961, foi de algum modo o reverso sádico de um histórico recalque” (SANTOS, 2006, p. 153). Não distante, o narrador de **Os Retornados** apresenta-nos uma cena de violência de brancos contra negros que reafirma a não harmonia entre eles.

A Avenida Brasil era o local de passagem dos negros que de manhã cedo se dirigiam à cidade para trabalhar. A morte do taxista branco naquele Verão de 1974 tinha provocado a ira da população. Extremistas brancos esperaram pelos negros para os agredirem e insultarem. Eram sinais de racismo preocupantes que deixavam adivinhar momentos dificilmente controláveis (MAGALHÃES, 2013, p. 98).

No entanto, havia momentos de harmonia entre os grupos, principalmente, para aqueles que se assimilavam ou eram considerados bons mainatos, empregados de confiança das famílias. Braga lembra-se de Cessa, empregada que morava nos arredores da fazenda de seus pais, a qual iam a sua casa para comer feito os indígenas.

Melhor do que comer o excelente pirão com guisado de tuqueia da Cessa na Calunciga, só mesmo comê-lo em sua casa. Quando crianças, fugíamos de nossos pais para a cozinha da Cessa e, à maneira dos indígenas, sem usar, talheres, fazíamos bolinhas de pirão e as mergulhávamos no guisado, levando-as à boca com um naco de peixe (BRAGA, 2009, p. 159).

Ironicamente, Figueiredo assume a responsabilidade do colonialismo apenas em sua família. Os outros praticaram o “colonialismo suavezinho dos portugueses” (2011, p. 131). Santos afirma que, em relação ao colonialismo praticado pelos europeus, “fomos tão maus quanto os outros” (2008, p. 25). Como Figueiredo declara:

Mas parece que isto era só na minha família, esses cabrões, porque segundo vim a constatar, muitos anos mais tarde, os outros brancos que lá estiveram nunca praticaram o colun..., o colonis..., o colonialismo, ou lá o que era. Eram todos bonzinhos com os pretos, pagavam-lhes bem, tratavam-nos melhor, e deixaram muitas saudades (FIGUEIREDO, 2011, p. 49).

Para Rui, o sentimento de um negro para um branco sempre seria o mesmo, não importasse as reverências que fossem feitas. Um branco era “um escravagista, um colonialista, um imperialista, um explorador, um violador, um carrasco, um gatuno, qualquer branco é isso tudo ao mesmo tempo e não pode deixar de ser odiado” (CARDOSO, 2012, p. 48). Mais uma vez, Figueiredo sentencia: “As pessoas não mudam. Um branco que viveu o colonialismo será um branco que viveu o colonialismo até o dia da morte. E toda a minha verdade é para eles uma traição” (FIGUEIREDO, 2011, p. 131).

Essa tal “harmonia racial” aparecia no tratamento diferenciado que alguns pretos apresentavam em relação a seus patrões ou aqueles que se adaptavam culturalmente aos costumes dos brancos. Santos afirma que a política de assimilação, na verdade, era a tentativa de “fabricar pretos de alma branca” (SANTOS, 2006, p. 113). Para ele, a política de assimilação era um erro maior, como afirma “terá sido, abolida a escravatura, a mais requintada forma de agressão” (SANTOS, 2008, p. 43). De fato,

Tentou-se em vão que os Africanos assimilassem de pronto os valores da civilização portuguesa [“a mesma língua, a mesma religião, os mesmos

valores civilizacionais, os mesmos comportamentos” (SANTOS, 2008, p. 43)] – mesmo quando contrários aos da sua civilização originária –, sujeitando-os, inclusive, ao cumprimento das leis portuguesas, que desconheciam, ou em qualquer caso não compreendiam (SANTOS, 2006, p. 113).

Os assimilados, como Manjacaze, eram tratados com deferência pelos brancos que sempre lhe dava alguns agrados, como mostra Figueiredo:

Manjacaze era querido dos inquilinos. Os meus pais davam-lhe sempre as sobras do pão do dia anterior, restos de comida, a roupa rasgada, velha, que tinha deixado de nos servir. De vez em quando, por que éramos católicos e bons – Páscoa, Natal, Entrudo<sup>15</sup> – uma garrafa de vinho ou de aguardente, uns fritos da minha mãe. Comida, bebida, objectos que eram dados com altruísmo ao preto bom, ao preto que se vergava as costas e a cabeça numa vénia, quando nos via, e que era simplesmente bom, um bom preto (FIGUEIREDO, 2011, p. 37).

Rui conta-nos que apesar de tentarem os assimilados com certa consideração, ainda continuam sendo vistos como pretos: “Eles são os pretos. Todos. O que não conhecemos e não têm nome e os que conhecemos e têm nomes da metrópole que não sabem pronunciar, Málátia, Ádárberto, é preciso ser-se bem mutambo para nem o próprio nome se saber dizer (CARDOSO, 2012, p. 21). Em outro momento, Mário, pai de Rui, disse:

O pai levou a mãe para a casa antiga na Dodge verde, ainda aprendi a conduzir a Dodge antes de o pai a ter dado ao Malaquias, estava a cair de podre, o Malaquias nunca conseguiu arranjar a Dodge, muito me admiro se tiver conserto, disse o pai quando o Malaquia a levou, de qualquer maneira o Malaquias estava contente, era dono de qualquer coisa, o problema é que eles não têm cabeça, eles são os pretos, os que conhecemos e os que não conhecemos. Os pretos. A não ser que se queira explicar o que são, aí é o preto, o preto é preguiçoso, gostam de estar ao sol como lagartos, o preto é arrogante, se caminham de cabeça é só para não olharem para nós, o preto é burro, não entendem o que se lhes diz, o preto é abusador, se lhes damos a mãos querem logo o braço, o preto é ingrato, por muito que lhes façamos nunca estão contentes, podia-se estar horas a falar do preto mas os brancos não gostavam de perder tempo com isso, bastava dizer, é preto e já se sabe do que a casa gasta (CARDOSO, 2012, p. 23).

Em 1961, inesperadamente, a guerra se iniciou com uma sucessão de ataques às bases portuguesas em Angola. A paz e a harmonia nas colônias foram rompidas com insurgências em diferentes frentes. O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) enfrentou a metrópole que reinvestia em suas colônias, aumentando o trânsito migratório de portugueses as

---

<sup>15</sup> Os três dias que precedem a Quaresma.

terras africanas. Ao mesmo tempo, Salazar revia as políticas econômicas e abria as colônias ao capital estrangeiro, acabando com o monopólio de exploração. Nesse ínterim, cerca de 200 mil “soldados reprimiam a revolta na Guiné, em Angola e Moçambique, as sociedades multinacionais exploravam minas de diamantes, ferro e cobre, jazidas de petróleo (Cabinda), plantações de café, cana de açúcar, chá, algodão e os caminhos de ferro transafricanos” (BOURDON, 2013, p. 127).

Em “Brasil: caução do colonialismo português”, texto publicado em primeira versão em 1960, Eduardo Lourenço discutiria as estratégias utilizadas por Salazar para o controle dos portugueses e justificar alguns de seus atos como a manutenção da política colonialista em África. Salazar, segundo o filósofo, soube explorar politicamente a mitologia histórico-sentimental portuguesa. “Utiliza o sentimentalismo, o nacionalismo, o anacronismo épico do seu povo com a sem-cerimônia com que um professor de música se serve do piano velhos dos alunos” (LOURENÇO, 2016, p. 25). Regendo o país com esses princípios, ele era o representante de um país essencialmente colonialista e quis mostrar ao mundo “que o nosso colonialismo é de essência positiva e radicalmente diferente dos outros” (LOURENÇO, 2016, p. 29). Ao contrário, a política colonialista portuguesa nunca foi *avant garde* das políticas, mas foi “a mais retrograda, a mais implacável, a mais sofisticada, a mais imbecil de todas as formas de colonialismo conhecidas hoje” (LOURENÇO, 2016, p. 32). Além disso, Lourenço destaca que os portugueses da metrópole foram tão vítimas do processo colonial quanto as colônias. Para Portugal ser capaz de liberta-se do jugo colonialista, deve ser capaz de produzir uma dupla libertação.

Antes mesmo do início dos levantes a favor da independência, Lourenço já mostrava a inabilidade do governo de Lisboa em gerir a política colonial portuguesa. Ele ressalta ainda que “a nossa idílica harmonia colonial, condimentada com epiderme exótica e alguma água benta, repousa sobre esta cinzenta identidade” (2016, p. 32-33). Enquanto o governo de Salazar buscava uma forma de combater as rebeliões, grande parte da população, tanto nas colônias quanto na metrópole, padecia de uma ignorância profunda. Lourenço afirma que “só o isolamento histórico prodigioso em que o País foi instalado pouco a pouco, explica os termos delirantes da falsa Cruzada nacional” (2016, p. 44) que “de um lado está o Bem, representado pelos portugueses e os ‘bons pretos’, do outro está o Mal representado pelo Negro fanático e primitivo, rebelde sem razão ou ao serviço do comunismo internacional” (2016, p. 43). Diante de uma “Imprensa, manietada, histérica ou corrupta” (LOURENÇO, 2016, p. 44), Figueiredo declara:

Sabíamos tanto sobre o que faziam as tropas como sobre a política do país. Sabíamos nada.

Não descrevo uma terra ignorando que nela existia uma guerra. Havia uma guerra, mas não era visível a Sul; não sabíamos como tinha começado, ou para que servia exatamente. Pelo menos, até ao 25 de Abril, não se falou disso na minha presença. Nem se evitou falar. (FIGUEIREDO, 2011, p. 63)

A guerra era no Norte, mas não tomávamos consciência da sua gravidade, não se falava em soldados dos nossos que tivessem sido mortos, não existia para nós esse vocabulário que agora conhecemos, como emboscadas, guerrilha, mina disto ou daquilo. Achávamos que estavam lá pelos quartéis a cumprir a tropa, a fazer umas acções de propaganda. (FIGUEIREDO, 2011, p. 64)

Novamente, Lourenço chama a atenção que dado o início dos enfrentamentos e a mobilização de tropas para a manutenção das tropas nas colónias, “já não é possível, nem honesto, nem patriótico, continuar existindo como se a Rebelião Negra seja apenas um acidente lamentável ou um pesadelo passageiro” (LOURENÇO, 2016, p. 45). Para ele, era necessário um processo de conscientização, de esclarecimento, de colocar a verdade, n“O PRETO NO BRANCO” (Lourenço, 2016, p. 45 – caixa alta do autor). Sobre a “Mitologia colonialista e a realidade colonial”, Lourenço salienta que tudo aquilo que se referia às colónias era transmitido como isolados e provisórios. Para o filósofo, a nação sofre de um desinteresse profundo sobre os problemas que as colónias enfrentam, o que afeta diretamente a política nacional, conforme destaca: “a Nação é obrigada a ocupar-se do ‘caso’, mas ele não lhe diz respeito senão como obra e acção de forças exteriores a ela” (LOURENÇO, 2016, p. 111).

Joana, personagem de **Os retornados**, representa de forma metonímica essa população alheia aos acontecimentos nas colónias, em alguns casos, por desconhecimento ou falta de compreensão dos fatos como mostra-nos o narrador: “chamou-lhe atenção uma notícia sobre o Ultramar. ‘Portugueses em Angola querem regressar à metrópole’. Não percebia por que razão alguém que estava fora queria regressar” (MAGALHÃES, 2013, p. 39). Ou, na maioria dos casos, um profundo desinteresse pelas questões do ultramar:

A indiferença que até então demonstrou, relativamente ao problema ultramarino e aos portugueses residentes em África, dava uma volta completa nos seus sentimentos. Como era possível que, em Portugal, pessoas como ela não se apercebessem do que estava a passar em Angola, a que orgulhosamente muitos chamavam província ultramarina (MAGALHÃES, 2013, p. 88).

Os problemas enfrentados por Portugal, após treze anos de guerra colonial, aumentavam com a insatisfação dos militares, através do Movimento das Forças Armadas (MFA). Conforme

António Costa Pinto, em **O Fim do Império Português**, “a guerra colonial foi o fator determinante da forma específica como a Ditadura foi derrubada em Portugal, mobilizando actores políticos ausentes” (PINTO, 2001, p. 65). O MFA que a princípio era de cunho corporativista, “marcou profundamente a natureza da transição” (2001, p. 65). Paralelo aos movimentos militares, houve o apoio e adesão das camadas populares e se estendeu contra o regime político em vigor, culminado, em abril de 1974, com a Revolução dos Cravos

Todavia, a falta de conhecimento e compreensão do que tinha sido a Revolução de Abril permanecia entre a população das colônias de um modo geral. O menino Rui, de **O retorno**, ouviu falar sobre a revolução como o professor que tinha cabelo grande e cheirava a liamba, lembra que outro professor havia queimado **Os Lusíadas**, o grande símbolo do império portugueses e narra, mas não compreende as palavras do professor:

O pai nunca fala da revolução, é natural que o livro da vida não tenha nada sobre revoluções porque são raras as vidas que assistem a uma revolução. O professor de português dizia que tínhamos muita sorte, estávamos a fazer a revolução, a gloriosa manhã de Abril tinha sido só o princípio, os quarenta e oito anos da noite mais infame tinham chegado ao fim e agora faltava cumprir Abril e cumprir Abril era descolonizar, democratizar e desenvolver (CARDOSO, 2012, p. 46).

Por outro lado, Figueiredo e seu pai tomaram ciência da Revolução em uma conversa que ouvira de seu pai com os amigos na rua. Ouvira falar outras vezes, mas o que importava para seu pai era que a terra agora pertenceria a eles, aos brancos, que havia chegado o tempo de deixarem de estar submissos a Portugal e não pagariam mais os tributos que a lei exigia, mas manteriam o mesmo sistema de subserviência com os negros:

Soube do 25 de Abril a 26. Contaram ao meu pai, ao final da tarde, estando nós na praceta projectada à avenida Latino Coelho, em Lourenço Marques. Lembro-me de uma outra conversa sobre o 25 de Abril, também ao final da tarde, na Baixa, do lado esquerdo do edifício do bazar, e cá fora. Um grupo de homens, como sempre, eu a única rapariga, apenas porque acompanhava o meu pai, e participava como testemunha irrelevante nos seus actos públicos. (FIGUEIREDO, 2011, p. 76).

Era bom para nós?! Iam dar a independência às colônias? Ah, finalmente, África ia ser nossa! Finalmente, íamos deixar de pagar impostos aos cabrões da Metrópole! Agora, poderíamos prosperar e fazer da nossa terra uma Califórnia. Era isso que a nossa terra ia ser: a Califórnia. A Califórnia, mas como uma África do Sul. Com os pretos debaixo da mão, controlados, ou não fariam nenhum. O 25 de Abril ia entregar África aos brancos, de depois íamos ser felizes (FIGUEIREDO, 2011, p. 77).

Contrariamente ao pensamento do pai de Figueiredo que acreditava na construção de uma nação apenas para os brancos, Mário, pai de Rui, em **O retorno**, acredita que o ano 1975, ano da independência, seria o ano da construção de uma nação que abraçasse todos da mesma forma, uma nação rica onde todos tinham o direito de sonhar por um futuro melhor. No entanto, descobre que o sonho de uma terra multirracial e próspera para todos não iria se concretizar como o narrador mostra:

Durante algum tempo o pai continuou a acreditar que 1975 ia ser o melhor ano das nossas vidas, vai correr tudo bem, vamos construir uma nação, pretos, mulatos, brancos todos juntos vamos construir a nação mais rica do mundo, melhor até do que a América, isto é uma terra abençoada onde tudo o que se semeia nasce, não há no mundo outra terra assim. O pai não conhece nada do mundo e não pode saber se há ou não outra terra como esta, como também não podia saber o que se ia passar (CARDOSO, 2012, p. 32-33).

Entre os meses de abril e julho de 1974, o novo governo sinaliza uma proposta de independência às colônias. O programa do governo para a descolonização previa o “lançamento de uma política ultramarina que conduza à paz” (PINTO, 2001, p. 65). Sendo assim, gradualmente, o poder político-administrativo iria ser transferido às lideranças locais. No entanto, o que se observava a partir desse ponto era uma inabilidade do governo de Lisboa em controlar os grupos paramilitares que, num amanhecer, tornaram-se líderes políticos, conforme Santos diz: “os ‘terroristas’ de hoje foram promovidos ou se autopromoveram a líderes políticos de amanhã” (SANTOS, 2006, p. 192). Como nos mostra Braga, em Angola:

O terrorismo nas colônias, havia sido substituído por movimentos de libertação, cujos membros adormeceram no dia 25 de abril como famigerados executores de carnificinas e acordaram no dia 26 de como membros de partidos políticos. Eles tinham nomes. Em Angola eram três e se chamavam UNITA (União Nacional para a Libertação Total de Angola), MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), com antigos comandantes que atendiam pelo nome de Jonas Savimbi, Agostinho Neto e Holden Roberto, respectivamente (BRAGA, 2009, p. 27).

Não tendo como mais resistir aos levantes e seguindo os ideais da Revolução de descolonizar, democratizar e desenvolver, o governo percebe que “lutar contra o inelutável é sacrificar condições de adaptação e de luta. O melhor era mesmo reconhecer que D. Sebastião havia morrido em Alcácer Quibir” (SANTOS, 2008, p. 243). Assim sendo, em 27 de julho de 1974, através da Lei 7/ 74, concedeu-se o direito às colônias de independência. Entretanto, não era o fim das dificuldades, mas um caminho a ser transposto para a solução de diversos outros



obstáculos. Começaram a partir da fixação das datas da independência as negociações a respeito da transição do governo para a mão dos líderes locais e a retirada gradativa das forças militares do país. Observava-se, após o 25 de Abril, uma intensa movimentação dos grupos militares em todas as partes das colônias, instaurando um clima de insegurança pelas ruas e as notícias sobre atentados e agressões contra os brancos.

Figueiredo retrata a mudança em Lourenço Marques, em Moçambique, após a Revolução. Segundo ela, “a vida, em Lourenço Marques, era serena, morna, sibilada, muito fluida como o seu nome” (2011, p. 65). Com a guerra, a mãe de Figueiredo “tinha medo que os mainatos me fizessem mal ou me roubassem” (2011, p. 65). E descreve:

No Maputo, após a independência, e mesmo antes, certos militares desmobilizados do exército português que não regressaram à pátria, por serem moçambicanos, negros ou brancos, foram perseguidos e assassinados. Dizia-se, entre brancos, que era a FRELIMO em vingança de guerra. Havia comités de bairro; formavam-se comissões. Ia-se a casa. Revistava-se. Tudo era possível nesse tempo sem lei (FIGUEIREDO, 2011, p. 69).

Em **O retorno**, Rui afirma que a insegurança nas ruas, principalmente para os brancos, os atrasos ao chegar em casa, “agora podem significar o nome completo na lista de desaparecidos que passa na rádio antes de depois da Simplesmente Maria” (CARDOSO, 2012, p. 27). Rui tinha saudade daqueles tempos quando aproveitava a vida em segurança junto aos seus amigos, conforme relata:

Ainda fomos os dois dar uma volta de bicicleta apesar do perigo que era dois brancos a andarem por aí de bicicleta. As raparigas já não se atreviam a sair de casa, as poucas que ainda cá estavam nunca se mostravam, se um branco é uma provocação uma rapariga branca é uma provocação ainda maior. Até o preto que durante cinco anos nos engraxava os sapatos ao domingo de manhã avisou a minha irmã numa das últimas vezes que o vimos, cuidado menina que ainda te fazem o mesmo que os brancos fizeram às nossas mulheres (CARDOSO, 2012, p. 47).

Observava-se o rancor vingativo pelas ruas, os pretos atacavam e revidavam os quinhentos anos de opressão que haviam sofrido. Principalmente, o ataque contra as mulheres que era uma prática costumeira, assim como, era comum com as mulheres negras no período colonial. Em **Sabor de Maboque**, Braga relata que:

Embora eu não conhecesse ninguém, para confirmar a certeza de uma informação que corria, solta, dando conta de que os militantes dos ex-movimentos de libertação e atuais partidos políticos, sequestravam meninas

brancas para desposá-las preferia não dar chance ao azar, arriscando-me (BRAGA, 2009, p. 93).

Ademais, Braga retrata as transformações que a cidade de Silva Porto, antes pacata, havia ficado muito diferente. A notícia da violência entre os grupos de libertação, agora pelo controle do país, assustava os moradores, pois esses grupos, que se enfrentavam a princípio no interior, já se aproximavam das cidades. Segundo ela, “contavam muitas histórias violentas e atos de carnificina nos confrontos entre os três movimentos de libertação, cuja proximidade assustava os aglomerados urbanos e nossa querida cidade” (BRAGA, 2009, p. 75). Particularmente em Angola, Santos ressalta a guerra entre os próprios movimentos de libertação, o qual gerou anos de uma guerra civil. Para ele, nesse contexto, “irmãos prenderam irmãos. Irmãos desalojaram irmãos. Irmãos sequestraram irmãos. Irmãos assassinaram irmãos” (SANTOS, 2006, p. 194). Desse modo, Braga lembra-se de uma cena que permaneceria anos assombrando-a:

Dois homens usando uniformes com distintivos do exército da UNITA carregavam nos ombros um tronco de árvore, reto e grosso. Riam tão alto que seu júbilo era audível apesar do estrondo da multidão. Vi nitidamente a perfeita arcada dentária de um e os dentes se acotovelando para conseguir espaço na boca do outro. Suspenso no mastro e com os pés e as mãos amarrados com cordas estava um homem gemendo, o corpo arqueado, a barriga virada para baixo, o dorso para cima. Sangrava abundantemente nas laterais da cabeça e o seu sangue ia sendo pisoteado pela multidão que cortejava aquela crueldade. Suas orelhas amputadas eram exibidas como troféu, alfinetadas nos quepes ensanguentados dos dois homens que o carregavam.

Sua filiação ao MPLA o transformou num inimigo da UNITA, que decretou sua morte lenta, horas depois na praça em frente à igreja. Esvaiu-se em sangue enquanto a turba cantando e dançando à sua volta, chutava seu corpo agonizante (BRAGA, 2009, p. 84).

Com o decorrer do tempo, a grande instabilidade gerada mostrou à população, principalmente branca, que não haveria a possibilidade de permanecer nas colônias. Santos, observando toda essa vulnerabilidade que esse contexto apresentava, constatava que “as esperanças de conservarmos em África a maioria dos ex-colônos portugueses foi-se diluindo” (2008, p. 281). A ausência, basicamente, das forças armadas e da administração portuguesas para dar suporte e segurança àqueles que ainda permaneciam gerou uma situação de desamparo e caos. Santos observa que foi “Uma debandada em pânico, um salve-se que puder. Os militares portugueses, sem nenhum motivo para isso, fugiram como pardais, largando armas e calçado, abandonando os portugueses e africanos que confiavam neles” (SANTOS, 2008, p. 327).

“O tempo dos brancos tinha acabado” (2011, p. 88), afirma Figueiredo observando as transformações que notava em Moçambique. Em **O retorno**, Rui não compreendia a insistência de seu pai em manter todos naquela situação, visto que muitos já haviam saído de Angola. Os soldados que permaneciam já não mantinham mais a ordem ou a segurança das cidades, como retrata:

Já se foram todos embora. Os meus amigos, os vizinhos, os professores, os donos das lojas, o mecânico, o barbeiro, o padre, todos. Nós também já não devíamos cá estar. A minha irmã acusa o pai de não se importar com o que nos possa acontecer e por vontade da mãe teríamos ido embora há muito tempo, ainda antes do Sr. Manuel. [...] Os soldados portugueses já quase não passam por aqui e os pouco que vemos têm os cabelos compridos e as fardas desleixadas, os botões das camisas desapertados e os atacadores das botas por atar (CARDOSO, 2012, p. 11-12).

Além disso, as cidades começavam a sofrer com os reflexos da guerra. Luanda, por exemplo, vivia uma crise de desabastecimento de água, cada vez mais os alimentos eram escassos, havia falta de segurança nas ruas, grupos de africanos invadiam e pilhavam as casas dos antigos donos brancos. Na obra **Voltar**, Sarah Adamopoulos classifica o ano de 1975 como aquele que os portugueses abandonariam as colônias. Segundo a jornalista, ouvia-se em Luanda um martelar nas construções de caixas para o embarque dos bens que os portugueses queriam enviar para Portugal. Entretanto, muitos desses caixotes de madeira jamais saíram dos portos das colônias e muito pouco chegou a Portugal. Além disso, Adamopoulos acrescenta que muitas pessoas chegavam as cidades que possuíam grandes aeroportos no intuito de conseguirem embarcar e saírem do país. De acordo com sua pesquisa, “do interior de Angola começaram a chegar refugiados, cheios de problemas e necessidades, [...]a que era preciso acorrer para os ajudar [...] a tratar da documentação para o repatriamento” (ADAMOPOULOS, 2012, p. 149). Com a proximidade do dia da independência, a MPLA cerca Luanda na tentativa de impedir que outros grupos chegassem até a capital para tomá-la. Braga, em **Sabor de Maboque**, destaca que, ao chegar em Luanda e buscar alimentos para sua tia e ela, não os encontra, como relata:

Fui ali abaixo ao outro lado da rua à padaria, não encontrei leite, e o pão que me conseguiram por especial favor e a preço de ouro é de anteontem. Disse-me o Senhor Amílcar, o dono, que Luanda está desabastecida de tudo o que vem do interior de Angola e só não está pior porque, por sorte, ainda atracam alguns navios e pousam alguns aviões com mantimentos, que é o que lhes tem valido (BRAGA, 2009, p. 1967).

Carlos Jorge, de **Os Retornados**, assistia a capital pegar fogo da janela de seu consultório e se conscientiza que já não havia condições de permanecer em África. Apesar de ter emigrado com dezessete meses, Angola era a sua terra, era onde estava ligado.

De repente, começou a ver muito fumo a sair das casas. Incêndios provocados por elementos armados dos movimentos políticos que incendiavam todas as casas daquela rua onde tinham vivido os portugueses. Um rastro de destruição violenta. Impávidos e serenos, sem poderem fazer nada, os militares portugueses deixavam que os novos senhores da ordem em Luanda destruíssem séculos de História (MAGALHÃES, 2013, p. 122).

Apesar da vida nas colônias não ser mais possível para os brancos, muitos alimentavam a ideia que em Portugal a vida seria diferente. “Havia a ilusão da vida na metrópole; de começar tudo de novo, escapar ao caos, ao morticínio” afirma Figueiredo (2011, p. 89). Segundo Lourenço, em seu artigo “Apelo ao(s) retornado (s), de 1976”, ressalta que o governo português ludibriou os colonos sobre todo o processo de descolonização, alimentava-os com a esperança que com o fim do processo seriam, ainda, amparados pela política de Lisboa. O filósofo fala de um “grande espetáculo de colectivo e universal ilusionismo que foi a descolonização” (LOURENÇO, 2016, p.248) e salienta que o “retorno” seria o último capítulo de uma longa história “trágico-marítima” (2016, p. 248). Entretanto, o que realmente chama atenção de Lourenço é:

A confissão ingénuo e nua de não ter compreendido o que realmente lhes aconteceu. É há um patético fundo de verdade nesta cegueira. O que aconteceu a cada retornado não lhe aconteceu a título de indivíduo, nem sequer a título de explorador com responsabilização privada numa colonização de súbito convertida pela tomada de consciência africana em colonialismo odioso, mas tão-só a título de actor anónimo de um longo processo histórico posto em causa por essa mesma tomada de consciência (LOURENÇO, 2016, p. 248-249).

Tomada de consciência de um processo histórico que chegava ao fim. “Deu-se o êxodo dos chamados ‘retornados’ e a desarticulação dos circuitos económicos e administrativos” (SANTOS, 2008, p. 281), afirma Santos. Muitos acreditavam que haveria uma volta, que todas aquelas turbulências que o país estava enfrentando eram passageiras. Mas, com a eminência da viagem, havia uma consciência do não retorno, “ainda que gostemos de nos enganar dizendo que voltamos em breve, sabemos que nunca mais estaremos aqui. Angola acabou. Nossa Angola acabou”, (CARDOSO, 2012, p. 94) afirmava o menino Rui, contemplando o silêncio, em seus últimos momentos, antes d’**O retorno**.

Quando Figueiredo encaminhava-se para o aeroporto, a menina-mulher que se tornara encontrava-se perdida em seus sentimentos. No entanto, tinha a consciência que jamais retornaria para sua cidade; Lourenço Marques ficaria para trás como um pôr-do-sol. Como pressentia: “Era o lugar onde nunca voltaria; eu sabia; agora tinha de me preparar para ser uma mulher, começar uma vida nova, fazer tudo certo. Sabia que era difícil. Que estava marcada por uma larga solidão invisível. Não sabia como tinha acontecido nem porquê” (FIGUEIREDO, 2011, p. 106).

Para Braga, antes da saída da fazenda de Nharêa, a narradora “tentava enraizar ... a certeza de que veria mais uma magnífico ocaso, embora ... toldasse a sensação de que o sol se escondia para sempre” (2009, p. 141). Já com sua família reunida, às vésperas da viagem, “ninguém ousava rotular a saída de Angola como definitiva, embora o fato se evidenciasse cada vez mais concreto” (BRAGA, 2009, p. 217). Todos os sinais ao seu redor como as casas abandonadas, arrombadas e saqueadas ou aquelas que se tornaram a casa de muitos pretos, materializava-se nas entrelinhas essa certeza.

Com a proximidade das independências, o número de pessoas que desejavam sair dos países aumentava de tal forma que houve a necessidade de se criar planos para a extração do máximo de pessoas possíveis. A situação mais crítica era em Angola, onde o governo português tentou até o último momento manter o domínio sobre os territórios. Segundo Rita Garcia, em **S.O.S Angola** (2011), cerca de 175 mil pessoas foram evacuadas do país, evitando o que seria uma das maiores tragédias humanitárias.

Segundo dados levantados por Garcia, cerca de meio milhão de portugueses, de acordo com os dados do censo de 1981, chegaram a Portugal depois de 1973. A grande maioria deles eram portugueses que haviam emigrado para as colônias a partir dos anos de 1950 aproximadamente. Santos reconhece também que, junto com os europeus, “tinham conseguido embarcar muitos africanos e suas famílias, que pouco depois surgiram a reivindicar apoio, habitação e subsistência” (SANTOS, 2008, p. 281). Nos meses que antecederam a independência das colônias, o medo de não haver meios de escapar daquelas condições aterrorizava muitas pessoas. Eram famílias inteiras, pessoas vindas das mais diversas regiões do país, muitas já haviam abandonado suas casas e se espremiavam, se acomodavam nos aeroportos, esperando a sua vez de embarcarem. Além disso, Santos complementa que “Portugal enfrenta o dramático problema de transportar os que querem partir, ou se veem obrigados a isso” (2008, p. 462)

Além das pontes aéreas, houve aquelas pessoas que se arriscaram a retornar pelo mar. Dacosta (2013) exemplifica com a história de João de Almeida que, aos 66 anos, escapou de

Moçamades “num minúsculo barco de pesca” (2013, p. 13). De acordo com o jornalista, “diversas embarcações fizeram o mesmo, repetindo ao contrário a epopeia dos Descobrimentos” (DACOSTA, 2013, p. 13). Ironicamente, chegavam na região de Lagos, o mesmo local escolhido para o início do processo de descobrimento e colonização de outras terras. Dacosta acrescenta que “o velho império português retornava cabisbaixo às praias de onde, séculos antes, partira para epopeia imorredoiras” (2013, p. 15).

A imagem dos aeroportos nas colônias, particularmente em Angola, onde a crise se tornou mais grave, era assustadora. “Para onde quer que se virasse, via gente desamparada, sem tecto, nem roupa, nem dinheiro” (2011, p. 60), declara um dos entrevistados de Garcia. Para ele, “tudo o que lhes restava era fome, tristeza, raiva e desalento” (GARCIA, 2011, p. 60). Segundo Garcia, o caso do aeroporto de Luanda se mostrava o mais crítico à medida que, a cada dia, chegava mais refugiados em busca de salvação. “O aeroporto de Luanda estava a rebentar pelas costuras e revelara uma manifesta incapacidade de evacuar os milhares de deslocados que lá se amontoavam à espera de repatriamento” (GARCIA, 2011, p. 87).

A família de Rui, em **O retorno**, ao se encaminhar para o aeroporto deparou-se com o caos instalado naquele lugar, diferentemente, das vezes que foram com seu pai para lá, apenas para ver os aviões decolarem e se imaginarem viajando pelo mundo. Em suas entrevistas, Garcia condensa a imagem do aeroporto de Luanda estando “escuro e superlotado, com pessoas amontoadas por todos os cantos. Há muito que se esgotara a capacidade as casas de banho e o cheio intenso a urina tornava o ambiente opressivo” (GARCIA, 2011, p. 170). Como Rui corrobora em sua descrição:

O aeroporto tão diferente do aeroporto das tardes de domingo em que o pai nos trazia para vermos os aviões, há centenas de pessoas à nossa volta, centenas ou milhares, não sei, nunca vi tanta gente junta, nunca vi confusão tão grande, tantas malas, caixotes, tanto lixo, lixo, lixo e mais lixo, nesses domingos, o aeroporto era silencioso, o chão tão limpo que dava até pena pisar, era bom vir ao aeroporto, até era bom ouvir o barulho dos aviões, não havia esta gente toda, este barulho que não para, parece que a minha cabeça vai explodir (CARDOSO, 2012, p. 59).

A proximidade do dia 3 de novembro de 1975, prazo final para das pontes aéreas, fez com que o tempo de espera pelo embarque reduzisse para alguns dias que, anteriormente, era de quinze dias de espera. Além disso, outros países ajudaram no resgate dessas pessoas, aviões fretados pelo governo da Suíça e do Brasil, por exemplo, contribuíram para a retirada de um bom número de desalojados. Braga refugia-se no Brasil com a ajuda de seus familiares que conseguiram as vagas necessárias para que todos escapassem de lá, como relembra:

Na tarde de 19 de setembro recebemos um telefonema do Brasil com instruções do tio José:

– Procurem a Varig, ou o seu representante oficial. Lá encontrarão as onze reservas para vocês virem ao Brasil no voo do próximo dia 26 (BRAGA, 2009, p. 217).

O voo RG651, do dia 26 de Setembro de 1975, que deveria sair às quinze horas de Luanda saiu às dezessete. Coube-me um assento à janela. Através dela, agarrada ao urso de pelúcia vi meu último pôr-do-sol africano lentamente avermelhando o cartão-postal de Angola: a baía de Luanda, que continuava pela ilha e era símbolo do progresso daquela terra africana que tanto amávamos, com seus prédios alinhados pela avenida marginal estendendo-se na faixa litorânea, o Hotel Presidente, o Clube Náutico, a Fortaleza e a ilha com restaurante Barracuda, onde participei de tantas tertúlias (BRAGA, 2009, p. 219)

Representações da história não muito diferentes em **Os Retornados**, Joana, hospedeira de bordo é convocada para participar de uma missão em Angola. Conforme as instruções do comandante a missão era “encher o avião de portugueses que esperavam há dias, no aeroporto, transporte para voltarem Portugal” (MAGALHÃES, 2013, p. 48). Segundo ele era uma missão de salvamento, não um voo turístico. Era a primeira vez que a moça participava daquele tipo de voo. Uma de suas companheiras explicou-lhe que aquele tipo de situação não estava nos manuais e que ela compreenderia mais sobre aquilo que o comandante falava quando chegasse ao aeroporto em Angola. Para sua amiga aquelas pessoas só desejavam entrar no avião e partir dali. Não carregavam nada e acabavam de “deixar tudo para trás. A casa, os amigos, uma vida inteira. A maior parte vem só com a roupa que traz vestida” (MAGALHÃES, 2013, p. 49). Apesar de nunca ter participado desse tipo de voo, Joana estava a par da situação que ocorria em sua empresa, como revela o narrador:

Há um ano que a TAP tinha aumentado os voos para Angola. Nesse Verão de 1974, trinta mil portugueses residentes nessa colônia abandonaram-na. No Verão de 1975 mais de duzentos mil saíram de Angola e agora, a meio mês de Outubro ainda era necessário retirar cerca de oitenta mil pessoas. O pessoal de longo-curso andava fatigado, a TAP estava a esgotar as suas capacidades e agora era hora de mobilizar toda a gente para um último esforço com previsão para acabar até dia 11 de Novembro, quando fosse declarada a data da independência de Angola (MAGALHÃES, 2013, p. 53).

De acordo com o levantamento de Garcia, “de todos os territórios ultramarinos foi de Angola que veio o maior número de repatriados: 61%, contra 33% de Moçambique e 6% dos outros” (GARCIA, 2011, p. 19). Segundo ela, essa discrepância nos valores se deve ao fato de Angola possuir mais atrativos e um processo de desenvolvimento econômico maior que as outras colônias. Assim, observa-se que apesar de ser uma obra de ficção, Magalhães se atém

aos fatos históricos. Ademais, o narrador não se esquivava de tecer críticas ao processo de colonização e descolonização como fizeram muitos estudiosos do assunto. Para o narrador “o regresso a Lisboa de quase meio milhão de portugueses, feito de forma precipitada, era bem a imagem daquilo que foi o processo de descolonização: confuso e desastrado” (MAGALHÃES, 2013, p. 55).

Novamente, o pensamento do narrador complementa-se à crítica ao colonialismo de Lourenço ao afirmar que “a situação africana faz parte da situação metropolitana e fá-lo-ia mesmo sob outro Regime, isto é um ‘dado’ que convém aceitar como ponto de partida” (2016, p.120). Desde que Portugal se tornou um país colonialista, a compreensão da política metropolitana deve ser contextualizada integralmente no binômio Portugal-África e é, por isso, “que enquanto portugueses a situação africana é para nós um drama. Por mais que façamos não a podemos ver de fora” (LOURENÇO, 2016, p.121).

Ao sobrevoarem os musseques de Luanda, o comandante observava que “balas tracejantes iluminaram a noite” (MAGALHÃES, 2013, p. 63), conforme haviam alertado outros pilotos. “Eram balas de boas-vindas pouco amigáveis e que confirmavam também a confusão perigosa que já se vivia na capital de Angola” (MAGALHÃES, 2013, p. 63). Agora sob o domínio dos novos senhores daquela terra, eles “dificultavam como podiam a vida das pessoas” (MAGALHÃES, 2013, p. 65). Na verdade, aqueles tiros lembravam a toda tripulação “que tinham chegado a uma país em guerra e tudo o que fosse sinal do país colonialista não era bem acolhido” (MAGALHÃES, 2013, p. 64). Pousando sobre essa forte instabilidade, Joana depara-se com um cenário difícil de descrever. “Milhares de pessoas amontoadas no aeroporto, à espera de sua vez para entrarem para um qualquer avião que chegasse” (MAGALHÃES, 2013, p. 64).

Além das dificuldades geradas pela falta de segurança no espaço aéreo, o caos que tomava os aeroportos e o medo que aquelas pessoas estavam, assemelhava-se a um barril prestes a explodir. De acordo com relatórios de voo pesquisados por Garcia (2011), sugeriam uma maior segurança aos trabalhadores das empresas aéreas em terra para que fossem capazes de realizar o serviço de ajuda que aquelas pessoas tanto necessitavam. Como a jornalista condensa a partir desses relatórios:

A afluência de centenas de desalojados ao aeroporto, decidimos a embarcar sem reserva, ameaçava criar uma situação explosiva. Quando alguém os impedia de ter acesso aos aviões, faziam ameaças e chegavam a agredir o pessoal de terra. Tornava-se urgente afastá-los da aerogare, garantindo-lhes um local para se alojarem e receberem assistência. Caso contrário, havia o risco de descarregarem a raiva atentando contra os trabalhadores ou as instalações do terminal aéreo (GARCIA, 2011, p. 89).



Garcia relata que, no caso da Ponte Aérea em Nova Lisboa, as tropas militares já haviam ido embora dos arredores do aeroporto e a segurança do local era garantida pelas forças da UNITA. “A partir dali, o futuro dos brancos constituía uma enorme interrogação” (GARCIA, 2011, p. 111). Nesse esforço conjunto do governo de Lisboa e de outros países que auxiliaram, em seis meses, foram resgatadas cerca de 174 mil pessoas em 905 voos de carácter humanitário.

As despedidas tornaram-se frequentes. Em muitos casos, as famílias foram separadas para a garantir a segurança de mulheres e crianças. Garcia afirma que muitos pais e maridos “mandaram as mulheres e os filhos para Portugal antecipadamente e só vieram embora mais tarde” (GARCIA, 2011, p. 33). Semelhante ao caso de Figueiredo que embarca sozinha no aeroporto de Moçambique para se juntar a sua família que ficara em Portugal. A autora lembrava-se da porta de vidro que separava o saguão da área de embarque, a qual dava a consciência à menina que “quando se atravessava, não havia regresso” (FIGUEIREDO, 2011, p. 107). Sendo assim, narra sua separação violenta com seu pai:

Mas, agora, vai, depois lá nos encontraremos e falaremos. A gente vai a seguir. Agora vai que já é tarde, vai, vai, e neste instante em que tudo está perdido, em que já não há volta, em que entro por essa porta de vidro, após os beijos formais, um sentimento estranho que não consigo controlar, um vazio, um nunca mais vou voltar, uma coisa que se perde, um vazio, e esse amor tão escondido, tão evidente pelo meu pai, que me projecta para os seus braços, contra a minha vontade. [...] E agora vai, agora vai, atirou-me para dentro da porta de vidro, ao colo atirou-me para dentro da porta de vidro, e eu voltei-me e vi o seu rosto constricto, já do outro lado, as suas mãos inteiras espalmadas contra o vidro, o sorriso misturado com lagrimas. As duas mãos iguais às minhas mãos (FIGUEIREDO, 2011, p. 107-108).

Em outros casos, as pessoas simplesmente se separavam na hora do embarque. Como é o caso de Mário, pai de Rui, em **O retorno**, que fora levado pelas forças militares angolanas e que ainda não havia chegado ao aeroporto. Segundo o menino, “estávamos aqui há quase um dia, a mãe está sempre a olhar a porta do aeroporto mas o pai não chega, não há mais nada a fazer senão esperar, esperar o pai e esperar a nossa vez no avião para a metrópole” (CARDOSO, 2012, p. 60). Mas a mãe do menino resistia em embarcar para Portugal sem a presença do marido. No entanto, Tio Zé avisa ao menino: “quando chegar a vossa vez têm de ir, o meu coração bate mais depressa e mais forte como se o tio Zé me tivesse ameaçado, quando chegar a vossa vez têm de ir” (CARDOSO, 2012, p. 61).

Irene, em **Os Retornados**, era a missão do comandante Afonso a quem deveria embarcá-la e levá-la em segurança para Lisboa para se reencontrar com sua família que já estava em Portugal. Assim como outros, Raul, o marido de Irene, já havia premeditado de levar as

crianças e deixá-las em segurança enquanto retornava a Luanda e aguardava o melhor momento para reunir toda a família. Mas, com o agravamento da situação em Angola, Raul não conseguira permissão para regressar, deixando a mulher sozinha em meio àquele caos. Ao chegar na casa de enfermeira e transmitido o plano de Raul para ela, Irene se mostrou relutante em abandonar o seu país. Assim como muitos que foram obrigados a abandonar suas terras, Garcia observa em muitos entrevistas e depoimentos que realizou que “as raízes estavam em África, e o facto de não ter qualquer afinidade com a Metrópole afastara a hipótese de deixar o território” (GARCIA, 2011, p. 26). No entanto, deixar que Irene permanecesse em Luanda sob aquelas condições era uma alternativa impensável para o comandante, que tentava lhe mostrar a verdade dos fatos. Para as tropas portuguesas “a ordem pública já não lhe dizia respeito. Limitavam-se a observar como as milícias e os militares revolucionários iam tomando conta de Luanda” (MAGALHÃES, 2013, p. 77). Ainda que relutando quanto aquela decisão Irene acompanha o comandante rumo ao aeroporto.

O processo de embarque nos aviões era um momento muito delicado e tumultuado, todos queriam uma oportunidade de escaparem de lá. De acordo com o narrador d’**Os Retornados** aquelas pessoas:

Só queria entrar, sentirem-se a salvo dentro da aeronave e saberem que dali já ninguém as tiraria. Ainda não estavam em Lisboa mas consideravam que estar dentro do avião já era estar em território lusitano. Para trás ficavam horas de terror e angústia, para trás ficava um país que deixaram de considerar seu (MAGALHÃES, 2013, p. 81).

A sensação e os sentimentos descritos pelo excerto são os mesmos compartilhados por Braga ao entrar no voo que os levariam ao Brasil. Para ela, “o conforto e o aconchego que o voo trazia, ao me afastar dos tiros, da fome, da sede, do medo, da angústia e da morte pairando como eterna ameaça” (BRAGA, 2009, p. 219). Figueiredo, por sua vez, experimentou o silêncio em meio aos barulhos do voo, como afirma: “Em silêncio, mas num silêncio ainda mais fundo, porque afinal já era uma mulher, voltei a chorar o que perdia e haveria de pagar. A dívida alheia que me caberia” (FIGUEIREDO, 2011, p. 111).

Garcia destaca a coragem de muitos pilotos que “fechavam os olhos às normas internacionais e permitiam que se excedesse a lotação a bordo” (2011, p. 127). Como foi o caso do comandante Afonso, d’**Os Retornados**, que antes de abrir as portas para permitir o embarque, orientou a tripulação que colocassem o máximo de pessoas que fosse possível, como o falou: “– Metam a maior quantidade de pessoas que o avião possa suportar. Estamos aqui para ajudar esta gente e levá-la em segurança para Lisboa” (MAGALHÃES, 2013, p. 81).

Embarcadas, aquelas pessoas queriam, apenas, que o voo chegasse logo a Portugal. Eram centenas de pessoas que estavam feridas em sua dignidade, assustadas com tudo aquilo que estava vivenciando. Para elas, o “único consolo era estar dentro de um avião. Tinham conseguido finalmente escapar de um país pronto a entrar em guerra” (MAGALHÃES, 2013, p. 87), destaca no narrador de **Os Retornados**. O sentimento que quase todos compartilhavam era semelhante aos entrevistados de Garcia: “o mundo de oportunidades que a colônia oferecia, construía o seu império, rendera-se a terras e às gentes. E agora o mundo acabava, o império ruía e as gentes viravam-se contra ele, obrigando-o a sair à pressa para não ser morto” (GARCIA, 2011, p. 165). Como o próprio narrador de **Os Retornados** afirma: “Ninguém naquele avião desejava fazer aquela viagem. Faziam-na porque eram obrigados a fugir do terror da guerra” (MAGALHÃES, 2013, p. 13).

Durante aqueles voos, era possível observar que como a vida daquelas pessoas passaram por transformações radicais em pouco tempo. Era “gente que perdera tudo, assustada com o futuro em Portugal, uma terra distante e desconhecida, queixava-se por ter de abandonar Angola com cinco mil escudos na carteira e toda uma vida reduzida a trinta quilos de bagagem” (GARCIA, 2011, p. 14) ou a bagagem e dinheiro nenhum em outros casos. Ao decolarem, só se podia relaxar e aguardar o que o destino reservara. Figueiredo relata que ao apagarem as luzes do avião, refletiu “podemos descansar com os nossos pesados restos coloniais, se conseguirmos fechar os olhos por escassos minutos” (FIGUEIREDO, 2011, p. 113). Braga, por sua vez, acredita que aquelas imagens de Angola de outrora “forçadamente se condensaria numa lembrança magoada” (2009, p. 213).

Durante o voo, em **Os Retornados**, Joana tentou acalmar e consolar o casal Carlos Jorge e Ana Maria, médicos que “retornavam” a Portugal, praticamente, pela primeira vez. O cansaço físico era tanto que não conseguiam reunir forças para adormecer. Em seu papel de hospedeira, Joana falava aos dois que “estavam a salvo daquilo que tinha sido os dias mais difíceis das suas vidas. Mas agora, dentro daquela aeronave voavam para o desconhecido” (MAGALHÃES, 2013, p.102). Assim como casal, muitas pessoas saíram ainda bebês e jamais estiveram em Portugal ou já nasceram nas colônias, logo o termo retornado não conotaria a sua situação de exilados. Assim como Carlos Jorge e Ana Maria, muitas “pessoas que, em muitos casos não voltavam, mas apenas chegavam por vezes pela primeira vez nas duas vidas e por não terem outro lugar para onde ir” (ADAMOPOULOS, 2012, p. 49). Na verdade, a falta de conhecimento da grande massa portuguesa sobre os motivos que levaram aquelas pessoas a abandonarem as colônias e aportarem em Portugal, gerou os profundos problemas de intolerância e

discriminação com essas pessoas. Soma-se a isso, os graves problemas socioeconômicos e políticos que Portugal enfrentava no momento da chegada dessas pessoas.

Regressavam a uma pátria desconhecida ou conhecida parcialmente pela grandiloquência do discurso metropolitano. Mas esse discurso não se aplicava apenas nas colônias, mas também em Portugal. A imagem desse grande império português que se quebraria a partir da Revolução dos Cravos e a chegada dos “retornados nacionais”. Para Lourenço, “a Revolução de Abril não foi apenas a amputação do nosso espaço imperial e com ela a pura perda da imagem grandiosa e fictícia que nele se apoiava” (LOURENÇO, 2016, p. 268-269). Analisando essa mítica lusitana, Lourenço acrescenta que o povo português:

A sério nada conhecia do fabuloso e mágico império – só tomará realmente consciência dos acontecimentos quando após as independências de Angola e Moçambique centenas de milhares de retornados invadem de súbito a pacífica e bonacheira terra lusitana ... (LOURENÇO, 2013, p. 63).

Desse modo, é fácil compreender a aplicação do termo retornados àquelas pessoas que regressaram das colônias. Santos esclarece que o termo não surge de uma política consciente e programada do retorno dessas pessoas, mas um “salve-se quem puder” (2008, p. 544). Uma abdicação do lar, dos patrimônios, dos empregos, dos sentimentos e afetos e de uma vida na esperança da sobrevivência. Sendo assim, a não compreensão de todo o contexto que essas pessoas estavam inseridas, levaram a imprensa, a grande parte da população e até os canais oficiais do governo a estigmatizar inapropriadamente de retornados nacionais. Santos complementa também que:

Em relação a muitos deles, que já tinham nascido nos territórios, não se tratou de um retorno às origens, mas de uma deslocação forçada pelo clima de insegurança criado, muitas vezes com risco da própria vida. A qualificação de “retornados” viria, no entanto, a ser adquirida, inclusive por textos legais da época. [...]  
O qualificativo, porém, é o que menos importa. Importante é o fenómeno em si, a grande tragédia e a dor em que foi medido (SANTOS, 2008, p. 543-544).

Adamopoulos conclui, em seu estudo, que o termo “retornado” constitui para a grande maioria dos entrevistados uma agressão que revelava “a hostilidade com que a sociedade portuguesa os recebeu” (2012, p. 282). Como se não bastassem ter que abdicar de uma vida estruturada nas colônias e aventurar-se novamente no desconhecido que era Portugal naquela altura dos fatos, eles surgiam para os portugueses “como uma espécie de aberração – combatida

por muitos, amiúde mediante a posicionamentos ideológicos de oposição aos ideais surgidos com o 25 de Abril” (ADAMOPOULUS, 2012, p. 282).

Para aqueles chegaram em Portugal, era um caminho sem volta. Tinham a consciência de que a vida em África terminara e era tempo de um recomeço, mas as incertezas do futuro e de como proceder naquele primeiro momento era o que mais os assustavam. Essas pessoas foram rotuladas como retornadas que, na visão do menino Rui, em **O retorno**, ainda era um termo incompreendido. “Agora somos retornados. Não sabemos bem o que é ser retornado mas nós somos isso. Nós e todos aqueles os que estão a chegar de lá” (CARDOSO, 2012, p. 77). Em **Os Retornados**, a nova designação é esclarecida pelo narrador:

“Retornados” era a palavra pejorativa que se usava em Portugal para adjectivar os milhares de nacionais que tinham fugido de Angola. Eram vistos como exploradores de negros que agora criavam um problema sério ao seu bem-estar e a Portugal. [...]

Não raras as vezes a chegada dos portugueses de África incomodou aqueles que já viviam no Continente. Os portugueses que vivem na metrópole associavam a estes recém-chegados todos os males que Portugal começava agora a conhecer (MAGALHÃES, 2013, p. 166-167).

Para os residentes de Portugal, a chegada desse contingente não poderia ser em uma pior hora. Na segunda metade da década 1970, o país encontrava-se em uma recessão econômica, enfrentava a escassez de emprego e habitação. “Por tudo isso, viam os retornados como adversários dispostos a roubar-lhes trabalho, habitação e dinheiro” (2012, p. 17), afirma Garcia, em **Os que vieram de África**. As diferenças culturais também foram outro fator de problemas entre eles, possuíam “costumes modernos que usava roupas demasiado curtas e coloridas” (GARCIA, 2012, p. 18). Quanto à escolaridade, de acordo com Dacosta, muitos retornados “eram ‘mais qualificados do que a restante população portuguesa’, com uma ‘percentagem elevada detentora de cursos médios e superiores” (DACOSTA, 2013, p. 23). O jornalista adiciona neste perfil que “apenas sete por cento deles eram analfabetos, com 30 por cento dos habitantes da Metrópole. Constituíam, além disso, uma população predominantemente masculina, jovem e empreendedora” (2013, p. 23).

Para lidar com tamanho contingente e dar uma orientação a esse grupo, o governo português cria, no ano de 1975, o IARN (Instituto de Apoio ao Retorno dos Nacionais), que segundo Santos, “viria a desempenhar um papel relevantíssimo na integração dos deslocados do Ultramar no espaço continental” (SANTOS, 2008, p. 462). Garcia assinala que era uma tentativa de prestar o melhor apoio possível a essas pessoas:

Durante o voo de África para Lisboa ou à chegada ao aeroporto, cada agregado familiar preenchia uma folha com o número de pessoas que o constituíam e as respetivas idades. À chegada, entregavam essa relação aos serviços do IARN, que faziam seguir duplicados para o encarregado geral e o gestor de stocks da Cruz Vermelha, permitindo-lhes fazer uma estimativa do volume de roupa de que iriam necessitar (GARCIA, 2012, p. 52).

Santos acrescenta que, dentre os objetivos principais do IARN, estavam:

A prestação de auxílio aos cidadãos deslocados; diligências para a obtenção, por eles, de trabalho e crédito; assegurar-lhes cuidados de saúde e assistência jurídica; idem a obtenção de documentos de identificação e qualificação [...]; conceder-lhes subsídios pecuniários de emergência; facultar-lhes alojamento; diligências de obtenção de emprego ou de subsídios de desemprego [...] (SANTOS, 2012, p. 547).

Mesmo assim, a maioria desembarcava sem um norte, sem saber como agir ou mesmo para onde ir. Muitos compartilhavam desse sentimento de desamparo, como o menino Rui, relata em **O retorno**: “Parecia impossível termos chegado à metrópole. Ainda mais depois do que se passou, ainda mais sem o pai. Sem o pai não sabíamos o que fazer mas as outras famílias também não sabiam, e agora, e agora, perguntavam” (CARDOSO, 2012, p. 77). O narrador de **Os Retornados** observa que “se muitos encontraram apoio em familiares que tinham cá, a grande maioria chegava completamente desenraizada, sem pontos de referência e para a escuridão total. Nem nas profundezas do mato africano se sentiriam assim tão desprotegidos” (MAGALHÃES, 2013, p. 165).

Dentre as primeiras medidas tomadas pelo IARN, estava a alocação daqueles que chegavam. No entanto, a crise habitacional não permitia que essas locações fossem permanentes. De forma emergencial, o governo português promoveu parcerias com a rede hoteleira, casas de pensão e prédios abandonados para a hospedagem dessas pessoas. Em parceria conjunta com a Cruz Vermelha Portuguesa, o IARN selecionava e alocava os retornados em hotéis e em outros alojamentos por Portugal. A falta de estrutura e de conhecimento das pessoas fez com que o Instituto criasse, “a partir do verão de 1975, um departamento de transporte para conduzir passageiros e bagagens do aeroporto até os locais de destino” (GARCIA, 2012, p. 119), para aqueles que estavam próximos das casas ou dos lugares de destino. Em casos de maiores distâncias, os retornados “tinham ao seu dispor autocarros, camionetas e camiões com destino à morada que indicassem ou às unidades em que estavam hospedados” (GARCIA, 2012, p. 119).

Esclarece o narrador, em **Os Retornados**, que o IARN tinha a função de apoiar todos os que regressavam e destaca o papel do instituto na tentativa de acomodação de todas aquelas pessoas. Segundo mostra o narrador:

Hotéis, pensões, casas particulares vazias, edifícios abandonados serviram no imediato para recolocar muitos milhares debaixo de um tecto. Em alguns sítios, amontoados à espera de saber como o Estado português ia solucionar o problema dos chamados “retornados”. Tudo serviu para alojar provisoriamente estes milhares de pessoas. Até hotéis de quatro e cinco estrelas pouco usados em Portugal não era ainda uma país voltado para o turismo. Mas também instalações oficiais, como as Colónias de Férias espalhadas pelo país, foram o tecto oficial para tanta gente que ali viveu meses ou mesmo anos até encontrar um “porto de abrigo” seguro que lhes permitisse regressar à vida (MAGALHÃES, 2013, p. 165).

Em **O retorno**, Rui lembra-se que era a primeira vez que estavam em um hotel, mas a ausência de seu pai ainda incomodava a família. No entanto, lembra-se, também, das palavras da gerente do hotel que tentou confortá-los a respeito daquela situação e lembra-os que apesar de tudo foram afortunados, pois “No meio do azar ainda tiveram sorte, há famílias instaladas em parques de campismo ou em pensões miseráveis, ao menos calhou-vos um hotel de luxo” (CARDOSO, 2012, p. 69).

Como a gerente explica para a família de Rui, muitos ainda permaneciam nos aeroportos em busca de um parente que lhes viessem ao socorro ou mesmo um local designado pelo IARN. Garcia corrobora com essa situação descrita pela gerente: “quem ainda tinha família na metrópole partiu ao seu encontro, à procura de ajuda para recomeçar. Mas no aeroporto, havia cada vez mais refugiados a dormir no chão, à espera, sem alguém que lhes desse um teto” (GARCIA, 2012, p. 43). Como foi o caso de Carlos Jorge e sua família, em **Os Retornados**, que quando chegaram ainda passaram um dia no chão do aeroporto em busca de velhos conhecidos de seus pais e parentes para que pudessem, de alguma forma, lhes ajudar.

Carlos Jorge e Ana Maria, com os dois filhos nos braços, ainda ficaram um dia e uma noite no aeroporto, no chão, com seus pertences, sem quaisquer condições de higiene. Carlos Jorge desdobrava-se em contatos, tentava saber de amigos que o pudessem ajudar. Já vinha com o objetivo de rumar a Coimbra, terra do pai e tentar encontrar raízes perdidas que o pudessem alavancar. [...]

Levavam indicações do IARN, Instituto de Apoio ao Retorno dos Nacionais, para se instalarem provisoriamente num hotel da cidade [Coimbra]. Não precisavam de alojamento, por enquanto, mas iam necessitar e muito da ajuda dos amigos dos pais para recomeçar uma nova vida (MAGALHÃES, 2013, p. 166).

Existiram aqueles que buscaram e conseguiram ajuda nos braços de familiares. Como é o exemplo de Braga que, embora não tenha ido para Portugal, seu voo em parceria com o governo brasileiro, os trouxeram para o Brasil. Assim, ressalta o alívio ao sentir que o avião aterrissava. Além disso, a recepção da família concretiza que começavam a partir daquele momento uma nova história de vida, assim como os outros passageiros que foram resgatados de Luanda.

Enfim, os motores do avião pararam de rugir. Deu-me a sensação que todos os passageiros suspiraram profundamente em sincronia comigo. Estávamos todos vivos! Ninguém mostrava pressa para pegar seus pertences pessoais e descer. Tudo se passava quase em câmera lenta. Uma nova vida começaria, a partir do zero. [...]

Entre os que nos esperavam estavam também tia Adélia, o marido e seus dois filhos, fugidos da guerra de Moçambique e exilados no Brasil desde maio de 1974. Foi uma recepção calorosa (BRAGA, 2009, p. 220).

Porém, nem todas as famílias receberam seus parentes retornados da mesma forma. Garcia destaca que a ajuda proporcionada por muitas famílias foi importante para esse recomeço, muitas vezes, mais importante do que aquele dado pelo governo, conforme estudos do sociólogo Pena Pires. “Mas nem todos tiveram essa sorte e, em algumas situações, o regresso para junto de pais, irmãos, tios ou primos apenas trouxe dissabores” (GARCIA, 2012, p. 138). Figueiredo conta que “os meus tios sempre me olharam com a mesma emoção com que se trata um electrodoméstico.” (2011, p. 128), demonstrando o tratamento por ela recebido por membros de sua família.

Essa hostilidade representa apenas um fragmento daquilo que os retornados passaram a enfrentar no seu dia-a-dia. Garcia afirma que muitos foram aqueles que reagiram com violência aos insultos vindos por parte dos portugueses residentes. Segundo a jornalista:

À mágoa de terem sido despojados dos seus bens, somavam a revolta de serem considerados portugueses de segunda e, por vezes, reagiam com violência aos que os apelidavam de exploradores de negros, habituados à boa vida e servidos por um exército de criados domésticos (GARCIA, 2012, p. 18).

Como bem exemplifica a passagem retirada da obra de Figueiredo:

Eu tinha andado a roubar os pretos. Julgava que me iam lavar os pezinhos com água de rosas?!  
Isto não eram as Áfricas!



“Ah, não gostas de bofe com arroz? Andaste a roubar os pretos e julgas que havemos de te servir camarão num parto de ouro!” [...] (FIGUEIREDO, 2011, p. 115)

Além disso, a hostilidade sofrida por eles estava nos mais diversos níveis. A chegada deles fez com que Portugal se confrontasse com a imagem que durante muitos séculos fora construída de si mesmo. Muitos portugueses viam nessas transformações da sociedade portuguesa tradicional uma corrupção dos valores e que os grandes responsáveis por ela, eram os retornados. Para Garcia, “as desconfianças em relação à multidão de intrusos eram enormes e não só devido a assuntos laborais: quem cá estava estranhava o sotaque, as roupas, a abertura do espírito e até os hábitos culturais” (GARCIA, 2012, p. 39) Conforme observa o narrador a respeito desse choque de pensamentos e hábitos culturais, em **Os Retornados**:

Não raras vezes a chegada dos portugueses de África incomodou aqueles que já viviam no Continente. Os portugueses que vivam na metrópole associavam a estes recém-chegados todos os males que Portugal começava agora a conhecer. Drogas, festas, despudor (que encapotadamente faziam parte da vida de muita gente) colidiam de frente com uma sociedade ainda muito fechada, pouco dada a grandes novidades, fruto de muitos anos de regime ditatorial. Todos os males pareciam chegar de África (MAGALHÃES, 2013, p. 167).

Além da discriminação sofrida pelos retornados em um contexto geral, as mulheres e as crianças sofriam outras formas de agressão. A imagem sensual das mulheres retornadas, a liberdade que elas possuíam em África, o despudor que ostentavam com suas roupas curtas e decotes, segundo o pensamento de muitos, davam a liberdade de serem assediadas nas ruas. Figueiredo relata um episódio de quando retornava da escola e fora importunada por homens que ali se encontravam:

Quando passava frente ao portão, três homens atarracados, com mãos e roupas sujas do trabalho, gritavam-me comentários sexuais que me esforçava por não ouvir. Colava o pescoço aos ombros, comprimia as paredes dos ouvidos, fechava os olhos, fechava-me, e mesmo sem querer escutava mamas, cona, rabo, palavras que vinham adornadas com advérbios ou verbos de péssima expressão. Insultos. Tinha 12 anos, quase 13, e insultavam-me por evidencias manas, cona e rabo, não percebendo eu o desmerecimento. Insultavam-me por já ser uma mulher Isso bastava (FIGUEIREDO, 2011, p. 121).

Rui, em **O retorno**, relembra um dia quando Rute dentro do comboio fora apalpada por jovens portugueses. Embora tivesse perseguidos os “cabrões”, eles haviam entrado no ônibus e haviam fugido.

A Rute já estava a chorar e os cabrões da metrópole tinham bazado, ainda corremos atrás deles mas os cabrões levavam-nos avanço e entraram no machimbombo. Ficaram da janela a fazer-nos manguitos e gestos como se apalpassem a Rute outra vez, gostaste, o machimbombo já estava a andar e os cobardes de merda na janela aberta, as retornadas vieram todas furadas pelos pretos (CARDOSO, 2012, p. 111).

As crianças por sua vez também sofriam com a discriminação por serem retornadas. Adamopoulos ressalta que, naquela época, Portugal ainda era marcado pela influência das ideologias do período salazarista, diferenciava-se da imagem de uma nação revolucionária que se abria aos novos pensamentos vigentes na segunda metade do século XX:

Mas no país real de sempre, o dos racismos anti-retornado, numa sociedade ainda profundamente marcada pelo longo reinado de Salazar, os portugueses permanecem iguais a si próprios, e segregavam até mesmo os mais inocentes – os filhos dos retornados, que das realidades históricas e políticas dos territórios em que haviam nascido e vivido os primeiros anos de vida, pouco ou nada sabiam, não havendo por outro lado ninguém que se dispusesse a explicar-lhes, como é apanágio dos portugueses (ADAMOPOULOS, 2012, p. 208).

Figueiredo afirma que sofreu com essa situação, mesmo sendo criança, sempre era alvo de piadas pelos modos de vestir-se e relata que “em Portugal, habituei-me cedo a ser alvo de troça ou de ridículo, por ser retornada ou por vestir-me de vermelho ou lilás” (FIGUEIREDO, 2011, p. 119). E nem mesmo na escola elas estavam seguras, além de terem que confrontar com as políticas e os tratamentos especiais para os retornados e com as brincadeiras de mal gosto dos próprios alunos, muitos sofriam, ainda com a discriminação que os professores impunham a essas crianças. Em um dos testemunhos coletados por Adamopoulos, a entrevistada relata que teve a infelicidade de assumir-se retornada logo no primeiro dia, a partir de então surgem os insultos e as acusações por parte de seus colegas:

Passaram a acusar-me disso mesmo, de ser uma retornada, porque eu recebia 500 escudos por ser retornada, o que era muito dinheiro na altura, numa região onde as pessoas viviam muito mal e não tinham quaisquer apoios. Os meus colegas chamavam-me colonialistas e lembro-me de ficar horrorizada com isso, e de ficar a pensar em que século é que eles viviam. Acusavam-me de ter explorado os pretos, de ter sido transportada por pretos num andor. O discurso

era só um: o discurso pós-revolucionário (ADAMOPOULOS, 2012, p. 216-217).

Para Rui, a escola tinha sido o período mais conturbado daqueles tempos. Os professores, de modo geral, possuíam uma imagem distorcida do que eram as colônias e das pessoas que lá vivam. Como uma professora lhe disse: “ó menino isto aqui não é a selva, não é como lá de onde vens, aqui há regras” (CARDOSO, 2012, p. 139). Para muitos portugueses, África era o território exótico, onde criaturas selvagens conviviam com as pessoas. Além disso, a utilização do termo retornados aos alunos, marca o caráter discriminatório que os professores tinham com aqueles alunos, como Rui demonstram nessas duas passagens:

A puta da professora, um dos retornados que responda, como se não tivéssemos nome, como se já não bastasse ter-nos arrumado numa fila só para retornados. A puta a justificar-se, os retornados estão mais atrasados, sim, sim, devemos estar, devemos ter ficado estúpidos como os pretos, e os de cá devem ter aprendido muito depois da merda da revolução, se for como em tudo o resto devem ter tido umas lindas aulas (CARDOSO, 2012, p. 139-140).

A puta de matemática pôs os retornados na fila mais afastada das janelas, nos lugares com menos luz, deve pensar que somos como as rosas da mãe que murchavam se não lhes dava o sol, deve ser isso. Um dos retornados que responda, a puta nunca diz os nossos nomes, um dos retornados que responda, era o que faltava, nunca abro a boca, o retornado da carteira do fundo que responda, insistiu a gaja, estava mesmo querer a ferrar (CARDOSO, 2012, p. 141).

Para eles, acostumados às altas temperaturas da África, o inverno era o que mais incomodava. Como chegaram, em sua maioria, no início do inverno e com poucas ou nenhuma roupa, eles dependiam das doações que conseguiam junto ao IARN. Segundo entrevistados de Garcia, “a diferença de temperatura foi o primeiro choque à chegada de Lisboa” (2012, p. 16). Figueiredo fala das baixas temperaturas quando da sua chegada em Portugal:

Estava muito frio, e eu gelava; se bem me recordo, essa estação foi especialmente rigorosa.

Passada a alfandega, bem agasalhada com meu casaco de lã verde-alface, que pertencera a minha madrinha nos anos 50, e fora à pressa que adaptado ao meu corpo, desci uma passadeira longa e curva que me levaria até pessoas desconhecidas, mas que me esperavam – a família dos meus pais (FIGUEIREDO, 2012, p. 119).

A vergonha e o medo de serem hostilizadas faziam com que as pessoas se afastassem dos grupos e tentassem viver uma vida diferente daquela grande maioria. Em **O retorno**, a irmã de Rui, assim como outras pessoas, escondia que era retornada. Através das entrevistas, Garcia

cita o caso de um comerciante que possuía um minimercado, como era um retornado, ele “sabia do preconceito contra quem viera de África e teve a noção de que isso só afastaria a clientela” (GARCIA, 2012, p. 201). Resistente a sua nova condição, a irmã de Rui não se aceitava enquanto retornada. Esquivava-se do grupo de meninas retornadas, escondia seu cartão de alimentação que lhe dava direito à alimentação na escola e, ainda, tentava se relacionar como rapazes portugueses. Rui narra que “a minha irmã a achar que pode não ser retornada apesar das roupas grandes, da pele ainda queimada do sol de lá, de se rir sem medo que os lábios sangrem, [...] a minha irmã a fingir que não é retornada, a dizer pequeno-almoço, frigorífico [...]” (CARDOSO, 2012, p. 150).

A tristeza que a irmã de Rui sentia, levou a muitos outros retornados a escolher a morte por suicídio. Garcia destaca que mesmo se passando muito tempo, essa história ainda não foi superada de toda. Não perdoam a negligência dos governantes que conduziram o processo de descolonização. Para ela, “os mais frágeis, encontraram no suicídio a única saída para a inadaptação”. Contrariamente ao que afirma Santos, que o acolhimento e a adaptação foi graça ao “milagre da amizade e da solidariedade” (GARCIA, 2008, p. 549). Vários testemunhos ouvidos por Adamopoulos, Garcia e Fonseca mostram a cara mais cruel de um processo de descolonização que fracassou desde o início.

Embora ainda quase não se encontre nos livros da história de Portugal, deve-se admitir que os retornados formaram uma força propulsora no desenvolvimento do país. Santos afirma que os retornados que se inscreveram em busca de emprego do IARN contribuíram com a qualificação académica que traziam das colónias, em grande parte, superior ao de seus pares metropolitanos. Para o ex-político, que participou de forma ativa no processo de descolonização, “os desalojados do Ultramar contribuíram assim, e decisivamente, para a retoma da nossa economia. ‘Portugal foi reconstruído pela energia dos retornados’” (GARCIA, 2008, p. 552). Quanto à (re)integração dos retornados na sociedade portuguesa, Garcia afirma que:

Com maior ou menor dificuldade, mais cedo ou mais tarde, meio milhão de desalojados acabaram por encontrar o seu lugar em Portugal. A reintegração no mercado de trabalho desenvolveu-lhes a dignidade: pelo menos pagavam para viver numa casa e recuperavam a hipótese de sonhar o futuro. Mas a nova realidade poucas vezes correspondia ao que ambicionavam em África e, por isso, o passado ficou, muitas vezes, por resolver (GARCIA, 2012, p. 237).

E assim, olhando para o futuro que Mário, pai de Rui, em **O retorno**, marca a virada na história de sua família. Ele acredita que há muita coisa a ser construída no país. Lourenço

destacou que a chegada dos retornados a Portugal acendeu a esperança de um futuro diferente para um país que tem fome de crescimento, abandonando o pensamento antiquado do pensamento político que estava em vigor até o Abril de 1975. Segundo Rui,

O pai insistia, nesta está quase tudo por construir, há falta de tudo, casas, escolas, hospitais, lojas, restaurantes, cafés, nada se constrói sem cimento, escrevam o que vos estou a dizer o futuro desta terra passa pelo cimento. O pai na sala de convívio com a ideia da fábrica de blocos de cimento como lá em Luanda no muro da tabacaria do Sr. Manuel com a ideia da nação nova, vamos construir uma nação nova, todos juntos, brancos e pretos, vamos construir uma nação mais rica do que a América (CARDOSO, 2012, p. 250).

De modo bem romântico, Santos declara que, com o passar dos anos, as feridas abertas no seio da nação portuguesa foram cicatrizando. Como ele diz: “o drama colectivo deixou de o ser” (SANTOS, 2008, p. 552). Com o passar dos anos, na viragem para os anos oitenta, Garcia afirma que “o mal-estar entre os retornados e os portugueses da metrópole era menor, sobretudo à medida que os que vieram de África se envolviam na vida nacional e criavam laços entre eles” (GARCIA, 2012, p. 239). Para outros, as chagas estão abertas e ainda é difícil de cicatrizá-las. Lourenço conclui que:

A chaga aberta no flanco da nossa aventura colonizadora não sarará tão cedo. A presença dolorida dos retornados mantê-la-á viva, mas estamos ainda a tempo de evitar que essa ferida tenha uma leitura aberrante e tão pouco realista e de consequências tão funestas como a teve a da nossa presença africana geradora do seu próprio apagamento (LOURENÇO, 2008, p. 250).

Assim, marcando a presença dolorida dos retornados em Portugal que observamos, a História, com letra maiúscula, vem sendo representada e apresentada nas obras de escritores retornados e de tantos outros que praticam a ficção como recurso de denúncia contra o apagamento da memória, do passado que Lourenço ressaltou.

Hoje, já se passaram muitos anos desde o início do “retorno” dessas pessoas, e muitas feridas continuam abertas. As memórias e o passado ainda se fazem presentes, causam dor, momentos de nostalgia e oportunidades para reflexão daqueles fatos. A jornalista portuguesa Raquel Ribeiro afirma que a história não mentiu ao se falar daqueles que retornaram de África apenas com a roupa do corpo, deixando para trás uma vida inteira de suor e trabalho além-mar. Essas histórias têm sido contadas desde o final da década de 1970, porém, nos últimos anos tem surgido no mercado editorial com bastante intensidade. Ressalta a jornalista que “Agora, muitos decidiram escrever sobre isso – [...] -, buscando a sua identidade nos meandros de uma memória

peçoal que era também uma história colectiva e tentando perceber o que é ser português hoje (RIBEIRO, 2014, p. 1).

Mas Lourenço adverte aos retornados, principalmente, que não se deixem enganar pelos mitos e a imagem que se queiram construir sobre esse passado. Assim como, em tempos passados, construíram a imagem de um império que se estendia da Europa até a Ásia, mas que voltou “ao Restelo, pobres como Job e, por causa desta pobreza, imaginariamente livres” (LOURENÇO, 2016, p. 231), como afirmou Lourenço que tudo isso foi simplesmente magistral.

### 3 O LUGAR DA MEMÓRIA

*“Me custa chamar lembranças. Porque a memória me chega rasgada, em pedaços descontraídos. Eu quero a paz de pertencer a um só lugar, eu quero a tranquilidade de não dividir memórias. Ser todo de uma vida”.*

(A varanda de frangipani – Mia Couto)

#### 3.1 POR QUE ESTUDAR A MEMÓRIA?

Preservar o passado, as lembranças, a história, a memória, talvez essa seja uma das preocupações desses novos tempos em que a velocidade dos acontecimentos, das informações transitam em um ritmo bastante frenético e tudo que parecia sólido, se desmancha. Os gregos, em sua cosmogonia, já acreditavam que havia uma entidade superior que regia a memória contra o esquecimento. Mnemosine era a personificação da memória, a divindade da enumeração vivificadora que se confrontava com os perigos do esquecimento, o Lethe. Segundo eles, era através das memórias que nos diferenciávamos dos demais animais. Ironicamente, Mnemosine foi esquecida, sendo lembrada apenas como a mãe das musas que serviam de inspiração para as artes e a cultura.

A memória exerce um papel fundamental em uma sociedade que luta contra o esquecimento. Beatriz Sarlo reconhece, em **Tempo Presente**, que “hoje o tempo é fluido. A aceleração que afeta a duração das imagens e das coisas afeta também a memória e a lembrança. Nunca como hoje a memória foi um tema tão espetacularmente social” (SARLO, 2005, p. 95). Em **Culturas do passado-presente**, Andreas Huyssen complementa que em uma sociedade como a nossa, obcecada pela memória, “o esquecimento é sistematicamente malvisto” (HUYSSSEN, 2015, p. 155). Acrescenta que a memória “é crucial para a coesão social e cultural da sociedade. Todos os tipos de identidade dependem dela. Uma sociedade sem memória é um anátema” (HUYSSSEN, 2015, p. 157).

Observa-se que a memória não é apenas o reconhecimento do passado, mas faz com que ideias, lembranças, valores e bens culturais sejam re-apresentados no momento presente e que esses se perpetuem através dos tempos. Ela se torna um instrumento contra o esquecimento, contra a morte. Nesse processo de representificação, lembramos apenas daquilo que nos é mais significativo, aquilo que, de alguma forma, não queremos esquecer, mesmo que represente um

trauma para nós. Cabe lembrarmos o que é da condição humana, viver entre o ser e o não ser, entre a memória e o esquecimento, por isso, necessitamos de ambos para vivermos.

Porém, quando em nossa sociedade nos tornamos tão dependentes da memória? Será que realmente toda essa obsessão pela memória nos torna diferentes ou é simplesmente a luta contra o esquecimento? Conseguimos apre(e)nder com o passado? Como a produção cultural (a literatura, os filmes, os museus, entre outras formas de produção artística) se torna ferramenta para a manutenção da memória?

Em **Rethinking France**, Pierre Nora afirma que houve uma explosão da memória em âmbito mundial por diversos motivos, sobre diferentes formas e em diversas áreas do conhecimento humano, desde meados século XX, e observa-se que persiste até essas primeiras décadas do século XXI. No rastro das descolonizações, a partir dos anos de 1960, os discursos de memória ganham força, além disso, almeja-se a busca pelo revisionismo da história oficial e pelo não silenciamento de grupos, até então excluídos por ela. Sendo assim, o passado deixa de ser um elemento estável, sujeito apenas a uma visão e passa a ser revisto como “uma reinterpretação constante e tem um futuro que é parte integrante e significativa da história” (LE GOFF, 2006, p. 25), como afirma o crítico francês Jacques Le Goff, em **História e Memória**.

A década de 1970 marcou, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, o aumento da discussão e o apreço pelo passado. Os efeitos dessa política da memória notam-se nos mais diversos campos culturais, como na proliferação de museus e monumentos históricos, na produção fílmica com trabalhos de preservação e revisitação do passado e em obras literárias que visam discutir antigos temas que estavam/ eram, até então, esquecidos. Desse modo, percebe-se, também, que a memória se tornou um bem cultural cada vez mais acessível para todos. Huyssen, em **Seduzidos pela memória**, afirma que “a obsessão contemporânea pela memória nos debates públicos se choca com um intenso pânico público frente o esquecimento” (2000, p. 19). Ademais, verifica-se a revitalização das antigas cidades, museus, além da comercialização dos artigos “retrôs” e ainda, uma “automusealização através da câmera de vídeo, a literatura memorialística e confessional” (HUYSSSEN, 2000, p. 14).

Ao discutir sobre o “boom da memória” do final do século XX, Jay Winter afirma que é reflexo de inúmeras variáveis como “uma matriz complexa de sofrimento, ativismo político, reivindicações de indenização, pesquisa científica, reflexão filosófica e arte” (WINTER, 2006, p. 87). Ele destaca que a recuperação da memória faz parte de um projeto de construção de novas identidades políticas e étnicas. Além disso, a predisposição do Ocidente para uma política da memória pauta-se no aumento da renda média da população e a intensificação dos gastos,



após a Segunda Guerra, com educação, o que se converteu no aumento do consumo dos bens culturais. Complementando o pensamento de Huyssen, Winter ressalta:

A abundância ajudou a transformar a identidade em uma mercadoria a ser consumida por todo mundo em seu (cada vez mais amplo) tempo livre. Uma identidade “comum” é uma divisão de um grupo em narrativas sobre o passado. [...]

A transformação das memórias em mercadoria valeu a pena, houve um enorme “boom” de consumo do passado X em filmes, livros artigos e, mais recentemente, na internet e na televisão. Há toda uma indústria dedicada a “exibições de grande impacto” em museus, cujos visitantes parecem responder cada vez mais a shows espetaculares. História vende especialmente bem como biografia, ou como autobiografia, ou nas palavras de Milward (e de Pierre Nora): como história do ego (WINTER, 2006, p. 78-79).

A ascensão do Terceiro Reich, o Holocausto e a Segunda Guerra tornaram-se os objetos de discussão da memória na Europa e nos Estados Unidos, a partir de 1980. Os testemunhos, a narrativa dos traumas vividos pelos sobreviventes, despertaram uma atenção contínua até a década de 1990. Destaca-se a preocupação para os limites da representação e a midiaticização dos acontecimentos. O holocausto é “hollywoodizado” em um seriado de televisão (**Holocausto**), em 1978. O documentário **Shoah**, de Claude Lanzmann (1985), e **A lista de Schindler**, de Steven Spielberg (1993), trazem um novo contraponto para a discussão acerca do tema. Acrescentaríamos a essa lista proposta por Huyssen e já entrando no século XXI, os filmes **A vida é bela**, de Roberto Benigni (1997), **A queda – as últimas horas de Hitler**, de Oliver Hirschbiegel (2004), e do livro homônimo **O menino do pijama listrado**, de Mark Herman (2008), entre outros tantos filmes que foram e são produzidos a respeito, que comprovam que a memória do Holocausto e a Segunda Guerra permanecem, até hoje, como elementos de atenção para a indústria cultural. Argumentando sobre a ascensão de uma cultura pública da memória do Holocausto, Huyssen afirma que ela se tornou cada vez mais internacional desde 1990, com vários projetos como o Museu do Holocausto, em Washington e o Museu Judaico de Daniel Libeskind, em Berlim. Além disso, observa-se que “surgiu uma cultura transnacional da memória tão centrada no passado, que qualquer imaginação do futuro feneceu” (HUYSSSEN, 2015, p. 135).

Winter corrobora com a visão de Huyssen quanto a ligação familiar com as narrativas mais universais e destaca que:

Uma forma de compreender o grande crescimento e viabilidade econômica dos museus e ficções sobre as guerras do século XX é vê-los como lugares onde as histórias familiares são posicionadas num quadro mais amplo, às

vezes em contextos universais. [...] Tais imagens da guerra são atraentes porque elas se apoiam no vínculo contemporâneo entre gerações e em particular entre a geração velha e a nova, entre avós e netos, muitas vezes pulando gerações problemática dos pais que sem encontra no meio (JAY, 2006, p. 80).

Nesse ínterim, os países latino-americanos vivem a euforia da redemocratização e a instauração das Comissões da Verdade e da Reconciliação que visavam a abertura dos arquivos desse período e o julgamento dos culpados por crimes cometidos. Ainda era possível dar voz aos testemunhos daqueles que foram torturados e sobreviveram aos governos ditatoriais. Na África do Sul, pós-Apartheid, vivia-se também um período de revisão e releitura da história na tentativa de uma harmonização entre passado e presente. Nas primeiras décadas dos anos de 1990, as políticas genocidas em Ruanda, no Kosovo e na Bósnia foram “fortemente rejeitadas pelos políticos, pela mídia e por grande parte do público” (HUYSSSEN, 2000, p. 12) se comparada à atenção dispensada ao Holocausto, conforme afirma Huyssen. Segundo ele, “não por causa das inquestionáveis referências históricas, mas sobretudo devido um desejo de resistir à intervenção. (HUYSSSEN, 2000, p. 12). A abertura da caixa de pandora da memória, nesses contextos, teve como principal fundamento dar voz àqueles que viveram, até então, à margem da história oficial e a busca por uma reparação legal através de julgamentos e/ ou indenizações. No entanto, Huyssen afirma que no “campo da reparação e do ressarcimento jurídico baseados na memória continua sumamente contravertido” (2015, p. 200), uma vez que se percebe a ausência de uma normativa jurídica objetiva que responda às reivindicações legais de indivíduos ou grupos.

A partir desses contextos, Huyssen adverte sobre alguns pontos dessa política de celebração da memória. A primeira, ele destaca que para alguns críticos:

Essa obsessão recente com a memória marca uma necessidade crescente de historicidade num mundo de obsolescência planejada, bem com o presente em eterna expansão da cultura de consumo. Outros temem que a ubiquidade do discurso sobre a memória, no público e na mídia, ameace o conhecimento histórico objetivo, eliminando as barreiras entre passados inventados e presente vivido. Na verdade, a própria memória pode tornar-se uma mercadoria a ser colocada em circulação por uma indústria voraz da cultura, sempre em busca de novos floreados (HUYSSSEN, 2015, p. 139).

Outra crítica levanta por ele, é a utilização do Holocausto como um padrão homogeneizador global para todos os acontecimentos históricos. O autor reafirma que apesar do Holocausto ter se tornado um “lugar-comum universal da história traumática” (HUYSSSEN, 2000, p. 17), ele não pode ser utilizado para explicar ou justificar todos os acontecimentos

históricos contemporâneos e nos mais diferentes contextos e complementa dizendo que “estender o Holocausto a toda sorte de outros sofrimentos traumáticas, o que ganhou terreno rapidamente desde a década de 1990, tem levado, muitas vezes, à banalização dos discursos das vítimas” (HUYSSSEN, 2015, pp. 185-186). Na verdade, deve-se utilizá-lo como instrumento de reflexão do presente e reavaliar o passado conjuntamente, não descartando as diferenças e as especificidades locais e temporais. Nesse caso, a globalização do Holocausto dever ser vista como mecanismo para reavaliação do passado nacional, regional ou local. Huyssen destaca que essa localização da memória faz parte do processo de construção da identidade de cada país, logo não se pode descartar as singularidades que cada contexto histórico-cultural possui. Como o crítico destaca:

É importante reconhecer que embora os discursos de memória possam parecer, de certo modo, um fenômeno global, no seu núcleo eles permanecem ligados às histórias de nações e estados específicos. Na medida em que as nações lutam para criar políticas democráticas no rastro de histórias de extermínios em massa, apartheids, ditaduras militares e totalitarismo, elas se defrontam, como foi e ainda é o caso da Alemanha desde a Segunda Guerra Mundial, com a tarefa sem precedentes de assegurar a legitimidade e o futuro das suas políticas emergentes, buscando maneiras de comemorar e avaliar os erros do passado. Quaisquer que possam ser as diferenças entre a Alemanha do pós-guerra e a África do Sul, a Argentina ou o Chile, o lugar político das práticas de memória é ainda nacional e não pós-nacional ou global. Isto traz implicações para o trabalho interpretativo” (HUYSSSEN, 2000, p. 16-17).

Também, adverte que todo esse movimento de resgate sofre uma ameaça com a midiaticização e a mercadorização desse passado, o que leva a banalização do evento histórico. Independente dos fatores sociais ou políticos que levaram ao crescimento da memória, não se desconsidera o papel fundamental promovido pelas “novas tecnologias de mídia como veículo para as todas as formas de memória” (HUYSSSEN, 2000, p. 20-21). Os traumas históricos estão “ligados à mercadorização e à espetacularização em filmes, museus, docudramas, sites na internet, livros de fotografia, histórias em quadrinhos, ficção, até contos de fadas (*La vita é bella, de Benigni*) e música popular”. (HUYSSSEN, 2000, p. 21). Entretanto, não podemos analisar esse fenômeno apenas do ponto de vista comercial. Na verdade, o que se questiona é o limite entre a memória traumática e a mídia comercial nesse contexto de cultura contemporânea.

Contrário a essa cultura mercadológica, existem experiências de preservação da memória através de bancos de memórias. Segundo Winter (2006), essa política de identidade vem criando bancos de dados audiovisuais que preservam a “voz” dessas pessoas que pertencem a grupos vitimizados e que só agora têm a possibilidade de falar. “Suas histórias

podem ser captadas e escutando-as ou vendo-as poderemos entrar em contato com suas vidas e com suas tragédias” (2006, p. 73).

O fato é que a memória dos traumas históricos se apresenta no centro das políticas da memória pelo mundo. Segundo Huyssen, “os desastres do passado não podem ser desfeitos e continuam a assombrar nossa imaginação” (HUYSSSEN, 2015, p. 136), com isso o “fantasma de um Alzheimer coletivo” (ACHUGAR, 2006, p. 168), nesse final do século XX, como propõe o crítico uruguaio Hugo Achugar, em **Planetas sem boca**, de um esquecimento sobre esses fatos ou mesmo a repetição deles, torna-se, também, uma preocupação nessa política de memória. Para Achugar, “todos estão/ estamos ou parecem/ parecemos estar atemorizados por uma perda da memória. Todos estão, estamos, parecem, parecemos estar angustiados pela imposição do esquecimento” (ACHUGAR, 2006, p. 168). Em contraposição a esse esquecimento, Huyssen enfatiza que “tentamos combater este medo e o perigo do esquecimento com estratégias de sobrevivência de rememoração pública e privada” (HUYSSSEN, 2000, p. 20). Achugar acrescenta que:

O fantasma de um Alzheimer coletivo [...] inunda as páginas dos jornais. A proliferação de textos autobiográficos e testemunhais, assim como a abundância de reflexões teóricas concentradas no exame das heranças histórico-culturais, ou dos legados das memórias silenciadas, mostram, não só uma espécie de “espírito apocalíptico dos tempos”, mas, e fundamentalmente, a profunda necessidade da sociedade humana de saldar as contas pendentes da história neste fim de século (ACHUGAR, 2006, p. 175).

Ao se tentar saldar as contas com a história, criamos locais, monumentos, mecanismos que representam o signo na manutenção da memória, como uma forma de superar o tempo e o esquecimento. Como crítico da política da memória, Huyssen utiliza-se da expressão memória cultural, proposta por Jan Assmann, para se referir “a memória encarnada em artefatos como a ficção, o teatro, o cinema, porém também em monumentos, na escultura, na pintura e na arquitetura” (HUYSSSEN, 2015, p. 159). Desse modo, os monumentos da memória<sup>16</sup> têm como finalidade informar as futuras gerações aquilo que aconteceu antes. Observa-se, hoje, que a memória cada vez mais acessível através dos diversos suportes midiáticos, desde programas de televisão, internet e de CD-ROMs, além de uma quantidade de obras de ficção, não-ficção, biografias e autobiografias que inundam o mercado editorial todos os anos. Paradoxalmente, muitos críticos da política da memória “acusam a própria cultura da memória contemporânea

---

<sup>16</sup> Entende-se aqui por monumentos da memória, não apenas as obras arquitetônicas, mas todos aqueles artefatos que, de alguma forma, preservam a memória cultural

de amnésia, apatia e embotamento. Eles destacam sua incapacidade e falta de vontade de lembrar, lamentando a perda da consciência histórica” (HUYSSSEN, 2000, p. 18). Huyssen afirma que essas memórias comercializadas através dos veículos de massa são facilmente esquecíveis em relação às memórias vivenciadas, uma vez que não deixam rastros, marcas nos sujeitos. Além disso, Achugar questiona: “o verdadeiro desafio que as políticas da memória enfrentam, diante das múltiplas mudanças do presente, é o da avaliação: o que deve ser preservado, recordado, transmitido e o que deve ser descartado, esquecido, enterrado?” (ACHUGAR, 2006, p. 176).

Cabe destacar que todo o processo de lembrança e esquecimento ocorre mediante a uma política social da memória e de escolhas individuais, assim como a historiografia de um país. Le Goff (2006) afirma que a memória salva o passado de forma que alimente o presente e o futuro, logo, podemos perceber que ela (a memória) faz parte de um constante processo de (re)construção e (re)interpretação dos acontecimentos.

Nesse processo de construção das memórias, Huyssen ratifica que não há imparcialidade nessa seleção e confirma que “a memória é sempre o passado presente, o passado comemorado e produzido no presente, que inclui, de forma invariável, pontos cegos e evasões. A memória, portanto, nunca é neutra” (HUYSSSEN, 2015, p. 181).

Sendo assim, essa relação entre memória e esquecimento tem estado no centro desses debates, pois, para se compreender o presente e almejar um futuro, deve-se retornar ao passado. Entretanto, tem que se estar ciente de que a memória advém de uma condição humana e social, logo “é sempre transitória, notoriamente não confiável e passível de esquecimento” (HUYSSSEN, 2000, p. 37). Huyssen reafirma a importância das memórias para a construção do projeto de futuro: “A memória vivida é ativa, viva, incorporada no social – isto é, em indivíduos, famílias, grupos, nações e regiões. Estas são as memórias necessárias para construir futuros locais diferenciados num mundo global” (HUYSSSEN, 2000, p. 36-37).

Não distante de todo esse debate sobre uma política da memória e do esquecimento, principalmente quanto à revisão, a reinterpretação e a preservação, as artes têm se dedicado a essa matéria de uma forma especial. Além das políticas nacionais, processos judiciais, Comissões da Verdade e a discussão pública em diversos países, como destaca Huyssen, o tema articula-se de maneira intensa “na literatura, nas artes plásticas, em filmes e documentários, e até na arquitetura de museus e memoriais” (HUYSSSEN, 2015, p. 15).

A literatura, em especial, tem se destacado nos últimos tempos como uma importante fonte na reinterpretação e revisão do passado, de modo a manter viva a memória. Sarlo (2005) destaca a importância da literatura como uma forma de resistência contra o esquecimento.

Reconhece que o passado está na moda e que a literatura “insiste em manter aberta a caixa que outros querem fechar” (2005, p. 33). Dentre as muitas funções da literatura que a crítica argentina elenca, ela evidencia que a literatura moderna se opõe aos discursos autoritários das políticas socioculturais, luta contra a exclusão daquilo que “as sociedades prefeririam não ouvir” (SARLO, 2005, p. 28). Ademais, afirma que ninguém tenha passado por uma experiência da leitura permanece incólume. “Ninguém que tenha lido poderá apagar por completo o resíduo de uma leitura: perdem-se os detalhes ou traçado geral, a ordem dos acontecimentos ou as imagens, mas algo permanece desafiando o tempo e o esquecimento” (SARLO, 2005, p. 26). Logo, nota-se o papel da literatura como fonte de conservação e de reavivamento da memória, do passado e da experiência.

Não podemos afirmar que a literatura, assim como a história, seja capaz de reconstruir todo o passado. A história total nunca será efetuada, sempre haverá algo que emergirá das sombras, como outra que se esconderá nas trevas. Sarlo sublinha que longe da proximidade dos fatos, a memória oferece “relatos que, em cada uma de suas variantes, mantenham aberta a possibilidade do surgimento de diferentes versões” (SARLO, 2005, p. 43). Além disso, a crítica argentina destaca a função da literatura enquanto mantenedora da memória, ela opera entre a lembrança e o esquecimento.

Lemos para esquecer e também lemos para não esquecer. Escreve-se para esquecer, e o efeito da escritura é fazer com que os outros não esqueçam. Escreve-se para lembrar, e amanhã outros vão ler essa lembrança. Esquecimento e lembrança, essa oscilação permanentemente produzida por impulsos contrários: escrever para que se fique sabendo/apagar marcas, sinais rastros, disfarçar o presente, a pessoa, os sentimentos. A ambiguidade radical da literatura se manifesta escondendo e mostrando palavras, sentimentos, objetos: ela os nomeia e, ao mesmo tempo, os desfigura até torná-los duvidosos, elusivos, dúbios. A literatura impõe obstáculos, é difícil, exige trabalho. Mas sua própria dificuldade garante a permanência daquilo que se diz (SARLO, 2005, p. 26).

Além de ressaltar as ambiguidades existentes na literatura e os obstáculos interpretativos que ela propõe, ainda destaca a impossibilidade de um completo esquecimento tanto pelos leitores quanto pela própria literatura, visto que mesmo que não possamos ter acesso a todas as informações ou fatos, de terem sido destruídos locais, objetos e os todos os rastros que comprovem ou contenham determinada história, seria ilusório remover as marcas deixadas pela leitura. Ao convivermos com o texto literário, estamos em contato com as experiências, as memórias, a história que eles transmitem, desse modo, Sarlo afirma a inviabilidade de se fechar a caixa de pandora que é a literatura.

Assim sendo, vivemos em tempos em que nos tornamos reféns da memória, não apenas das memórias individuais, mas numa sociedade, graças ao ritmo acelerado de nossa cultura, da memória que nos é imposta por uma política da memória que prescreve o que lembrar e o que esquecer, quais memórias e fatos devem permanecer vivos e aqueles que devem ser depositados dentro das caixas empoeiradas do esquecimento. A angústia que nos toma de assalto nesse final e início de um novo século é, nas palavras do crítico uruguaio Achugar, de não simplesmente “nos transformarmos de sujeitos das memórias em objeto da memória, mas também de nos transformarmos de senhores de nossa memória em escravos das memórias dos outros” (ACHUGAR, 2006, p. 171). Retornar ao passado, vale-se das memórias, deixa de ser meramente um exercício contemplativo do tempo, mas um processo que auxilia na construção das identidades individuais e nacionais. Mais do que questionar se determinado fato aconteceu, é perguntar-se como ele pôde acontecer e como ainda nos assombra e nos ameaça. Como afirma Achugar, “assim como houve um tempo para enterrar, ou preservar memórias, agora parece ter chegado o tempo de desenterrar identidades, de ressuscitar histórias, de construir novos monumentos e de desconstruir, ou de transformar, mediante a apropriação, os antigos. (2006, p. 177).

O presente capítulo se subdividirá em duas partes nas quais serão analisados o *corpus* literário a partir de divisões temáticas. A primeira parte representa a constituição da memória individual e a memória coletiva através de estudo teóricos da memória como Halbwachs (2006), Le Goff (2006), Achugar (2006), entre outros. Mediante alguns pontos teóricos levantados, serão exploradas as obras **O retorno**, de Dulce Maria Cardoso e de Júlio Magalhães, **Os Retornados. Caderno de memórias coloniais**, de Isabela Figueiredo, e **Sabor de Maboque**, de Dulce Braga serão analisados a partir do referencial teórico da escrita de si e do pacto autobiográfico, tendo como base Lejeune (2008), Arfuch (2010), Seligmann-Silva (2005, 2008, 2010, 2013), Sarlo (2005, 2007). Cada obra será analisada individualmente, mas ao final de cada etapa haverá uma breve conclusão à qual mostrará onde os caminhos se cruzam.

### 3.2 O LÁ E O CÁ DA MEMÓRIA EM O RETORNO E EM OS RETORNADOS

Talvez a melhor forma de se começar essa etapa é tomar por empréstimo a frase de Paul Ricoeur, em **A memória, a história, o esquecimento**, e transformá-la em pergunta: “Lembrar-se é ter lembrança ou ir em busca de uma lembrança?” (RICOEUR, 2010, p. 24). É provável que a nossa capacidade lembrar de nomes, de lugares, de sensações, de experiências e de acontecimentos seja o que nos difere dos outros animais. Mais do que lembrar, somos capazes,

por necessidade, de lembrarmos ou dissuadir de fatos que não nos interessa ou omiti-los se não nos causa prazer. Sendo assim, percebe-se que as lembranças ou a busca delas é um processo seletivo no qual esquecer ou lembrar, reprimir ou encontrar-se com tais imagens do passado dependem do homem que pode atuar num processo ativo-passivo de lembranças. Todavia, muitas dessas lembranças fazem parte não apenas de nossas experiências, de nossas memórias enquanto indivíduo, mas de um cabedal sócio histórico em que o sujeito se encontra inserido.

Desse modo, deve-se começar compreendendo a noção de memória como sugere Le Goff (2006), em **História e Memória**. Para o crítico francês, “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 2006, p. 419). É pela memória que o homem se religa ao passado, permitindo-se recuperar e reunir fragmentos, vestígios, rastros, com as quais é capaz de fazer releituras no presente do tempo dos eventos passados. Além disso, Ricoeur destaca que “o dever de memória consiste essencialmente em dever de não esquecer. Assim, boa parte da busca do passado se encaixa na tarefa de não esquecer” (RICOEUR, 2010, p. 48).

É nessa luta contra o esquecimento, o reordenamento desses fragmentos, de lembranças que o homem tem a possibilidade de reconstruir uma realidade, de re-(a)-presentar um evento, recuperar o tempo passado, mesmo que esse seja uma fração do tempo original. No entanto, esse retorno do tempo passado é sempre conflituoso visto que, no embate entre a memória e a história, a perspectiva subjetiva que a memória apresenta difere o olhar objetivista que propõe a história. Para Ricoeur, “o sujeito da memória é o eu, na primeira pessoa do singular” (2010, p. 23), enquanto a história está ligada ao “conjunto de acontecimentos advindos e conjunto dos relatos sobre esses acontecimentos” (RICOEUR, 2010, p. 320).

Também, observa-se que os conceitos de memória e lembrança se interpenetram, muitas vezes sendo mostrados como recordações, como o ato de trazer à tona imagens ou eventos que estão guardados, por meio de analogias ou semelhanças. Ricoeur afirma que “a lembrança é re-(a)apresentação, no duplo sentido do re-: para trás e de novo” (RICOEUR, 2010, p. 56). Em outras palavras, a lembrança é a reapresentação de um acontecimento, no tempo presente, de um tempo passado.

Porém, entre a memória e a lembrança há estágios distintos. O primeiro momento é o da memorização, quando se faz o registro, a conservação do evento, das experiências, das sensações, das imagens que esse evento suscita. A seguir, temos o segundo estágio quando aquilo que foi registrado torna-se lembrança e através de movimentos ativos-passivos emergem no indivíduo ou em contextos coletivos. Para Ricoeur, “a lembrança pertence ao ‘mundo da



experiência' frente aos 'mundos da fantasia', da irrealidade. O primeiro é um mundo comum [...], os segundos são totalmente 'livres', seu horizonte é perfeitamente 'indeterminado'" (RICOEUR, 2010, p. 66).

Nessa dialética entre a experiência e a memória, a narrativa dessas memórias faz-se fonte de reconstrução do passado e de releitura dos eventos e elas, memórias individuais e coletivas, contribuem para a formação da experiência. Em seu texto de 1933, "Experiência e Pobreza", Benjamin analisa o silêncio dos combatentes da Primeira Grande Guerra de forma que ela "deixou como herança uma extrema miséria de experiências comunicáveis" (1999, p. 185), afirma Katia Muricy, em **Alegorias da dialética**. Para a autora, o texto de Benjamin revela a fissura entre a experiência e a narrativa de tais eventos, cujos os campos de batalha apresentaram o aniquilamento das experiências acumuladas por séculos, revelando assim o homem da modernidade, embora ainda, fosse uma geração que "fora à escola num bonde puxado por cavalos" (BENJAMIN, 2011c, p. 115).

Três anos depois, Benjamin, em "O narrador" (1936), mostrou uma visão pessimista sobre o narrar essas experiências como uma faculdade em declínio, "as ações da experiência estão em baixa, e tudo indica que continuarão caindo até que seu valor desapareça" (2011d, p. 198). Novamente, ele recorreu aos textos a respeito da Primeira Grande Guerra e o vazio que essas narrativas escritas apresentavam sobre o tema que "nada tinham em comum com as experiências transmitidas de boca em boca" (BENJAMIN, 2011d, p. 198). O crítico alemão acrescenta, no entanto, que "a experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos" (BENAJAMIN, 2011d, p. 198).

Segundo Muricy, entre os aspectos abordados nesses textos, estão os conceitos de experiência (*Erfahrung*) e vivência (*Erlebnis*), que marcam a mudança estrutural da experiência pela perspectiva da modernidade e a necessidade da escritura como uma possibilidade de reconstrução e narração dessas experiências.

A partir desse viés, Muricy destaca que, para Benjamin, tanto as memórias individuais quanto as coletivas contribuem para a formação da experiência e que a escrita é o mediador da narração dessas memórias. No texto introdutório da obra **A memória coletiva**, de Maurice Halbwachs (2006), J. Michel Alexandre destaca a tese do autor de que a memória é de natureza coletiva. Para Halbwachs, não há como realmente lembrar se não estiver inserido em uma sociedade ou em um grupo. A presença do outro faz-se necessário para que a lembrança se concretize. Alexandre, citando Halbwachs, destaca que "um homem que se lembra sozinho do

que os outros não se lembram é como alguém que enxerga o que os outros não veem” (2006, p. 23).

Em sua obra, Halbwachs defende a tese de que a memória é de natureza coletiva, pois necessita da presença do outro para ressignificar o que foi lembrado. Ele afirma que a memória do indivíduo depende dos grupos sociais (família, escola, igreja, profissão) com os quais se relaciona e complementa que “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas pelos outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós” (HALBWACHS, 2006, p. 30). Nesse contexto, Éclea Bosi, em **Memória e Sociedade** (2007) ressalta que a “memória de seus membros, que acrescenta, unifica, diferencia, corrige e passa a limpo. Vivendo no interior de um grupo, sofre as vicissitudes da evolução de seus membros e depende de sua interação” (2007, p. 411).

Por sua vez, Le Goff (2006) destaca que a memória coletiva é utilizada como instrumento de poder dentro da sociedade. Segundo o crítico, “tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas” (2006, p. 422). É através das narrativas e dos silenciamentos da história que se percebem os mecanismos de manipulação da memória social. Le Goff explica que “as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral ou que estão em via de constituir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória” (2006, p. 470).

Conforme Halbwachs, o ato de lembrar não acontece de forma espontânea, mas é um processo de reconstrução, de repensar as experiências do passado com as imagens e o olhar preso ao contexto atual. No entanto, o fenômeno da memória constitui-se, fundamentalmente, por um comportamento narrativo e está ligado a capacidade social comunicativa de estabelecer uma rede de contatos, com a qual se compartilha as experiências individuais e coletivas. No entanto, Ricoeur enfatiza que esse comportamento narrativo está ligado a uma dimensão seletiva, porque “é impossível lembrar-se de tudo, é impossível narrar tudo. A ideia de narração exaustiva é uma ideia performativa impossível” (RICOEUR, 2010, p. 455).

Ao tratar da memória individual, Halbwachs retorna à noção de testemunho como uma forma de narrativa, mas não apenas daquele eu que vivenciou o evento, mas, sobretudo, daquele que “eu que realmente não viu, mas que talvez tenha visto outrora e talvez tenha formado uma opinião com base no testemunho de outros” (2006, p. 29). Segundo ele, não há como compreender a memória individual como uma tábula rasa, visto que esse “eu” está inserido em contextos socioculturais complexos e contatos com outras narrativas sobre o mesmo ou sobre

eventos semelhantes. Entretanto, não basta o testemunho de outros para que esse ajude a reconstruir nossa memória. É preciso que haja pontos de contato entre as narrativas, senão “os testemunhos dos outros serão incapazes de reconstruir a lembrança” (2006, p. 39), enfatiza Halbwachs.

Além disso, pode-se afirmar que um número de lembranças emerge de nossa memória a partir das lembranças de outros. Para Halbwachs, quando evocamos uma lembrança de um fato que pertence a um grupo, mesmo que os membros deste não estejam presentes, conquanto, estamos recordando a memória coletiva. Assim sendo, ele destaca que ainda que seja uma memória coletiva, o que é lembrando é um ponto de vista da memória individual. Para o próprio crítico, “este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes” (HALBWACHS, 2006, p. 69). É esse conjunto de pontos de vista e de lembranças que formam a memória coletiva. Bosi reitera que ao evocarmos lembranças significativas dos grupos, focamos naquela memória do tempo presente, e acrescenta:

Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista (BOSI, 2007, p. 55).

Mesmo pertencendo a um grupo, as experiências e as memórias podem ser parecidas ou mesmos iguais para outros grupos, o que representa uma aproximação entre eles. Para Halbwachs, “às vezes essas relações ou esses contatos são permanentes ou, em todo caso, se repetem com muita frequência, prosseguem durante muito tempo” (HALBWACHS, 2006, p. 52). Ao compartilharem as memórias das mesmas experiências, esses grupos propõem trocas de vivências. Bosi admite que “as lembranças grupais se apoiam umas nas outras formando um sistema que subsiste enquanto puder sobreviver a memória grupal” (BOSI, 2003, p. 414). Todavia, nem sempre nessas trocas encontramos as lembranças que se está à procura. Em muitos casos, tem-se que esperar que circunstâncias favoráveis possam despertar no sujeito a condição para que aquela memória desejada emergja. Halbwachs destaca a papel importante da percepção para o reavivamento da memória e, muitas vezes, o sujeito não consegue recordar, pois não é capaz de reagrupar as memórias perceptivas de determinada lembrança para reconstitui-lo. Ele propõe que é preciso buscar esses elementos para se encontrar as memórias.

O autor afirma que mesmo que o indivíduo se esforce para recordar de certas lembranças, ele não é capaz, uma vez que elas independem de nossa vontade. O crítico enfatiza que “a lembrança está ali, fora de nós, talvez dispersa entre muitos ambientes” (HALBWACHS, 2003, p. 59) e que nossa vontade não tem força suficiente para fazer que essa lembrança emerja. Cada tipo de memória emerge a partir de condições especiais conforme o grau de complexidade que ela apresenta. As memórias coletivas são mais fáceis de serem lembradas visto que o indivíduo possui uma liberdade de trânsito entre elas. Apesar dessa aparente facilidade, há outras memórias que se tornam distantes, “porque os grupos que os trariam para nós estão mais distantes, só estamos em contato com eles de modo intermitente” (HALBWACHS, 2006, p. 67). Associa-se a essa nação que a memória possui uma relação dicotômica com o esquecimento e que este também independe da vontade do sujeito.

Apesar da opção pelo esquecimento, observa-se que o esquecimento se mostra impotente diante da memória. Para que haja o total esquecimento é necessário um total apagamento dos rastros. Sarlo destaca que “é impossível não falar do passado. Uma família, um Estado, um governo podem não sustentar a proibição; mas só de modo aproximativo ou figurado ele é eliminado, a não ser que se eliminem todos os sujeitos que o carregam” (SARLO, 2007, p. 10). Em outras palavras, Ricoeur afirma que um acontecimento “nos marcou, tocou, afetou e a marca afetiva permanece em nosso espírito” (2010, p. 436). Essas marcas, traços são fixados na memória do sujeito e fazem parte da formação da sua identidade.

A partir das memórias individuais e das memórias coletivas que as obras **O retorno** (2011), de Dulce Maria Cardoso, e **Os Retornados, um amor nunca se esquece** (2008), de Júlio Magalhães, serão analisadas, tomando como referência o uso da memória como fator de discussão para a construção do romance. Em ambas as obras a memória serve para (re)ligar os continentes africano e europeu. As personagens se lembram e comparam a vida em Angola e Portugal, as dificuldades e a luta para vencer em África, a saída conturbada do país e as adversidades para se (re)inserir na sociedade portuguesa. Em **O retorno**, observa-se bem essa dicotomia entre o cá e o lá tanto no lugar o qual as personagens ocupam quanto à separação temporal das memórias. Já em **Os Retornados**, a memória aparece de forma mais difusa, compõe a narrativa como reminiscência de um passado que foi deixado para trás, mas que, por mais que se tente esquecer ou desviar o assunto, elas permanecem vivas. Destaca-se, na obra de Magalhães, a utilização de fotografias que parecem ilustrar muitas vezes o capítulo. Com a finalidade de tornar as análises mais didáticas, dividiremos em três momentos: primeiramente a obra **O retorno**; numa segunda etapa, **Os Retornados**; e, por último, um entrelaçamento das duas obras.

### 3.2.1 *O retorno*

Descolonização, violência, medo, incertezas, memórias, esperança. Estes são alguns elementos que se destacam no romance **O retorno** (2011), da escritora Dulce Maria Cardoso, que narra a história do menino Rui e sua família, obrigados a deixar Angola no ano de 1975 devido ao fim do regime colonial, aportando em Portugal. A narrativa traz a tensão da fuga e as adversidades enfrentadas pela família nos primeiros tempos na ex-metrópole, com a ausência e falta de notícias do pai.

O romance localiza-se espacialmente em dois países: Angola que carrega todas as memórias, os elementos que constituem a identidade das personagens; e Portugal, que marca o período conturbado de suas vidas, do sofrimento durante a adaptação às novas condições e regras. A todo instante percebe-se que o narrador estabelece um paralelo e uma alternância entre lá/ aqui, reflexo do lugar em que está, ressaltado, principalmente, pelas lembranças que emergem. Entre a saudade além-mar e a difícil adaptação no velho continente, as personagens vivenciam os questionamentos sobre o pertencimento, sobre qual é a sua terra, o seu lugar.

Desse modo, essa divisão entre dois países reflete na própria estrutura do romance que se situa em dois momentos distintos: primeiro, situado em Angola, retrata a história do passado de trabalho para o desenvolvimento do país, os reflexos da guerra de independência e a evasão dos portugueses, a fuga pelo aeroporto e as imagens de Portugal que o narrador idealiza. Já o segundo momento, traz a chegada e a adaptação a essa nova realidade, o apoio recebido pelos órgãos governamentais, a hostilidade na escola e as incertezas do futuro. A todo momento, as lembranças de outrora aparecem para amenizar e/ ou intensificar as diferenças e a distância de Angola.

Além dessa polaridade entre dois países, o romance está em um constante movimento entre presente e passado, entre o período que viviam em tranquilidade em Angola e o período da guerra até a saída para Portugal. Situado temporalmente no presente, um dia antes da fuga, o narrador Rui afirma que “o pai não era assim antes de isto ter começado” (CARDOSO, 2012, p. 7). O comportamento de seu pai havia modificado após o início da guerra. Em meio àquelas agitações que vivenciavam, as memórias serviam como uma forma de amenizar todo aquele sofrimento, no entanto, o esquecimento começa a rondar os personagens. Como retrata o menino Rui: “A minha irmã diz, ainda me lembro do dia em que aquele galo, o galo de louça que está na bancada de pedra de mármore, caiu ao chão e lascou a crista. Insistimos nos pormenores insignificantes porque já começámos a esquecer-nos. E ainda nem saímos de casa” (CARDOSO, 2012, p. 8).

Dona Glória vivia em uma divisão espaço-temporal. O narrador conta que “sempre houve duas terras para a mãe, esta que a adoeceu e a metrópole, onde tudo é diferente e onde a mãe também era diferente” (CARDOSO, 2012, p. 9). No entanto, a doença de sua mãe e a guerra eram assunto delicados de serem tratados, para eles havia o cuidado e o silêncio. Dona Glória, portuguesa, saiu de uma aldeia rural em Portugal para se juntar ao seu marido Mário em busca de uma Angola que lhes trouxessem prosperidade, que pudessem possuir uma casa como as das revistas, com torneiras, para que nunca mais tivessem que buscar água na fonte. Angola era sinônimo de um futuro melhor, diferente de sua aldeia. Dona Glória contava com entusiasmo sua vinda ao país:

Quando vim ter com o vosso pai trouxe a mala amarela cheia de enxoval todo feito por mim, a pressa que tinha em vir para cá, trabalhava no campo durante o dia e bordava aos serões, a pressa que tinha vir para cá nem me deixava ter sono, não queria acreditar que ia ter uma casa com torneiras [...] na aldeia não havia uma casa que tivesse torneira, uma casa com torneiras de onde saísse água sempre que se queira só era possível muito longe daquela miséria, num sítio tão longe que nem frio lá chegava (CARDOSO, 2012, p. 19)

Nas memórias de sua mãe, África representava uma vida diferente daquela que ela estava acostumada em Portugal. Entretanto, a esperança de um futuro melhor sempre ficou como um projeto futuro nas promossas de seu pai. Com início da guerra e a eminente saída de Angola, esse projeto não mais se cumpriria. A saída de África não era uma escolha, mas uma necessidade para a sobrevivência da família. Ir para Portugal não era a única escolha. Aqueles que puderam optar também escolhiam a América (Brasil) ou a África do Sul.

Rui comenta, porém, que nunca estiveram em Portugal, nem nas férias como alguns de seus colegas já haviam ido. O que ele conhece de lá é alimentado pelos relatos de seus amigos Lee que fala como “as raparigas são fáceis” (CARDOSO, 2012, p. 20) e Gegé que “diz que na metrópole não há cinema ao ar livre” (2012, p. 21). Para sua irmã e ele, o lugar mais próximo que estiveram de uma viagem à metrópole, era quando seu pai os levava ao aeroporto para verem os aviões. Essas lembranças aparecem demonstrando uma imagem simples da infância que as crianças tiveram e, em muitos casos, aparecem como uma divagação durante a narrativa. Como o Rui conta:

Quando éramos pequenos, o pai levava-nos a ver os aviões, ficávamos na varanda a beber gasosas, foi o mais perto que estivemos de ter andado de avião. Até o barulho dos aviões gostávamos. No carro, a caminho de casa, minha irmã pedia-me para fazermos de conta que íamos de avião, é só

imaginar que o carro vai pelo ar, não há como as raparigas para lembrarem de brincadeiras parvas (CARDOSO, 2012, p. 17).

Apesar de “os bens dos colonos que partem pertencerem automaticamente à futura nação angola, nenhum colono pode destruir os bens que a sua ganância amealhou” (CARDOSO, 2012, p. 21-22), Mário, pai de Rui, já tinha o plano de queimar todos os bens que possuía para não deixar nada aos pretos. Tudo que ficasse em Angola seria devorado pelo fogo do rancor que alimentava com a saída. Ademais, demonstravam um sentimento inferioridade e de desprezo por aquela gente. Independentemente dos riscos que seu pai corria, se fosse pego a pôr fogo nos bens, ele estava determinando a cumprir o seu plano. Entretanto, Rui preocupava-se com o apagamento das lembranças, com a destruição dos objetos de sua casa, como a toalha de dália e o retrato de sua mãe que estava pendurado no dia em que chegara em Angola. Para o menino narrador, esses objetos carregam consigo as memórias ou servem de fonte de lembranças para as histórias que sua mãe conta sobre sua chegada. Há para ele uma relação mútua entre as memórias de sua mãe e os objetos daquela viagem, ambos são alimentados pelas memórias, como o mesmo questiona:

Se o pai não queimar tudo o que será do retrato sem a mãe para contar as histórias do dia em que veio embora da metrópole, dos nove dias da viagem de barco, da chegada, estava tanto vento que o pó se levantava como se o diabo o soprasse, pó encarnado, nunca tinha visto nada parecido (CARDOSO, 2012, p. 23).

A narrativa de Rui alterna-se entre os tempos presente e o momento em que próprio menino se lembra do acontecimento da vida de seus pais. Ele se apropria das memórias de sua família, relacionando aos fatos que ele está vivendo no momento. Bosi (2007), muitas memórias que pertencem a nosso repertório “foram contadas tantas vezes que as incorporamos [...] Na verdade, nossas primeiras lembranças não são nossas, estão ao alcance de nossa mão no relicário transparente da família” (2007, p. 425). Desse modo observamos no excerto esse entrelaçamento de experiências e memórias:

Devíamos ter ido de barco, o Sr. Manoel é que foi esperto, se fôssemos de barco o enoval da mãe podia voltar para a metrópole. Já não há lugares nos barcos, já não há nada. **Ainda faltava duas horas para o Vera Cruz atracar e já o pai estava no cais, a mãe desembarcou com uma saia cinzenta e uma blusa branca a fazer as vezes do vestido de noiva. Havia outras duas**

**noivas no pacote, noivas como deve ser, de véu na cabeça**<sup>17</sup> (CARDOSO, 2012, p. 23-24 – grifo meu).

O fluxo narrativo construído pelo menino não obedece a uma cronologia. Em meio às lembranças da chegada de Dona Glória ao país, nota-se que os nativos são representados como preguiçosos, burros, inaptos a administrar a terra e os bens que possuem. Ademais, Rui recorda-se que “os irmãos de Malaquias mandaram o pai à tugi, os irmãos de Malaquias também trabalhavam” (CARDOSO, 2012, p. 26). Após essa digressão, o narrador continua a contar a impressão que tivera daqueles primeiros momentos em Angola: “O pai deu a mão à mãe enquanto caminhavam para a Dodge que estava estacionada à entrada do porto [...] a mãe ficou espantada por o pai ser dono de um caminhão” (CARDOSO, 2012, p. 26).

Ainda naquela noite Rui recordava-se de Sr. Manuel e acreditava que ele tinha sido mais inteligente, pois naquela altura ele já estaria na metrópole. Sr. Manuel não concordava com a revolução. No entanto, Mário acreditava que com a revolução “isto vai ficar melhor, vamos deixar de ser portugueses de segunda<sup>18</sup>” (CARDOSO, 2012, p. 29). Sr. Manuel, descrente das palavras de Mário, afirmava “vai haver aqui um mar de sangue, 61 não foi nada comparado com o que aqui se vai dar, vai ser um salve-se quem puder, queira deus queira que quando me derem razão não seja já tarde demais” (CARDOSO, 2012, p. 29). Em meio as essas lembranças, o menino narrador lembrava-se da festa de ano novo de 1975, rememora a felicidade de seus pais, os beijos demorados com Paula, a beleza de sua irmã, a banda que passava cantando coisas de amor. Todos acreditavam que seria o melhor ano de suas vidas, apesar da chegada em massa dos pretos a Luanda e o começo dos tiros na capital. Alimentavam a esperança que, com a independência da metrópole, Angola tornar-se-ia um país próspero para se viver, contrariando as expectativas negativas de Sr. Manuel.

Já era noite, quando militares armados tocaram a campainha da casa de Rui. As mulheres, imediatamente, trancaram-se no quarto. Mário prontamente foi atender os militares com a arma escondida na bainha da calça e ordenava que Rui trouxesse aos militares cerveja e cigarros. Durante aquela conversa no meio da noite, Mário é preso, sendo acusado de ser um matador de negros. Rui, de tão nervoso, começava a ver tudo e como estava escuro e não se lembrava do que tinha acontecido naqueles momentos.

Tio Zé, irmão de D. Glória, levou-os ao aeroporto para que embarcassem o mais depressa para Portugal, temendo pela segurança de sua família e que aguardassem Mário em

---

<sup>17</sup> O objetivo do grifo é marcar a diferença entre o tempo presente (tempo para experiência) e o tempo passado (tempo da memória).

<sup>18</sup> Dizia-se dos portugueses que se estabeleciam nas colônias ou eram descendentes de portugueses.



Portugal. Após quase um dia no aeroporto de Luanda aguardando o embarque, Rui, Dona Glória e sua irmã Milucha chegaram a Portugal carregando poucos pertences e a aflição de terem deixado Mário em Angola. De acordo com o jornal Diário de Notícias, citado por Rita Garcia em **Os que vieram de África**, essas pessoas “[vinham] sem bagagens, sem dinheiro, sem documentos e apenas com a roupa ligeira que vestiam no momento da fuga” (GARCIA, 2012, p. 35).

“Então a metrópole afinal é isto” (CARDOSO, 2012, p. 65) marca o início do segundo momento da narrativa. Novamente, a divisão espaço-tempo aparece nesse período da história de Rui. Agora, longe de África o que lhes restavam era a adaptação aquela nova realidade e as memórias do além-mar que persistiam. Percebe-se que o presente é permeado pelas memórias ou comparações com o tempo que viviam em Luanda.

É a primeira vez que estamos num hotel, é a primeira vez que estamos a dormir num quarto de hotel e também é a primeira vez que estamos a dormir os três no mesmo quarto. **Na casa antiga eu e a minha irmã partilhávamos o quarto mas éramos pequenos, éramos tão pequenos que ainda tínhamos medo do escuro, das lesmas e das osgas. A mãe sempre dormiu noutra quarto com o pai. A não ser quando um de nós estava doente. Aí mudava-se para a nossa cama e deixava as almofadas a cheira à laca que punha no cabelo. Mas tirando os casos de doença a mãe sempre dormiu com o pai noutra quarto.** Só que o pai não está cá. Quarto 315. O porteiro que nos ajudou a trazer as malas disse que tivemos sorte, é um quarto com varanda virada para o mar. Também nunca dormimos tão perto do mar (CARDOSO, 2012, p. 77 – grifo meu).

Observa-se neste parágrafo, a alternância entre o tempo da experiência em Portugal, com os verbos no tempo presente e o tempo da memória, o tempo da lembrança, que de agora em diante, torna-se o tempo de África. Ao longo de toda a obra essa estrutura é mantida. Toda nova experiência, cada problema na adaptação, cada dificuldade enfrentada por eles é marcada por um período de recordação, de afirmar que a vida era mais simples e melhor em Angola. Porém, o tempo presente é o momento em que as memórias mais dolorosas, o trauma, podem ser revividos, como afirma o narrador: “Se fecho os olhos o pai é outra vez levado pelos pretos, as mãos amarradas atrás das costas, se fecho os olhos estou outra vez a desmaiar” (CARDOSO, 2012, p. 76).

No hotel que os abrigavam e mais dezenas de famílias provenientes das colônias, todos os momentos de encontro transformavam-se em oportunidades para se falar de África, da vida que haviam deixado para trás, como se ainda pertencessem a elas, na tentativa de negar aquilo

que acontecera, como o próprio menino observa. As memórias daquele tempo era tudo o que possuíam e que podiam partilhar.

O almoço começava a ser servido ao meio-dia e meia e às onze já há gente a guardar vez, gente encostada à parede a falar das coisas de lá, a minha casa isto a minha casa aquilo, deixei lá isto e aquilo, os tiros isto os morteiros aquilo. Com a televisão é a mesma coisa, horas antes do início a sala enche-se de gente e mais uma vez, a minha casa isto a minha casa aquilo, deixei lá isto e aquilo, os tiros isto os morteiros aquilo (CARDOSO, 2012, p. 87).

Apesar da sua realidade ser bastante diferente agora, D. Glória não se esquecia das promessas que Mário havia feito para ela, de uma casa com conforto e bonita como aquelas que ela via nas revistas. Ao cobrar-lhe aquilo que ele havia prometido, ele mostrava-a “as letras do caminhão que acabara de comprar, do telhado de um armazém que tinha de ser reparado” (CARDOSO, 2012, p. 117). Assim, ela se resignava, pois sabia que o seu sonho se alimentava pela prosperidade que haveriam de alcançar naquelas terras. Às vezes, essas recordações lhe vinham a memória e aguardava o dia em que elas se concretizassem.

Só que minha mãe queria ser uma dona de casa como as vizinhas, queria ser uma dona de casa como as do cinema, como as que tinham aspirador e aventais sem nódoas, que bebiam café sentadas em balcões altos de cozinhas imaculadas. A mãe também queria uma dessas cozinhas, cozinhas com janelas por cima dos lava-louças donde se viam relvados que os maridos aparavam aos domingos de manhã, queria matabichos com ovos e chouriço às tiras e aquelas rodelas de massa que pareciam deliciosas e de que a mãe não sabia a receita (CARDOSO, 2012, p. 117).

Em meio à narrativa das histórias da adaptação a Portugal, dos problemas que enfrentavam no hotel e das plenárias sobre o esvaziamento da piscina, o narrador escreve uma carta ao seu tio Zé, na esperança de receber alguma notícia do paradeiro de seu pai. Rui preocupava-se com a saúde mental de sua mãe, de serem despejados do hotel e não saber para onde ir. Apesar de se mostrar firme ao cuidar de sua mãe e sua irmã, o menino sente-se perdido. Durante essa carta Rui faz algumas digressões, as quais ele explica ao seu tio: “Mas não é por causa disso que lhe escrevo, tenho esta mania de me desviar sempre do que penso” (CARDOSO, 2012, p. 135). Essas divagações são observadas ao longo de toda a narrativa. Elas apresentam-se, especialmente, como memórias que insistem em retornar. Nessa preocupação com o pai, Rui recorda-se do marido de D. Eugénia que desaparecera e lembra-se de como maltratavam Hilário acerca do desaparecimento de seu pai:

Eu, o Gegé e o Lee às vezes dizíamos ao Hilário, que era da nossa turma, os pretos apanharam o teu pai e mataram-no. Dizíamos por maldade, para ver engolir em seco, o teu pai nunca mais volta. E no entanto o Hilário nunca deixava de andar atrás de nós. Tenho-me lembrado muitas vezes do Hilário, do que lhe via nos olhos quando lhe dizíamos, o teu pai nunca mais volta. Acho que só agora percebi (CARDOSO, 2012, p. 137).

Assim como a foto dependurada na parede da casa de Luanda, outros objetos também despertavam as memórias de Rui e sua família. Em uma visita a casa dos penhores, a árvore de natal num canto qualquer, despertou as memórias do menino sobre o natal em África, lembrava-se que o Jesus não poderia ter nascido naquelas terras pois não havia neve. Entre as lembranças de calor que fazia lá, o menino narrador afirma que “era como se lá o natal fosse uma mentira, ninguém acredita num natal que se pode passar na praia. Aqui o natal é de verdade” (CARDOSO, 2012, p. 176). Nesta declaração de Rui, o menino questiona a narrativa ocidental do Natal, ressaltando que aquilo que fugisse do padrão cultural estabelecido pela Europa, não era real. Ainda na casa de penhores, com a necessidade de sobreviver, D. Glória desfaz-se de objetos que além de carregados de memórias, possuem um valor sentimental muito grande. Desse modo, afastavam-se, aos poucos, daquelas memórias.

A mãe dobrou o lenço encarnado que trouxe no cabelo e pô-lo no colo. Retirou a pulseira de prata da malinha de mão, o teu pai deu-me esta pulseira quando fiz trinta e dois anos, ainda te lembrás, foi um dia tão bonito, fomos buscar um bolo à Riviera, tinha dito ao teu pai que queria uma pulseira com o nome gravado, com a que a D. Amália tinha, te lembrás da D. Amália, era aquela que vivia na casa azul ao pé do talho (CARDOSO, 2012, p. 177).

Ao longo do tempo, Rui torna-se amigo próximo de Pacaça que conta suas aventuras quando morava em África e das tantas vezes que matou animais selvagens, o que lhe rendeu o apelido. No entanto, D. Glória não agradava das aventuras que os homens do hotel se metiam. Tinha medo pela segurança do filho: “é perigoso andares a fazer isso, este país está virado ao contrário, se te acontece alguma coisa não sei o que seria de mim” (CARDOSO, 2012, p. 190). Além disso, não acreditava nas histórias que o Pacaça contava, aliás, acreditava que todos naquele hotel contavam mentiras só para vangloriar-se. Para ela, “é fácil uma pessoa enganar-se quando recorda coisas que aconteceram tão longe, e acaba sempre a dizer a mesma coisa” (CARDOSO, 2012, p. 190).

Em meio a tantas lembranças de momentos felizes e grandes aventuras que emergiam, as memórias da guerra, dos instantes de insegurança que viveram, também aparecem. Faria recordava-se da família de Sanza Pombo que foram dados como desaparecidos. Lembrava-se

de ter ouvido muitas vezes seus nomes nas listas no intervalo da rádio novela *Simplesmente Maria*. Ao ver os contentores deles, Faria destacava a sorte que tiveram de sair de Angola, pois “estes coitados não escaparam, duas famílias inteiras, que massacre, as cabeças foram encontradas à estrada de Sanza Pombo e o resto espalhado sabe deus por onde, os filhos da puta matavam e espalhavam os bocados dos corpos para impedir que voltassem a viver” (CARDOSO, 2012, p. 195-196).

Entre tantas histórias que Pacaça contava, em uma das vigílias junto aos contentores, ele recordava-se da primeira vez que fora ao munhungu<sup>19</sup> do Bairro Operário, onde tornara-se homem. As memórias de Pacaça demonstram com o corpo da mulher negra era socialmente diferente do da mulher branca e que esse poderia ser explorado, assim como a terra. Ao retornarem para casa seu pai lhe dava alguns conselhos de homem para homem:

No caminho para casa deu-me os conselhos que um pai tem de dar a um filho, os mesmos conselhos que mais tarde dei ao meu filho, as outras pretas não são asseadas como as do munhungu, tens de ter cuidado com as doenças, se por acaso alguma preta te vier chatear com a conversa de que a engravidaste manda-a falar comigo, elas realmente nos chateiam porque para elas ter filhos é outra coisa, mas vendo-te tão novo podem querer abusar da tua inocência, se te apetecer ir com uma preta que tenha marido tens de falar com ele primeiro, vais ver que fica todo inchado, é uma honra para um preto que um branco queira a mulher dele, podem pedir-te uma multa, uma garrafa de quimbombo<sup>20</sup> ou uma lâmina de barbear, pequenas coisas que ajudam na convivência, se temos de viver uns com os outros mais vale que seja em paz, se for quilumba<sup>21</sup> é diferente, aí tens de falar com o pai, as multas pelas quilumbas podem ser mais altas mas tens a garantia de que está sem doenças, pelo menos das que se apanham com os homens, mas mesmo aí tens de ter cuidado, há muitas que dizem que são quilumbas e já estiveram com mais que sei lá, aquilo está-lhes no sangue (CARDOSO, 2012, p. 203-204).

Embora estivessem sofrendo com a adaptação em Portugal, Rui e sua família mantinham viva a esperança de que um dia Mário iria retornar. Um dia, quando já estavam recolhidos em seu quarto no hotel, ouvem bater à porta. Ao atender, veem a figura de Mário muito debilitado e cansando. Em pouco tempo, aquele reencontro de família torna-se uma festa no corredor do hotel, com direito a brinde de boas-vindas oferecidos pelo juiz. Mário agradece a todos, mas dizia que tinha sido um dia longo e precisava descansar. Naquela noite, Rui chama sua irmã para dormirem na sala de convívio, apesar de haver ordens para a não permanência lá. O menino

---

<sup>19</sup> Prostíbulo.

<sup>20</sup> Espécie de aguardente.

<sup>21</sup> Virgem.

dizia a sua irmã que era o momento de seus pais ficarem à vontade. Ao se arrumarem no sofá Rui e Milucha lembram-se de quando eram crianças.

Eu e minha irmã não queremos adormecer, o pai veio ter conosco, não vamos desperdiçar uma noite tão feliz a dormir, já dissemos várias vezes um ao outro, não podemos adormecer. Parece impossível, pois é, ainda nem acredito, parece que estou a sonhar, eu também. A última vez que eu e a minha irmã dormimos na mesma cama ainda nem andávamos na escola e agora estamos no mesmo sofá a lutar os pés, que estúpido, a minha irmã até já me chama outra vez de estúpido. [...] **A mãe mandava-nos calar do quarto onde dormia com o pai, têm de dormir, se não dormem ficam pequenos para sempre como o anão Vicente. O anão Vicente ajudava na mercearia do Sr. Santos e não devia achar piada à anedota dos matraquilhos que o barbeiro contava. Eu e a minha irmã tínhamos medo de ficar pequenos como o anão Vicente e ainda tínhamos medo mais medo que o Caterpillar<sup>22</sup> nos levasse se não comêssemos a sopa como a mãe ameaçava.** Ainda te lembras do Caterpillar, pergunto à minha irmã, a minha irmã imita a voz da mãe, digo ao Caterpillar para nos levar no cesto (CARDOSO, 2012, p. 226-227 – grifo meu).

Assim como a volta de D. Sebastião poria Portugal novamente nos trilhos do progresso e solucionaria todos os problemas, o retorno de Mário tiraria a família daquele hotel e lhes mostraria uma esperança de futuro. Rui sentia-se aliviado por não ser mais responsável pela sua mãe e sua irmã. Mário buscava sócio para a abertura de uma fábrica de blocos de cimento. No entanto, o retorno de Mário retrata, também, uma memória silenciosa, assinalada não pelas palavras, mas pelas cicatrizes que ele carrega no corpo e pelo silêncio em não falar sobre o que aconteceu naquele tempo em que esteve desaparecido em Angola. Como o menino narrador conta:

O pai nunca falou da prisão. Nem uma palavra. Talvez por isso eu não consiga olhar para as cicatrizes do pai quando o vejo em tronco nu. O silêncio do pai faz com que as cicatrizes contem coisas mais terríveis do que as que o pai poderia alguma vez contar, as cicatrizes mostram-me as feridas a serem abertas, o pai a gritar, a implorar, o pai deve ter chorado, o Sr. Moreira disse ao Helder que chega um momento em que até o mais valente dos homens chora. Quando olho para as cicatrizes do pai é como se estivesse a assistir ao que eles lhe fizeram, como se estivesse a assistir a tudo e continuasse sem conseguir mexer-me como quando levaram o pai (CARDOSO, 2012, p. 251).

Assim como os soldados retornados da primeira guerra permaneciam em silêncio, como afirmava Benjamin (2011c), Mário mantém-se fechado à experiência comunicativa. Rui afirma

---

<sup>22</sup> Lagarta.

que, às vezes, até tentava se comunicar, mas alguma força o impedia de falar daqueles tempos e de tudo que viveu e sofreu na prisão:

O tio Zé continuou a fala de lá, de como tinha sido obrigado a desistir de ajudar o povo oprimido durante cinco séculos, é a guerra mais sangrenta que se pode imaginar e não vai terminar tão cedo. O tio Zé também falou da dificuldade de ter arranjado um voo para cá depois de a ponte aérea ter acabado, falou disso e da mulata que veio com ele. De vez em quando parecia que o pai ia começar a falar mas nunca disse nada. Não sabemos sequer se o pai veio de avião. Às vezes penso que a mãe sabe, que o pai não pode guardar um segredo tão grande. Não falamos do que aconteceu ao pai mas é como se isso sugasse todas as conversas (CARDOSO, 2012, p. 252-253).

Deitado no único lugar que podia estar com seus pensamentos, o terraço do hotel, Rui repetia para si mesmo que “amanhã já não estou aqui” (CARDOSO, 2012, p. 267). Acreditava num futuro em que as coisas seriam como eram em Angola, o pai trabalhando, a mãe fazendo bolos em casa, sua irmã e ele frequentando a escola. Não sairiam mais daquele lugar, daquele país. Mário prometera para si mesmo, que “ninguém me expulsa de lado nenhum, esta vai ter de ser a minha terra” (CARDOSO, 2012, p. 243). E aqueles momentos de alegrias e tristezas fariam parte do livro da história de vida deles, da memória deles e “eu estive aqui” (CARDOSO, 2012, p. 267) estaria escrito lá.

### **3.2.2 *Os Retornados, um amor nunca se esquece***

O romance **Os Retornados, um amor nunca se esquece** (2008), do jornalista e escritor Júlio Magalhães, retrata a história de fuga de milhares de portugueses e africanos que tiveram que abandonar Angola numa das maiores operações de evacuação e de ponte aérea vista no século XX. Apesar de ser uma obra de ficção, o autor não se esquivava que essa, também, é a sua história e de muitos que foram para as colônias ultramar compelidos por fatores históricos a abandonarem seus bens, suas “propriedades”, sua vida em África. Como o próprio autor justifica na apresentação do livro:

Este é apenas um livro, romanceado, que parte de alguns factos e testemunhos verídicos. Só podia ser mesmo sobre África e especificamente sobre a Angola onde vivi os anos mais felizes da minha vida. Os anos que nos permitem descobrir o mundo sem condicionalismos. [...]

Hoje, trinta e dois anos após o nosso regresso ao Porto, consigo percorrer mentalmente e de forma nítida todos os caminhos que fazem parte da minha infância. [...]

Tudo o que deixámos quando em 1975 tivemos, como tantos outros milhares de portugueses, de rumar ao Continente e abandonar África (MAGALHÃES, 2013, p. 8-9).

A narrativa em terceira pessoa, inicia-se com a imagem do voo 233 da TAP Angola-Lisboa. Para a tripulação, “já era demasiado doloroso” (MAGALHÃES, 2013, p. 13) desejar as boas vindas, já que “ninguém naquele avião desejava fazer aquela viagem. Faziam-na porque eram obrigados a fugir do terror da guerra” (MAGALHÃES, 2013, p. 13). Aqueles que ali estavam abandonaram uma vida de prosperidade e embarcando em um mundo de incertezas que os aguardavam quando chegassem em Portugal. Para o narrador, sair de Angola sob aquelas circunstâncias era o menor de todos os problemas que enfrentariam. Para a hospedeira de bordo Joana, as lágrimas significavam um alívio, mas percebeu que, para os outros 380 passageiros,

Se por algum motivo a aeronave se despenhasse sobre o Atlântico durante a noite, muitos dos cerca de 380 passageiros que enchiam aquele avião não esboçariam sequer uma “ai” de aflição. Para muitos, viver já não fazia sentido. Aquela bem que podia se a última viagem das suas vidas (MAGALHÃES, 2013, p. 14).

À medida que o avião decolava e sobrevoava a baía de Luanda, as memórias que se fixavam durante os anos em que os passageiros conviveram naquelas terras eram despertadas, bem como as sensações que aquela terra despertava. Para o narrador, são essas memórias que permanecerão nas vivências daqueles que de lá partiam. Durante muitos anos aquele país representava o “el dourado” português em África, o qual muitos procuravam e sonhavam com a prosperidade que aquela terra poderia oferecer. Agora, “Angola já não era mais um sonho dourado mas uma recordação magoada” (MAGALHÃES, 2013, p. 15), a qual os passageiros não desejavam falar.

Ao se percorrer toda a narrativa, percebe-se que cada capítulo é iniciado por uma fotografia que foi cedida ao autor e que contribui na construção da obra. Assim, diante das fotografias entende-se que há uma memória escondida, que reforça a narrativa principal do romance. Benjamin, em “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”, afirma que:

[...] com a fotografia, o valor de culto começa a recuar”, ou seja, as fotografias não existem apenas para a contemplação, elas carregam consigo um momento específico no instante em que ela foi captada, possuindo uma memória, uma história a ser contada. O crítico, comenta sobre as fotos tiradas por Atget que retratavam a cidade, ruas de Paris. Suas fotografias “se transformaram em autos no processo históricos (BENJAMIN, 2011b, p. 174).

Suas imagens adquirem um caráter políticos e sua interpretação segue um caminho pré-determinado. “A contemplação livre não lhes é adequada. Elas inquietam o observador, que presente que deve seguir um caminho definido para se aproximar delas” (BENJAMIN, 2011b, p. 174-175).

As fotos anexadas à obra de Magalhães não são postas aleatoriamente, elas produzem um sentido real, documental para a narrativa construída. Longe de um movimento ilustrativo e contemplativo, elas carregam um valor histórico e social. A fotografia multiplica e democratiza a memória, “dá-lhe uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas, permitindo, assim, guardar a memória do tempo e da evolução cronológica” (LE GOFF, 2006, p. 460). Assim como um álbum de família investigado por Pierre Bourdieu, esse álbum familiar que se emaranha a narrativa:

Exprime a verdade da recordação social. [...] As imagens do passado dispostas em ordem cronológica, “ordem das estações” da memória social, evocam e transmitem a recordação dos acontecimentos que merecem ser conservados porque o grupo vê um fator de unificação nos monumentos da sua unidade passada ou, o que é equivalente, porque retém do seu passado as confirmações da sua unidade presente (BOURDIEU *apud* LE GOFF, 2006, p. 460).

Desse modo, nota-se essa estreita relação entre a narrativa e as imagens.

Curiosamente ao olhar para muitas daquelas mulheres com as crianças ao colo ou pela mão lembrou-se de Idália, a vizinha do tio que visitara em Vila Real e que tinha perdido o marido vitimado pela guerra do Ultramar. Guardou essa imagem para sempre e agora revia-a ali mesmo no aeroporto em cada cara sofrida de cada mulher. Não tinham perdido os maridos, mas perdiam uma vida (MAGALHÃES, 2013, p. 70).

**Figura 2 – Mulheres**



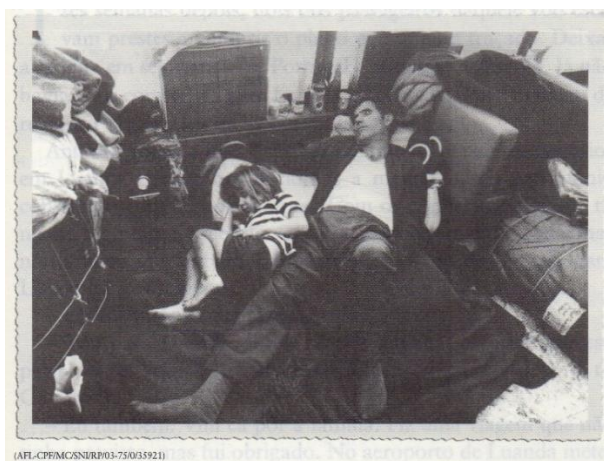
Fonte: MAGALHÃES, 2013, p. 73.



As fotografias dão vivacidade ao narrado. O que a princípio se torna difícil de ser visualizado ou mensurado pelas palavras e concretizado por intermédio delas.

O aeroporto de Lisboa estava uma loucura. Milhares de pessoas sentadas e deitadas pelo chão em todo o lado, sem saberem bem o que fazer nem para onde ir. Quando viu aquele cenário voltou a se desesperar e pensou nunca mais os encontraria no meio de tanta confusão e de tanta gente. Não sabia o que fazer. Olhava para todos os lados e só via gente, um cenário em tudo igual ao que tinha deixado no aeroporto de Luanda (MAGALHÃES, 2013, p. 159).

**Figura 3** – Rapaz deitado



Fonte: MAGALHÃES, 2013, p. 169.

Ao longo da narrativa é-nos apresentado as personagens que compõem essa história de amor. Carlos Jorge, filho de portugueses que emigram na década de 1950 para Angola em busca de liberdade e na tentativa da sorte em terra onde a liberdade era um fator influenciado pelo clima. Ana Maria, nascida na terra, também, filha de portugueses que possuíam seus negócios em Sá Bandeira. Ambos cursaram a Faculdade de Medicina em Luanda, onde se conheceram. Resolveram se casar e manter residência em Luanda, já que ambos depois de formados começaram a trabalhar no mesmo hospital. Tiveram uma vida boa até então, mas a partida para Portugal trazia o gosto amargo na boca, embora tentassem lembrar apenas dos gostos e dos bons momentos que viveram lá, conforme destaca o narrador:

Sentada no avião, ao lado de Carlos Jorge, Ana Maria com um dos seus filhos nos braços, tentava a todo custo afastar a tristeza e lembrar-se do gosto da comida tradicional do restaurante Polo-Norte, do sabor doce dos bolos da pastelaria Gelo, mesmo ao lado da antiga Casa Portuense, na rua Salvador Correia ... Mas por mais que tentasse, a sua boca tinha apenas o travo amargo da partida (MAGALHÃES, 2013, p. 19).

Outra personagem que a obra descreve em suas minúcias é a hospedeira de bordo, Joana. Apesar de ser uma excelente aluna do curso de Direito, Joana tinha o sonho de viajar pelo mundo e via na carreira de aeromoça o seu futuro. Mas, na época, seu pai e seu namorado foram contra que ela abrisse mão do título universitário. Em 1974, Portugal já vivia o clima pós-revolução e lendo uma notícia no jornal, “Portugueses em Angola querem regressar à Portugal” (MAGALHÃES, 2013, p. 39), não compreendia o motivo que os levavam de volta. Mal sabia ela que seu destino se cruzaria com o de 380 retornados angolanos. Formada em Direito, em seu primeiro caso, não compreende como funciona a (in)justiça. Descrente com o sistema judiciário, se inscreve no curso para comissários de bordo da TAP e começa a fazer viagens curtas para se habituar com a rotina do seu novo emprego.

No meio do mês de Outubro, após chegar de uma viagem e descansando em casa, Joana recebeu o telefonema da empresa aérea, convocando todo o quadro de funcionários para que comparecessem imediatamente ao aeroporto de Portela, sem data prevista para o retorno a suas casas. Joana e os demais companheiros participariam de um dos mais caóticos momentos da história recente de Portugal, as pontes aéreas que resgataram milhares de civis nas ex-colônias. Como o piloto explica à comissária: “– A nossa missão é encher o avião de portugueses que esperam há dias, no aeroporto, transporte para voltarem para Portugal. Não é uma viagem de turismo, é quase uma missão de salvamento” (MAGALHÃES, 2013, p. 49). Alice, outra hospedeira, destaca ainda que o que ela viverá não se encontra nos manuais, nem nos cursos preparatórios. Afirma que “são tantas as histórias e experiências de vida que só o teu instinto, no momento, permite dar respostas” (MAGALHÃES, 2013, p. 39).

Após uma viagem com o avião vazio, a tripulação é recebida a tiros quando sobrevoavam uma área de Angola. Joana questionava o motivo dos tiros e foi-lhe respondido que o fato de serem portugueses já era suficiente para tanta hostilidade. A instabilidade nas ruas devido à falta de direção política e as disputas entre os três partidos políticos geraram um clima de insegurança em todo o país. Ao aterrarem, às escuras por medida de segurança, Joana se depara com o saguão lotado de pessoas que esperavam há dias por uma vaga nos aviões que os levassem daquela zona de guerra prestes a explodir. Carlos Jorge era um entre as tantas pessoas que conseguiram embarcar com a família naquele voo. Apesar de estarem, agora, em segurança, ele e sua esposa não conseguiam relaxar. Na mente de Carlos, pululavam lembranças da vida que tivera em Angola. Entre os momentos felizes e os últimos dias de agonia, Carlos Jorge se dividia como demonstra o narrador:

Carlos Jorge não conseguia adormecer. A memória dos seus dias em África não lhe permitia sequer pensar em descanso. Os dias de terror ultimamente vividos provocavam-lhe uma tremenda confusão. Uma parte do seu coração gritava por saudade da terra onde crescera e estava em conflito permanente com a outra metade que vivia revoltada e obrigava a passar uma “esponja” por tudo o que tinham sido aqueles trinta anos intensamente vividos (MAGALHÃES, 2013, p. 94).

Diante daquele cenário que Joana se confrontava, a jovem percebeu que guerra ultramar já se apresentava de forma devastadora para muito portugueses. Lembrou-se de uma reunião em família na casa de seu tio, quando a vizinha, de apenas vinte e quatro anos e com duas crianças pequenas, recebeu a carta do Exército Português informando-lhe que seu marido falecera e que necessitava de dez mil escudos para o traslado do corpo. Joana dava-se conta que muitos outros jamais retornariam para um último adeus de sua família devido a guerra colonial. Contudo, o narrador explica:

Essa imagem que lhe vinha à memória naquele voo onde o infortúnio tocava a todos. Para Joana, apesar de tudo, estes passageiros deveriam sentir alguma satisfação por estarem a salvo dentro do avião, livres de perigo e a caminho de Lisboa. Era verdade que tinham de recordar uma nova vida do zero, mas ao menos era uma vida longe dos tiros e do terror que se instalara nas principais cidades de Angola (MAGALHÃES, 2013, p. 109).

Dentro do voo 233 Luanda Lisboa, Carlos Jorge recordara-se do dia que decidira, junto com sua esposa, a saírem de Angola. A imagem que via de seu consultório naquele dia, a fumaça saindo das casas incendiadas pelos movimentos de libertação e as forças de segurança portuguesas apenas observando todos os acontecimentos, fez com que o médico, finalmente se conscientiza de que já não havia mais esperanças em ficar naquela terra com sua família. Na capital Luanda, “a ordem era agora imposta pelos naturais de Angola, associados a movimentos de libertação e que governavam o país numa solução de compromisso onde todos tinham assento na cadeira do poder” (MAGALHÃES, 2013, p. 121-122). Segundo o narrador, tomados por essas lembranças, Carlos Jorge chegava aos motivos que o levava estar naquele avião:

A imagem de seu último dia de trabalho no hospital era para Carlos Jorge arrasadora. Sentado no avião, com o olhar fixo no horizonte que a janela do avião lhe abria, tentava perceber os porquês de estar agora ali sentado, ao lado da mulher e dos filhos rumo a Lisboa, em fuga, deixando para trás tudo o que tinha construído numa terra que considerava também sua. Afinal essa oportunidade de fazer Angola um país ainda mais próspero tinha sido mesmo desperdiçada (MAGALHÃES, 2013, p. 124).

Durante a viagem um grupo de passageiros começam a lembrar de como era a vida antes do 25 de abril. Para José Coimbra, nascido na terra, “o sonho angolano” (MAGALHÃES, 2013, p. 128) se desfez quando os cravos começaram a murchar. Ele demonstra um tom amargurado em sua fala repletas de memórias daqueles tempos de outrora. As hospedeiras apenas davam-lhes ouvidos, entendiam aquelas pessoas precisavam “exorcizar os fantasmas” (MAGALHÃES, 2013, p. 131), desabafar as angústias que carregavam consigo. Assim, José Coimbra relembra quando recebeu a notícia da Revolução pela rádio:

– As notícias de Portugal eram seguidas atentamente por todos e soubemos logo. O dia 25 de abril vivido como um dia de festa, porque estávamos convencidos de que seria uma mudança para melhor, mas afinal a verdade foi outra. Luanda, na altura, era a segunda cidade portuguesa, maior do que o Porto e as pessoas ficaram satisfeitas – recordava. Mas depressa o sentimento de alegria foi substituído pelo medo e ansiedade. Os cravos que marcharam no Terreiro do Paço em Lisboa significaram espinhos para os milhares de portugueses que viviam em Angola (MAGALHÃES, 2013, p. 130).

Após chegarem em Portugal, o cenário não era muito diferente daquele apresentado em Angola. Havia muita gente espalhada pelos corredores do aeroporto de Portela, a procura de orientação, informação e de que rumo iriam tomar de agora em diante. O governo português já havia instalado um posto de triagem do IARN (Instituto de Apoio ao Retorno dos Nacionais). Segundo Garcia, ou durante o voo, ou quando da chegada em terra “cada agregado familiar preenchia uma folha com o número de pessoas que o constituíam e as respectivas idades” (MAGALHÃES, 2013, p. 52). Essa era uma das formas de prover informações ao IARN e aos órgãos de auxílio humanitário. Com o avião já vazio, toda a tripulação podia agora descansar.

Joana regressou à casa de seus para descansar. Exausta da viagem, dormiu até a noite. Durante o jantar, relembra dos momentos que estava junto daquelas pessoas, o sofrimento que carregavam, a desesperança que brotava em seus olhares. Paradoxalmente, sentiam-se aliviadas por serem retiradas daquela zona de guerra. Aquelas imagens ficariam registradas em sua memória, era “uma experiência de vida que não mais esquecerei” (MAGALHÃES, 2013, p. 184), como conta a hospedeira. Para aqueles que não vivenciaram a experiência, as cenas relatadas causam incredulidade, como Joana narra aos seus familiares:

[...] É incrível [...] Um avião chega, carrega e vai embora e já outro a chegar, sempre uns a seguir aos outros. As pessoas como medo estão a vir todas embora e nem olham ao que deixam ficar para trás. É impressionante vê-las ali encurraladas à espera de avião para virem embora – disse Joana que

continuava a descrição perante o ar incrédulo da mãe. – Estão todos em pânico. [...]

– E depois dentro do avião até dói. Gente que se percebe que tinha uma vida feliz e cheia, famílias inteiras que vêm absolutamente sem nada. Não há diferenças dentro do avião. Vêm brancos, negros, mestiços, ricos e pobres, todos com a mesma expressão: desolados (MAGALHÃES, 2013, p. 180).

Joana ainda fora convocada mais algumas vezes para retornar a Angola em missão de resgate. Garcia destaca que “a Ponte Aérea cessou, em definitivo, a 3 de Novembro. No espaço de seis meses, um esforço conjunto do Estado Português e de vários países amigos conseguiram resgatar 173 982 pessoas em 905 voos de carácter humanitário” (GARCIA, 2011, p. 227).

Passados vinte anos do voo 233 Luanda/ Lisboa, Joana encontra, por acaso, em um jornal o anúncio de um reencontro com os passageiros daquele voo, organizado pelo Comandante Afonso Rosa. Para surpresa do comandante reuniram-se nesse almoço duzentos e oitenta pessoas mais quase toda a tripulação. Em meio a tantos momentos, as memórias do voo e as lembranças daqueles anos em Angola vieram à tona. As memórias foram partilhadas para amenizar todo o sofrimento dos anos de adaptação e reconstrução da vida em Portugal. Após a abertura oficial do encontro, o narrador mostra que:

A partir dali tudo foi emoção, partilha, vivências, recordações de Angola, de sítios, cidades, locais, momentos, dos que se lembravam da cara de uns do avião e dos que já não se recordavam com quem tinham partilhado os lugares e aquele sofrimento. Tinham passado vinte anos e a lei inexorável da vida pesava sobre a maioria. Um número infindável de trocas de experiências, de contatos, de histórias de vida inundaram aquela tarde (MAGALHÃES, 2013, p. 184).

Em meio a tantos reencontros, a ausência de Cherne Condé, músico que acalentou alguns passageiros durante o voo foi bastante sentida. A falta de informações sobre o seu paradeiro, o que tinha sido de vida era uma incógnita para muitos passageiros. No entanto, em 2002, durante um jantar de premiação no Casino da Figueira da Foz, Joana ouve uma voz que lhe arrebatava as emoções, sentia “que aquela voz lhe ‘avermelhava’ ainda mais o coração” (MAGALHÃES, 2013, p. 263). Era a voz de Cherne Condé. Joana mais que depressa foi cumprimentar lhe tomada pela emoção do reencontro. Ao ser questionado sobre a ausência no encontro de 1995, ele respondeu:

– Não pude ir a esse jantar, ou melhor, sinceramente não me apeteceu ir. Tinha dúvidas se queria mesmo reencontrar pessoas e lembrar-me de um momento tão triste como aquele. Depois tenho sempre trabalho aqui no cassino. Não

gosto de sair. Construí aqui o meu pequeno mundo e tudo o que seja abandonar esta sala faz-me hesitar (MAGALHÃES, 2013, p. 265).

Condé fechara-se em seu novo mundo, isolando-se de todas as memórias que lhe causassem qualquer tipo de dor. Para ele, o reencontro com as memórias, com o trauma, não seria um momento libertador. No entanto, Cytrynowicz destaca que a memória:

Procura sempre apaziguar os conflitos, fechar as feridas, restaurar as ruínas, silenciar as dores; ela tem o compromisso com a subjetividade, com a reconstrução de uma história pessoal que precisa encontrar saídas viáveis, até mesmo do ponto de vista psíquico, para reconstituir uma vida, um futuro, e isso por mais que ela conte das dores e das feridas (CYTRYNOWICZ, 2003, p. 132).

Naqueles encontros anuais, “Angola era o tema de conversa daquele grupo que sempre que se revia regressava a um passado de recordações e ainda muito revoltava” (MAGALHÃES, 2013, p. 272). Para muitos deles, o caminho conduzido pelo governo português durante o processo de descolonização e o apoio dado quando chegaram em Portugal. Magoado, José Coimbra desabafa “os primeiros anos cá não foram fáceis. Eu nunca recebi um tostão do Estado, nem sequer do bilhete da passagem aérea” (MAGALHÃES, 2013, p. 220). A omissão do Estado era uma das reclamações que muitos retornados faziam a respeito. Coimbra diz mais: “Afim não tive direito a nada e vim para uma terra estranha, que não conhecia e para a qual fui obrigado a regressar” (MAGALHÃES, 2013, p. 220). Contudo, para muitos, a ideia de um regresso a Angola desvanecia-se com o passar do tempo. Como um dos passageiros afirmou: “– Para lá, seja de forma for, nunca mais volto. Aquilo nunca se vai recompor nem ficar direito” (MAGALHÃES, 2013, p. 272).

Entre tantos reencontros, Joana, em uma ponte aérea para Nova Iorque, vinte e sete anos depois, encontra-se com Carlos Jorge, agora viúvo. Aquele reencontro, dentro de um avião “tinha-lhe batido forte no coração” (MAGALHÃES, 2013, p. 236). O estranho sentimento que sentira anos atrás, rejuvenescia-se. Joana percebia que a elegância e a serenidade na voz e olhar continuavam os mesmos. Carlos Jorge notava nela a beleza que não mudara. Talvez, agora Joana conseguiria explicar aquele sentimento que sempre alimentou pelo médico, como o narrador demonstra:

Naqueles curtos instantes vieram-lhe à memória os vinte e sete anos que mediam entre aquela viagem de Luanda para Lisboa e esta que agora estava a começar para Nova Iorque para concluir que, muito provavelmente, nunca se casou nem deixou que o seu coração fosse ocupado por alguém por causa

do olhar fulminante e sereno do Doutor Carlos Jorge, que desde a primeira hora a fascinou de tal maneira que nunca mais o esqueceu (MAGALHÃES, 2013, p. 237).

Arrebatados por um amor, casaram-se sem perder tempo. Em sua lua de mel resolvem, a pedido de Joana, passar em Angola. Ansioso com a viagem, Carlos Jorge mal conseguia dormir direito, nem relaxar durante o voo. Nessa viagem, o médico iria se reencontrar com uma vida deixada para trás em África. Iria rever locais e reviver memórias de uma parte de sua vida, como o próprio fala para esposa: “Vou mostrar-te tudo. Quero que fiques a conhecer a minha vida, os sítios todos onde cresci e fui muito feliz – dizia com algum tremor na voz” (MAGALHÃES, 2013, p. 277). Ao chegarem, entre o trajeto do aeroporto e do hotel, Carlos Jorge “limitava-se a sorver tudo o que dizia respeito a vinte e sete anos de vida passados naquelas ruas onde conduziam agora” (MAGALHÃES, 2013, p. 285). Entre as memórias familiares, imagens que reconhecia logo no começo do percurso, encontrava-se com uma cidade em estado deplorável, as ruas e espaços possuíam agora outro nome. O médico “começava a ficar com medo da desilusão que poderia ser aquele regresso” (MAGALHÃES, 2013, p. 285). No entanto, para ele era um reencontro com a história, com a sua história. A intenção de Joana era proporcionar esses momentos ao marido. Segundo o narrador:

Joana deixou que Carlos Jorge viajasse no tempo e regressasse à sua infância, à sua adolescência ao seu modo de vida até aos trinta e seis anos. E embora percebendo a nostalgia do marido sentia-se feliz com isso. Quando marcou a lua-de-mel para Luanda, era precisamente para proporcionar a Carlos Jorge este reencontro com a sua própria história. E estava a conseguir (MAGALHÃES, 2013, p. 286).

Em suas memórias, Carlos Jorge reencontrava-se, também, com espaços e lugares por ele frequentados como a escola que estudou, mas agora possuía outro nome, um nome africano, como o nome de ruas que mudou de Avenida dos Restauradores e passou a Avenida Rainha Ginga, nome de uma rainha africana. Em meio a esses lugares, emergem lembranças daquele tempo de outrora. Cada lugar na cidade continha uma memória a ser percorrida, um acontecimento a ser lembrado, um sabor ou uma sensação que voltava a mente. Nesse percurso pela cidade e pelas memórias, Carlos Jorge explicava:

- Era a avenida principal aqui de Luanda. Ali era o Café Polo Norte. Comi muitas vezes. Ali era a Pastelaria Gelo, que tinha uns doces magníficos e mais à frente, a Farmácia Dantas Valada. Já não existe. Era um ponto de encontro de muito amigos nossos – explicava nostálgicamente Carlos Jorge.
- Em 1971 estavas aqui nesta avenida. Sabes a fazer o quê?

– Não faço ideia – disse Joana um pouco espantada!  
 – Estava eu e milhares de pessoas. Viemos aqui receber a Riquita que foi eleita Miss Portugal. Quando chegou, foi recebida por milhares de pessoas e passou em cortejo por esta avenida num carro aberto. [...] A visita era vertiginosa (MAGALHÃES, 2013, p. 288).

Em Luanda, encontram-se com Irene que estava naquele voo 233 com eles, mas que não se adaptara em Portugal. “Nunca conseguiu resolver o conflito que tinha dentro de si, achou sempre que devia ter ficado em Angola” (MAGALHÃES, 2013, p. 289), explica o narrador. Após anos de sofrimento em um lugar que não era o seu, retornou para África, onde finalmente poderia encontrar-se novamente. Ajudava na reconstrução do país que necessitava de pessoal especializado naquele momento. Nesse reencontro, Irene oferece a esperança de um futuro para o país e convida o casal para testemunharem o renascimento dele. Como ela afirma: “O meu país vai tornar-se ainda mais bonito e mais seguro. Sempre que voltarem vão reparar que isto está a mudar, a crescer e a voltar à normalidade” (MAGALHÃES, 2013, p. 301).

### 3.2.3 Onde os caminhos se cruzam

Obras de ficção escrita por retornados, **O retorno**, de Dulce Maria Cardoso, e **Os retornados**, de Júlio Magalhães, apresentam uma perspectiva a respeito do fim do período colonial português em Angola, as dificuldades enfrentadas durante o período de transição, os apuros para saírem de África, a chegada em Portugal e as tribulações para se (re)adaptarem em terras lusitanas. Observa-se em ambas que o sentimento de deslocamento na estadia forçada em Portugal seja um dos maiores obstáculos enfrentados pelas personagens e que se valeram da memória como instrumento de refúgio na tentativa de amenizar todo aquele sofrimento. Enquanto as personagens transitam pela memória, pode-se observar que elas constroem um quadro comparativo entre os dois lugares. Angola e Portugal representam territórios a serem explorados. Um pela memória e outro fisicamente, através da vida cotidiana em busca de uma vida melhor e numa luta pela sobrevivência

Em **O retorno**, a narrativa do menino Rui baseia-se no cá e no lá da memória. Durante a narrativa observa-se a todo momento a comparação entre os lugares. As memórias passam ser formas de alívio, mas também mostram que essas recordações trazem à tona as imagens da metrópole como a cidade da prosperidade, o lugar do desenvolvimento, enquanto Angola seria uma terra habitada por selvagens. No entanto, ao aportarem na capital Lisboa, a imagem que construíram em sua memória era diferente, uma cidade feia, suja e triste de um povo que os tratavam mal por serem retornados. Em vários momentos na narrativa, nota-se a presença do



presente e do passado. As ações do presente levam imediatamente a lembranças do passado em África.

Por outro lado, Júlio Magalhaes optou por uma narrativa mais linear, como romance de *love story*. O médico Carlos Jorge, ao regressar com a família de Angola, em uma das pontes aéreas que salvaram milhões de pessoas, conhece Joana, comissária de bordo do voo TAP 233 que tinha como missão aportar e transportar o maior número de pessoas do aeroporto de Luanda. Trocaram olhares, algumas palavras durante o voo e após aterrissarem, se desencontram. No entanto, a presença de outras personagens marca a utilização de uma memória afetiva quando se fala de Angola. Durante o próprio voo, alguns personagens, já saudosos daqueles dias de felicidade que possuíam em África, recorrem a imagens e vivências daqueles tempos. A tentativa de recuperar a terra perdida é realizada através da memória. Porém, existem aqueles que retornaram à Angola na tentativa de reencontrar a terra que deixaram, mas, ao chegarem lá, percebem que ela agora residia apenas em suas memórias.

Nas obras, a presença das figuras e eventos históricos são recorrentes e revelam um sentimento de decepção por parte daqueles que deveriam promover a segurança e a estabilidade para aqueles que habitavam nas colônias. Além disso, observa-se que a expectativa por notícias somava-se a expectativa de uma nação que seria construída ou melhor dizendo, solidificada para todos aqueles que viviam nas colônias brancos, negros e mestiços. No entanto, o que os brancos vivenciam é a falta de segurança e o medo de sair as ruas. Os brancos de segunda, como eram rotulados, são obrigados a abandonar Angola deixando uma vida inteira para trás, chegando, às vezes, em Portugal só com a roupa do corpo.

No entanto, cabe ressaltar, principalmente na obra de Magalhães, a visão “ingênua” de que todos os retornados foram as únicas vítimas da Revolução de abril e dos processos de independência. Desde a chegada dos portugueses em Angola, as práticas de violência simbólica e física sempre foram adotadas como forma de subjugação das populações nativas. Como Sartre afirma, no prefácio da obra **Retrato do colonizado precedido do Retrato do colonizador**, que “a conquista fez-se pela violência; a sobreexploração e a pressão exigem a continuação da violência, a presença do exército” (SARTRE, 1974, p. 28). Destaca ainda que o colonizador goza de direitos sobre a exploração da terra e do gentio, baseando-se na sub-humanização da população autóctone visando a dominação e o aumento do lucro. Albert Memmi salienta que a presença do colonizador é uma forma de opressão, dessa maneira, a descolonização total somente ocorrerá quando houver a liquidação total da colonização. Logo, não devemos fazer uma leitura sem estar atentos que historicamente houve um processo de colonização e de descolonização.

Retomando os romances, as situações retratadas, as memórias das personagens sobre as dificuldades enfrentadas, coaduna-se com a História de milhares de sobreviventes. Durante a narrativa monológica de Rui, a partir de um movimento de rememoração, entrecorta-se com as vozes de outras personagens que possuem histórias de vida parecidas com a sua. Por sua vez, o narrador de **Os Retornados** analisa como expectador as circunstâncias que as personagens estão vivendo, mas consegue perceber que as histórias por ele vistas e contadas também representam um grande grupo. Em ambas as obras, o desejo que as personagens possuíam de ficar na terra, só é sucumbindo pela necessidade de sobrevivências. Ademais, muitos tinham o desejo de um dia retornar a Angola, sentimento que o tempo se desvaneceu, visto que as condições de vida tanto em Portugal quanto em Angola não permitiam. Entretanto, os poucos que retornam conscientizam-se de que a Angola mítica que deixaram para trás já não mais existia.

Talvez o termo “retornar”, não seja o mais apropriado nesse contexto, visto que, para muitos, era a primeira vez em que pisavam em Portugal. Foi um sacrifício e um momento de superação que permanece nas memórias daqueles que contam. Enquanto os retornados que Rui nos apresenta tentavam manter vivas as histórias e os hábitos que trouxeram de Angola; os passageiros do voo TAP 233 reúnem-se para confraternizar com a vida e reavivar as histórias do tempo em África. Assim, percebe-se que ambas as obras demonstram que a memória é um instrumento troca de experiências e de resistência ao tempo apesar de todos os sofrimentos.

### 3.3 A NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA NO **CADERNO DE MEMÓRIAS COLONIAIS** E EM **SABOR DE MABOQUE**

Contar o cotidiano não é um ato recente. Talvez, as pinturas rupestres tenham sido uma das formas mais rudimentares de registro dessas atividades entre nossos primeiros habitantes. Com o passar dos tempos, as narrativas que falavam das atividades em grupo, cedem espaço para a escrita pessoal, íntima. Considera-se que a escrita de si surge com as **Confissões** (1770) de Jean-Jacques Rousseau, no século XVIII. No entanto, é com a consolidação dos ideais burgueses, as noções de propriedade privada e a compreensão do homem enquanto indivíduo, que a escrita de si passa a ser analisada como gênero literário. Esse “eu” é capaz de se afastar do turbilhão do espaço público e isolar-se em seu espaço íntimo, privado. Acerca do gênero, Leonor Arfuch, em **O Espaço Biográfico**, ressalta que há uma “tensão entre a indagação do mundo privado, à luz da incipiente consciência histórica moderna, vivida com inquietude da temporalidade, e sua relação com o novo espaço social” (ARFUCH, 2010, p. 35). Essas tensões

apresentadas nas obras, para além do valor literário, ressaltam o valor da autorreflexão como elemento para afirmar o valor do individualismo como uma das características do mundo Ocidental.

Ao longo dos séculos e, em especial, na contemporaneidade, observa-se uma proliferação das artes autobiográficas, não só na literatura, como era a princípio, mas sob outras formas como o cinema, fotografia e artes plásticas. Nota-se, num nível planetário, que, com os meios midiáticos, a popularização da *internet*, os *blogs*, os canais de vídeos *online* e as redes sociais, o espaço privado tornou-se cada vez mais público. Instaurou-se a necessidade por um *voyeurismo* da vida alheia. A curiosidade pela vida das personalidades históricas e atuais cede espaço, cada vez mais, para pessoas simples e seu cotidiano mais simplório. Arfuch corrobora que “a internet conseguiu, assim, popularizar novas modalidades as (velhas) práticas autobiográficas das pessoas comuns, que, [...] podem agora expressar livre e publicamente os tons mutantes da subjetividade contemporânea” (ARFUCH, 2010, p. 150).

No caso da literatura, a escrita de si ou escrita autorreferencial é um conjunto de práticas que está ligado ao indivíduo, como é o caso dos diários, cartas, confissões e das autobiografias. Tem como matéria a memória e a confissão, num registro da história do eu ou até mesmo do grupo com o qual se relaciona. Arfuch reafirma que esses relatos narram “não só identidades e histórias locais, regionalismos, línguas vernáculas, mas também o mundo da vida, da privacidade e da afeição” (ARFUCH, 2010, p. 18).

A mudança no cenário cultural, a partir de 1980, com o fracasso dos grandes relatos legitimadores, a crise no pensamento ocidental que coloca em xeque os grandes fundamentos das ciências, da filosofia, da arte e da política, o descentramento do sujeito, associados a valorização dos relatos pessoais e dos testemunhos dos grandes eventos históricos, a pluralidade de vozes que legitimam agora a história, criam um ambiente propício à propagação desse tipo de literatura. No entanto, questiona-se a autenticidade desses relatos, dessas vozes, o que, para muitos críticos, aproximava-se da ficção. Arfuch enfatiza que os relatos de vida inquietam as ciências sociais desde o início do século XX de modo especial. No texto “Escritura da história e da memória”, Márcio Seligmann-Silva retoma o texto “Experiência e pobreza” de Benjamin (2011c) e reforçando o pensamento benjaminiano que “não se tratava de condenar o passado ao esquecimento via uma proibição de sua representação, mas sim a incomensurabilidade entre a representação e o evento” (2006, p. 212-213). Arfuch completa que o objeto de investigação das Ciências Sociais sobre o tema está:

Na tentativa de apreender histórias e memórias, de dar conta da espessura do social, e que continuam concitando de maneira crescente sua atenção. De fato, os chamados “métodos biográficos” [...] ocupam hoje uma posição predominante na investigação qualitativa, em sintonia com o interesse na voz e na experiência dos sujeitos e com a ênfase testemunhal, essa verdadeira obsessão pela memória que os marcos simbólicos do novo século e milênio não cessam de estimular (ARFUCH, 2010, p. 24).

Talvez, o caso mais singular dessa proposta seja o documentário **Shoah**, de Claude Lanzmann (1985). O filme, com cerca de dez horas de gravação, apresenta os campos de extermínio nazistas mostrados a partir de imagens e depoimentos de sobreviventes, testemunhas e até pessoas que organizavam ou trabalhavam no processo de extermínio em massa. Seligmann-Silva, em suas “Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento”, aponta o filme como uma nova arte de trabalho com a memória e destaca que ainda que:

Nas palavras de Vidal-Naquet, [Lanzmann] fez uma obra de história a partir de dados da memória, a saber *do testemunho*. Ele é um filme centrado na *palavra* e que se recusa a mostrar as imagens dos documentários. A imagem da barbárie deve surgir no espectador *como fruto de uma passagem pela voz, pelo gesto* – e pela visão dos *escombros e ruínas* dos campos de concentração. Como o próprio Lanzmann afirma, seu filme não é um documentário no sentido *tradicional* e estreito desse termo: porque várias cenas seguem o modelo do cinema ficção e não existe (re)escritura efetiva sem o trabalho da *imaginação*; mas ele não é tampouco uma simples ficção ilusionista sobre o Holocausto (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 81 – itálicos do autor).

Revela-se nas palavras de Seligmann-Silva sobre o filme que o trabalho com a memória se baseia numa reconstrução, numa recontextualização e rerepresentação dos fatos por ela selecionados. Ressalta-se novamente o papel seletivo que a rememoração possui, logo, a presença da imaginação, como elemento a complementar as lacunas que as falhas da memória apresentam, torna-se um recurso eficaz. No entanto, para muitos críticos da História, o trabalho com a memória, as narrativas produzidas deslocam o foco da atenção dos fatos históricos para uma escrita da história, ou seja, de uma “concepção referencial de verdade [...] para outro regime – discurso – de veracidade” (ARFUCH, 2010, p. 117).

É entre essa concepção de referencial de verdade e a veracidade dos fatos expostos dentro das autobiografias que Philippe Lejeune propõe o pacto autobiográfico, com o qual essa concepção depende da aceitação por parte do outro, do receptor, no caso da Literatura, por parte do leitor. Arfuch, ao analisar nos conceitos de Lejeune, conclui que

É diante da manifesta impossibilidade de ancoragem factual, “verificável”, do enunciador, que Lejeune, consciente de enfrentar um dilema filosófico que

atravessa a história do autobiográfico, propõe a ideia do pacto autobiográfico entre autor e leitor, desligando assim crença e verdade: “Pacto (contrato) de identidade selado pelo nome próprio” (ARFUCH, 2010, p. 53).

Ao deparar-se com um texto autobiográfico (memórias, biografias, romance pessoal, diário, testemunho), o leitor deve estar atento, como o próprio Lejeune afirma que “o assunto deve ser *principalmente* a vida individual, a gênese da personalidade: mas a crônica e a história social ou política podem também ocupar um certo espaço” (LEJEUNE, 2008, p. 15). Sendo assim, o leitor começa a estabelecer uma identidade entre o narrador e a personagem principal, o que é demarcado, geralmente, pelo uso da primeira pessoa do singular. Outro ponto que Lejeune estabelece é a identificação entre o nome do autor. tanto na capa quanto no interior do livro, isto é, autor, narrador e personagem seriam um só. Desse modo, o crítico esclarece que na “autobiografia (narrativa que conta a vida do autor) pressupõe que haja identidade de nome entre o autor (cujo nome está estampado na capa), o narrador e a pessoa de que sem fala” (LEJEUNE, 2008, p. 24). Para ele, esses seriam os critérios basilares para qualquer forma de literatura íntima. Lejeune, também, categoriza o “romance autobiográfico”, a qual os textos de ficção pertencem o leitor inferir que há uma identidade entre a personagem e o autor, no entanto, “o autor escolheu negar essa identidade, ou, pelo menos, não afirmá-la” (LEJEUNE, 2008, p. 25)

Estabelecer essa identidade não significa que haja uma semelhança. Essa identidade é pautada na percepção do receptor, que pode aceitá-la ou recusá-la, variando de acordo com uma série de elementos. Lejeune explica que:

A identidade se define a partir de três termos: autor, narrador e personagem. Narrador e personagem são as figuras às quais remetem, no texto, o sujeito da enunciação e o sujeito do enunciado. O autor, representado na margem do texto por seu nome, é então o referente ao qual remete, por força do pacto autobiográfico, o sujeito da enunciação (LEJEUNE, 2008, p. 36).

Trinta anos após Lejeune estabelecer a noção de pacto autobiográfico, muitas críticas ainda circundam o tema. Ele reafirma que o pacto representa um contrato de leitura como qualquer outro estabelecido entre leitor e a obra e cabe ao leitor determinar qual o caminho que ele irá usar para percorrer a obra. Como ele próprio explica:

Ora, no pacto autobiográfico, como, aliás em qualquer “contrato de leitura”, há uma simples proposta que só envolve o autor: o leitor fica livre para ler ou não e, sobretudo, para ler como quiser. Isso é verdade. Mas se decidir ler, deverá levar em conta essa proposta, mesmo que seja para negligenciá-la ou

contestá-la, pois entrou em um campo magnético cujas linhas de força vão orientar sua reação. Quando se lê uma autobiografia, não se deixa simplesmente levar pelo texto como no caso de um contrato de ficção ou de leitura simplesmente documentária, você se envolve no processo: alguém pede para ser amado, para ser julgado, e você quem deverá fazê-lo (LEJEUNE, 2008, p. 73).

Intimamente ligado ao pacto autobiográfico, instaura-se, também, o pacto referencial, sendo difícil de dissociá-los. Segundo Lejeune, o objetivo do autor “não é a simples verossimilhança, mas a semelhança com o verdadeiro” (LEJEUNE, 2008, p. 36). No entanto, deve-se ressaltar que a matéria principal dos textos autobiográficos são as memórias, logo, o que temos não é a escrita do momento, mas a re-presentação do tempo passado que é filtrado por elementos como a emoção, a localização espaço-temporal e a própria escrita. Desse modo, a honestidade do relato:

Consiste em restringir a verdade ao possível (a verdade tal qual me parece, levando-se em conta os inevitáveis esquecimentos, erros, deformações involuntárias etc.) e em demarcar explicitamente o campo ao qual o juramento se aplica (a verdade sobre tal aspecto de minha vida, sem me comprometer sobre tal outro aspecto) (LEJEUNE, 2008, p. 37).

Destaca-se que as vivências representadas nas autobiografias são filtradas pelas experiências durante a vida do autor. Portanto, existem uma série de fatores ideológicos, sociais e culturais que contribuem para o formato que a matéria narrada assume. O que se pretende ao estabelecer o pacto de referencialidade não é a recuperação integral de como determinados eventos pessoais e históricos aconteceram, nem buscar uma verificação, mas trabalhar para que a matéria narrada tenha a imagem do real. Assim, ao se transpor as memórias para formas autobiográficas, observa-se que “não é reviver [o narrado], mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho”, reafirma Bosi (2007, p. 55).

No interior da escrita de si, nota-se uma estreita relação com a história. Além de uma verdade sobre si que só o sujeito pode dar sobre si mesmo, demonstra-se, também, a convivência familiar, as atividades econômicas e sociais nas quais está inserido, a relação com outras pessoas e, principalmente, qual contexto histórico ele se encontra. Como Arfuch destaca: “nenhum autorretrato, então, poderá se despendar da moldura de uma época e, nesse sentido, falará também de uma comunidade” (2010, p. 141). A crítica argentina complementa que os textos autobiográficos apresentam um acento coletivo que permite gerar uma condição de existência e fundamenta que:

Toda biografia ou relato da experiência é, num ponto, coletivo, expressão de uma época, de um grupo, de uma geração, de uma classe, de uma narrativa comum de identidade. É essa qualidade coletiva, como marca impressa na singularidade, que torna relevantes as histórias de vida, tanto nas formas literárias tradicionais quanto nas midiáticas e nas ciências sociais (ARFUCH, 2010, p. 100).

A partir da autobiografia, em especial, de caráter testemunhal que muitos textos carregam, esses reconstróem, muito além das singularidades da vida do sujeito, circunstâncias históricas e que pertencem à memória coletiva. Daí a importância desses relatos, não apenas para a construção da identidade individual do sujeito, mas para a (re)construção de um projeto de identidade nacional. Entretanto, alguns críticos da memória e do testemunho posicionam-se contra a esses textos devido a imprecisão e a ficcionalização que eles carregam consigo, porém, em **Tempo Passado** (2007), Sarlo, ao argumentar sobre a verificabilidade e a veracidade dessas narrativas, afirma:

O testemunho exige que os leitores ou ouvintes contemporâneos aceitem sua veracidade referencial, pondo em primeiro plano argumentos morais apoiados no respeito ao sujeito que suportou os fatos sobre os quais fala. Todo testemunho quer ser acreditado, mas nem sempre traz em si mesmo as provas pelas quais se pode comprovar sua veracidade; elas devem vir de fora (SARLO, 2007, p. 37).

Não se trata de analisar o valor documental que esses relatos trazem, de dizer o que houve somente. “Mas o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação ao acontecimento” (GOMES, 2004, p. 15). É através da escrita de si, que o autor busca no tempo passado suas recordações, suas memórias, trazendo-as para o tempo presente de modo a dar sentido para o momento histórico que viveu. A narração das experiências não é uma tentativa da recuperação de toda a experiência daquele que viveu e escreveu. Aquele que escreve está inserido em uma nova dimensão espaço-temporal que não o permite. Como adverte João Ricardo Ferreira Pires “não pode nunca tomar como verdade o que é dito, é um ‘discurso pessoal sobre a verdade’” (PIRES, 2010, p. 5).

Sendo assim, partindo dessas perspectivas a respeito da escrita de si e do testemunho que se analisa as obras **Caderno de Memórias Coloniais** (2009), de Isabela Figueiredo, e **Sabor de Maboque** (2009), de Dulce Braga, tomando as narrativas como discursos da verdade e investigadas pelo lado de fora por referências históricas, diante de relatos de tantas outras testemunhas que condensaram, também, suas histórias em relatos jornalísticos e históricos sobre o período pós-Revolução dos Cravos, em Portugal, e os reflexos desse período nas colônias de Moçambique e Angola. Cabe ressaltar que ambas as autoras são “retornadas”, no

entanto, Figueiredo segue o fluxo da grande maioria e aporta em Portugal, enquanto Braga fixa residência no Brasil junto com toda sua família. As condições históricas levaram a essa mudança de destinos, contudo, o que as autoras apresentam são relatos de suas vidas quando acreditavam que Moçambique e Angola, respectivamente, representavam o seu *chez-moi*<sup>23</sup>. Novamente, buscando um modo mais didático, dividiremos em três momentos: numa primeira análise, a obra **Cadernos de Memórias Coloniais**, a seguir, a obra **Sabor de Maboque**, e, por último, um entrelaçamento das duas obras.

### 3.3.1 *Caderno de memórias coloniais*

Memórias publicadas em formato de livro, em 2009, reúne 43 textos publicados a partir de 2005 no *blog* <http://omundoperfeito.blogspot.com.br/>. Logo no início, esse **Caderno** traz uma advertência, antes mesmo de começar a narrativa, na epígrafe de Primo Levi a respeito da memória como “instrumento maravilhoso mas falível” (FIGUEIREDO, 2011, p. 7). Esse aviso demonstra sobre qual matéria-prima a autora irá trabalhar: a memória. A autora recupera em suas memórias (experienciadas ou recontadas) a formação de uma sociedade através de seu olhar na condição de mulher branca em meio aos pretos. Além da questão da construção da sociedade estratificada entre brancos e negros, os textos apresentam o sentimento de abandono, da solidão que muitos retornados vivenciaram com o fim do regime colonial em Moçambique, a partir do processo de independência na década de 1960, que culminou com a Revolução dos Cravos em 1974. A obra deve ser analisada como uma reunião de textos que se complementam e que, às vezes, apresentam-se fragmentados.

Segundo o filósofo português Eduardo Lourenço, Portugal criou uma imagem mítica e fabulosa do império e de si mesmo, difundindo no imaginário popular, muitas vezes pela literatura. Lourenço afirma que:

Na imaginação do português cultivado (e por contágio nos outros), ao pequeno país lhe dar uma dimensão mágica e através dela se constituírem como espaços compensatórios. Potencialmente um “grande país” (como os célebres mapas que rebatiam Angola e Moçambique no espaço europeu) economizamos o penoso dever de palpar a nossa pequenez (LOURENÇO, 2013, p. 45).

No entanto, Figueiredo não segue o mesmo caminho que outros escritores fizeram ao longo dos tempos. Sua obra não traz aquela memória mitificada que muitos outros cantaram em

---

<sup>23</sup> Casa (ideia de lugar no mundo).



épocas atrás. Segundo Lourenço “há sobretudo [um] excesso ou sobrecarga de sonho que, [...] nos impede de consentir ou aderir às exigências da realidade” (LOURENÇO, 2001, p. 59). É contra essa sobrecarga de sonho que a autora luta, apresentando a história colonial, em Moçambique, a contrapelo daquela apresentada pelo discurso oficial na qual o português é vitimizado no pós-independência. A autora mostra a colonização através da perspectiva do nativo, daqueles que foram subjugados pelo dominador europeu, principalmente, pela figura de seu pai, que em suas palavras dadas em entrevista “o colonialismo era meu pai”. (COELHO, 2015, p. 1).

Entre as primeiras ideias que a obra apresenta, “foder” talvez tenha sido palavra que mais marcou a infância da narradora e, principalmente, a visão que ela possuía de seu pai, conforme expressa: “Ele (...) gostava de comer, beber e foder” (FIGUEIREDO, 2011, p. 23). A sexualidade paterna é mostrada já nos primeiros capítulos da obra, no entanto, representa o poder de violência e atração que o homem europeu sentia pelas pretas. Observa-se que a questão do corpo, como objeto sexualizado e animalizado, da mulher preta que se diferencia da mulher branca. Para o colonizador, todas as pretas eram iguais e vistas como animais, sem valor nenhum. Diferentemente, as brancas possuíam um *status* sagrado, representante da família, do cristianismo, das obrigações matrimoniais. Além disso, para as brancas, o ato sexual funcionava como um sacrifício que deveriam praticar em nome do matrimônio, contudo, era possível evitá-lo. A narradora conta que as brancas eram conhecedoras das práticas dos maridos e apenas segredavam comentários quando “precisavam desenferrujar a língua umas com as outras” (FIGUEIREDO, 2011, p. 13). Assim, ela descreve as diferenças entre pretas e brancas:

As pretas tinham a cona<sup>24</sup> larga, mas elas diziam as partes baixas ou as vergonhas ou a badalhoca. As pretas tinham a cona larga e essa era a explicação para parirem como pariam, de borco, todas viradas para o chão, onde quer que fosse, como animais. A cona era larga. As das brancas não, era estreita, porque as brancas não eram umas cadelas fáceis, porque à cona sagrada das brancas só lá tinha chegado o marido, e pouco, e com dificuldade, que elas eram muito estreitas, portanto muito sérias, e convinha que umas soubessem isto das outras. Limitavam-se ao cumprimento das suas obrigações matrimoniais, sempre com sacrifício, pelo que a fornicção era dolorosa, e evitável, por isso é que os brancos iam às conas das pretas. As pretas não eram sérias, as pretas tinham a cona larga, as pretas gemiam alto, porque as cadelas gostavam daquilo. Não valiam nada (FIGUEIREDO, 2011, p. 13).

Figueiredo retrata o estado de animalização que os pretos eram categorizados, logo, despossuídos de qualquer direito ou respeito. Pretos e mulatos não pertenciam à “sociedade”

---

<sup>24</sup> Vagina.

colonial, uma vez que não tinham poder para serem ouvidos. Somente aqueles que se aculturavam detinham algum *status* social. Enquanto mantinham suas mulheres na cidade ou na metrópole, para as quais sempre retornavam, os homens brancos não se importavam com as incursões sexuais ao caniço “porque a negra não tinha poder para reclamar paternidade. Ninguém lhe daria crédito” (FIGUEIREDO, 2011, p. 13). Para os brancos, o nativo “era outra gente. Outra cultura. Uns cães” (FIGUEIREDO, 2011, p. 15).

Nota-se, logo nessas primeiras imagens apresentadas por Figueiredo, a divisão da sociedade, a maneira como o discurso colonial era articulado para construir uma representação do colonizado “como população do tipo degenerado, tendo como base uma origem racial para justificar a conquista e estabelecer sistemas administrativos e culturais” (BHABHA, 1991, p. 184). A construção desse estereótipo servia para facilitar as relações coloniais que se estabeleciam naquele momento. Bhabha destaca que o estereótipo criado, sendo uma representação fixa simplificadora da realidade, impede a possibilidade de reconhecimento da diferença.

No caso dos países colonizados por Portugal em África, o discurso racial sustenta a forma de representação da alteridade através da cor da pele negra. Fanon (2008) destaca que na Europa toda representação do mal está vinculada a cor preta, “isto é em todos os países civilizados e civilizadores, o negro representa o pecado. O arquétipo dos valores inferiores é representado pelo negro” (FANON, 2008, p. 160). Essa marca de inferiorização destaca um discurso colonial difícil de ser rompido, no qual a raça se torna um signo de diferença negativa. “Isto porque o estereótipo impede a circulação e articulação do significante ‘raça’ a não ser em sua fixidez enquanto racismo” ressalta Bhabha (2007, p. 117). Ele ainda acrescenta que:

O discurso racista estereotípico, em seu momento colonial inscreve uma forma de governamentalidade que se baseia em uma cisão produtiva em sua constituição do saber e exercício do poder. Algumas de suas práticas reconhecem a diferença de raça, cultura e história como sendo elaborada por saberes estereotípicos, teorias raciais, experiência colonial administrativa, institucionaliza uma série de ideologias políticas e culturais [...]. **Ao “conhecer” a população nativa nesses termos, formas discriminatórias e autoritárias de controle político são consideradas apropriadas. A população colonizada é tomada como causa e efeito do sistema presa no círculo de interpretação** (BHABHA 2007, p. 127 – grifo meu).

Além disso, observa-se, ainda, ao longo da narrativa, o que a crítica indiana Gayatri Spivak, em **Pode o subalterno falar?** (2014), ressalta sobre o processo de subalternização que impede que o ser colonizado tenha voz. Não que eles não possam falar ou são desconhecedores de suas condições, mas mesmo tentando, não encontram meios para se fazerem ouvir. A autora

destaca sobre a condição feminina que “se, o contexto de produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (SPIVAK, 2014, p. 85). Logo, conclui-se que a mulher colonizada e preta se encontra triplamente subalternizada.

As pretas despertam no homem europeu seus instintos sexuais mais profundos. Fanon assinala que a uma dupla representação imagética dos pretos para os homens e as mulheres brancas. Segundo ele,

Para a maioria dos brancos, o negro representa o instituto sexual (não educado). O preto encarna a potência genital acima da moral e das interdições. As brancas, por uma verdadeira indução, sempre percebem o preto na porta impalpável do reino dos sabás, das bacanais, das sensações sexuais alucinantes [...] (FANON, 2008, p. 152).

Enquanto os homens brancos possuíam uma liberdade sexual e era permitido a eles um envolvimento com as pretas, as brancas sofriam com a maldição que lhes pesam de ser mulher. Figueiredo constata que “um branco podia, se quisesse, casar com uma negra. Esta ascendia socialmente e passaria a ser aceita, com reservas, mas aceita, porque era mulher de Simões, e por respeito ao Simões” (FIGUEIREDO, 2011, p. 14). Por outro lado, a mulher que ousasse a se envolver com um preto era vista com proscricção social. Como afirmava seu pai: “que um preto [por mais civilizado que fosse] nunca poderia tratar bem uma branca, como ela merecia” (FIGUEIREDO, 2011, p. 15). Contrariamente, observa-se que o homem preto que se envolvesse com uma branca sofria o preconceito de seus semelhantes. “Historicamente, sabemos que o negro acusado de ter dormido com uma branca era castrado. O negro que possui uma branca torna-se tabu para os seus semelhantes” (FANON, 2008, p. 75), afirma Fanon que demonstra como a relação se torna duplamente desigual para o homem preto.

Observa-se, também, a liberdade que as pretas possuíam do seu corpo e do seu desejo sexual. Embora, as mulheres possuíssem tais desejos, seu corpo, sua sexualidade, ainda era cerceada por uma série de tabus impostos pela moral e pela religião. Diferentemente, as pretas assumiam sua sexualidade, permitindo-se, às vezes, a manter relações sexuais por prazer. Porém, muitas mulheres negras, durante o período colonial, mantinham relações sexuais com outros homens como uma forma de sobrevivência, o que, em muitos casos, resultava em gravidez indesejada, doenças sexualmente transmitidas e anulação da autoestima. Observa-se no comentário a seguir uma avidez da mulher branca em relação ao comportamento das pretas, bem como, uma impossibilidade de realização, logo, uma depreciação daquelas que eram capazes de assumir sua sexualidade.

Uma branca não admitia que gostasse de foder, mesmo que gostasse. E não admitir era uma garantia de seriedade para o marido, para a imaculada sociedade toda. As negras fodiam, essas sim, com todos e mais alguns, com os negros e os maridos das brancas, por gorjeta, certamente, por comida, ou por medo. E algumas talvez gostassem, e guinchassem, porque as negras eram animais e podiam guinchar. Mas, sobretudo, porque as negras autorizavam-se a si próprias a guinchar, a abrir as pernas, a ser largas (FIGUEIREDO, 2011, p. 19).

Além das questões relativas a representação do corpo e da sexualidade entre brancos e pretos, a narrativa revela como a figura do preto enquanto força motriz para a sociedade colonial difere-se bastante do branco. Coube ao pai de Figueiredo a eletrificação da cidade de Lourenço Marques (atual Maputo), nas décadas de 1960 e 1970. Seu pai prefere a mão de obra dos nativos ao invés dos brancos, “porque teria de lhes pagar os olhos da cara” (FIGUEIREDO, 2011, p. 15). Para seu pai, explorar os pretos era uma ordem natural, com o qual o discurso colonial para a organização da sociedade e para o exercício do poder sobre os nativos.

Um branco saía caro, porque a um branco não se podia dar porrada, e não servia para enfiar tubos de electricidade pelas paredes e, depois, cabos eléctricos por dentro deles; um branco servia para ordenar, vigiar, mandar trabalhar os preguiçosos que não faziam nenhum, a não ser a força (...)  
O negro estava abaixo de tudo. Não tinha direitos. Teria os da caridade, e se merecesse. Se fosse humilde.  
Esta era a ordem natural e inquestionável das relações: preto servia o branco, e branco mandava no preto. Para mandar, já lá estava o meu pai; chegava de brancos!  
Além do mais, empregados brancos traziam vícios; um negro, por muito que ganhasse, havia sempre forma de lhes tirar do corpo (FIGUEIREDO, 2011, p. 24).

Durante o período de ocupação, os colonizadores impõem uma imagem de inferioridade sobre o nativo, o que permitia o controle administrativo sobre a terra. Apesar dessa imposição ser de forma violenta, apregoava-se, na metrópole e nas terras ocupadas, o mito de harmonia racial, o mito de uma “cordialidade” entre as raças, com o qual os negros aceitariam todas as práticas de dominação. Segundo a Figueiredo, as colônias eram o lugar ideal para o branco europeu estar. Apesar da narradora se propor a narrar a contrapelo a história do colonialismo português, no excerto, observa-se a presença do verbo “éramos” na primeira pessoa do plural o qual marca o seu lugar de enunciação, como pertencente ao grupo colonizador.

Em Moçambique era fácil um branco sentir prazer de viver. Quase todos **éramos** patrões, e os que não eram ambicionavam sê-lo.  
Havia sempre muitos pretos, todos à partida preguiçosos, burros e incapazes a pedir trabalho, a fazer o que lhes ordenássemos sem levantar os olhos. De

um preto dedicado, fiel, que tirasse o boné e dobrasse a espinha à nossa passagem, a quem se pudesse confiar a casa e as crianças, deixar sozinho com os nossos haveres, dizia-se que era um bom mainato<sup>25</sup>. Arranjava-se-lhe farda de caqui, chinelos, dava-se-lhe da nossa comida, comia na mesa do quintal ou na da cozinha, e quando a roupa do patrão ficava coçada, oferecíamos-lha. Ninguém queria perder um bom mainato (FIGUEIREDO, 2011, p. 25-26 – grifo meu).

Além disso, destaca-se neste fragmento que, através das raspas e restos, a narradora mostra a “benevolência” com aqueles que se curvassem ao homem branco, os quais eram considerados pretos de confiança. Apesar de serem tratados com toda deferência pelo patrão, a única razão permanece na relação servil, por que como a narradora repete: “ninguém queria perder um bom mainato”. Verifica-se, também, que o local que esse empregado ocupava ou era a cozinha ou o quintal, onde faziam suas refeições e eram “herdeiros” das sobras dos patrões.

A narradora acrescenta que, por uma necessidade de sobrevivência, crianças, rapazes e moças negras batiam à porta de sua família em busca de emprego. Vinham esfarrapas, descalças e com fome em busca, muitas vezes, de um lugar que lhe desse o alimento. Em um vocabulário bastante restrito e sem trocar muitas palavras com o senhor da casa, apenas falavam “trabalho, patrão” (FIGUEIREDO, 2011, p. 27). No entanto, naquela época, a menina vivia em seu mundo da literatura e não entendia muito bem aquela realidade, não compreendia os olhos de piedade e fome daquelas crianças que batiam a sua porta, as quais sua mãe, mais que depressa, as enxotavam dizendo “vai-te embora, aqui não há nada!” (FIGUEIREDO, 2011, p. 27). Enquanto seus livros mostravam a miséria humana seguida de um ato de revolta, luta e uma redenção daquela situação, a terra em que habitava revelava que não havia redenção para aquele povo. A menina via que “aquele paraíso de interminável pôr-do-sol salmão e odor a caril<sup>26</sup> e terra vermelha era um enorme campo de concentração de negros sem identidade, sem propriedade do seu corpo, logo, sem existência” (FIGUEIREDO, 2011, p. 27).

Entretanto, a narradora observa, às vezes, um olhar diferente nos olhos dos negros que eram submetidos àquelas situações de humilhação e exploração. Para ela, o silêncio era mais ameaçador e perturbador que muitas palavras. Despossuída de filtros no olhar afirma que “não havia olhos inocentes” (FIGUEIREDO, 2011, p. 27), nem entre brancos e nem entre os pretos:

Quem, numa manhã qualquer olhou sem filtro, sem defesa ou ataque, os olhos dos negros, enquanto furavam as paredes cruas dos prédios dos brancos, não esquece esse silêncio, esse frio fervente de ódio e miséria suja, dependência e submissão, sobrevivência e conspiração (FIGUEIREDO, 2011, p. 27-28).

<sup>25</sup> Empregado doméstico. Aquele que era responsável pelos serviços mais variados.

<sup>26</sup> Especiaria *curry*.

Partindo da imagem do Outro negro, o colonizador utiliza-se da suposta diferença racial para demonstrar o total desprezo que alimentava sobre os pretos. O colonizador “emprega um sistema de representação, um regime de verdade, que é estruturalmente similar ao realismo” (BHABHA, 2007, p. 111). Bhabha acrescenta também que a produção desse estereótipo colonial tem por finalidade a “normalizar/ normatizar” as crenças e constituir as divisões sociais. No entanto, a crítica de Bhabha a essa estrutura baseia-se na fixidez que o discurso colonial promove a qual impossibilita a abertura à diferença alimento o racismo. Dialogando com os pressupostos de Fanon, ele afirma que:

O que se nega ao sujeito colonial, tanto como colonizador quanto colonizado é aquela forma de negação que dá acesso ao reconhecimento da diferença. É aquela possibilidade de diferença e circulação que liberaria o significante de pele/cultura das fixações da tipologia racial e cultural ou da degeneração (BHABHA, 2007, p. 117).

Desobedecendo o discurso colonial de seus pais, a narradora rompia com o estereótipo de filha do colonizador e colocava-se como “uma colonazinha preta, filha de brancos”, abrindo-se para práticas sociais destinadas apenas as pretas. Haveria de vencer a desconfiança dos pretos para que lhe comprassem as mangas que vendia no portão de sua casa. Ela era a menina “branco-negra” (FIGUEIREDO, 2011, p. 36) que tomava conta de sua banca de mangas. Desse modo, a respeito dessa diferença racial entre brancos e pretos, ela nos conta:

Um branco e um preto não eram apenas de raças diferentes. A distância entre branco e pretos eram equivalente à que se existe entre diferentes espécies. Eles eram pretos, animais. Nós éramos brancos, éramos pessoas, seres racionais. Eles trabalhavam para o presente, para o aguardente-de-cana do “dia-de-hoje”; nós, para poder pagar a melhor urna, a melhor cerimônia no dia do nosso funeral.

Uma branca não vendia mangas a não ser por grosso, a outros brancos que as distribuíssem. Uma branca não vendia mangas no chão, à porta. Mas eu era uma colonazinha preta, filhas de brancos. Uma negrinha loira. E a colonazinha negra que eu era vendia montezinhos de mangas do lado de fora do portão da machamba<sup>27</sup> (FIGUEIREDO, 2011, p. 35).

Ironicamente, no entanto, alguns pretos fugiam desse estereótipo de animais, aqueles que se mostravam subservientes tinham a “afeição” dos colonos brancos que lhes davam algumas recompensas pelo seu comportamento domesticado. Segundo Figueiredo, um dos alvos dessa afeição era Manjacaze. Ele tinha olhos bons e recolhia o lixo dos brancos sem

---

<sup>27</sup> Terreno destinado à produção agrícola.

qualquer questionamento ou sem demonstrar qualquer insatisfação, como ela demonstra nesse fragmento:

Manjacaze era querido dos inquilinos. Os meus pais davam-lhe sempre as sobras do pão do dia anterior, restos de comida, a roupa rasgada, velha, que tinha deixado de nos servir. De vez em quando, por que éramos católicos e bons – Páscoa, Natal, Entrudo<sup>28</sup> – uma garrafa de vinho ou de aguardente, uns fritos da minha mãe. Comida, bebida, objectos que eram dados com altruísmo ao preto bom, ao preto que se vergava as costas e a cabeça numa vénia, quando nos via, e que era simplesmente bom, um bom preto (FIGUEIREDO, 2011, p. 37).

Por outro lado, as práticas de agressões verbais e físicas eram uma constante entre brancos e pretos. Além de dominarem o discurso opressor os colonizadores, se valiam da violência física como forma de doutrinar e manterem a ordem estabelecida por eles. Eram inúmeras as cenas nas quais a narradora presenciava das práticas violentas de seu pai contra os pretos que eram seus funcionários. Às vezes, seu pai justificava essas práticas eram “pedagógicas”, pois ensinava aos negros quem era o patrão e em quais lugares ocupavam dentro da estrutura social vigente.

Ainda não tinham percebido as regras, que eram duas: receber e calar. Não era preciso agradecer. Mas se agradecessem, começariam a subir na tabela de preferidos. A única hipótese de não haver milando<sup>29</sup>, era meterem o dinheiro recebido nos bolsos das calças rasgadas e saírem, cabisbaixos. Se reclamavam, havia milando, e não eram poucas as vezes em que saíam da sala com murro nos queixos, um encontrão dos bons. Haviam milando bravo. Ameaçavam o meu pai, o que irritava ainda mais. Eram expulsos. Eu e a minha mãe, tremíamos. Entre os negros que ainda esperavam receber, crescia um silêncio tenso. Depois, tudo se passava muito depressa (FIGUEIREDO, 2011, p. 41).

Figueiredo narra ainda, as incursões de seu pai ao caniço em busca dos pretos preguiçosos que desapareciam do serviço para lhes ensinar o valor do trabalho. Para ele, “era absolutamente necessário ensinar os pretos a trabalhar, para o seu próprio bem. Para evoluírem através do reconhecimento do valor do trabalho” (FIGUEIREDO, 2011, p. 51). Porém, essa “evolução”, essa “ascensão” social deveria ser entre os seus, nunca se compara com a vida que um branco levava. Ao chegar ao caniço, seu pai exercia sua justiça, entrava e saía daquele emaranhado de ruelas e becós da forma que lhe convinha. Nessas incursões, a narradora percebe o abismo existente, em sua terra, entre o mundo do branco e o mundo dos pretos e revela a

---

<sup>28</sup> Os três dias que precedem a Quaresma.

<sup>29</sup> Confusão, sarrilho.

condição racial como o grande problema daquelas pessoas, sendo elas incapazes de possuírem reconhecimento de direitos civis ou mesmo de respeito por parte dos brancos. Nesse contexto, não há a separação entre o mundo do trabalho e o mundo privado. Ao encontrar a casa do preguiçoso que procurava, seu pai entrava na palhoça já agredindo o preto. Assim, ela descreve uma dessas cenas:

O meu pai gritava lá dentro, e aos safanões trazia-o para fora, atordoados ambos. Segunda, vais trabalhar, ouviste? Segunda, estás nas bombas às sete. Vais trabalhar para tua mulher e para os teus filhos, cabrão preguiçoso. Queres fazer o quê da vida? Safanão. Soco. E a mulher e os filhos e o bairro todo, e eu, estávamos ali, imóveis, paralisados de medo do branco (FIGUEIREDO, 2011, p. 52).

Ao mesmo tempo, seu pai mostrava um carinho e uma doçura para com sua filha, bem diferente daquele homem branco que há pouco gritava e agredia o preto no caniço. Colocava-a sobre seu colo, deixava-a dirigir, oferecia-lhe refrigerante, brincava com ela. A narradora deixa-nos em dúvida sobre qual seria seu verdadeiro pai: “Aquele homem branco não é o meu pai” (FIGUEIREDO, 2011, p. 53).

Embora, no decorrer da narrativa, ela apresente um olhar compassivo com a situação dos pretos durante o regime colonial e de como os brancos agiam em relação aos pretos, ela não se esquivava de sua condição de branca para agredir uma companheira de escola, uma vez que ela “era mulata e não podia bater-me” (FIGUEIREDO, 2011, p. 55). Toda sua ação foi premeditada visto que sabia que não haveria retaliações ou punição por estar batendo naquela garota. Entretanto, já não se lembrava do motivo de agredi-la, só estava “absolutamente consciente da infâmia que tinha cometido” (FIGUEIREDO, 2011, p. 55). Segundo a narradora, não compreendia, naquela época, como funcionava das relações de poder, apenas exerceu um “direito natural” que lhe fora dado naquela conjuntura. Assim, ela descreve toda a ação:

Nunca tinha batido em ninguém, mas dei-lhe uma bofetada, porque ela me irritou, porque não concordou comigo, porque eu é que sabia e mandava e estava certa, porque ela tinha dito uma mentira, porque me tinha roubado uma borracha, sei lá agora por que dei a maldita bofetada! [...]  
Foi premeditado. Tinha pensado antes, se ela voltava a irritar-me, bato-lhe. Podia perfeitamente e impunemente bater-lhe. Era mulata. E a rapariga comeu e continuou em pé, sem se mexer, com a mão na cara, sem nada dizer, fitando-me com um estranho olhar magoado, sem um gesto de retaliação (FIGUEIREDO, 2011, p. 55).



Fanon, em **Os condenados da Terra** (2005), destaca que a arma fundamental colonizadora era a imposição de uma imagem de inferioridade do sujeito colonizado, mantendo-os, assim, sob o domínio. A imagem do colonizado era posta como exótica e depreciativa que só seria quebrada a partir das lutas pela descolonização. Para Fanon, “a ‘coisa’ colonizada se torna homem no processo mesmo pelo qual ela se liberta” (2005, p. 53). Apesar da vida já ser bastante difícil nas ex-colônias para os pretos, o valor que os brancos mantinham pela vida dos pretos era baseado na utilidade que eles apresentavam, mas mesmo assim, não era comparado a vida de um branco, essa que “valia mais, muito mais, não que valesse grande coisa” (FIGUEIREDO, 2011, p. 55), comenta a narradora. Durante o período de Marcello Caetano no comando de Portugal, entre as décadas de 1960 e 1970, matar um preto tornava-se crime, passível de investigação e punição àqueles que o praticavam. No entanto, havia um fechar de olhos por parte das autoridades a respeito desses crimes. Para seu pai, “matar um preto, a partir de certa altura, começo a dar chatice” (FIGUEIREDO, 2011, p. 68).

Influenciado pelas revoltas em Angola, a partir da década de 1960, a rivalidade entre brancos e pretos aparece em forma de grupos separatistas que lutavam pela independência de Moçambique. Acrescenta-se a isso a instabilidade política e econômica que a Metrópole enfrenta, com o passar dos tempos, a vida na colônia tornou-se impossível. “Ou se era colono, ou se era colonizado” (FIGUEIREDO, 2011, p. 104). As conversas sobre essas agitações políticas permeavam as rodas de conversas que seu pai frequentava e, muitas vezes, ela participava como observadora e buscava a compreensão da aflição e preocupação que aqueles homens eram tomados. Todavia, ela surge como um corpo estranho em meio ao mundo masculino que se impõem duplamente como o outro: uma criança e, ainda, mulher. Transitava por esse mundo como a filha do electricista. Suas lembranças demonstram como era vista com desconfiança entre os pares de seu pai.

Lembro-me de uma outra conversa sobre o 25 de Abril, também ao final da tarde, na Baixa, do lado esquerdo do edifício do bazar, e cá fora. Um grupo de homens, como sempre, eu a única rapariga, apenas porque acompanhava o meu pai, e participava como testemunha irrelevante nos seus actos públicos. Era a filha do electricista. Está crescida a tua filha. Andas em que classe? E pouco mais. Ouvia (FIGUEIREDO, 2011, p. 76).

Com a Revolução dos Cravos, muitos acreditavam que as transformações políticas na metrópole dariam a posse das terras em África aos brancos e eles, por sua vez, manteriam o domínio da terra e a política de dominação e subserviência dos nativos. Os brancos alimentavam “uma esperança invisível, mas forte, como é a esperança” (FIGUEIREDO, 2011, p. 80) que a

terra lhes pertencia por um direito natural. A narradora esclarece que “os colonos desejavam a independência, mas sob poder branco” (FIGUEIREDO, 2011, p. 83). No entanto, após o 25 de abril, a guerra tornava-se cada vez mais evidente com “invasores cheios de poder” (FIGUEIREDO, 2011, p. 83) a tomarem a cidade. Na opinião de muitos brancos, a transição de poder para os pretos foi bastante conturbada, visto que diziam que “aquela terra, [...] não seria para os negros nem para a metrópole, mas para os brancos que ali viviam” (FIGUEIREDO, 2011, p. 83). Todavia, quando o sonho de uma Moçambique para os brancos não se concretizou, muitos afirmavam que:

A independência foi malfeita, e os culpados foram o Mário Soares e o Almeida Santos, que nos venderam e entregaram tudo aos pretos”. Eu traduzo, “aquilo que entregaram aos pretos deviam tê-lo entregue a nós, que logo tratávamos da negrelhada”. Quando revelam, com lágrimas sinceras, “deixei o meu coração em África”, eu traduzo, “deixei lá tudo, e tinha uma vida tão boa” (FIGUEIREDO, 2011, p. 83).

Ao mesmo tempo em que as outras pessoas viam a narradora como uma intrusa em assuntos masculinos, como a política. Seu pai percebeu que o cenário mais otimista que esperavam, Moçambique sobre o domínio dos brancos, não ocorreria e ele não poderia estar por perto para protegê-la mais. Temendo pela sua segurança, seus pais optaram em enviá-la à Portugal para casa de parentes, na tentativa mantê-la segura. Apesar disso, seu pai acreditava ainda em uma reviravolta que devolvesse o poder aos brancos, mantendo a mesma estrutura que fora construída em todos esses anos de ocupação. Segundo a narradora:

Lourenço Marques esvaziava-se de brancos, ricos e pobres, desde muito antes da independência.  
Tínhamos ficado para o fim. O meu pai acreditava num revirvalho, numa África branca na qual os negros haviam de se assimilar, calçar, ir à escola, e trabalhar. Os negros haviam de nos sorrir, sempre, e agradecer o que fizéramos pela sua terra, quer dizer, pela nossa terra, e servir-nos, evidentemente, porque eram negros, e nós brancos, e esta era a ordem natural das coisas. Não é normal habituar os cães a coleira e trela, ou abater um cabrito e assá-lo? Pois essa era a ordem do mundo. [...]  
Havíamos de expulsar o poder negro da cidade, e remetê-lo ao mato, de onde tinha vindo, onde pertencia, e domesticá-lo ou chaciná-lo. Um ou outro, conforme fosse merecido. Uma África de brancos, sim, uma África de brancos, repetíamo-lo (FIGUEIREDO, 2011, p. 97).

Ao embarcar para Portugal, a narradora deixa para trás sua infância naquelas terras, tendo a consciência que não haveria retorno. Moçambique agora faria parte de suas memórias e das histórias que contariam como ordenará seu pai. Ao cruzar a porta de vidro da alfândega

seu pai disse: “Não te esqueças do que tens que contar. Agora és uma mulher. Já és uma mulher. Está tudo nas tuas mãos” (FIGUEIREDO, 2011, p. 109).

Desembarcando no velho continente, a narradora passou por um intenso processo de adaptação a sua nova realidade e sofreu com a hostilidade manifestada por desconhecidos e familiares. Ela, bem como outros que lá retornaram, sentem a experiência da discriminação, da hostilidade, são rotulados como “retornados”. Eles tornaram-se o outro, aqueles haviam explorados os negros e agora estavam na ex-metrópole. Foram criados órgãos específicos para tratar desta questão que não era tão simples. Além dos problemas de adaptação, as novas condições e ao lugar, os retornados enfrentavam a hostilidade praticada pela população residente que acreditavam que não mereciam que eles estivessem ali. Ademais, a criação de políticas públicas específicas para os retornados agravava ainda mais a carga negativa, tornando-os seres indesejáveis. Essa hostilidade é explicada por Jacques Derrida em **Da hospitalidade** (2003), quando considera o “estrangeiro indesejável, e virtualmente como inimigo, quem que pisoteie meu *chez-moi*, minha ipseidade, minha soberania de hospedeiro. O hóspede torna-se sujeito hostil de que me arrisco de ser refém” (DERRIDA, 2003, p. 49). Como a narradora relata uma cena na casa de parentes:

Eu tinha andado a roubar os pretos. Julgava que me iam lavar os pezinhos com água de rosas?!  
Isto não eram as Áfricas!  
“Ah, não gostas de bofe com arroz? Andaste a roubar os pretos e julgas que havemos de te servir camarão num parto de ouro!” [...] Passa muito tempo até termos a voz, até termos saldado, a bem ou a mal, a dívida que pensávamos dever; até cuspirmos no dever e na honra e na fidelidade, essas cordas tão sujas, tão forçadas. Até não no importarmos de ser apenas umas cabras, párias do sangue e da raça. Até perder a fé e a cortesia tudo (FIGUEIREDO, 2011, p. 115).

Ser o outro, humilhado, subjugado, discriminado foi uma condição que na narradora teve que enfrentar sozinha, longe da proteção de seus pais, e sem o *status* que sua condição anterior lhe propunha, pois agora não “seria a filha do colono” (FIGUEIREDO, 2011, p. 133). Como afirma em outra passagem: “Em Portugal, habituei-me cedo a ser alvo de troça ou de ridículo, por ser retornada ou por me vestir de vermelho ou lilás” (FIGUEIREDO, 2011, p. 119).

Além disso, a narradora começou a enfrentar a adaptação naquele país que não era seu, mas, apesar de terem cortados os vínculos legais com a terra em que nascera, os afetivos se fortaleceram a cada dia que se passava. Como mesmo afirma “a terra onde nasci existe em mim como uma mácula impossível de apagar” (FIGUEIREDO, 2011, p. 133). Além dessa adaptação

ao lugar, ela enfrentou as transformações do seu corpo, mas alimentava também, a saudade daqueles tempos em que era uma “menina ao sol, com tranças louras impecavelmente penteadas” (FIGUEIREDO, 2011, p. 134). Já era uma mulher em um país livre, longe do protetorado de seu pai, mas “tinha saudades. Confessas para ti própria, tinha saudades disto. A liberdade” (FIGUEIREDO, 2011, p. 135-136). Liberdade que possuía em Moçambique, de subir em árvores, de pisar com os pés descalços sobre a terra, de voar entre os pés de fruta, de quando era criança. Agora era uma mulher e a liberdade tornara-se outra coisa.

### **3.3.2 Sabor de Maboque**

Sendo um livro de memórias, **Sabor de Maboque** (2009), da escritora Dulce Braga, proporciona um panorama sobre a situação histórica de Angola, num momento em que a “independência” eclodia no país. Dulce é testemunha da história, não como observadora dos fatos, fora do *locus* do conflito. A obra narra, em primeira pessoa, os sonhos, o amor, os projetos, as boas lembranças de uma infância feliz em Angola, que perdeu espaço para as memórias traumáticas, a luta pela sobrevivência que a realidade política de seu país impunha. Esse olhar é importante, uma vez que possibilita dar voz a uma parte da História que foi silenciada. Seguindo o pensamento benjaminiano, Sarlo afirma que se deve “olhar para o passado com os olhos de quem viveu, para poder ali captar o sofrimento e as ruínas” (SARLO, 2007, p. 58).

Há muito radicada no Brasil, a autora sentiu uma necessidade catártica de reencontrar a menina que fora abandonada em sua terra natal, quando esta fugiu para sobreviver. Autoexilada em si mesma, Braga passa muito tempo na fuga de seu passado, protegendo-se. Ela cria uma barreira defensiva protegendo-a do perigoso contato com as dores do trauma que habitava o seu passado. A repressão dessas memórias foi uma das formas adotadas por ela para se manter segura.

Desde os últimos dias angolanos, no bojo da guerra civil deflagrada depois do 25 de abril de 1974, data da Revolução dos Cravos em Portugal, enclausurei por mais de trinta anos a Dulce criança e adolescente, defendendo-me com um escudo antissofrimento a cada ocasião em algum fato correlato a essa fase da minha vida me recordava as perdas: os amigos, o namorado, o país que eu reconhecia como pátria, os objetos de estimação, a alta posição socioeconômica e as aflições e horrores da fuga (BRAGA, 2009, p. 15).

Essas memórias que tanto queria esconder revelavam o trauma que os acontecimentos lhe causaram. Acreditava que criar uma nova personagem, perder o sotaque português seria uma forma de esconder a sua origem, no entanto, “só não conseguia ter controle sobre as lágrimas e o suor frio durante muito tempo provocados por pesadelos noturnos típicos das mazelas da guerra, que me faziam rezar para que as noites fossem mais breves” (BRAGA, 2009, p. 16). Apesar dessa tentativa de se esconder, de fugir de seu passado, de sua história, ela se via incompleta, como se houvesse uma lacuna a ser preenchida. Ao completar meio século de vida, sentiu a necessidade de preencher essa lacuna, de reatar as duas pontas da sua vida, como a própria Dulce<sup>30</sup> afirma:

Muito além de comemorar meio século de vida, eu brindava feliz o reencontro e agora pacífico diálogo entre duas Dulces. A Dulce pós 26 de setembro de 1975, data da minha chegada ao Brasil, finalmente reconhecia e aceitava como parte integrante de si a Dulce que fui até os dezessete anos, sem medo de relembrar e reviver os fatos, as emoções e os sentimentos da minha infância e adolescência. Conseguia claramente perceber que as duas Dulces eram frente e verso da mesma moeda (BRAGA, 2009, p. 15).

Segundo a autora, o objetivo dessa obra é registrar o período que morava em Angola como uma prestação de contas para sua família, a qual sempre se esquivara. No entanto, mesmo tentando desviar e/ ou esquecer-se do seu passado, ela, de algum modo, despertou o interesse pela sua terra natal em seus familiares. Além disso, através da recuperação desse passado, ela é capaz de confrontá-lo e buscar compreender melhor a história da sua infância e todos os momentos que são perpassados pela história do seu país de origem.

Minha única pretensão é deixar registrada, principalmente para meus filhos, a tão cobrada história de parte da minha vida, num cantinho da África que mesmo sem perceber, ensinei-os a amar e admirar quando lhes contava fatos e acontecimentos com a e posteriormente a adolescente que fui e que nasceu e viveu numa pequena vila no coração de África (BRAGA, 2009, p. 11).

Após esses momentos de justificativa de sua obra, Braga começa a traçar e entrelaçar momentos de sua vida privada com a história do processo de independência e seus desdobramentos. No posfácio, “Um livro para saborear”, Luana Dalmolin afirma que:

O que a princípio nasce de uma urgência da autora em dialogar com o seu passado, de uma reivindicação de seu âmago, de um anseio de seu marido e filhos, resulta de uma obra maior que toca os leitores ao tratar de questões

---

<sup>30</sup> Usaremos Dulce não como a escritora, mas como a personagem-narradora da obra.

universais com a luta pela sobrevivência. Desta forma, o livro oferece a oportunidade de reflexão sobre as mazelas e as perdas impostas pela guerra, independentemente da condição de colonizador ou colonizado” (DALMOLIN, In BRAGA, 2009, p. 234).

Assim, Braga vai se encontrando com Dulce que narra a saga da família Tavares que se iniciou com a travessia do Atlântico a caminho de Angola por seu pai para prestação do serviço militar obrigatória. Mais tarde, com o casamento deles, houve novamente a travessia com a sua mãe. Essa viagem pelo Atlântico foi o divisor de águas na história da família, que se encerrou, ou melhor, teve um recomeço com a travessia para o Brasil, onde buscaram refúgio da guerra de independência e civil que se instalara em Angola, com o fim do regime colonial português. A permanência em Angola por questões econômicas, contribui para nos aproximarmos do pensamento colonial vigente na época.

No entanto, apesar de desfrutarem da prosperidade que possuíam em Angola, nunca perderam o vínculo com Portugal e frequentavam o país durante os períodos de férias da família. Nesse processo retrospectivo e introspectivo, Braga tenta recuperar a Dulce que passara as últimas férias em Portugal, antes dos eventos de 1974. Ao unir as pontas desse passado, que se apresenta o processo histórico. As agitações políticas que percebera sutilmente em Portugal se tornam uma paisagem diferente em Angola como descreve: “O jardim à beira mar plantado como se autointitulava esse pedaço de chão ibérico, estava semeado de lixo, com muros e parede pichados e inúmeras greves acontecendo” (BRAGA, 2009, p. 27). Para a narradora, este seria apenas a ambientação para sua história de amor com Pedro, até então seu namorado, como se percebe: “Eram dias vividos entre sentimentos contraditórios. A revolução parecia consistir apenas num pano de fundo para minha história de amor com Pedro” (BRAGA, 2009, p. 28).

Mais do que essa história de amor, Dulce traz à tona o testemunho da guerra de libertação que emerge a partir dos anos de 1960, embora tente buscar uma neutralidade, ela não se esquiva, enquanto colonizadora branca de emitir juízo de valores sobre os acontecimentos. Todas as memórias e os traumas por ela vividos são permeados por uma subjetividade. Assim como numa análise psicanalítica, afloram os mais profundos sentimentos que na escrita convertem-se em adjetivos, como observamos no excerto em que caracteriza os grupos paramilitares angolanos que se convertem em partidos políticos após a queda do regime ditatorial em Portugal.

O terrorismo nas colônias, havia sido substituído por movimentos de libertação, cujos membros adormeceram no dia 25 de abril como famigerados executores de carnificinas e acordaram no dia 26 de como membros de

partidos políticos. Eles tinham nomes. Em Angola eram três e se chamavam UNITA (União Nacional para a Libertação Total de Angola), MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), com antigos comandantes que atendiam pelo nome de Jonas Savimbi, Agostinho Neto e Holden Roberto, respectivamente (BRAGA, 2009, p. 27).

Em meio as impressões da guerra que emergia, fundem-se as memórias sensoriais da última viagem a Portugal. Os costumes, as comidas, as pessoas transformavam-se em um cenário familiar, que proporcionava a todos que ali estavam uma sensação de segurança. As memórias sensoriais juntamente com o detalhamento bastante subjetivo fazem parte de momentos marcantes da obra, que faz com que o leitor possa saborear e visualizar esses acontecimentos, como se vê a seguir:

A memória reencontrava o sabor do azeite, das cerejas, do queijo de cabra, das broas de milho, do pão de centeio, dos bolos de boda, do vinho rascante mas afetuosamente familiar, do chouriço, da morcela, da farinheira e de tantos outros paladares artesanalmente fabricado pelos meus avós. Tudo isso fortalecia o sentimento de amor e fraternidade que as distâncias físicas faziam aumentar nas ocasiões de reencontro (BRAGA, 2009, p. 29).

As memórias apresentadas neste relato, às vezes, apresentam uma quebra na sequência cronológica dos fatos. Há momentos em que histórias paralelas surgem, revivendo os tempos de outrora. Esse fluxo de memória é justificado pela autora que afirma que o processo de escrita foi compulsivo e que “depois da primeira página escrevi todos os dias à noite, sozinha e em silêncio e os fatos, as cores, os cheiros, os sabores pupulavam de milhares de gavetinhas que se abriam em minha memória”<sup>31</sup>. Ou como justifica na obra, “Dizem que é um processo natural do acúmulo dos anos. A recordação dos primeiros tempos vem ganhando intensidade e nitidez” (BRAGA, 2009, p. 33).

Ao a retornarem à Angola para o início do período letivo, a família tem a consciência da apreensão de que dias turbulentos iriam começar, tornou-se real. “Se em Portugal parecia que o vulcão ia entrar em erupção, em Angola a lava, sutil, já tinha começado a deslizar. **Escaldante e assustadoramente desorganizada** ela ameaça atingir a tudo e todos” (BRAGA, 2009, p. 35). Embora o perigo fosse real, a ideia de que não seriam atingidos, que estariam em segurança, também estavam no imaginário de toda a família. Observa-se também o uso dos adjetivos destacados, o que marca a subjetividade presente no texto. Nesse caso, “a escrita não é aqui lugar dedicado ao ócio ou ao comportamento lúdico, mas ao contato com o sofrimento e

---

<sup>31</sup> Excerto retirado de conversa com a própria autora por e-mail.

seus fundamentos, por mais que sejam muitas vezes obscuros e repugnantes”, afirma Ginszburg (2014, p. 3).

Observamos essa subjetividade não só para os fatos históricos. Durante seu percurso como estudante, ela demonstra seus sentimentos de modo paradoxal. Enquanto sentia-se uma prisioneira, tendo sua liberdade tolhida pelas regras e pelo silêncio no colégio das madres, ela, porém, era uma das poucas internas que desfrutava da liberdade aos finais de semana na companhia de seus primos, também internos em colégio Marista.

Regras, ordens e horários deviam ser rigidamente observados. Em breve, no mais íntimo e castrador silêncio, eu passaria a questionar tudo aquilo. Como não admitiria a ideia de decepcionar meus pais, nunca exteriorizei a sensação de me sentir presa numa gaiola de regras, rotinas e frustrações.

A autorização dos meus pais para sair duas vezes por mês, aos domingos, com meus primos estudantes internos do colégio masculino dos Maristas, me transformava numa das únicas e invejadas afortunadas, que gozavam um pouco mais de liberdade (BRAGA, 2009, p. 45).

Apesar de todo sentimento de aprisionamento e o olhar atento de todos ao seu redor, a necessidade de infringir as regras, “só fazia aumentar a taquicardia pelo simples cruzamento de olhares e o desejo pela transgressão”, afirma Dulce. Embora soubesse da punição por mau comportamento, acreditava que o risco valia a pena. Suas transgressões e sentimentos eram registrados no diário que se perdeu durante a fuga. Isolada em seu quarto, Dulce reconstrói o registro: “Nessa noite, antes de escondê-lo embaixo do colchão, escrevi no meu diário: Foi o primeiro seguido de muitos outros. *Dois lábios rubros, um milagre eterno, uma eternidade suspensa: o primeiro beijo!*” (BRAGA, 2009, p. 53). Lejeune (2008) destaca que o diário desempenha um papel de amigo com o qual podemos confidenciar os sentimentos mais profundos sem constranger o outro. Segundo ele, “o diário é um espaço onde o eu escapa momentaneamente à pressão social, se refugia protegido em uma bolha onde pode se abrir sem riscos, antes de voltar, mais leve ao mundo real. Ele contribui, modestamente, para a paz social e o equilíbrio individual” (LEJEUNE, 2008, p. 262).

Em meio a esse turbilhão de experiências e expectativas pessoais que se apresentava com o último ano do colégio antes de entrar para faculdade, Dulce relata-nos as apreensões políticas causadas pelo anúncio da independência para o ano de 1975. O clima de insegurança e os tumultos começam a se generalizar devido à falta de consenso entre os três partidos políticos sobre qual deles iria governar o país a partir da saída da administração portuguesa. Assim, ela narra:



Logo após meu retorno da quase ex-metrópole, havia uma preocupação palpável com relação aos tumultos generalizados que tomavam conta de algumas cidades e vilas da quase ex-colônia.

UNITA, MPLA e FNLA não compartilhavam a ideia de dividirem o poder quando a independência fosse proclamada, o que os levava a uma disputa armada rural e urbana, de ataques às delegações uns dos outros e à diabolização dos movimentos impedindo-lhes qualquer possibilidade de coabitação sadia (BRAGA, 2009, p. 59).

Já no início de 1975, após as festas de final de ano, as inquietações com as definições sobre os rumos da independência tomavam conta das conversas em toda a cidade e entre os membros de sua família. Dulce afirma que, apesar do clima tenso que pairava sobre o país, acreditava-se que os parâmetros estabelecidos nas reuniões entre Portugal e os partidos políticos angolanos, no Acordo de Alvor, restauraria o clima harmonioso no país além de firmar a data para a proclamação da independência. A narradora destaca que “a esperança maior residia no fato de que, com a anuência dos três líderes angolanos, se formaria um governo de coalizão e cessariam os conflitos armados” (BRAGA, 2009, p. 67).

Segundo Dulce, no *Réveillon* daquele ano, o medo dos conflitos armados entre a UNITA e a MPLA fez com que a família de ela permanecesse em casa. Passadas as festas e retornando a rotina no colégio, o primeiro grande susto relacionado à guerra que a narradora vivencia é a notícia dos fatos acontecidos ao pai de uma das alunas. Segundo comentava-se, o pai foi morto por um grupo de guerrilheiros de maneira bárbara, o que gerou perplexidade entre todos que ouviam o relato:

– Dulce, estás lembrada que outro dia ela [Conceição Silveira] nos contou que a família tem uma oitaca<sup>32</sup>, onde criam porcos e onde fica o matadouro e a fábrica de banha?

– Lembro-me – respondi ansiosa.

– Pois é. Os terroristas apanharam-no lá, mataram-no lá, mataram-no, cortaram-no em postas como se fosse um peixe e deixaram os pedaços do corpo a fritar dentro de um dos caldeirões de banha.

Ela fez o horrível relato de um tranco, sem tomar ar e quando terminou, achamos que fosse desfalecer (BRAGA, 2009, p. 71).

Com o passar do tempo, a insegurança começou a fazer parte da rotina dos moradores e estudantes de Silva Porto, destaca Braga em sua narrativa. Em abril de 1975, Dulce completava seus dezessete anos sobre fortes rumores de que acontecimentos violentos os circundavam. A sensação de segurança que a narradora tinha até então, dá espaço a sentimentos como medo, angústia, apreensão, desesperança. Esses sentimentos atingem, além da sua saúde emocional,

---

<sup>32</sup> Fazenda em Umbundu.

sua saúde física. Ela passa a desenvolver distúrbios alimentares, que provocaram a perda de peso durante a luta pela sobrevivência. “Assim começava a perda de oito quilos dos já parcos cinquenta que eu pesava, para uma altura de 1,61m” (2009, p. 87).

Silva Porto estava ficando muito diferente. Já se respirava uma certa insegurança ao se caminhar pelas ruas, antes tão pacatas. Contavam muitas histórias violentas e atos de carnificina nos confrontos entre os três movimentos de libertação, cuja proximidade assustada os aglomerados urbanos e nossa querida cidade.

Diariamente víamos soldados do exército português se despedindo e retornando a sua pátria, jovens que pareciam ter sido empurrados para fora de Portugal, com o objetivo de lutar e até morrer por uma causa que não era deles, uma causa onde não eram perdidos nem achados e sem sequer discriminar claramente quem era o inimigo (BRAGA, 2009, p. 75).

Com o aumento da instabilidade do país e o gradual retorno dos jovens combatentes portugueses que tentavam manter a segurança em Angola, rumores que algumas famílias retornavam para Portugal ou a outros países aumentavam. Apenas os patriarcas permaneceriam em África esperando que todas as agitações cessassem. Em **S.O.S Angola**, Rita Garcia afirma que “vários pais de família fizeram a mesma escolha: mandaram as mulheres e os filhos para Portugal antecipadamente e só vieram embora mais tarde”. (GARCIA, 2001, p. 33). Durante o retorno à casa de seus pais, Dulce descobre que a sua própria família passaria por esse afastamento, acreditando que quando o período de transição política terminasse, ela retornaria a sua terra, como afirma a narradora:

Durante o percurso, mais lento e demorado do que o habitual, fiquei sabendo que era praticamente certo que as mulheres e os filhos de nossa família ficariam fora de Angola por um período ainda a definir, dependendo da segurança voltar ao normal, o que a princípio, significava que minha mãe, eu, meus dois irmãos, minhas duas tias e meus três primos estaríamos em Portugal nos próximos meses (BRAGA, 2009, p. 77).

Cada vez mais os cenários de tranquilidade que tanto estavam acostumados e o ritmo lento, transformam-se com a constante presença militar nas estradas de acesso e nas cidades. Deixar a fazenda, deixar Angola era a solução mais sensata a ser tomada naquele momento, no entanto, para Dulce “o alívio que sentiam ao partir, constituiu-se para mim em grande aflição e se transformou no primeiro de uma série interminável de pesadelos que se repetiriam nas noites africanas, e por muito tempo, nas brasileiras também” (BRAGA, 2009, p. 82). A presença militar já não era mais uma resistência ao governo colonial português, agora, lutava-se pelo

poder de governar o país assim que fosse reconhecida a independência, desse modo ela observa os personagens envolvidos e afirma:

Nas agitadíssimas três primeiras semanas de julho, as poucas ruas da Nharêa viviam repletas de soldados da UNITA, ex-guerrilheiros ou jovens recém-recrutados, sem nenhum preparo militar, rapazes na maioria trajando roupas civis sujas e esfarrapadas ou na melhor das hipóteses, fardas surradas. Era assustador ver jovens bêbados ou drogados segurando armas de grosso calibre. Mas quem seria agora o inimigo, se o exército português não mais combatia e paulatinamente se retirava de quase ex-colônia? Se a liberdade do jugo do colonizador já havia sido conseguida, o poder ainda não tinha um dono e no momento, apropriar-se do poder era o motivo da guerra civil entre a FNLA, a UNITA e o MPLA, que se generalizava por todo o território angolano (BRAGA, 2009, p. 83-84).

Dulce e seus familiares habituavam-se aos relatos dos massacres e presenciavam outras cenas geradas pelo confronto entre os grupos rivais. Cenas essas que a narradora recordaria durante muito tempo e que colaboraram para os problemas de saúde que viriam a se manifestar posteriormente. A filiação ao MPLA também foi um fator de receio para família, visto que habitavam uma região dominada pela UNITA, porém, era preciso, pois os caminhos de saída do país eram controlados pelo partido de filiação. Os problemas enfrentados com os ataques e os movimentos eram uma das preocupações de toda população, especialmente, dos portugueses que viam sua estadia cada vez mais ameaçada. Mesmo assim, eles buscavam a normalidade no dia-a-dia. No entanto, as cenas de violência tornavam-se mais constante como a descrita:

Dois homens usando uniformes com distintivos do exército da UNITA carregavam nos ombros um tronco de árvore, reto e grosso. Riam tão alto que seu júbilo era audível apesar do estrondo da multidão. Vi nitidamente a perfeita arcada dentária de um e os dentes se acotovelando para conseguir espaço na boca do outro. Suspenso no mastro e com os pés e as mãos amarrados com cordas estava um homem gemendo, o corpo arqueado, a barriga virada para baixo, o dorso para cima. Sangrava abundantemente nas laterais da cabeça e o seu sangue ia sendo pisoteado pela multidão que cortejava aquela crueldade. Suas orelhas amputadas eram exibidas como troféu, alfinetadas nos quepes ensanguentados dos dois homens que o carregavam (BRAGA, 2009, p. 84).

Observa Dulce que, com o isolamento das famílias em suas casas ou nas fazendas, a única forma de informação estava na rádio. Ela que levava as notícias da guerra à população, noticiava onde os movimentos estavam mais sangrentos, o avanço das tropas. Em **Angola, Terra Prometida**, Ana Sofia Fonseca destaca que “a rádio é o principal meio de comunicação, chega onde os jornais nem pensam em chegar e à massa humana que a imprensa jamais

consegue seduzir – a população analfabeta” (FONSECA, 2011, p. 253). Além da rádio, as notícias corriam de boca em boca, contudo, tornavam-se difíceis de confirmar a veracidade dos fatos. Durante um momento de enfrentamento dos grupos, a rádio é bombardeada destruindo o único meio de informação disponível. O mundo começava a ficar de pernas para o ar, “a guerra que chegava e me arrastava de carona”, afirma Dulce (BRAGA, 2009, p. 108). Ainda complementa que aprendia a viver em meio ao caos gerado pela guerra, com as suas novas regras: “A primeira: sobreviver; a segunda: não programar nada com antecedência, pois a cada minuto tudo podia mudar completamente de lugar e o roteiro tinha que ser reescrito” (BRAGA, 2009, p. 108). Em sua pesquisa jornalística, Garcia destaca que “perante a ocupação das casas, as ameaças à integridade física e os confrontos diários que se registraram em todo território angolano desde o início do processo de descolonização, só lhes restavam uma saída: fugir” (GARCIA, 2011, p. 9).

O roteiro que se traçava agora era a fuga para Luanda, pois de lá poderia sair do país com segurança. Dulce relata que “dominava-me a sensação esquisita, de que toda a nossa vida familiar resumira-se no ardiloso e secreto planejamento da partida” (BRAGA, 2009, p. 130). O que lhe restava naquele momento eram as lembranças daqueles tempos felizes na fazenda de Nharêa. Dulce “pensava quanto era preferível ter partes do corpo esfoladas por brincadeiras com os meus primos, a estar vivendo dias tão sombriamente ameaçadores” (BRAGA, 2009, p. 123). Ao arrumar a bagagem para fuga, ela selecionava os poucos objetos que poderia carregar, bem como selecionar as memórias daqueles tempos.

Antes de abandonar a terra, queria vê-la por uma última vez. A princípio era uma despedida temporária, mas a sensação que o retorno não seria mais possível começava a ocupar o seu lugar dentro dela.

Na varanda da frente da casa, olhando o maravilhoso cenário africano, eu tentava enraizar em mim a certeza de que veria mais um magnífico ocaso, embora me toldasse a sensação de que o sol se escondia para sempre. Desejei segurar com as mãos a fulgurante bola vermelho-alaranjada que se esgueirava para baixo do imenso tapete do horizonte.

Queria sentir o cheiro da terra, sorver o máximo de ar, registrar para sempre as imagens e absorver tudo o que me rodeava. Até coisas de que não gostava, de repente não me pareceram tão ruins. Sentia meu coração flutuar aflito como um balão à deriva no céu (BRAGA, 2009, p. 141).

No entanto, após a última refeição na fazenda, os planos de fuga foram discutidos ao redor da mesa, uma atmosfera de tristeza e ansiedade invade o ambiente devido aos acontecimentos que estariam reservados para aquela madrugada. O que lhes restavam, era as

preces, conforme o pai de Dulce ordenou: “Vamos fazer uma oração e pedir a Deus que tudo corra bem amanhã” (BRAGA, 2009, p. 143). A menina Dulce percebia que, assim como seu país, seu lar aos poucos se desmantelava. Ainda de madrugada, abandonaram a fazenda e “em poucos minutos estávamos fora da vila, na descida para a ponte do rio Duruma” (BRAGA, 2009, p. 146). É nesse momento que Dulce percebe que o retorno não será mais possível, que nem ela, nem sua família se reuniriam novamente na fazenda de Nharêa:

Foi nesse momento que senti pela primeira vez que a quase certeza de que não era uma saída temporária e de que não haveria volta. Não passaríamos mais férias na Nharêa e não mais veria o pôr-do-sol da sacada, de que nada mais seria como sempre tinha sido. Nunca mais abriria a porta do meu quarto para gozar do prazer da privacidade. Essa efervescente e explosiva mistura de percepções fazia com que, em contraposição às lágrimas mornas que rolavam pelo meu rosto, eu começasse a sentir uma forte sensação pruriente de raiva no punho cerrado que lacrava a chave do meu quarto na palma suarenta e gelada da mão.

Assim que ouvi o primeiro toc-toc assinalando a passagem pela ponte, me joguei por cima de Maria e de minha mãe e arremessei com toda força, a chave pela janela aberta do carro.

– O que é isso? O que jogaste no rio, Dulce? – Exclamou minha atônita mãe.  
– A chave do meu quarto, mamã (BRAGA, 2009, p. 147).

Por uma questão de segurança, Dulce foi enviada de avião para Luanda juntamente com sua tia Deolinda. O restante da família iria se reunir alguns dias depois, para assim todos irem para Portugal. Seu pai se preocupava com os “casos de meninas arrancadas de suas famílias e levadas pelas tropas da UNITA” (BRAGA, 2009, p. 158). A preocupação e as incertezas daquilo que estariam por vir ao raiar do dia fez com que “durante a noite, os pesadelos se sucederam em velocidade, intensidade e variedade assustadoras” (BRAGA, 2009, p. 160) de tal forma que Dulce desejasse a chegada do dia, mesmo sabendo que isso representaria a separação com seus pais.

A chegada em Luanda fez efervescer as lembranças das últimas férias em África. Essas perfeitas lembranças, como a própria Dulce afirma, são interrompidas pelos barulhos de tiros e explosões que se ouvia ao longe de Luanda. Porém, suas preocupações com a segurança eram amenas, como “havia dito que em Luanda ninguém corria risco de morte!” (BRAGA, 2009, p. 165). Apesar das ameaças e a violência serem menores na capital, Luanda sofria com a falta de abastecimento de água e alimentos que não conseguiam chegar do interior, as comunicações já não funcionavam mais. Os poucos alimentos que ainda se encontravam à venda vinham de poucos navio e aviões que conseguiam aportar. A capital estava cercada por forças da MPLA que impediam que os exércitos da UNITA e da FNLA ocupassem o centro administrativo do

país. Ainda que a capital estivesse desabastecida e não oferecesse infraestrutura à população, observava-se que “estava inchada de refugiados que, como nós, buscavam segurança e também estavam à procura de comida” (BRAGA, 2009, p. 168). Luanda representava uma das rotas de fuga mais seguras do país.

O reencontro com o restante da família duraria mais que os dois dias planejados. Enquanto isso, isoladas em Luanda, Dulce e Tia Deolinda aguardavam aflitas as notícias que não chegavam. Para elas, “os dias que se seguiram foram de puro terror. Estariam vivos? Em liberdade? O avião teria caído?” (BRAGA, 2009, p. 175). Em busca de informações, foram ao aeroporto, mas descobriram que o avião fretado por sua família não decolou da fazenda e a empresa não conseguia manter contato. Ademais, observavam que a situação delas não era tão diferente daquela quantidade de pessoas que ocupavam os corredores do aeroporto procurando uma maneira de fugir de Angola. Garcia ressalta que “o aeroporto de Luanda estava a rebentar pelas costuras e revelara uma manifesta incapacidade de evacuar os milhares de deslocados que lá se amontoavam à espera de repatriamento. A capital atingira o limite” (GARCIA, 2011, p. 87). Desse modo, a imagem que Dulce nos transmite corrobora as palavras de Garcia:

O aeroporto de Luanda estava sempre apinhado de pessoas. Vagávamos no meio delas sem destino. Éramos duas mulheres vivendo um pesadelo compartilhado. Malas, caixas, crianças, pais, avós, brancos negros entupiam cada mínimo espaço do aeroporto. Gente deitada no chão ou por cima das malas, sentada nas escadas, encostadas aos balcões. Gente comendo em qualquer canto. Crianças deitadas no chão vigiadas por adultos impedidos de ações providências. Chefes de famílias encostadas às paredes, de pé, tentando debalde manter firme a dignidade. Mulheres sentadas por todos os lados com crianças dormindo em seus colos. E muitos, muitos pares de olhos adultos com a mesma expressão perdida e incrédula. Negros, mestiços, mulatos e principalmente brancos, ricos e pobres, todos querendo sair de Angola. Em cada rosto, em cada olhar o desejo comum de sobrevivência (BRAGA, 2009, p. 175).

Após um longo período de terror, o reencontro acontece quase quinze dias depois da data inicial. Como a impossibilidade de o avião levantar voo, a família foi obrigada a viajar pelas estradas que estavam ocupadas pelos exércitos da UNITA. Em meio à tentativa de autorização para a travessia com as tropas do exército, o pai de Dulce reencontra com um menino que vira crescer dentro da sua casa e tornara-se um homem de olhar frio. Ao perceber que aquele menino que conhecera na infância havia desaparecido, seu pai concluiu que “a guerra muda qualquer ser humano em assassino. Arquiva os escrúpulos em qualquer baú. Sem remorsos” (BRAGA, 2009, p. 192). Após a narrativa das intempéries do caminho até a chegada em Luanda, Dulce observa que seu pai já não era mais o mesmo:

Era a imagem do orgulho despedaçado e ferido. O espírito violento da guerra estava aos poucos enterrando suas garras no vitorioso comandante cheio de iniciativa e deixava-o com o aspecto de um espectro cansado, sem energia para lutar não apenas pela sua, mas pela sobrevivência de dez pessoas, que dependiam de suas decisões. Ele não podia errar e isso certamente o cansava. Era preciso que continuássemos vivos... (BRAGA, 2009, p. 195).

Após o reencontro de toda a família, era preciso planejar uma forma de sair de Angola. A violência generalizava-se ainda mais com a proximidade da data escolhida para a proclamação da independência. A escassez de água e mantimentos aumentavam a cada dia. Relatos que os rios estavam tomados por corpos boiando. Já não se havia mais gás para cozinhar e improvisavam-se fogões a lenha para cozer o pouco de alimentos que encontravam. No entanto, “ninguém em casa ousava rotular a saída de Angola como definitiva, embora o fato se evidenciasse cada vez mais concreto” (BRAGA, 2009, p. 217). O caos havia sido instalado em toda a cidade. As casas abandonadas agora eram invadidas e saqueadas pelos exércitos que estavam, também, em busca de comida e se apropriavam dos bens dos portugueses. Dulce afirma e se questiona que “ao ouvir ou testemunhar essas violações, minha mente vagueava pela Nharê, pela nossa casa e pelo meu quarto. Teria sido invadido, saqueado?” (BRAGA, 2009, p. 217).

Do reencontro com a família até a saída definitiva de Angola passara-se quase um mês. O voo RG61, que trouxe a família para o Brasil, só foi possível com a intervenção de alguns parentes junto ao governo brasileiro que disponibilizara os aviões para socorrer aquelas pessoas. Dulce destaca que “o conforto e o aconchego que o voo trazia, ao me afastar dos tiros, da fome, da sede, do medo, da angústia e da morte pairando como eterna ameaça, era contestado pela tristeza angustiosa quando pensava que me distanciava de Pedro” (BRAGA, 2009, p. 219).

O período que se seguiu após a chegada ao Brasil foi de adaptação e recomeço para Dulce e sua família. Angola tornava-se uma história que ela desejava ocultar uma vez que tinha a consciência que “não mais haveria encontros naquela Angola de sonhos dourados que forçadamente se condensaria numa lembrança magoadá” (BRAGA, 2009, p. 219). Nessa tentativa de fuga de seu passado, Dulce se reinventa conscientemente e afirma:

Quando a lógica do raciocínio finalmente pôde explicar o ocorrido com Angola e comigo, as chagas já eram profundas demais. Para que não as catucassem e sem que tivesse consciência disso, fui perdendo rapidamente o meu sotaque. Escapando da armadilha da fala, tratei igualmente de encerrar num escaninho secreto, a Dulce dos zero aos dezessete anos. Com o sotaque, soterei lembranças, vivências, palavras em umbundo, sabores, amizades e um amor. Nada podia ficar de fora nessa exclusão, pois um elemento puxaria outro.

Foi um processo tão marcante que, ao final de um ano, salvo algumas escorregadelas que acontecem até hoje, ninguém mais percebia que eu era estrangeira. Pronto, voilá, uma nova Dulce tinha nascido! (BRAGA, 2009, p. 226).

Contudo, essa Dulce reinventada precisava se reencontra com a menina que vivera em Angola. Essa obra foi a forma que encontrou para “o exorcismo de meus fantasmas” (BRAGA, 2009, p. 232), afirma Dulce. Observa-se que além de suas angústias, dos sofrimentos que a narradora passou, ela testemunhou os acontecimentos durante o período de descolonização em Angola, não como uma expectadora, uma observadora fora dos acontecimentos. Ela viveu e sofreu com todos eles. Seu testemunho, apesar de adormecido por muito tempo, é mais uma das vozes que ressurgem para contar sobre esses eventos que encontram-se escondidos entre os silêncios da história. Que apesar das “acres circunstâncias” (BRAGA, 2009, p. 232) essas memórias possam compartilhar as experiências, as vivências com outras pessoas cujas trajetórias são bastante parecidas.

### 3.3.3 Onde os caminhos se cruzam

As obras **Caderno de memórias coloniais** e **Sabor de Maboque** apresentam uma visão subjetiva da formação das sociedades moçambicanas e angolanas, respectivamente, bem como os momentos que antecederam a fuga das colônias. Para as autoras, mais do que narrar uma história de vida, suas obras representam uma forma de expurgar lembranças e memórias que permaneciam empoeiradas com o tempo. Elas são uma prestação de contas com esse passado. Braga quer saldar as dívidas com a menina que ficara esquecida antes da chegada ao Brasil; Figueiredo liberta-se da figura opressora de seu pai e presta uma homenagem a ele neste Caderno.

Enquanto gênero autobiográfico, elas se enquadram na definição de Jeannelle (2013) como obras de memórias, narrativa a qual “um indivíduo se conta em sua condição histórica e visa menos o conhecimento de si que a concordância de seus contemporâneos ou de seus sucessores sobre a representatividade histórica e a retidão de seu percurso de vida” (JEANNELLE, 2013, p. 71).

As autoras cresceram em países onde a política colonial era fortemente marcada pela repressão e que resultaria num processo de libertação baseado na luta armada e na instauração da violência contra o opressor. Nesse caminho entre as memórias dessa fase da vida, “relembrar nunca é um ato tranquilo de introspecção ou retrospectão. É doloroso re-lembrar, uma



regressão do passado desmembrado para compreender o trauma do presente” (2008, p. 101), como enfatiza Bhabha.

Desse modo, destaca-se nas obras o caráter testemunhal que apresentam, não apenas como uma narrativa de si ou um relato sobre a história, mas um processo, entre eles, inextricável. Esses testemunhos são produtos da memória traduzidos pela linguagem cuja narrativa do evento/ trauma é organizada a partir de uma dinâmica psíquica delas enquanto sobreviventes. Assim, as autoras estão entre as ruínas, entre os fragmentos dessas memórias de modo que as selecionaram de acordo com o seu desejo de comunicá-las e/ ou as reprimiram, reencenando um passado que para elas, apresenta-se como uma ferida aberta que persiste em não cicatrizar. No entanto, ao verbalizar esse passado, essas memórias, Figueiredo e Braga são capazes de “evocar e até reviver os acontecimentos traumáticos a que esses afetos estão ligados e ab-reagi-los<sup>33</sup>” (LAPLANCHE; PONTIALIS, 1992, p. 60), conforme demonstra a teoria psicanalítica.

Observa-se, ainda, que esses testemunhos proporcionados através do processo de escrita das obras, têm como principal fundamento a catarse daqueles tempos. É através dessa expressão pela palavra, pela linguagem que as autoras encontraram uma maneira de re-apresentar ou re-presentificar aqueles momentos. Uma expurgação ou um entendimento dos fantasmas e dos traumas que persistiam e é, pela linguagem, assim como nas sessões psicanalíticas, que elas pretendem retornar a vida, segundo Seligmann-Silva “o testemunho funciona para [o sobrevivente] como uma ponte para fora da sobrevivência e de entrada (volta) na vida” (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 11).

Além do método catártico que o discurso testemunhal produz, observa-se, também, que esses testemunhos apresentaram uma articulação entre o histórico e a literatura, apesar de possuir uma distância temporal entre o evento e o discurso. Para Seligmann-Silva, o sobrevivente sente um desejo de reconstruir sua história, de se religar a vida, assim, “narrar o trauma, portanto, tem em primeiro lugar este sentido primário de desejo de renascer” (2008, p. 66). Além disso, o testemunho apresentar-se-á, em muitos casos, como um contradiscurso à História oficial, o que desperta no narrador um sentimento de ameaça. Sendo assim, as obras indicam uma história, em muitos casos, distante ou mais áspera daquela que é. Figueiredo não demonstrou um colonialismo suave como os portugueses apregoavam. Braga, por sua vez, não deixou de mostrar como a guerra de independência e a falta de segurança as atingiram física e

---

<sup>33</sup> Descarga emocional pela qual um sujeito se liberta do afeto ligado à recordação de um acontecimento traumático, permitindo assim que ele não se torne ou não continue sendo patogênico (LAPLANCHE; PONTIALIS, 1992, p. 1).

emocionalmente. Essas visões, em muitos casos, não estão presentes apenas em suas memórias, mas fazem parte da experiência de outras pessoas que também enfrentaram os mesmos ou problemas parecidos durante os tempos que precederam o fim do regime colonial em África.

Através desses testemunhos, Figueiredo e Braga enlaçam suas vidas à formação da sociedade colonial. Todavia, ressalta-se que ambas fazem parte de um contexto sócio-histórico bastante específico: suas famílias fazem parte daqueles que instauraram o sistema colonial nesses países. Em alguns casos, apesar de elas possuírem um olhar compadecido com a realidade em que se inserem, não se esquivam do seu papel social naquele contexto. Figueiredo desenvolve uma narrativa no fluxo contrário da história oficial que, em muitos casos, colocaram o colonizador como o grande prejudicado com o fim do regime colonial português. Figueiredo denuncia a violência física e simbólica que os pretos moçambicanos sofreram durante esse período. Por outro lado, Braga mostra como o desmantelamento da política colonial afetou a vida de milhares de portugueses que se viram obrigados a deixar, de repente, suas vidas para trás. A ausência de gêneros de primeira necessidade, como água e comida, não só afetava aos brancos, mas especialmente, aos pretos que eram obrigados a se deslocarem para sobreviverem.

Nestas duas obras, o mito do império português é desfeito e se desfaz na medida em que as colônias ganhavam sua independência política, como as memórias dessas duas escritoras apresentam. Assim como a literatura contribuiu para a criação e a consolidação do grande império português, essa mesma literatura busca, agora, promover uma releitura dessa história entre colonizadores e colonizados, não prevalecendo a história de vencedores ou vencidos, mas que ambas possam ajudar a contribuir para a formação de uma memória e História mais crítica nos países envolvidos. No entanto, não podemos fechar os olhos em prol da criação de uma imagem fantasiosa da história da nação. Nesses encontros entre colonizadores e colonizados, sempre se estabeleceram complexas teias de relações sociais, políticas, culturais e históricas. Dessa forma, conscientes dessas relações, essas obras não se esquivam em demonstrar como esses vínculos foram estabelecidos.

#### 4 O LUGAR DO LUGAR

*Flutuo entre dois continentes que me repelem, nu de raízes, em, em busca de um espaço branco onde ancorar, e que pode ser, por exemplo, a cordilheira estendida do seu corpo, um recôncavo, uma cova qualquer do seu corpo, para deitar, sabe como é, a minha esperança envergonhada.*

(**Os cus de Judas** – António Lobo Antunes)

O excerto torna-se motivador para o início de uma reflexão acerca do lugar como espaço da experiência do sujeito. No fragmento, a personagem encontra-se desenraizado, perdida entre dois espaços em busca de um porto para se ancorar. A imagem criada de um barco sem rumo ilustra a experiência do desenraizamento vivido pelos “retornados” na chegada a Portugal e o sentimento de pertencimento fragmentado causado por essa vivência. Observa-se que a experiência faz parte da construção do lugar, de um *home*<sup>34</sup> para o sujeito. Segundo Eduardo Marandola Jr. (2014), em seu texto “Lugar enquanto circunstancialidade”, “o lugar faz parte do nosso cotidiano e como é a partir dele que nos inserimos no mundo. É pelo lugar que nos identificamos, ou nos lembramos, constituindo assim a base de nossa experiência no mundo” (MARANDOLA Jr., 2014, p. 228). Ao analisar o lugar como um fenômeno, Edward Relph em **Place and Placelessness**, afirma que “lugares são experienciados<sup>35</sup>” (RELPH, 2008, p. xii) e complementa ressaltando que “ser homem é viver em um mundo que está cheio de lugares significativos: ser homem é ter e saber o seu lugar<sup>36</sup>” (RELPH, 2008, p. 1).

Apesar dos dicionários de língua portuguesa registrarem o verbo experienciar como sinônimo do verbo experimentar, acreditamos que experienciar semanticamente apresenta uma conotação mais ligada à vivência, as formas de experienciar a vida e o lugar que o homem ocupa e as experiências que ele tem em seu cotidiano. Segundo um desses dicionários, experiência liga-se ao ato de experimentar, ao conhecimento adquirido ao longo da vida, aos testes, aos ensaios, as experimentações que a vida possibilita, um conhecimento específico adquirido através da prática. Para o geógrafo Yi-Fu Tuan, na obra **Espaço e Lugar** (2013), a perspectiva

<sup>34</sup> Apesar da palavra *home* possuir uma tradução em português (lar, casa), preferimos utilizá-la no original a fim de abranger toda carga semântica tanto das noções geográficas quanto das noções afetivas.

<sup>35</sup> No original: “Places are experienced”.

<sup>36</sup> No original: “to be human is to live in a world that is filled with significant places: to be human is to have and to know your place”.

experencial aborda as diferentes formas a partir da qual o homem é capaz de conhecer e construir a realidade. O geógrafo afirma que “a experiência tem uma conotação de passividade; a palavra sugere o que uma pessoa tem suportado ou sofrido. Um homem ou mulher experiente é a quem tem acontecido muitas coisas” (TUAN, 2013, p. 18).

Oriunda do latim, *experientia*, a palavra é formada por três partes: *ex* (fora), *peri* (limite) e *entia* (ação de conhecer, aprender), que em uma tradução literal da palavra pode ser compreendida como ato de aprender ou conhecer além dos limites. Tuan defende essa visão mais ativa da experiência, diferente das propostas pelos dicionários. É pelas experiências que o homem é capaz de aprender com suas próprias vivências. Para o geógrafo:

Experientiar é aprender; significa atuar sobre o dado e criar a partir dele. O dado não pode ser conhecido em sua essência. O que pode ser conhecido é uma realidade que é constructo da experiência, numa criação de sentimento e pensamento [...]. Para experientiar no sentido ativo, é necessário aventurar-se no desconhecido e experimentar o ilusório e o incerto. Para tornar-se um experto, cumpre arriscar-se a enfrentar os perigos do novo” (TUAN, 2013, p. 18).

Ademais, ele acrescenta que enquanto seres humanos somos compelidos a novas experiências, de maneira que se constituem de sentimentos e pensamentos, formando o que denomina de um *continuum* experencial. Tuan explica que:

O sentimento humano não é uma sucessão de sensações distintas; mais precisamente, a memória e a intuição são capazes de produzir impactos sensoriais no cambiante fluxo da experiência, de modo que poderíamos falar de uma vida do sentimento como falamos de uma vida do pensamento. É uma tendência comum referir-se ao sentimento e pensamento como opostos, um registrando estados subjetivos, o outro reportando-se à realidade objetiva. De fato, estão próximos às duas extremidades de um continuum experencial, e ambos são maneiras de conhecer (TUAN, 2013, p. 19).

Sendo assim, entende-se que sentir e pensar estão intimamente ligados dentro de uma perspectiva de compreensão do mundo. De acordo com Tuan, não se pode negligenciar a parte cognitiva do sentir e ressalta que “a inteligência é necessária à estruturação dos mundos. Do mesmo modo que os atos intelectuais de ver e ouvir, os sentidos do olfato e tato podem ser melhorados com a prática até chegarem a discernir mundos significantes” (TUAN, 2013, p. 19).

Ocupar e compreender o mundo exige do homem, além de noções espaciais, a capacidade de sentir e experientiar esse espaço o qual deseja ocupar. É através da experiência que o homem percebe o mundo a seu redor, desenvolve suas atitudes, constrói e adota valores,

possibilitando, dessa maneira, produzir uma visão de mundo. Assim, esse mundo é explorado e experienciado pelos órgãos do sentido e cada um, a sua maneira, possibilita ao homem diferentes formas de experiência. A partir da prática em usá-los, o homem é capaz de discernir esses mundos de significantes. Segundo Tuan, o ser humano:

Percebe o mundo simultaneamente por meio de todos os sentidos. A informação potencialmente disponível é imensa. No entanto, no dia a dia do homem, é utilizado somente uma pequena porção do seu poder inato para experienciar. O órgão do sentido mais exercitado varia de acordo com o indivíduo e sua cultura. Na sociedade moderna, o homem tem que confiar mais e mais na visão. Para ele, o espaço é limitado e estático, um quadro ou matriz para os objetos. Sem objetos e sem fronteiras, o espaço é vazio. É vazio porque não há nada para ver, embora possa estar cheio de vento (TUAN, 2012, p. 28).

Através das habilidades sensoriais e intelectivas, o homem é capaz de ter experiências nesses espaços. Conforme Tuan, a sinestesia, visão e tato são elementos fundamentais para a compreensão desse espaço e afirma que:

Movimentos tão simples como esticar os braços e as pernas são básicos para que tomemos consciência do espaço. O espaço é experienciado quando há lugar para se mover. Ainda mais, mudando de um lugar para outro, a pessoa adquire um sentido de direção. Para frente e para trás e para os lados são diferenciados pela experiência, isto é, conhecidos subconscientemente no ato de movimentar-se. O espaço assume uma organização coordenada rudimentar centrada no eu, que se move e se direciona (TUAN, 2013, p. 21).

Tuan esclarece também que a percepção de espaço de adultos e crianças variam conforme as experiências que esses possuem acerca desse lugar que ocupam e exploram, assim como pessoas que perderam e adquiriram habilidades sensoriais precisam de tempo para se readaptarem a sua nova realidade. Quanto maior a qualidade dos sentidos e da mentalidade, maior será a capacidade do homem de compreender e de explorar os seus espaços. Ao longo do tempo e das experiências que o homem adquire, ele transforma espaços em lugares repletos de personalidades e completa-os com objetos que mantém e corroboram sua significação. Compreender o mundo requer que o homem seja capaz de identificar esses lugares e objetos além de, simplesmente, estruturas geométricas e arquiteturais. Segundo Tuan, “os objetos e lugares são núcleos de valor. Atraem ou repelem em graus variados de nuances. Preocupar-se com eles mesmos momentaneamente é reconhecer a sua realidade e valor” (TUAN, 2013, p. 19). Contudo, ele destaca que por mais que sejamos familiarizados com um lugar, devemos ser capazes de observá-lo e compreendê-lo com um olhar exterior, de modo a refletir sobre a nossa

experiência, do mesmo modo que a falta de um olhar interno sobre o espaço produz uma visão simplista sobre ele. Nas palavras do geógrafo:

Quando residimos por muito tempo em determinado lugar, podemos conhecê-lo intimamente, porém a sua imagem pode não ser nítida, a menos que possamos também vê-lo de fora e pensemos em nossa experiência. A outro lugar pode faltar o peso da realidade porque o conhecemos apenas de fora – através dos olhos de turistas e da leitura de um guia turístico. É uma característica da espécie humana, produtora de símbolos, que seus membros possam apegar-se apaixonadamente a lugares de grande tamanho, como a nação-estado, dos quais eles só podem ter uma experiência direta limitada (TUAN, 2013, p. 29).

Dentro dessa perspectiva do experienciar os espaços e transformá-los em lugares repletos de significação, abordaremos a temática dos “retornados” a partir da construção e da fragmentação desses lugares ocasionados pela migração voluntária à África e o retorno forçado a Portugal, na segunda metade do século XX, com o fim do período colonial naquele continente. Desse modo, este capítulo desenvolver-se-á em três etapas. A primeira abordará a construção do espaço como um território com uma proposta política e da formação do estado-nação dentro de fronteiras arbitrariamente impostas. Em um segundo momento, analisaremos a transformação do espaço em lugares de significação, onde a noção de pertencimento e enraizamento contribuem para essa formação, assim como as experiências contribuem para a compreensão desses lugares. Por último, como o homem constrói seu *home* dentro do lugar que ele ocupa e como movimentos traumáticos, como o “retorno”, contribuem para a desestruturação da noção de *home* e de pertencimento. Ao longo de cada segmento, as obras literárias adotadas exemplificarão as discussões teóricas levantadas.

#### 4.1 A CONSTRUÇÃO DOS TERRITÓRIOS E OS PROCESSOS DE DESTERRITORIALIZAÇÃO

A história da humanidade é marcada pela tentativa de exploração e de ocupação de diferentes territórios. Os processos migratórios dos primeiros tempos, baseados na busca por alimentos e água, deram espaço a formas mais agressivas de exploração dessas terras, assim como, os processos de dominação e imposição de poder sobre os povos que já ocupavam determinados espaços. No entanto, além dos movimentos humanos pela sobrevivência e de dominação, há aqueles deslocamentos que impelem os indivíduos a abandonar seus lugares por práticas de exílio ou refúgio devido a guerras ou a problemas políticos.

Dicionarizada como “extensão de terra sobre a qual vive um grupo humano e “a qual se exerce uma autoridade” (BECHARA, 2011, p. 1232), a palavra “território” tem seu significado revisto e/ ou ampliado a partir dos anos de 1950-1960. Marcos Aurélio Saquet, em **Abordagens e concepções de território** (2013), ressalta a complexidade do conceito tem levado a mudanças da concepção do termo e em seus principais componentes. Segundo o geógrafo, essa transformação é o “produto de mudanças que ocorrem na filosofia, em ciências sociais e no *real*, simultânea e reciprocamente” (SAQUET, 2013, p. 13). Ele completa afirmando que o território deve ser analisado entre o ser e o pensar, que apesar de distintos, apresentam “uma unidade entre ambos, que é historicamente determinada” (SAQUET, 2013, p. 13) e a separação entre as dimensões sociais (econômicas, políticas, etc.) e as dimensões culturais para compreender os territórios são meramente didáticas.

Explica Robert Sack, em **Territorialidade humana** (1986), que os territórios são constructos humanos com o objetivo de controlar as pessoas e as relações que surgem dentro dessas áreas geográficas. Destaca que essa relação de poder exercida através do território, a qual denomina-se territorialidade, possui dimensões humanas, diferentemente da territorialidade apresentada pelos outros animais que se baseia no instinto. Para nós, a territorialidade “é uma estratégia humana para afetar, influenciar e controlar” (SACK, 1986, p. 3).

É a partir do uso do poder existente na construção da territorialidade que, segundo Sack, o homem transforma áreas geográficas em territórios, desde que por meio das delimitações de fronteiras, essas sejam “usadas por alguma autoridade para moldar, influenciar ou controlar atividades” (SACK, 1986, p. 23). Enfatiza também que “o território pode ser usado para conter ou restringir, bem como para excluir” (SACK, 1986, p. 23). Essas relações espaciais humanas são determinadas pelo poder exercido por grupos que delimitam os territórios, dessa maneira, cada sociedade possui seus conceitos e as suas formas de organização geográficas diferentes. Sendo assim, conforme as sociedades se transformam, as relações espaciais e seus significados também se modificam. Sack afirma que nos tempos atuais, especialmente, as relações sociais são determinadas pela territorialidade.

Sack (1986) ainda destaca que há três faces a serem observadas acerca da territorialidade, as quais contribuem para a construção do território: a classificação por área, a comunicação por fronteira e as estratégias de reforço ou controle. De certo modo, pode-se concluir que “o ato de conceber, descrever e medir distâncias é uma questão de construção social” (SACK, 1986, p. 38). Sendo assim, só há a territorialidade, “a menos que haja uma

tentativa de indivíduos ou grupos em afetar as interações de outros” (SACK, 1986, p. 38). Logo, percebe-se que o uso da territorialidade para controle do espaço é um ato consciente.

Diante dessa perspectiva, nota-se que o comportamento humano é baseado no contexto sócio-histórico ao qual está inserido e, especialmente, a partir das hierarquias presentes nas organizações territoriais. Sack exemplifica que os “indivíduos moram em cidades, que estão em estados, que estão em nações” (SACK, 1986, p. 44). Essas organizações, ressalta o geógrafo, são responsáveis não só pela localização dos indivíduos no espaço, mas atuam “determinando tarefas ou responsabilidades para os diferentes níveis territoriais, pode-se tornar uma estratégia política geral” (SACK, 1986, p. 44). Assim, a territorialidade é usada como ferramenta para o controle do conhecimento e das responsabilidades do/ sobre território.

Marcada por formas de poder, a territorialidade baseia-se em “quem está controlando quem e para quê propósitos” (SACK, 1986, p. 72), estando presente em todas as sociedades. Percebe-se que diante dessa imposição de poder, surgem fronteiras territoriais que são usadas de forma deliberada para dividir, subjugar ou conquistar outras comunidades. As fronteiras apresentam-se como estratégia de controle do território. Sack afirma que “as fronteiras nunca foram delimitadas tão acuradamente como elas são agora” (SACK, 1986, p. 94), visto que as técnicas de mapeamento e pesquisa foram bastante desenvolvidas, assim como no século XV, as técnicas cartográficas e as pinturas foram de extrema importância para a expansão e a concretização do sistema espacial. Além disso, afirma o geógrafo que o uso territorialidade como forma de controle sempre foi empregada assimetricamente e respeitando as hierarquias de poder.

Antes da Era Moderna, os imperadores já utilizavam formas de controle do povo dentro dos territórios e que apesar dessa população estar territorialmente definida, apresentava-se socialmente diversa. Atualmente, o uso do território, “é baseado principalmente em uma autoridade política suficiente ou poder para ligar as dinâmicas do Capitalismo, para ajudar repetidamente a mover, moldar e a controlar a organização espacial humana em escalas vastas” (SACK, 1986, p. 108). Destaca-se hoje que as práticas de domínio e controle territorial são marcadas pelo grau e pela intensidade que apresentam, de modo que “o território se torna conceituadamente e até mesmo realmente esvaziável<sup>37</sup> e isto apresenta o espaço como uma superfície real e esvaziável ou estágio no qual os eventos ocorrem” (SACK, 1986, p. 108).

O final do século XIX marca a consolidação dos efeitos territoriais modernos que enfatizavam, cada vez mais, a capacidade de “esvaziar o espaço conceituadamente e usar a

---

<sup>37</sup> O conceito de território esvaziável, segundo Sack, refere-se ao território “desprovido de artefatos de valor social ou econômico ou coisas que tendem a ser controladas” (SACK, 1986, p. 43).



territorialidade para criar relações impessoais nas estruturas burocráticas complexas” (SACK, 1986, p. 200). No entanto, observa-se, já no século XX, algumas diferenças nas manifestações de territorialidade. As perspectivas econômicas atuam intensamente na formação de novas comunidades e no papel que o território exerce sobre as relações pessoais. O autor afirma que “a expansão e intensificação do Capitalismo fez os efeitos territoriais modernos de espaço vazio conceituadamente e de burocracia impessoal serem ainda mais uma parte integrante do ambiente geográfico” (SACK, 1986, p. 201). Saquet (2013) afirma que, com a expansão do capitalismo, “há modernos efeitos territoriais, como a mobilidade geográfica do capital, do trabalho e da comunicação, e como o incremento de relações impessoais. Política e economia, nesse movimento, interligam-se, sendo que o Estado está a serviço dos agentes do capital” (SAQUET, 2013, p. 85).

Além disso, a subdivisão do Estado em territórios governamentais locais, divide e fragmenta a consciência da classe trabalhadora, de maneira que “as pessoas podem formar alianças com seus vizinhos e distritos, ao invés de que com suas classes” (SACK, 1986, p. 215). Desse modo, desvia-se o olhar dos embates entre o trabalho e o capital, destacando os conflitos entre esses territórios locais. Saquet explica que “este papel passivo dos territórios locais é ideologicamente justificado como encantador de nossa liberdade de escolha e movimento; o território se torna uma ferramenta dos ricos para explorar as massas” (SAQUET, 2013, p. 85).

Apesar dessa fragmentação dentro dos territórios, observa-se que estes emergem como Estados-Nação, com o objetivo de estabelecer uma existência legal para os indivíduos que compõem esse território nacional. Rogério Haesbaert, em **O mito da desterritorialização** (2007), ressalta essa funcionalidade do Estado-Nação e afirma que ele “surge para promover tanto uma territorialidade, no sentido de controle e acesso, quanto no sentido de classificação e mesmo nomear as pessoas conforme seu lugar de nascimento” (HAESBAERT, 2007, p. 89), como defendeu Sack. Ademais, nota-se que o sistema de Estados-Nação está baseado nas fronteiras estabelecidas e no reconhecimento dessas. O controle desses limites marca a existência da soberania e se reafirma na reciprocidade entre os Estados.

Seguindo ainda o pensamento de Sack da formação do território como uma questão de construção social, cuja finalidade é afetar, influenciar e controlar o Outro e as fronteiras como forma de auxílio desse controle, o geógrafo francês Claude Raffestin publica **Por uma Geografia do poder** (1993), obra na qual considera que as relações de poder que constituem os territórios são, também, responsáveis pela formação da população.

Ao afirmar o território como resultado de uma ação do homem, o geógrafo assinala o protagonismo desse homem na transformação de espaço em território. Portanto, o espaço é

anterior a qualquer ação de transformação do homem. Desse modo, o autor explica que “o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144). Além disso, o geógrafo revela que sendo o território uma produção a partir do espaço, existe um campo de poder nessa construção<sup>38</sup>, assim, complementa que:

Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle, portanto, mesmo se isso permanecer nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Diante dessa compreensão do território como constructo social, mediado pelas relações de poder e pela interação entre o homem e o espaço, dentro de uma dimensão temporal, algumas questões devem ser colocadas a partir das obras analisadas. Elas apresentam a constituição desses territórios em África, fortemente marcada pela relação de poder, especialmente, a partir da subjugação dos povos que lá se encontravam. Em **Caderno de memórias coloniais** (FIGUEIREDO, 2009), a narradora-personagem apresenta como a sociedade era dividida entre brancos e negros, sendo os negros demarcados como a alteridade passível de correção com poucos ou quase nenhum direito e espaço dentro desse território construído em Moçambique:

O negro estava abaixo de tudo. Não tinha direitos. Teria os da caridade, e se a merecesse. Se fosse humilde.

Esta era a ordem natural e inquestionável das relações: preto servia o branco, e o branco mandava no preto. Para mandar, já lá estava o meu pai; chegava de bancos!

Além de mais, empregados brancos traziam vícios; um negro, por mais vícios que ganhasse, havia sempre formas de lhos tirar do corpo (FIGUEIREDO, 2011, p. 24).

Embora fossem colônias diferentes, Moçambique e Angola apresentavam os mesmos princípios de construção territorial, oriunda do mesmo país colonialista, Portugal, que excluía os povos autóctones e os subjugavam, principalmente pela cor da pele. Além disso, a

---

<sup>38</sup> Benedict Anderson, em sua obra **Comunidades Imaginadas** desconstrói a definição essencial de nação como seus elementos estáveis e naturais e afasta a versão de controle absoluto dos governos na formação do Estado-nação. A professora Lilia Moritz Schwarcz sintetiza o pensamento de Anderson que “mostrou de que maneira a nação é ... uma comunidade política imaginada; quase uma questão de parentesco ou religião. [...] Não há, portanto, comunidades ‘verdadeiras’, pois qualquer uma sempre é imaginada e não se legitima pela oposição falsidade/autenticidade. Na verdade, o que as distingue é o ‘estilo’ como são imaginadas e o recurso de que lançam mão” (SCHWARCZ, 2008, pp. 11-12).”

estereotipação que o nativo apresentava na visão do colono, era um fator da materialização do direito de posse daquele território. Em **O retorno** (CARDOSO, 2012), o narrador apresenta as características que representam a população subjugada e explica sua posição dentro do sistema territorial instituído.

Disse o pai quando Malaquias a levou [a Dodge], de qualquer maneira o Malaquias estava contente, era dono de qualquer coisa, o problema é que eles não têm cabeça, eles são os pretos, os que conhecemos e os que não conhecemos. Os pretos. A não ser que se queira explicar o que são, aí o preto, o preto é preguiçoso, gostam de estar ao sol como os lagartos, o preto é arrogante, se caminham de cabeça baixa é só para não olharem para nós, o preto é burro, não entendem o que se lhe diz, o preto é abusador, se lhes damos a mão querem logo o braço, o preto é ingrato, por muito que lhes façamos nunca estão contentes, podia-se estar horar a falar do preto mas os brancos não gostavam de perder tempo com isso, bastava dizer, é preto e já se sabe do que a casa gasta (CARDOSO, 2012, p. 25).

Marcelo Lopes de Souza define território, em seu artigo “O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento”, como “fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2000, p. 78), que corrobora como os pensamentos de Raffestin (1993) e Sack (1986). O fim do período Salazarista e Marcelista em Portugal, também pôs fim ao período colonial em África portuguesa, o que trouxe uma nova reorganização do sistema territorial, a qual os negros se apoderaram das direções políticas e administrativas do país. Em **Os Retornados** (MAGALHÃES, 2013), o narrador apresenta que a violência estava presente nesse processo de reconfiguração e que os novos “senhores” do território se preocupavam com a manutenção do poder ao invés de estabelecer a ordem.

A guerra estava instalada, vigorava o recolher obrigatório e pelos vistos nem lá em cima se podia andar. Os disparos de armas lembravam a tripulação que tinha chegado a uma país em guerra e tudo o que fosse sinal do país colonialista não era bem acolhido. [...] Agora os novos “senhores” daquele espaço dificultavam como podiam a vida das pessoas. Tinham ordens para “desimpedir” o aeroporto de gente e por isso só facilitavam mesmo a saída para pista. A entrada não era acessível a todos (MAGALHÃES, 2013, p. 64-65).

Além disso, as mudanças de perspectivas políticas com o fim do período colonial transformaram antigos grupos de oposição ao sistema em partidos políticos que disputavam o poder nas colônias. Em **Sabor de Maboque** (BRAGA, 2009), a narradora-personagem explica essa transformação:

O terrorismo nas colônias, havia sido substituído por movimentos de libertação, cujos membros adormeceram no dia 25 de abril como famigerados executores de carnificinas e acordaram no dia 26 como membros de partidos políticos. E eles tinham nomes. Em Angola eram três e se chamavam UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), com antigos comandantes que atendiam pelo nome de Jonas Savimbi, Agostinho Neto e Holden Roberto, respectivamente (BRAGA, 2009, p. 27).

Reafirmando os pensamentos de Sack (1986) e Raffestin (1993) quanto ao território como espaço ocupado por grupo social que consideram os atributos naturais e sociais constituídos, Souza afirma que essa “ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria ligada aos atributos do espaço concreto” (SOUZA, 2000, p. 84). Desse modo, para Mário, pai do narrador em **O retorno**, os vínculos estabelecidos com a território estão ligados aos meios de produção econômica, assim, vê o território como aquele que lhe dá o sustento. Como o narrador afirma: “um homem pertence ao sítio que lhe dá de comer a não ser que tenha um coração ingrato, era assim que o pai respondia quando lhe perguntavam sobre a metrópole” (CARDOSO, 2012, p. 11). Semelhante ao pensamento da personagem, a família de Braga, em **Sabor de Maboque**, acreditava que Angola era sua pátria uma vez que ela promovia o seu sustento. Como revela a narradora: “Mas a Joia do Império Português como era chamada Angola, era a nossa pátria e, como angolanos, ali tínhamos quase todos os negócios. Na África ganhávamos e na África continuávamos investindo” (BRAGA, 2009, p. 136).

Por outro lado, Magalhães, em **Os retornados**, apresenta um vínculo com o território ligado ao lado afetivo, difícil de ser abandonado e que representa um corte emocional profundo com a necessidade da fuga do território devido a guerra civil pós-independência. A personagem Irene, recusa-se a deixar o seu lugar como: “– Não quero sair daqui. Eu sou de cá, eles não vão me fazer mal. Tenho aqui minhas coisas, tenho aqui tudo, tenho aqui a minha vida” (MAGALHÃES, 2013, p. 77). Da mesma forma que Figueiredo, em **Caderno de memórias coloniais**, ao conscientizar-se do não retorno à África com a partida para Portugal, afirma que “minha terra havia de ser uma história, uma língua, uma ideia miscigenada de qualquer coisa de cultura e memória, um não pertencer a nada e nem a ninguém por muito tempo” (FIGUEIREDO, 2011, p. 87). Ao abandonar do território com o qual estabelecem um relacionamento, as duas personagens buscam formas de manter-se conectadas a ele. Figueiredo se territorializou a partir do seu corpo: “O meu corpo tornou-se devagar a minha terra.

Materializei-me nela, e todos os dias voltava ao anoitecer à minha terra, e dela saía de manhã” (FIGUEIREDO, 2011, p. 87). Contrariamente, Braga, ao deixar Angola e aportar no Brasil, logo consegue abandonar todo o sofrimento dos últimos tempos em África e afirma que: “encapsular meus primeiros dezessete anos de existência foi uma solução pragmática para enfrentar novas e desafiantes situações, que me induziram a perder o sotaque de Portugal em menos de um ano, o que evitava perguntas sobre a minha origem” (BRAGA, 2009, p. 18-19).

Observa-se que, na construção dos territórios, eles apresentam uma representação conforme os princípios norteadores dos grupos que assumem o poder, de tal maneira que as relações sociais apresentadas no seio da sociedade são, em grande parte, projetadas em um espaço concreto. Essa representação dentro de um contexto colonial, como é demonstrado pelas obras analisadas, funciona como uma via de mão dupla. A chegada dos colonos portugueses em África é marcada por uma projeção do território, muitas vezes apresentada como a terra da liberdade e da sensualidade, como no excerto: “era África, inflamante África, sensualidade e livre. Sentia-se crescer por debaixo dos pés. Era vermelha. Cheirava a terra molhada, a terra mexida, a terra queimada, e cheirava sempre” (FIGUEIREDO, 2011, p. 34). Ora o território era idealizado como o símbolo da prosperidade, o que fazia de “Angola uma país apetecível e com um futuro que o poderia colocar próximo das grandes potências mundiais” (MAGALHÃES, 2013, p. 102); ora, a metrópole, Portugal, era idealizada da mesma forma, como mostra o narrador de **O retorno**: “mas a metrópole há cerejas. Cerejas grandes e luzidas que as raparigas põem nas orelhas a fazer de brincos. Raparigas bonitas como só as da metrópole podem ser” (CARDOSO, 2012, p. 7).

A territorialidade é usada dentro do sistema de representação para delimitar o território físico, também usado para estabelecer as fronteiras simbólicas que separam brancos e negros e representam a construção da alteridade dentro das colônias. Embora essas linhas, muitas vezes, não sejam visíveis, observa-se sua presença dentro desse contexto, como demonstra Figueiredo no seguinte fragmento:

Não estava escrito em lado algum que os negros não tinham acesso normal à plateia ou ao balcão, mas raramente os vi ocupar essas zonas. Havia um entendimento tácito, não um acordo: os negros sabiam que lhes cabia sentarem-se à frente, nos bancos de pau: os brancos esperavam que a petralhada se juntasse toda à frente, a falar aquela língua lá deles olhando para trás a cobiçar a mulher do branco, mas devidamente sentados no banco que lhes pertencia (FIGUEIREDO, 2011, p. 46).

Do outro lado dessa questão, o “retorno” a Portugal marca também a transposição não só das fronteiras físicas entre a África e a Europa, como o cruzamento das fronteiras simbólicas que separavam os portugueses da Europa e os portugueses de África. Novamente, percebe-se a criação das fronteiras de alteridade, um modo de separar, classificar e controlar aqueles que “retornavam”. Essa fronteira estabelecida “é manipulada como instrumento para comunicar uma ideologia” (RAFFESTIN, 1993, p. 166). Desse modo, considerados como portugueses de segunda, os moradores das colônias ao aportarem em Portugal são vítimas de hostilidades, visto que passam a ocupar o território que não lhes pertenciam. Em diferentes esferas sociais e familiares, os retornados sofreram com o preconceito e com a violência simbólica, como mostra o narrador de **O retorno**: “Os de cá chamam-nos de entornados para gozar conosco, foram entornados cá, devem pensar que tem graça. Os retornados bem podem andar com cartazes nas manifestações que não vai adiantar nada” (CARDOSO, 2013, p. 128). Ou como mostra-nos Figueiredo neste excerto: “Em Portugal, habituei-me cedo a ser alvo de troça ou de ridículo, por ser retornada ou por me vestir de vermelho ou lilás” (FIGUEIREDO, 2011, p. 119).

A transposição do governo das antigas colônias para os nacionais africanos gerou uma profunda desordem na territorialidade. Cabe ressaltar que não existe nesse momento uma defesa do colonialismo em África portuguesa, mas as disputas pelo poder configuraram uma nova divisão e subdivisões dentro do território, principalmente, em Angola e Moçambique. As guerras contra o colonialismo português, em Angola, apresentavam-se em três frentes, liderados pelos movimentos do MPLA, FNLA e a UNITA, que passaram a disputar entre si o poder administrativo do país. A guerra civil, que se instalou nesse ínterim, transformou a configuração do país, promovendo ondas populacionais que se deslocavam em busca de segurança.

Acerca do início da guerra, Braga, em seu testemunho, destaca que a falta de combatividade das tropas portuguesas e sua retirada dos territórios em Angola, intensificaram a disputa pelo poder em todo país. O inimigo português, agora derrotado, era trocado por outro, mas qual, questiona a narradora, como se observa no excerto:

Mas quem seria agora o inimigo, se o exército português não mais os combatia e paulatinamente se retirava da quase ex-colônia? Se a liberdade do jugo colonizador já havia sido conseguida, o poder ainda não tinha um dono e no momento, apropriar-se do poder era o motivo da guerra civil entre a FNLA, a UNITA e o MPLA, que se generalizava por todo o território angolano (BRAGA, 2009, p. 83).

Ainda se tratando dos movimentos de Angola, Magalhães destaca, em **Os retornados**, que as populações chegavam em Luanda de todas as partes do país e aqueles que conseguiam

fugiam para a África do Sul, na tentativa de sair das áreas de conflitos, buscavam formas de manter-se em segurança.

Vinham de todas as partes de Angola, a maior parte da Nova Lisboa onde estava organizado outro ponto de evacuação. Quem era do Sul e do interior do país, voava para Huambo e daí para Luanda onde aguardava avião para Lisboa. Muitos outros milhares fugiram de carro para a África do Sul. Em filas intermináveis de carros, com as famílias, atravessavam com perigo Angola em direção ao sul, onde ainda era possível alguma tranquilidade que lhes permitia cruzar a fronteira (MAGALHÃES, 2013, p. 69-70).

Já em Moçambique, a crença que, com a independência, o governo não passaria às mãos dos brancos gerou muita insatisfação entre os portugueses lá sitiados. O desejo dos colonos era a partilha do poder entre os brancos e poucos mulatos, a FRELIMO que era o representante do poder autóctone, era indesejada. No entanto, após o 25 de abril, os brancos acreditavam que o processo de independência foi errado, o que produziria grandes problemas quanto a aceitação. Figueiredo “traduz” os descontentamentos dos colonos: “aquilo que entregaram aos pretos deviam tê-lo entregue a nós, que logo tratávamos da negralhada” (FIGUEIREDO, 2011, p. 83). Nesse caso, restavam-lhes a saída do país e afirmavam: “‘deixei o meu coração em África’, eu traduzo, ‘deixei lá tudo, e tinha uma vida tão boa’” (FIGUEIREDO, 2011, p. 83).

Os movimentos migratórios entre África e Portugal levam-nos a outros fenômenos, aos processos de desterritorialização e de reterritorialização. As transformações na geopolítica mundial, ocorridas a partir do final do século XIX e intensificadas ao longo de todo o século XX, fizeram da desterritorialização uma questão essencial. Rogério Haesbaert (2007) apresenta **O mito da desterritorialização**, questionando-nos, logo no início de sua obra, se realmente o mundo estaria se desterritorializando. Segundo o geógrafo, as mudanças geradas pela globalização, especificamente a “compressão” do espaço e do tempo, estariam erradicando as distâncias de comunicação e de acesso entre os países que estariam distantes, ampliando o poder de influência de uns territórios sobre outros. De tal maneira, ele questiona qual seria a implicação nas sociedades atuais com “a fragilização de todo tipo de fronteira e a crise da territorialidade dominante” (HAESBEART, 2007, p. 19-20). Stuart Hall explica, em **A identidade cultural na pós-modernidade**, que “essas novas características temporais e espaciais, que resultam na compressão de distâncias e de escalas temporais, estão entre os aspectos mais importantes da globalização a terem efeito sobre as identidades culturais” (HALL, 2015, p. 39).

Apesar de toda a compressão no espaço e tempo e uma flexibilização das fronteiras, especialmente culturais, Haesbeart adverte que o “fim das distâncias” não representa uma desterritorialização absoluta, com o desaparecimento de todas as fronteiras. Para ele, esse tipo de pensamento revela um paradoxo:

A começar pelo simples fato de que o próprio conceito de sociedade implica, de qualquer modo, sua espacialização ou, num sentido mais restrito, sua territorialização. Sociedade e espaço social são dimensões gêmeas. Não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico, “territorial” (HAESBEART, 2007, p. 20).

Dessa maneira, partindo da compreensão dos tratados filosóficos de Gilles Deleuze e Félix Guattari, Haesbaert analisa a desterritorialização não apenas como o fim das dos territórios físicos, mas a discute a partir de uma visão filosófica, compreendendo o “território como processo, como permanente ‘tornar-se’ e desfazer-se” (HAESBAERT, 2007, p. 100). Segundo o geógrafo, o pensamento de Deleuze e Guattari excedem os limites estéticos, éticos ou políticos, sendo a desterritorialização como uma eterna passagem de um território para o outro. Assim, defende o pensar da “territorialização e desterritorialização como processos concomitantes, fundamentais para compreender as práticas humanas” (HAESBAERT, 2007, p. 101). Além disso, Haesbaert ao se apropriar do termo desterritorialização, preserva a dimensão simbólica, valorizando os produtos da interação do sujeito, o espaço ocupado e as experiências vividas e a dimensão material, a qual se observa as questões político-econômicas diante das relações de poder e controle do indivíduo dentro do território marcado pelas políticas do Estado.

Através da perspectiva de Haesbaert, há uma coexistência eterna entre os movimentos de territorializar-se, desterritorializando-se, vista a necessidade do homem enquanto sujeito social de organizar-se sobre um território físico ou simbólico, os quais representam os projetos adotados por eles e esses influenciam as práticas sociais diárias, em diversos aspectos culturais, econômicos, políticos e simbólicos. O pensamento dos filósofos franceses defende, ainda, a não dicotomia entre os conceitos, nem a sua hierarquização. Haesbaert afirma que “os conceitos não estão hierarquizados e não partem de um ponto central, de um centro de poder ou de referências aos quais os outros conceitos devem se remeter” (HAESBAERT, 2007, p. 113).

Acerca dos processos de desterritorialização, Deleuze e Guattari afirmam que esse processo acontece no mínimo em pares e a desterritorialização leva a um processo simultâneo de reterritorialização. Ademais, acrescentam que a constituição do Estado moderno e as dinâmicas do capitalismo foram e são influenciadas pelas forças da desterritorialização



permitindo, assim, o seu desenvolvimento. Haesbeart destaca que “enquanto o Estado e as sociedades capitalistas se constituem pelo processo de desterritorialização, as sociedades pré-capitalistas são efetivamente territoriais, pois sua relação com a terra é totalmente distinta (HAESBAERT, 2007, p. 134). Desse modo, observa que na passagem das sociedades pré-capitalistas para as sociedades estatais, as relações que os sujeitos possuem com a terra se transformaram. De terra-divindade, como sugere o geógrafo, “formando um corpus com o homem” (HAESBAERT, 2007, p. 136) para uma gradativa relação mediada das relações sociais, “onde muitas vezes o ‘fim’ último, [...] caberá ao Estado” (HAESBAERT, 2007, p. 136). Além disso, percebe que, para Deleuze e Guattari, o primeiro grande movimento de desterritorialização aparece com o surgimento do Estado.

Dessa transformação de sociedades pré-capitalistas para a formação do Estado, Haesbaert destaca que a desterritorialização está vinculada ao *socius* e explica que “a vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, estamos sempre passando de um território para outro, abandonando território, fundando novos. A escala espacial e a temporalidade é que são distintas” (HAESBAERT, 2007, p. 138). Além disso, Haesbaert afirma que, cotidianamente, ao se mudar de um território para outro, pratica-se a desterritorialização, onde há o abandono do território, mas não sua destruição. Em seu texto “Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão”, ele defende que “a desterritorialização não deve ser vista apenas como desenraizamento no sentido de uma destruição física de fronteiras e um aumento da mobilidade, em sentido concreto” (HAESBAERT, 2000, p. 178).

Além disso, Haesbaert alerta para o pensamento simplificador e/ ou separador, em que a territorialização vincula-se às dimensões política e cultural e a desterritorialização à dimensão econômica. Assim, “um processo de desterritorialização, [...], pode ser tanto simbólico, com a destruição de símbolos, marcos históricos, identidades, quanto concreto, material – político e/ou econômico, pela destruição de antigos laços/fronteiras econômico-político de integração (HAESBAERT, 2000, p. 181). Dessa forma, apresenta-se uma possível conclusão que “desterritorializar” pode ser uma maior mobilidade, uma fluidez, “seja ela de pessoas, bens materiais, capital ou informação” (HAESBAERT, 2007, p. 235).

Sendo assim, os movimentos des-re-territoriais fortemente marcados na história da nação lusíada apresentam-se novamente no período da ocupação efetiva das colônias em África até a saída e o “retorno” para Portugal. Nesse decurso, observa-se que os movimentos desterritoriais e reterritoriais apresentam-se tanto para o indivíduo português/ africano, quanto

aos autóctones, visto que, uma vez ocupado, o território pelo colonizador, a população nativa viu-se obrigada/ coagida a se reterritorializar dentro de seu território.

Em geral, as obras visam mostrar, num primeiro momento, a chegada desses colonos portugueses em África. Todos buscavam situações diferentes daquelas que vivenciavam em Portugal, desde liberdade de expressão à realização financeira. Cabe salientar, usurpando das palavras de Figueiredo (2011), que não houve um colonialismo suavezinho. As práticas de subjugação das comunidades autóctones eram recorrentes entre os colonos, logo, observa-se os movimentos de desterritorialização nesse contexto.

Na narrativa autobiográfica **Sabor de Maboque**, Braga apresenta que o movimento de saída de sua família de Portugal para Angola começara com seu pai, ao terminar o período em que fizera a tropa<sup>39</sup>. A decisão de se estabelecer em Angola marcou-se pela baixa expectativa que seu país lhe proporcionava, o que assimalaria o destino de toda a sua família. Como afirma a narradora, “foi cortando suas águas que nossa família sempre subiu e desceu o Atlântico” (BRAGA, 2009, p. 20). Essa busca por melhores condições de vida, especialmente ligado a questões econômicas, é um dos elementos que configuram os movimentos de desterritorialização.

Movimentos semelhantes apresentam-se nas outras obras. Em **Caderno de memórias coloniais**, a narradora liga a figura de seu pai ao colonialismo, principalmente, quanto a ida à Moçambique para a exploração da terra e da mão de obra autóctone. O sucesso financeiro que uma parte dos brancos alcançara na colônia reflete-se no pensamento de seu pai, que acreditava que “em Moçambique era fácil um branco sentir prazer de viver. Quase todos éramos patrões, e os que não eram, ambicionavam sê-lo” (FIGUEIREDO, 2011, p. 25). No entanto, a prosperidade não chegou a todos os colonos. Em **O retorno**, a família do narrador Rui vivia a expectativa dos dias melhores que ainda viriam e todas as promessas de bonança ficavam para o próximo ano. “O pai prometia tudo para o ano que vem e quase nunca cumpria” (CARDOSO, 2012, p. 9), conta o menino Rui.

Os pais de Carlos Jorge, um dos protagonistas de **Os Retornados**, buscaram em África não apenas o sucesso financeiro, mas, sobretudo, a possibilidade de liberdade que a terra transmitia. Abandonando o continente na década 1950, seu pai logo “percebeu que o atraso do país e o regime pouco dado a liberdades de expressão lhe davam reduzida margem de manobra para se dedicar a uma paixão que dificilmente ia ser compreendida” (MAGALHÃES, 2013, p. 15-16). Embora fosse incerto o futuro, “a certeza de uma vida melhor não deixou que uma

---

<sup>39</sup> Fazer a tropa significa o serviço militar obrigatório. No período ditatorial português, era muito comum que esse serviço fosse prestado nas colônias.

lágrima corresse pela face quando ouviram a sirene do barco em sinal de partida rumo a Luanda” (MAGALHÃES, 2013, p.17), quando os pais de Carlos Jorge saem de Portugal.

Aportados em Angola e Moçambique, as personagens das obras em questão buscavam se adaptarem à nova realidade da terra que em muito se diferia da metrópole. Os aspectos geofísicos, os alimentos e mesmo as características culturais do país apresentavam-se como elementos que, em muitos casos, dificultavam no processo de reterritorialização. Dona Glória, mãe do narrador em **O retorno**, apresenta uma “doença” supostamente relacionada à terra, ao rompimento com sua terra natal e a dificuldade de adaptação ao novo cenário em África. Ao instaurar a dúvida a respeito da doença de sua mãe, o menino narrador afirma que “talvez a mãe já fosse como é, talvez não tenha sido culpa desta terra, deste calor, desta humidade” (CARDOSO, 2012, p. 24). Apesar de ser uma questão silenciada em casa, as narrativas da mãe sobre sua chegada apresentavam o medo no desconhecido que era Angola para ela. Conforme Rui demonstra:

A mãe de costas para o mar, sem reconhecer o pai, sem conhecer a terra que tinha em frente, os guindastes pareceram-me mais altos do que as nuvens, o porto tão grande, cabiam ali cem cabeços de macieiras. A mãe teve medo dos pássaros que gritavam como os de Lisboa, o vosso pai disse-me que se chamavam gaivotas. Dos pretos não tive medo, não tinham nada de especial, eram só pretos (CARDOSO, 2012, p. 25).

O medo do desconhecido está presente também em **Os Retornados**. A saída dos pais de Carlos Jorge, com o menino ainda pequeno em seus braços, causava certa apreensão a eles, como demonstra o narrador: “não sabiam ao certo como era partir para o desconhecido como um bebé nos braços, onde queriam assentar arraiais e vê-lo crescer” (MAGALHÃES, 2013, p. 17). Embora o medo do desconhecido fosse uma verdade, a presença de familiares, já instalados em Angola, dariam um suporte nos primeiros tempos de reterritorialização, conforme o narrador, “a recepção dos primos facilitou a chegada” (MAGALHÃES, 2013, p. 17). Passada a euforia inicial, era necessário conseguir meios para sustentar a família. Alberto, formado em Belas Artes, adaptou-se “a uma nova realidade e empregou-se numa empresa de criação de gado” (MAGALHÃES, 2013, p. 17) e “um ano depois estavam definitivamente integrados na sociedade e no ritmo de vida de Luanda” (MAGALHÃES, 2013, p. 17), como afirma o narrador.

Após vinte e três anos da chegada dos primeiros membros da família Tavares em Angola, quando Júlio César, pai da narradora, decide “ficar, trabalhar e vencer naquele pedaço português de terra africana” (BRAGA, 2009, p. 22), observa-se que eles estão devidamente

reterritorializados no país, seu pai e seus tios já haviam construído um expressivo patrimônio. Novamente, percebe-se que a preocupação financeira fez parte dos movimentos migratórios de saída de Portugal. Haesbaert (2007) destaca que, nos deslocamentos, devido às questões econômicas, o migrante mantém um “controle” do processo de reterritorialização, como revela o excerto de **Sabor de Maboque**. Esse controle “inclui também, é claro, o tipo de relação que ele continua mantendo com o espaço de partida” (HAESBAERT, 2007, p. 247). Essa relação entre o espaço de partida e o espaço reterritorializado é ressaltado nas palavras de seu pai, como mostra a narradora: “– Vim de uma aldeia onde quem lá habita ia do pobre ao mais pobre. Sabes filha, quando comprei meu primeiro pedaço de terra senti orgulho de possuir um pedaço de Angola ... um pedaço de África ... um pedaço do mundo!” (BRAGA, 2009, p. 23).

Embora seu relato não demonstre em detalhe os processos de reterritorialização da família Figueiredo, o **Caderno de memórias coloniais** mostra uma família bem adaptada à realidade de Moçambique, principalmente, na figura do pai da narradora, que explorava todas as veredas do país de carro, e gozava de uma vida que o processo colonial lhe proporcionava. Além disso, a narradora revela, de forma irônica, o estilo de vida que mantinham em Moçambique e a relação que mantinham com a população autóctone:

Em Lourenço Marques, sentávamo-nos numa bela esplanada, de um requintado ou descontraído restaurante, a qualquer hora do dia, a saborear o melhor uísque com soda e gelo, e a debicar camarões, tal como aqui nos sentamos, à saída do emprego, num snack do Cais do Sodré, forrado a azulejos de segunda, engolindo uma imperial e enjoando tremoços.

Os criados eram pretos e nós deixávamos-lhes gorjeta se tivessem mostrado os dentes, sido rápidos no serviço e chamada de patrão. Digo nós, porque eu estava lá (FIGUEIREDO, 2011, p. 23).

Cabe notar que os processos de desterritorialização e reterritorialização como afirma Haesbaert (2007), ocorre até mesmo nas ações mais cotidianas. A simples transposição de fronteiras simbólicas revela esses movimentos. Figueiredo (2011), rompendo com as fronteiras socialmente impostas, vende mangas na porta de casa como uma negra faria. Como ela mesmo narra: “uma branca não vendia mangas a não ser por grosso, a outros brancos que as distribuíssem. Uma branca não vendia mangas no chão, à porta. Mas eu era uma colonzinha preta filha de brancos. Uma negrinha loira” (FIGUEIREDO, 2011, p. 35). Diferentemente das negras que possuíam seu território bem delimitado e poderiam vender qualquer coisa no chão: “As pretas vendiam mangas no chão, em fila, no bazar de Lourenço Marques. As pretas vendiam tudo no chão, em qualquer lado” (FIGUEIREDO, 2011, p. 35). Como a menina mesmo

afirma “vender mangas ao portão, escondida da minha mãe, era a desobediência que preferia praticar” (FIGUEIREDO, 2011, p. 36).

Percebe-se que os movimentos cotidianos de desterritorialização e reterritorialização estão nas incursões ao caniço, tanto para as práticas sexuais do pai da narradora ou quanto nas “caçadas” aos pretos preguiçosos que fugiam do serviço. Segundo Figueiredo, “o caniço era como o labirinto do Minotauro, e o meu pai era o Minotauro que aí entrava e saía, quando lhe apetecesse, para exercer a sua justiça” (FIGUEIREDO, 2011, p. 51). Através das práticas de violência e imposição do poder de homem branco, o pai da narradora invade o território dos pretos, impõe sua autoridade, desterritorializa o preto, vítima de sua justiça, e sai daquele território. De acordo com Haesbaert (2007), esse processo de desterritorialização e reterritorialização não necessita da destruição dos ambientes, apenas representa a entrada e a saída desses espaços os quais, diante da relação, principalmente, na imposição diante da força física ou simbólica, constrói-se os territórios temporariamente. Figueiredo conclui esse processo narrando: “E voamos ambos para fora do caniço. De todo o lado sai, assoma gente, e cães, galinhas, cabras assustadas. Já um nervoso miúdo no caniço. O branco foi lá dentro, deu porrada no Ernesto, agora vai a sair, o branco trouxe a menina, é a filha do branco” (FIGUEIREDO, 2011, p. 53).

Braga também passa por momentos de desterritorialização e reterritorialização cotidiana. Quando completa idade de frequentar o colégio, a menina deixou a casa dos pais e passou a ser interna. O medo pelo desconhecido invade o espírito da menina de apenas dez anos de idade. Após rápida visita às instalações do colégio, era chegado o momento da despedida de seus pais. Pela primeira vez longe do território familiar, a menina tem que se reterritorializar. Conforme Braga afirma “eu era a atriz principal e a testemunha de uma cena de separação que a memória iria filtrar e congelar para sempre” (BRAGA, 2009, p. 42). Mesmo passando por um processo de descoberta e de independência, o sentimento que a personagem alimentava era “a sensação de me sentir presa numa gaiola de regras, rotinas e frustrações” (BRAGA, 2009, p. 45). As dificuldades das primeiras impressões do seu processo de reterritorialização foram muito dolorosas, as quais seriam superadas apenas pelo início do processo das guerras e os deslocamentos que esta geraria.

A situação política gerada com o fim do período ditatorial em Portugal refletiu diretamente na situação das colônias em África. Os movimentos de resistência ao regime colonial, desde 1960, ganharam forças e o abandono dos cargos administrativos e de segurança do país promoveram a necessidade da fuga em massa da população de ascendência portuguesa do país. Os movimentos de resistência tornaram-se partidos políticos e lutavam entre si para

alcançar o maior território político entre si. A população negra, desterritorializada em seu próprio país, insurgiu-se contra os brancos e, em um processo de reterritorialização, ocupando as casas, fazendas, os territórios que pertenciam, até então, aos brancos. Em **Os Retornados**, o narrador afirma que “algumas casas e alguns edifícios público já tinham sido ocupados por muitos dos angolanos que tinham abandonado o interior do país e que se concentravam na cidade” (MAGALHÃES, 2013, p. 76). Embora muitos brancos já tivessem abandonado os países, esses ainda mantinham suas casas sobre a tutela de empregados de confiança ou mesmo com os próprios partidos, na esperança de um retorno ao país quando a situação política-militar normalizasse. Como destaca o narrador, “apenas as casas cujos proprietário não tinham partido não eram ocupadas. Mas muitos mantinham suas habitações à conta de alguma cumplicidade declarada ou veladamente assumida com as cores do regime que agora vigorava” (MAGALHÃES, 2013, p. 76).

Embora o contexto não fosse favorável à permanência dos brancos nesses países, a saída dos territórios em África ainda era de difícil aceitação entre essa população. Em **O retorno**, a saída do país era um dos assuntos mais complicados de se falar na casa do menino Rui. Mário relutara até o último momento. Segundo Rui, “a doença da mãe e esta guerra que nos faz ir para a metrópole são assuntos parecidos pelo silêncio que causam” (CARDOSO, 2012, p. 9). Além disso, as personagens observavam todos deixando o país, enquanto Mário ainda acreditava na permanência do restante da família. Aos poucos, Mário conscientizava-se que aquele não era mais o seu território. De acordo com Rui, “nós também não devíamos cá estar. A minha irmã acusa o pai de não se importar com o que nos possa acontecer e por vontade da mãe teríamos ido embora há muito tempo, ainda antes do Sr. Manuel” (CARDOSO, 2012, p. 11). Porém, com a chegada eminente do dia da fuga, Mário preparava-se para destruir todos os poucos bens que a família possuía, até mesmo, matar a cachorra Pirata. Rui narra que: “o pai tinha bidões de gasolina no anexo e jurou que a última coisa que faz nesta terra é queimar tudo o que tem, mas não acredito que o faça” (CARDOSO, 2012, p. 21). A atitude demonstrada por Mário é a consciência de que não haverá mais espaço para os portugueses naquele território. A destruição desses bens marcava o mais profundo sentimento de desterritorialização vivenciado por essas pessoas.

Sentimentos parecidos apresentam-se também no romance **Sabor de Maboque**. A consciência que estavam atravessando um período turbulento em Angola, fez com que a família Tavares se reunisse para traçar a melhor estratégia que manteria toda a família em segurança. Com semblante carregado pelas preocupações, o pai da narradora sentencia no seguinte trecho: “– Todos sabem que estamos no começo de uma fase turbulenta e perigosa. Nós – e isso queria

dizer ele e o tio Luís – decidimos que será mais seguro para as mulheres e os filhos, passarem a fase de pré-independência em Portugal” (BRAGA, 2009, p. 81). Durante a saída da fazenda e a caminho de Luanda, de onde partiriam para Portugal, a princípio, a narradora tem a compreensão de que a desterritorialização será permanente e eles nunca mais voltariam a ver sua terra e seus pertences. Desse modo, ao atravessarem a ponte que delimitava o território da sua família em Nhârea, Dulce arremeçou no rio a chave de seu quarto, marcando o fechamento daquele ciclo.

No caso de Figueiredo, seus pais a enviaram sozinha para Portugal, onde se encontraria com sua avó que a hospedaria. O pai da narradora alimentava um sentimento de revolta contra a política portuguesa que assegura a transferência do poder político aos autóctones. Segundo Figueiredo, “meu pai acreditava num revirinho, numa África branca na qual os negros haviam de se assimilar, calçar, ir à escola, e trabalhar. [...] Pois essa era a ordem do mundo” (FIGUEIREDO, 2011, p. 97). Apesar disso, a narradora entende que sua saída do país não representava um retorno. Essa mudança na vida da narradora é marcada por suas palavras: “Quando partimos, muito no final da tarde, Lourenço Marques ficou para trás do pôr-do-sol, muito doce, muito madura, mas já longe quando levantámos; era o lugar onde nunca voltaria; eu sabia” (FIGUEIREDO, 2011, p. 106). Novamente, percebe-se o sentimento e a angústia das personagens ao compreender que a desterritorialização seria permanente. Mesmo retornando, cerca de quarenta anos mais tarde, respondendo a um pedido dos editores, Figueiredo escreve ao jornal: “As ruas continuam semeadas de acácias, jacarandás e frangipanis que exalam o seu perfume ao final da tarde. Por todo o lado, as frutas, a cor e o caos que eu também sou. A mesma terra igual, mas tudo é outro” (FIGUEIREDO, 2017, p. 4).

As personagens de Magalhães, em **Os retornados**, visualizavam o mesmo cenário. Carlos Jorge, ao perceber a instabilidade nas ruas próximas a seu consultório médico, os sinais de fumaça vindo de casas sendo queimadas, a violência que explodia nas ruas de Luanda, chega à conclusão de que a permanência no país era um risco que não poderia correr, nem expor sua família a isso. Desse modo, a personagem afirma: “– Sabe, Natércia, acreditei até hoje que podia ficar aqui para sempre e esperar que este tempo de instabilidade acalmasse. Perante o que estou a ver acho que não vai ser possível” (MAGALHÃES, 2013, p. 123). No entanto, outras personagens, acreditando ainda que a permanência seria possível, após alojarem seus familiares em Portugal, retornam a Angola. No entanto, o processo de reterritorialização das populações autóctones desconfiguram a visão que eles possuíam do território. Como o narrador mostra:

– Deixei minha família no Porto, estão instalados e por lá vão ficar. Vou regressar ao meu trabalho e ficar mais um tempo. Se as coisas acalmarem, mando regressar a família. E se não, regresso eu de novo a Portugal. E tu?

– Eu vou continuar os meus negócios. Acredito naquilo [...]

Mas o seu país de nascimento era agora outro ... Tudo mudara, os lugares, as coisas e as pessoas. O regresso foi doloroso, pois fê-lo estar presente no parto forçado de uma nação independente. [...]

Mas um ano foi tudo quanto consegui resistir porque perderam-se todas as condições de ter lá a família. A situação agravou-se depois da declaração da independência a 11 de Novembro de 1975 e foi piorando dia para dia. [...]

Estava desolado com a cidade e com o país. Que era feito daquela urbe que vivia de dia e de noite, em esplanadas, boîtes, restaurantes, cinemas ao ar livre, na praia e nas ruas? (MAGALHÃES, 2013, p. 172-173).

Todos movimentos de desterritorialização requerem, concomitantemente, processos de reterritorialização, logo a saída compulsória dos territórios em África, causando uma onda desterritorial em Angola e Moçambique, principalmente, promoveu em Portugal, por outro lado, um intenso e conturbado fluxo de reterritorialização. O país não estava preparado para receber, em um curto espaço de tempo, essas pessoas, em sua maioria, sem lugar para ficar ou com pouco ou quase nenhum recurso financeiro para sobreviverem. Devido à recente transformação política, as instabilidades administrativas ainda eram frequentes e, socialmente, a presença dos “retornados” e a ajuda dada pelo governo a essas pessoas foram elementos da intensa hostilidade entre ambas as partes.

Em **Caderno de memórias coloniais**, Figueiredo retrata a imagem que os portugueses continentais tinham daqueles que retornaram. Enquanto a menina narradora tentava se adaptar àquela realidade, ela experimentava os olhares desconfiados pelas ruas e, especialmente, entre seus parentes, que acreditavam que os portugueses da colônia, após terem explorados e roubado dos pretos em África, agora, iriam roubar-lhes o pouco que restava do país. Ao mesmo tempo, Figueiredo expressa a visão que possui dos portugueses que permaneceram no país. “Os portugueses da metrópole eram pequeninos das ideias, tão pequeninos e estúpidos e atrasados e alcoviteiros (FIGUEIREDO, 2011, p. 123), afirma a narradora. Além disso, Figueiredo demonstra os pensamentos de ambos os lados:

Os lerdos das ideias, lentos, com conta no Montepio, doentes dos olhos por olhar de viés para esses gajos que vêm cá roubar o pouco que é da gente, que a gente cá tem, esses retornados, tão altivos como príncipes que perderam o trono, e que hão-de recuperá-lo, julgam eles, oh, se não!, porque nada atija as ganas como perder, e perder bem, à americana. Tão feios, tão pobres de espírito esses portugueses que ficaram, esses portugueses de Portugal, curtidos de vinho do garrafão. Feios sombrios, pobres, sem luz no rosto nem nas mãos. Pequenos (FIGUEIREDO, 2011, p. 123).



Embora lutasse para se enquadrar, se reterritorializar naquele novo contexto, a todo momento a menina-narradora era exposta à hostilidade de seus familiares ou era julgada por ser uma “retornada”. Desse modo, persistia o sentimento de deslocamento, de despertencimento daquele território. Segundo a narradora: “dentro de mim haver uma terra da qual sou desterrada” (FIGUEIREDO, 2011, p. 133). Entretanto, a terra que lhe pertence não é aquela que ocupa, que tenta se territorializar, como afirma: “os desterrados, como eu, são pessoas que não puderam regressar ao local onde nasceram, que com ele cortaram os vínculos legais, não os afectivos. São indesejados nas terras que nasceram, porque sua presença traz más recordações” (FIGUEIREDO, 2011, p. 133). Como explica Figueiredo, o estigma de ser filha de colonos dificilmente será esquecido. Essa lembrança trará sempre mais impressões. Apesar disso, ela conclui: “mas a terra onde nasci existe em mim como uma mácula impossível de apagar” (FIGUEIREDO, 2011, p. 133).

Diferentemente de Figueiredo, Braga não aporta em Portugal. Após um período intenso de desterritorialização, que desenvolveu na narradora problemas de saúde, a chegada ao Brasil, longe da turbulência e violência que estavam vivenciando em Angola, foi sentido por todos com grande alívio. O processo de reterritorialização, para a narradora, deveria acontecer de forma mais rápido possível, para que ela pudesse se afastar das lembranças negativas que tivera. Essa estratégia é descrita da seguinte maneira:

Quando a lógica do raciocínio finalmente pôde explicar o ocorrido em Angola e comigo, as chagas já eram profundas demais. Para que não as cutucassem e sem que tivesse consciência disso, fui perdendo rapidamente o meu sotaque. Escapando da armadilha da fala, tratei igualmente de encerrar num caminho secreto, a Dulce dos zero aos dezessete anos. Com o sotaque, soterrei lembranças, vivências, palavras em umbundo, sabores, amizades e um amor. Nada podia ficar de fora nessa exclusão, pois um elemento puxaria outro. Foi um processo tão marcante que, no final de um ano, salvo algumas escorregadelas que acontecem até hoje, ninguém mais percebia que eu era estrangeira. Pronto, voilá, uma nova Dulce tinha nascido! (BRAGA, 2009, p. 226).

Reterritorializar, em **O retorno**, não foi um processo fácil para as personagens, principalmente para Rui. A figura da metrópole idealizada desmanchou-se quando aportou em Lisboa. O menino se deparou com uma cidade cinza e triste, muito diferente daquela que contavam ao menino. Ao chegar em Lisboa, foram encaminhados para um dos hotéis que auxiliava na acomodação daquelas pessoas que estavam com a alma cheia de angústias e poucas esperanças no futuro.

Sob um novo estigma que nem sabiam o real significado, “retornado”, Rui e sua família buscavam ajuda no IARN a respeito do que deveriam fazer, além de apoio financeiro e roupas, já que o inverno se aproximava. Rui ainda não compreendia como Portugal era um país pequeno e não “era o que estava escrito no mapa da escola, Portugal não é um país pequeno, é um império do Minho ao Timor” (CARDOSO, 2012, p. 83). A dificuldade em compreender a metrópole acanhada e suja, como o narrador a vê, foi um dos obstáculos nesse processo de adaptação ao novo território. Além disso, estar naquele hotel era um outro motivo de inquietação do menino, especialmente, com a ausência do pai. No entanto, Rui, aos poucos, começa a perceber que o grande império português ruiu. O menino percebeu que aquele país idealizado nunca existira: “estavam lá retornados de todos os cantos do império, o império estava ali, naquela sala, um império cansado, a precisar de casa e de comida, um império derrotado e humilhado, um império de que ninguém queria saber” (CARDOSO, 2012, p. 86).

Outro lugar que dificultou o processo de reterritorialização foi a escola. A separação da sala entre retornados e os demais alunos, o tratamento dos alunos como retornados, a crença de que eles vinham da selva e, por isso, deveriam estar atrasados nos conteúdos, foram elementos que contribuíram para o abandono de Rui da escola. Principalmente, a segregação era o que mais incomodava Rui: “a puta da professora, um dos retornados que responda, como se não tivéssemos nome, como se já não bastasse ter-nos arrumado numa fila só para retornados” (CARDOSO, 2012, p. 139-140). Enquanto Rui se opõe e enfrenta o sistema, Milucha, sua irmã, tenta passar despercebida como retornada. À sua maneira, busca um rápido entrosamento com outros alunos e prefere a convivência dos não retornados.

Gradativamente, a consciência da necessidade de estabelecer laços aparece para o menino. Entretanto, falar sobre isso com sua mãe ou irmã era motivo de desavença. Apesar do pensamento contrário das duas, o menino afirmava que: “um quarto pode ser uma casa e este quarto e esta varanda de onde se vê o mar é a nossa casa. A mãe e a minha irmã não pensam assim e por isso se estamos na rua nunca dizem, vamos para casa. Dizem sempre, vamos para o hotel” (CARDOSO, 2012, p. 163). Embora tenha relutado muito em admitir que não possuía mais a “casa” para retornar, a compreensão definitiva acontece quando, ao ouvir as notícias pelo rádio, que Angola era agora um país independente. Nesse dia, Rui e seus amigos tiveram a certeza que agora era necessário se adaptarem a Portugal.

O retorno do pai redentor poria fim ao período conturbado que Rui e sua família estavam passando. Após um breve descanso, Mário vai em busca de meios para a realização de um empreendimento. A fábrica de blocos de cimentos era uma ideia para auxiliar na construção do país que estava por crescer. Como o pai insistia, “nesta terra está quase tudo por construir, há

falta de tudo, casas, escolas, hospitais, lojas, restaurantes, cafés, nada se constrói sem cimento, escrevam o que vos estou a dizer, o futuro desta terra passa pelo cimento” (CARDOSO, 2012, p. 250). A ajuda na construção do país reforça a concepção de reterritorialização que seu pai alimentava. Segundo Rui, Mário prometera para si que jamais sairia de Portugal e sentado na varanda do hotel, “olhou para o mar e jurou, nunca mais ninguém me expulsa de lado nenhum, esta vai ter de ser a minha terra” (CARDOSO, 2012, p. 243). Além disso, a promessa de saída do hotel, a ida para uma casa simples, a reconstrução de hábitos corriqueiros, como comer o bolo feito pela mãe, sair para ir à escola, Milucha arrumar um namorado, despertam no narrador o sentimento de pertencimento àquele território.

Sob vários aspectos, Magalhães, em **Os Retornados**, apresenta diferenciados movimentos de reterritorialização. As diversas personagens que se encontraram no voo 233 Luanda-Lisboa se adaptaram a realidades diferentes e outros não conseguiram se reterritorializar. Como é o caso de Irene, filha de Angola, nunca conseguiu se adaptar em Portugal, “nunca consegui resolver o conflito que tinha dentro de si, achou sempre que devia ter ficado em Angola. Um conflito que alastrou ao marido, Raul, homem mais resignado que fixou a família em Castelo Branco” (MAGALHÃES, 2013, p. 214). Após muitos anos nesse conflito e depois de muitas cartas trocadas e passagens pela Embaixada de Angola, tem o convite para retornar ao seu país juntamente com proposta de emprego no mesmo hospital que trabalhara anos atrás. Ao informar aos filhos, especialmente, recebe o apoio deles que disseram que “vai à procura do teu sonho. Nós já organizámos a nossa vida e ficamos bem” (MAGALHÃES, 2013, p. 214).

Coimbra, outra personagem, teve muita dificuldade em se ambientar a Portugal. A imagem de uma Angola próspera contrastava com a realidade do Porto. Acostumado a quilômetros de terra para explorar, foi confinado a poucos metros para viver. Ao deixar Angola e retornar a um país desconhecido para ele, afirma que “refazer a vida não foi tarefa fácil e houve muitas coisas novas às quais ele e a família tiveram de se adaptar” (MAGALHÃES, 2013, p. 220). Além disso, ao ter a oportunidade de retornar a Angola se depara com uma terra diferente daquela que o vira nascer e isso havia o desiludido. De modo que afirma: “– Nunca mais vou a Angola. Nasci lá, cumpri lá serviço militar, vivi e casei lá, mas destruíram aquilo tudo. Eu nunca mais regresso a Angola. Quero ter para sempre a imagem dos anos que lá passei” (MAGALHÃES, 2013, p. 221). Outra personagem que teve problemas como a adaptação em Portugal, foi a esposa de Carlos Jorge. Instalados na cidade de Coimbra, imediatamente, foram integrados ao Hospital Universitário da cidade e de lá nunca saíram. Entretanto, Carlos Jorge

afirma: “a minha mulher nunca foi feliz em Portugal. Tinha Angola no coração, nunca se adaptou e eu também não fui capaz de a fazer feliz” (MAGALHÃES, 2013, p. 251).

Cherne Condé, por outro lado, consciente de que não há retorno à Angola, reconstruiu sua vida em Figueira da Foz. O cantor embora tivesse sido convidado para ir a outros locais, nunca quis sair daquele lugar. Como afirma: “eu gosto desta vida e da Figueira da Foz. Daqui nunca mais saio. Nem para Angola” (MAGALHÃES, 2013, p. 265). A experiência traumática causada pela saída de seu país fez com que Cherne Condé se isolasse do passado. Dessa forma, o não comparecimento ao encontro dos ex-passageiros do voo que os trouxeram à Portugal era uma forma de evitar todas aquelas lembranças que deseja esconder

Observa-se diante dos exemplos apresentados que o processo de desterritorialização e reterritorialização são complexos e, em muitos casos, podem ser acontecimentos traumáticos para os sujeitos envolvidos. No caso dos retornados, a saída forçada de Angola e Moçambique, especificamente, os momentos de violência antes da saída, os problemas enfrentados em busca de voos para que pudessem sair em segurança, a chegada tumultuada em Portugal e a intensa hostilidade que enfrentaram foram elementos que contribuíram para uma rápida reterritorialização para uns e entrave para outros. Acrescenta-se a esses elementos, os fortes sentimentos de pertencimento ao território deixado que colaboram para o fortalecimento da percepção de não pertencimento ao país que os acolheram. Embora a desterritorialização, no meu ponto de vista, tenha uma conotação mais político-econômica, não se pode esquecer que as questões simbólico-culturais apresentam papel importante para a reterritorialização. Entretanto, de modo a entender essas questões por um viés mais afetivo e ligado à experiência do sujeito na ocupação dos territórios, essa segunda parte discutirá a questão da transformação dos espaços em lugares, especialmente, lugares transpassados pela experiência do sujeito.

## 4.2 DO ESPAÇO AO LUGAR

Após analisar a construção do território do ponto de vista político-econômico, na seção anterior, deve-se lembrar que há questões de natureza simbólico-cultural que contribuem para a transformação de um espaço para lugar. Esse lugar é marcado pela experiência do sujeito, repleto de significações e simbologias que alimentam o sentimento de pertencimento. Marandola Jr., no prefácio da obra **Espaço e Lugar** (2013), de Yi-Fu Tuan, destaca que “o lugar é construído a partir da experiência e dos sentidos, envolvendo sentimento e entendimento, num processo de envolvimento geográfico do corpo amalgamado com a cultura, história, as relações sócias e paisagem” (MARANDOLA JR., 2013, p. 7).

Essa perspectiva que entende o lugar entre os campos de emoção, da sensação e da racionalidade, começa a ser melhor difundido a partir dos anos de 1970, com autores com o geógrafo sino-americano Yi-Fu Tuan (**Topofilia e Espaço e Lugar**) e o britânico Edward Relph (**Place and Placelessness**). Em suas obras, esses autores redefinem o conceito e a compreensão do lugar dentro da Geografia, sob o prisma da experiência. Eles buscam compreender o homem a partir da sua relação do espaço que ocupa, estabelecendo não apenas uma relação física, corpórea, mas investigando e buscando entender os fatores psicológicos dessa relação. Relph ressalta que o lugar apresenta importância funcional e existencial e esses aspectos colaboram para a compreensão do conceito de lugar ou da natureza da experiência do lugar. Além disso, entender a ideia de lugar possibilita “o desenvolvimento de um sistema de significação do lugar que dê forma e estrutura para as nossas experiências do mundo<sup>40</sup>” (RELPH, 2008, p. 1).

Tuan, partindo de duas noções fundamentais de espaço e lugar, afirma que são termos familiares e ambos remetem às experiências comuns. O geógrafo os diferencia, de maneira bem simples, num primeiro momento, a partir de suas funcionalidades, enquanto “o lugar é segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro” (TUAN, 2013, p. 11). De modo pragmático, ao se buscar essas acepções no dicionário de Língua Portuguesa, ambas as definições só privilegiam o lado geográfico, físico da questão. Entretanto, a noção de ocupação humana do espaço e/ ou lugar por alguém ou algo se mostra presente. Além disso, apresentam ideias como fronteiras, limites, espaços indefinidos, hierarquia e, também, a noção de temporalidade que a definição de espaço sugere. Desse modo, faz-se necessário esclarecimentos sobre ambos os termos, de modo a perceber que, apesar de serem termos ligados à experiência, como afirma Tuan, há uma transformação do espaço para lugar, de um espaço mais indefinido para um lugar definido pela experiência do homem.

Durante os anos de 1950 e 1960, a noção de espaço era compreendida pela Geografia como se estivesse fora da existência humana. O termo espaço reunia concepções confusas, paradoxais, incompatíveis ou mesmo limitadas para o novo contexto histórico que se apresentava. A partir dos estudos de Henry Lefebvre, na obra **The production of space** (2014), a concepção de espaço absoluto foi rejeitada, adotando o conceito de que o espaço é produzido pelas interações com as atividades sociais e históricas. Lefebvre ressalta que, há pouco tempo, a noção de espaço tinha uma conotação especificamente geométrica, “a ideia evocada era simplesmente de uma área vazia” (LEFEBVRE, 2014, p. 1). Como o espaço estava ligado às noções matemáticas, imaginar um espaço social era estranho.

---

<sup>40</sup> No original: “The development of a system of meaningful places that give form and structure to our experiences of the world”.

Com o passar do tempo, o surgimento e o amadurecimento do pensamento filosófico, das Ciências Sociais e Geográficas, a noção de espaço passa a abranger uma contínua produção social, não sendo mais compreendido sem a interação humana. Lefebvre afirma que os espaços como sala, esquina, praça, supermercado, de conhecimento de todos como espaços sociais, diferenciados pela fala, não estão isolados. Esses espaços, ele complementa, que “correspondem ao uso específico do espaço, e por essa razão às práticas espaciais que eles expressam e os constituem”<sup>41</sup> (LEFEBVRE, 2014, p. 16). Como uma construção social, o espaço é organizado e articulado através da linguagem. Desse modo, Lefebvre afirma que: “[...] um espaço implica um processo de significação. E mesmo se não há nenhum código de espaço, inerente à linguagem ou para todas as línguas, pode ter existido códigos específicos, estabelecida em períodos históricos específicos e variando em seus efeitos”<sup>42</sup> (LEFEBVRE, 2014, p. 17).

A cientista social e geógrafa britânica Doreen Massey, em sua obra **Pelo Espaço**, defende a tese de que “o espaço é uma dimensão implícita que molda nossas cosmologias estruturantes. Ele modula nossos entendimentos do mundo, nossas atitudes frente aos outros, nossa política” (MASSEY, 2014, p. 15). Percebe-se que, na tese da geógrafa, a construção do espaço é produto das interações sociais do homem com o meio geográfico ao qual se insere e esse, por sua vez, contribui para formação da identidade desses indivíduos e o modo como ele se comporta diante da alteridade. Dessa maneira, Massey destaca que “o espaço é a dimensão do social: da coexistência contemporânea de outros” (MASSEY, 2014, p. 15).

Em suas proposições iniciais, Massey propõe três teses iniciais. A primeira reconhece que o espaço é resultado das interações sociais, das mais íntimas às mais globais. A segunda busca observar a multiplicidade de possibilidades que o espaço promove, especialmente na contemporaneidade. Ressalta-se a importância de se perceber a coexistência de trajetórias diferentes e da heterogeneidade. Assim, afirma que “sem espaço, não há multiplicidade; sem multiplicidade, não há espaço. Se espaço é, sem dúvida, o produto de inter-relações, então deve ser baseado na existência da pluralidade. Multiplicidade e espaço são co-constitutivos” (MASSEY, 2014, p. 29). E, na sua terceira proposição, defende que o espaço, sendo um produto das interações sociais e essas em contínuo processo de transformação e de surgimento de novas interações, o espaço estaria sempre em construção. Em suas palavras, afirma que o espaço

---

<sup>41</sup> No original: “They correspond to a specific use of that space, and hence to a spatial practice that they express and constitute”.

<sup>42</sup> No original: “A space implies a process of signification. And even if there is no code of space, inherent to language or to all languages, there may have existed specific codes, established at specific historical periods and varying in their effects”.

“jamais está acabado, nunca está fechado” (MASSEY, 2014, p. 29). E complementa, esclarecendo que: “o espaço [...] é um produto de relações-entre, relações que estão, necessariamente, embutidas em práticas materiais que devem ser efetivadas, ele está sempre no processo de fazer-se” (MASSEY, 2014, p. 28).

Segundo Massey, a política de interrelações reflete na formação do espaço e age, diretamente, sobre a primeira proposição. Para a geógrafa, “o espaço não existe antes de identidades/entidades e de suas relações” (MASSEY, 2014, p. 30). Desse modo, conclui-se que existe um processo de co-construção entre as identidades/ entidades e as espacialidades. Espaço e identidade se constroem juntos. Ademais, para Massey, “as identidades especificamente espaciais (lugares, nações) podem, igualmente, ser reconceitualizadas em termos relacionais” (MASSEY, 2014, p. 30-31), visto que essas interrelações estão sempre em processo de modificação. Compreender essa relação entre a formação conjunta entre espaço e identidade é considerar que elas fazem parte de um contexto político de relações e que essas consideram e defendem os direitos das identidades. Massey explica que as “‘relações’ aqui são compreendidas como práticas encaixadas. Em vez de aceitar e trabalhar com entidades/ identidades já constituídas, essa política enfatiza a construtividade relacional” (MASSEY, 2014, p. 30). Ainda adverte que não se pode compreender a identidade como algo fixo, imutável. Por isso mesmo, deve-se entender esse processo relacional presente no mundo.

Perceber que o mundo possui uma multiplicidade, como sugere a segunda proposição, é entender os discursos, nos últimos tempos, a respeito das diferenças e da heterogeneidade. Massey exemplifica essa questão através dos argumentos de que a história do mundo não pode ser escrita diante apenas da visão do Ocidente ou a partir da visão do macho branco heterossexual. Adverte que essas visões, que pareciam verdades universais, nunca se propuseram a ser universais, buscavam uma homogeneidade que nunca existiu. Logo, Massey conclui que:

O argumento é de que a simples possibilidade de qualquer reconhecimento sério da multiplicidade e heterogeneidade em si mesmas depende de um reconhecimento da espacialidade. O corolário político é de que uma genuína e completa espacialização da teoria social e do pensamento político pode forçar, na imaginação, um reconhecimento mais completo da coexistência simultânea de outros, com suas próprias trajetórias e com sua própria história para contar. (MASSEY, 2014, p. 31).

Massey defende, na sua terceira proposição, o espaço em um constante processo de formação, em um tornar-se contínuo, uma vez que as relações não representam um sistema

fechado e isso “implica insistência constante, cada vez maior, dentro dos discursos políticos, sobre a genuína abertura do futuro” (MASSEY, 2014, p. 31). Essa busca pela abertura dentro dos discursos políticos é a tentativa de escapar das grandes narrativas já consolidadas. As estruturas do mundo moderno propõem cenários diferenciados e histórias que apontam para caminhos diferentes dentro dessa história já constituída e apenas com a abertura do pensamento do político podemos alcançar um futuro engajado numa “genuína noção de política. Apenas se o futuro for aberto, haverá campo para uma política que possa fazer a diferença” (MASSEY, 2014, p. 32).

Para a geógrafa britânica, deve-se pensar o espaço diante de uma perspectiva viva e desafiadora, diferente da proposta de um espaço fixo e morto. Segundo ela:

É necessário arrancar o “espaço” daquela constelação de conceitos em que ele tem sido, tão discutivelmente, tão frequentemente, envolvido (estase, fechamento, representação) e estabelece-lo dentro de outro conjunto de ideias (heterogeneidade, relacionalidade, coetaneidade... caráter vivo, sem dúvida) onde seja liberada uma paisagem política mais desafiadora (MASSEY, 2014, p. 34-35).

Diante dessa proposta de espaço vivo, Tuan defende que o “‘mundo’ sugere estrutura espacial” (TUAN, 2013, p. 21) e essa estrutura é percebida e explorada diante da capacidade do homem de experienciá-lo, através da capacidade de se mover por ele e senti-lo por meio dos órgãos do sentido. Desse modo, “o homem, como resultado de sua experiência íntima com seu corpo e com outras pessoas, organiza o espaço a fim de conformá-lo a suas necessidades biológicas e sociais” (TUAN, 2013, p. 49). Essas noções, aparentemente corriqueiras, são os primeiros métodos de compreensão e ocupação do espaço, o início do processo de formação do sujeito dentro de um contexto socioespacial. Tuan afirma que “o espaço [...] é dado pela capacidade de mover-se. Os movimentos frequentemente são dirigidos para, ou repelidos por, objetos e lugares. Por isso, o espaço pode ser experienciado de várias maneiras” (TUAN, 2013, p. 22). Essas noções de movimentar-se, de dirigir-se ou repelir-se dentro dos espaços, também são empregadas dentro dos espaços sociais, por meio das relações do sujeito com o espaço em que está ou desloca-se para e esses podem possibilitar atração ou repulsa desses espaços.

Lefebvre, compreendendo essa relação entre o homem e o espaço, afirma que “espaço (social) é um produto (social)”<sup>43</sup> (LEFEBVRE, 2014, p. 26). Embora possa parecer uma expressão óbvia, o geógrafo afirma que muitas pessoas terão dificuldade de compreender e

---

<sup>43</sup> No original: “(Social) space is (social) product”.



relacionar sua noção de espaço, o presente contexto em que estão imersos e os tipos de realidades que podem encontrar. Acrescenta que os meios de produção do espaço, também, são meios de controle, de dominação e de poder que se aplicam sobre o espaço e os sujeitos que o ocupam. Complementa ainda que: “todo espaço social é o resultado de um processo com muitos aspectos e muitas correntes contribuindo, significante e não-significante, percebida e experimentada diretamente, prática e teórica”<sup>44</sup> (LEFEBVRE, 2014, p. 110).

Outro ponto que Lefebvre aponta é a história do espaço. Pensar na história do espaço é ir além de descrever e dissertar sobre as transformações que o meio passou, mas observar como as relações mudaram com o passar do tempo e como influenciaram na formação dos sujeitos e no espaço. O espaço não deve ser visto como uma simples matéria, nem um simples objeto: “mas sim uma realidade social – ou seja, um conjunto de relações e formas. Esta história é para ser distinguido de um inventário das coisas no espaço (ou o que recentemente foi chamado cultura material ou civilização), como também de ideias e discurso sobre o espaço”<sup>45</sup> (LEFEBVRE, 2014, p. 116). Ainda, a história do espaço pode ser escrita a partir das interações das ações humanas, principalmente, das relações ligadas aos meios de produção. Lefebvre destaca que essa história começa “com o ritmo espaço-temporal da natureza transformado por uma prática social”<sup>46</sup> (LEFEBVRE, 2014, p. 117).

Dentro dessa história do espaço, Lefebvre afirma que o indivíduo vive socialmente no espaço e que as ações desse homem, individual ou coletivamente, colaboram na formação desse espaço e na/ para a formação do indivíduo e das relações que estes estabelecem entre si, visto como o próprio geógrafo afirma é uma relação de coexistência. Desse modo, afirma que o:

Espaço social permanece, assim, o espaço da sociedade, da vida social. O homem não vive por palavras; todos os ‘sujeitos’ estão situados em um espaço em que eles devem reconhecer-se ou perder-se, um espaço que eles podem desfrutar e modificar. Para aderir a este espaço, os indivíduos (crianças, adolescentes) quem estão, paradoxalmente, já dentro dele, devem passar por testes<sup>47</sup> (LEFEBVRE, 2014, p. 32).

---

<sup>44</sup> No original: “Every social space is the outcome of a process with many aspects and many contributing currents, signifying and non-signifying, perceived and directly experienced, practical and theoretical.”

<sup>45</sup> No original: “object but rather a social reality - that is to say, a set of relations and forms. This history is to be distinguished from an inventory of things in space (or what has recently been called material culture or civilization), as also from ideas and discourse about space”.

<sup>46</sup> No original: “with spatio-temporal rhythms of nature as transformed by a social practice”.

<sup>47</sup> No original: “social space thus remains the space of society, of social life. man does not live by words alone; all subjects are situated in a space in which they must either recognize themselves or lose themselves, a space which they may both enjoy and modify. In order to accede to this space, individuals (children, adolescents) who are, paradoxically, already within it, must pass tests”.

Compreender o espaço como um ambiente social, onde as trocas e as relações entre as pessoas ocorrem e onde se mantém a relação entre espaço e os indivíduos na/ para formação tanto das identidades individuais quanto das identidades dos espaços faz-se necessário. Essa compreensão da formação dessas identidades individuais e locais só é capaz se entendermos a história do espaço. Embora seja uma associação paradoxal, a relação entre o homem e o espaço, uma vez que há sempre desafios nessa convivência, quanto mais o homem se apodera da sua noção de inserção no espaço, mas ele se torna capaz de ocupá-lo e desfrutá-lo, contrariamente, o homem também pode se perder dentro desse mesmo espaço. Nesse caso, as obras mostram como esse espaço se configura para a formação tanto das identidades individuais como para a própria constituição do espaço.

Em **Os Retornados**, a constituição do espaço começa através da visão daqueles que abandonam o país. Segundo o narrador, “ninguém naquele avião desejava fazer aquela viagem. Faziam-na porque eram obrigados a fugir do terror da guerra” (MAGALHÃES, 2013, p. 13). Os espaços construídos em Angola, a partir do meado do século XX, marcaram a intensificação do projeto colonialista português. A intensificação da exploração econômica proporcionou uma forte emigração da população portuguesa que fugia de um país fechado, devido ao período militar e as dificuldades econômicas que lá enfrentavam. As colônias africanas apresentavam-se naquele momento uma tábua de salvação nesse contexto. A saída do país demonstra o final de um ciclo da vida dessas pessoas. Diferentemente de Portugal, Angola era um espaço quente e harmonioso, principalmente, quanto à liberdade que lá proporcionava. Ao abandonar o país, todos os espaços construídos são deixados para trás, assim como a perspectiva de futuro.

O olhar que deixavam pela janela redonda do avião perdia cor, perdia vida à medida que iam vendo a baía de Luanda ficar para trás. Os prédios alinhados pela estrada junto à água, o hotel Presidente, a Avenida Marginal, a Fortaleza que trazia à memória os passeios de domingo, e a ilha com um último olhar sobre a Barracuda, restaurantes que era ponto de encontro e que já tinha perdido o brilho de outros tempos. O Clube Náutico, as praias de água límpida e quente, banheira de uma cidade sufocada por um calor e uma humidade que proporcionava a que lá vivia uma vida descontraída, toda ela com sabor a liberdade de terra abrasadora, salpicada por raras chuvas que levantavam um aroma que atravessava as vidas de todos os que daí partiam (MAGALHÃES, 2013, p. 14-15).

Observa-se, no excerto, que os espaços de convivência de uma Angola que aos poucos vai perdendo as cores de outrora, no entanto, permanecem nas memórias daqueles que lá conviveram. Tais espaços, de alguma maneira, fizeram parte da formação da identidade dessas pessoas como também do próprio país. A respeito da Baía, o narrador destaca que ela “era a

face visível de uma país moderno, desenvolvido e que funcionava no Continente como o *el dourado* que muitos milhares procuram e com o qual sonhavam” (MAGALHÃES, 2013, p. 15).

Joana, hospedeira do voo TAP que auxiliara no resgate de uma parcela de sobreviventes da guerra de independência, construiu seu espaço no ar. Desde criança, alimentava a possibilidade de escapar dos espaços fixos da sua casa e do seu país, por isso, o desejo de voar, de explorar novos espaços sempre. Desse modo, “Joana sonhava e voava também para fora do espaço onde todos os dias se sentia viajante. [...] Por isso, sempre que um avião levantava voo [...] ela sabia com todo rigor para onde queria imaginariamente viajar” (MAGALHÃES, 2013, p. 25). Mais do que criar espaços físicos, o homem possui a capacidade de criar espaços imaginários os quais alimentam os sonhos dos indivíduos.

A saída, de forma precipitada desses portugueses das colônias africanas, retrata a “destruição” do espaço português e a retomada dos espaços em África por parte dos autóctones. Os movimentos de libertação em Angola expandiam seus espaços de dominação e “o regresso a Portugal era inevitável e tinha de ser feito a todo o momento e de qualquer maneira” (MAGALHÃES, 2013, p. 54). Esse regresso acometeu o país a sérios problemas de infraestrutura, assim como a reorganização dos espaços. Outro lado da questão do regresso marca-se pela resistência das pessoas em abandonar os espaços. Caso da personagem José Coimbra que, após instalar sua família em Portugal, regressa a Angola, mas agora adaptar-se àquele espaço já não era mais possível. Embora tenha conseguido passar um tempo no país pós-independência, não conseguiu se readaptar ao espaço. Segundo Coimbra, “não havia médicos, nem escolas, porque toda gente se tinha vindo embora. [...] agora, a qualquer hora do dia, dava-se uma volta por Luanda e não se via ninguém na rua. [...] Estava tudo fechado, destruído e pilhado” (MAGALHÃES, 2013, p. 173). Essa falta de pontos de referências que alimentam a noção de pertencimento e ocupação do espaço são responsáveis pela destruição do espaço como a personagem conhecia e, logo, a dificuldade de sentir-se pertencente àquele espaço.

Outra personagem que vê o espaço africano se desfazer é Armando Dinis que, embora tenha voltado após três meses ao país na tentativa de se religar ao espaço e para recuperar algumas coisas que haviam deixado quando da fuga, descobriu que o país já não possuía mais segurança e os espaços de convívio de outrora não existiam mais. Os espaços pessoais, como as propriedades de seu pai, agora eram ocupados por forças militares. Assim, “quando entrou no avião, rumo a Lisboa, Armando fez uma promessa a si próprio: Angola, de onde era natural, onde cresceu, estudou, fez o serviço militar, casou e teve filhos, ‘nunca mais!’” (MAGALHÃES, 2013, p. 176).

Chegados em Portugal, esses retornados possuem a necessidade de construir novos espaços. No entanto, a falta de estrutura para os receber, as hostilidades alimentadas entre os portugueses continentais para com essas pessoas e a falta de perspectiva, inicialmente, foram grandes dificuldades para a construção dos espaços. Apesar dessas dificuldades, o romance apresenta apenas histórias dos retornados que prosperam, sem mostrar as dificuldades por eles passados, diferentemente da História oficial. A história de vida da personagem Francisco Martins é a que apresenta os maiores contrastes quanto ao processo de adaptação. Logo depois da chegada, o pai adoece e morre de cancro. A mãe está desempregada e a irmã grávida, mas conseguiu arrumar um emprego e se formar com distinção, arrumando emprego em um dos maiores bancos do país. Essa visão de apenas prosperidade é uma das principais críticas ao romance. Diferentemente de outros romances, a obra de Magalhães demonstra que todos os retornados retratados conseguiram uma adaptação em Portugal, sem muitas dificuldades, e tornaram-se pessoas bem-sucedidas, assim como eram em Angola.

Permanecendo com os romances de ficção, em **O retorno**, a construção do espaço apresenta algumas semelhanças. Para Mário, o espaço construído está pautado nos meios de produção. “Um homem pertence ao sítio que lhe dá de comer a não ser que tenha um coração ingrato [...] Um homem tem de seguir o trabalho como o carro segue os bois” (CARDOSO, 2012, p. 11). Além disso, a dificuldade em adaptar-se em Angola, levou D. Glória a desenvolver problemas de saúde e seu espaço se restringia a casa e ao quintal, onde cultivava a suas flores. Rui, por sua vez, idealiza o espaço com o qual se relacionará ao chegar à metrópole, as cerejas, as meninas, os locais, tudo é supervalorizado na imaginação do menino, assim como as cerejas.

A relação como o espaço modifica-se a partir da alteração do quadro histórico do país. A intensificação da guerra e a iminência da saída desfaz as relações mais cotidianas com o espaço, assim como o comportamento das pessoas. Como o menino Rui afirma: “o pai não era assim antes de isto ter começado. Isto são os tiros que se ouvem no bairro acima do nosso” (CARDOSO, 2012, p. 7). No entanto, na percepção ingênua do menino, há uma certa normalidade na movimentação da casa, exceto pelo silêncio, conforme ele diz: “a única diferença é que estamos mais calados. Dantes falávamos do trabalho do pai, da escola, dos vizinhos [...]” (CARDOSO, 2012, p. 9). Além disso, a ausência das pessoas deixava os espaços ocupados por elas vazios. Embora não fizessem ou recebessem visitas, Rui afirma que “insistimos em pormenores insignificantes” (CARDOSO, 2012, p. 8). A respeito dessas ausências, declara que “agora já não há ninguém para visitar-nos mas mesmo antes de isto ter começo era raro termos visitas” (CARDOSO, 2012, p. 8).

A guerra colonial e, posteriormente, a guerra civil apresentam-se como um “isto” não determinado, inominado. Em meio à guerra, as memórias da construção desse espaço emergem com a história da chegada à colônia e as primeiras impressões da terra e dos pretos. O enxoval preparado pelas próprias mãos de D. Glória é o responsável pela construção do seu espaço em Angola. Já com a saída do país, Mário destrói alguns itens, demonstrando que a saída representa também a destruição do espaço construído por eles.

Quando chegaram à Portugal, foi necessário estabelecer um novo espaço para que pudessem começar a se reestabelecerem. Alojados em um hotel, embora fosse um espaço provisório, a gerente do hotel garantia que, na permanência deles, não sofreriam novamente com a perda daquele espaço, como a própria afirma: “mas uma coisa posso garantir-vos, ninguém vos põe na rua sem mais nem menos” (CARDOSO, 2012, p. 72). Ao perceber que estavam num quarto de hotel, lembravam-se que compartilhavam o mesmo quarto apenas quando eram pequenos: “Na casa antiga eu e a minha irmã partilhávamos o quarto mas éramos pequenos” (CARDOSO, 2012, p. 75). Era a primeira vez que partilhavam o mesmo quarto com sua mãe; eram a primeira vez que explorariam um novo espaço e, principalmente, sem a presença do pai.

A denominação de retornados, dada pelos jornais e pelo IARN, marca o espaço que essas pessoas iriam ocupar, embora não compreendessem o significado daquele título. Na escola, marca o espaço do sentimento de desprezo por parte dos professores, marca a diferença pelas roupas, marca o lanche grátis para os que possuem o cartão de alimentação, nos grupos sociais criados na escola. Os retornados são sempre vistos como selvagens ou como aqueles não sabem os conteúdos ensinados. Ocupam um lugar específico na divisão de sala de aula e passam ocupar um espaço onde o nome não é mencionado.

Entretanto, Rui imaginava que, quando estivessem no Brasil, em um novo espaço, diferente daquele que denunciava que eram retornados, sua irmã seria mais feliz, como diz: “Quando nos formos embora daqui minha irmã vai voltar a ser como era” (CARDOSO, 2012, p. 150). Novamente, o sentimento de estranhamento, de não pertencimento é relatado como um mal que afeta as pessoas. Talvez a cura para esses males estaria em outro espaço, um espaço semelhante ao de Angola, como imagina o menino narrador: “Quando estivermos no Brasil a minha irmã gostar outra vez de esticar os caracóis e de pôs bonita para ir às festas, de ler telenovelas, no Brasil não há frio e há frutas como as de lá, a minha irmã pode comer pitangas que quiser” (CARDOSO, 2012, p. 150)

Dentro do hotel, o espaço é ocupado pelas memórias que alimentava as constantes discussões a respeito de qual colônia era a mais importante. Rui afastado da discussão percebe

que “às vezes os de Angola e os de Moçambique desentendem-se acerca de qual era a melhor colónia, as outras colónias quase não contam” (CARDOSO, 2012, p. 88). Entretanto, apesar dessa discussão, o menino afirma que: “não consigo perceber porque é discutem tanto qual era a melhor colónia se já perdemos as duas. Quer dizer, Angola ainda é nossa mas só até ao dia 11 de novembro” (CARDOSO, 2012, p. 88). O menino começa a ter consciência de que aquele espaço construído em Angola já não existe mais. Embora tenha essa consciência quanto ao país, o espaço de seu pai Mário dentro da família permanece, apesar da falta de notícias sobre ele, como explica o menino: “As mesas do restaurante têm quatro lugares e a cada refeição o lugar vazio lembra-nos que o pai ainda não chegou. Sentimos a ausência do pai em qualquer sítio mas à mesa é pior [...]” (CARDOSO, 2012, p. 88-89). Entretanto, alimentam a esperança de seu retorno, principalmente para D. Glória. “O pai não está mas continuamos sem desmenti-la, o lugar vazio faz as vezes do pai. O lugar está vazio mas o pai vai chegar, se o pai não estivesse para chegar não estavam ali os talheres, o prato e o copo” (CARDOSO, 2012, p. 91).

A hostilidade entre portugueses continentais e os retornados marca a disputa pelos espaços urbanos. Torna-se comum, na visão do menino, as desavenças entre “os de cá” e os retornados. Embora possuam seu “espaço de confinamento” no hotel, a quantidade de pessoas aglomeradas e a falta de perspectiva entre os alojados também causam problemas na convivência. Rui afirma que explorar a cidade era uma oportunidade de movimentar-se para além do espaço do hotel, apesar de sentirem a resistência de alguns. Além disso, a separação a partir da expressão “os de cá” ressalta a diferença de origem dos espaços que essas pessoas ocupam ou ocuparam e, ainda, o sentimento de estranhamento, de não pertencimento permanece como se demonstra com o emprego da palavra *metrópole*, demarcando novamente que continuam a pertencer às colônias.

A *metrópole* tem comboios diferentes dos de lá, comboios onde as pessoas vão todos os dias para os empregos. Lá não havia destes comboios, só os de carga onde os pretos iam pendurados nas portas dos vagões. Gostamos de ir ver os comboios e de armar estrilho<sup>48</sup>. Os de cá ficam furiosos connosco mas não queremos saber, de qualquer maneira os de cá não gostam de nós. Também é bom sair do hotel. Um hotel tão grande torna-se pequeno com tanta gente sem nada para fazer a não ser andar de um lado para o outro. Já conheço o hotel de trás para frente e já conheço toda a gente (CARDOSO, 2012, p. 101-102).

O intenso sentimento de que ainda pertencem à África faz com que os retornados recriem espaços e rituais que os caracterizam enquanto seres em diferente espaço. Embora

---

<sup>48</sup> Confusão, desordem.

faltem elementos tradicionais, a sensação de recriar um pouco de Angola, nos jardins do hotel, serve de consolo para eles. Descreve o menino esse momento:

O Sr. Norberto foi buscar o fogareiro e foi uma festa, fomos ao talho comprar uns frangos, era como se estivéssemos lá, só faltava o jindungo, umas Cucas e uns merengues, tínhamos um rádio mas dava canções revolucionárias, os de cá estão sempre a ouvir canções revolucionárias, são canções tão más que nem servem para danças (CARDOSO, 2012, p. 120).

Rui já não tinha mais a certeza de que seu pai retornaria para eles, especialmente, com a aproximação da independência de Angola. Aos poucos, o menino percebe que é necessário (re)construir seu espaço naquele país, era preciso uma mudança no comportamento, principalmente, em relação à resistência que alimentavam contra o país. Desse modo, pensa que “esta terra nos pertence enquanto não lhe conhecermos o coração, enquanto não lhe conhecermos o coração esta terra não guardará as nossas marcas nem reconhecerá os nossos passos” (CARDOSO, 2012, p. 151). Diante dessa perspectiva, Rui percebe que “um quarto pode ser uma casa e este quarto e esta varanda de onde se vê o mar é nossa casa” (CARDOSO, 2012, p. 163). Essa percepção de Rui é uma transformação fundamental no olhar alimentado do narrador para a terra. Embora acreditasse que, temporariamente, “este quarto e esta varanda de onde se vê o mar é nossa casa enquanto não vamos para a América” (CARDOSO, 2012, p. 173).

A chegada do pai redentor, tão semelhante ao Sebastianismo<sup>49</sup>, desperta uma onda de esperança em Rui e sua família. Com o pai, os espaços seriam redefinidos: “O pai tirar-nos daqui, o pai vai arranjar maneira de nos tirar daqui” (CARDOSO, 2012, p. 234). Mário busca meios de construir um espaço para sua família em um país que também está em construção. A ideia de se unir a outros retornados e fundar uma fábrica de blocos de cimentos era o que motivava Mário a permanecer no país. A saída do hotel e a ida para casa, para o espaço deles, mesmo que simples, os acalentavam a alma. Como Rui afirma: “para nós a espera acabou. Amanhã vamo-nos embora do hotel. Amanhã já dormimos na casa nova” (CARDOSO, 2012, p. 238). Diferentemente de Rui, que acreditou que um quarto de hotel poderia ser o lugar deles, D. Glória nunca teve essa crença e o menino conta que “a mãe é quem está mais feliz com a casa nova porque foi a única que nunca acreditou, nem por um segundo, que um quarto e uma varanda podem ser uma casa” (CARDOSO, 2012, p. 240).

---

<sup>49</sup> Crença mística, propagada em Portugal, logo após o desaparecimento de D. Sebastião, segundo a qual este rei, como um novo messias, retornaria para levar o país a outros apogeus de glórias e conquistas.

Ao retornar, o pai traz consigo a certeza de que o espaço em Angola já não mais existia e era preciso esquecer os desejos e as esperanças de retornar à África e construir uma nova realidade em Portugal. Assim, Mário convocava aos retornados a construir uma nova nação, como o pai afirma: “vamos construir uma nação nova, todos juntos, brancos e pretos, vamos construir uma nação mais rica que a América” (CARDOSO, 2017, p. 250). É nessa certeza de produzir um novo espaço em Portugal, uma vida diferente em que uniria brancos e pretos, os de lá e os de cá, que Mário sentencia que “agora já não há África, a galinha dos ovos de ouro acabou, os de cá não podem continuar parados, tem que se fazer alguma coisa, ou fazermos alguma coisa ou deitamo-nos ao mar, que se morre mais depressa afogado do que de fome” (CARDOSO, 2012, p. 255). Desse modo, começam a reconstruir sua vida, seu espaço em Portugal.

Do mesmo modo que os romances **Os Retornados** e **O retorno** criam espaços no contexto da ocupação em África e durante o retorno a Portugal, os romances autobiográficos **Sabor de Maboque** e **Caderno de memórias coloniais** recriam os espaços de África através das memórias. Dessa forma, Figueiredo construiu seu espaço através de uma visão colonialista enquanto menina branca em relação aos pretos, retratando os espaços sociais por ela ocupados dentro de sua condição e a relação que sua família estabelece, especialmente, como os pretos. Já Braga reconstrói os espaços da infância em Angola e o período traumático até a saída forçada que trouxe sua família até o Brasil.

Reconstruindo os espaços coloniais, longe de uma visão suavezinha, Figueiredo retrata os espaços físicos e sociais que sua família e ela ocupam. Dentro dessa estrutura colonial, as conversas sobre a diferença entre brancos e pretos, enfatizado pelos elementos que o distinguem, além da cor da pele, a liberdade sexual que as pretas possuem e as diferenças fisiológicas como sua mãe e outras mulheres apontam, demarcam o espaço excludente que ocupam. Há uma procura das pretas para realização dos desejos sexuais mais instintivos e de conhecimento das mulheres brancas que não se opõem a esse estatuto, como Figueiredo mostra: “As pretas eram todas iguais e eles não distinguiam a Madalena Xinguile da Emília Cachamba, a não ser pela cor da capulana ou pelo feitio do teta” (FIGUEIREDO, 2011, p. 13). Enquanto as pretas ocupam o caniço, considerado o espaço dos selvagens, as brancas permanecem no espaço doméstico e eram procuradas apenas para o “cumprimento das suas obrigações matrimoniais, sempre como sacrifício” (FIGUEIREDO, 2011, p. 13).

O pai da narradora se coloca nesse espaço social, como o típico colonizador, branco, ocidental, destinado a levar a civilização aos pretos. Dentro dessa configuração, a questão sexual é uma das características que se destaca no pai que o descreve a partir de suas atitudes e



gestos, “os olhos a sorrir simultaneamente com a boca, a sensualidade viril das mãos, braços, pés, pernas... uma pessoa que escutasse a maliciosa rapidez de sua resposta, o sentido de humor permanente e dúbio desse gigante percebia que aquele homem gostava de foder” (FIGUEIREDO, 2011, p. 17). Embora sua mãe percebesse os envolvimento de seu marido com as pretas, a ela cabia o espaço da casa, da mulher branca subserviente que consciente das incursões ao caniço, compreende e não se opõe. Ela “fazia de conta que não percebia. Calava-se. Que opção havia?!” (FIGUEIREDO, 2011, p. 19).

Outro espaço ocupado por seu pai era o do colonizador empregador dos pretos. Em sua missão de levar energia elétrica a Lourenço Marques, o pai da narradora empregava os pretos para ajudar nessa tarefa. A recusa de contratar funcionários está relacionada ao alto custo e não poder ser valer de castigos corporais como “forma pedagógica” como fazia com os pretos, que apanhavam para aprenderem a trabalhar. Nas palavras da narradora, observa-se os espaços que brancos e pretos ocupavam na sociedade naquele momento: “Um branco saía caro, porque a um branco não se podia dar porrada [...] um branco servia para chefe, servia para ordenar, vigiar mandar trabalhar os preguiçosos que não faziam nenhum, a não ser a força” (FIGUEIREDO, 2011, p. 24).

Embora gozasse do seu estatuto de filha do colonizador, Figueiredo demonstra uma visão oposta da sua família, visto que estabeleceu amizade com um preto e, em muitos casos, praticava atividades destinada aos pretos como uma forma de transgressão às regras sociais impostas, como vender mangas sentada no chão, assim como fazem as pretas. Ainda que mantivesse esse comportamento compadecido pelos pretos, enquanto branca, filha de colonizadores, a menina assume seu espaço dentro da cadeia social e faz valer seu poder, seu direito, ao agredir uma mulata.

A narradora mostra que os pretos tinham espaços restrito a eles, como no cinema: “alguns negros iam ao cinema. Calçavam-se e vestiam roupa europeia remenda. Sentavam-se na primeira plateia, e, eventualmente, em dias pouco frequentados, na primeira fila da segunda plateia” (FIGUEIREDO, 2011, p. 46). Embora, estivessem no espaço dos brancos, teriam que adotar alguns comportamentos estabelecidos socialmente, como vestir-se adequadamente, calçar os sapatos e “um preto, lá da primeira plateia, nunca olhava para trás por bons motivos. Ou lançava o amarelo olho contra-natura às brancas, o procurava o que roubar, ou destilava ódio” (FIGUEIREDO, 2011, p. 46). Apesar dos pretos ocuparem os espaços sociais que lhes foram destinados pelos brancos, aos domingos, dia de descanso, eles tomavam seus espaços e desfrutavam da folga à sua maneira. Era o dia em que se sentiam patrões, quase brancos, embora

soubessem que toda aquela diversão acabaria ao raiar do sol de segunda, quando retornariam a seus espaços, servindo aos brancos.

Com a intensificação dos movimentos pela independência de Moçambique e algumas transformações políticas e sociais em Portugal, os brancos começam a perder espaço e direito dentro da sociedade. A chegada das tropas portuguesas garantiria a defesa desses espaços. Embora não tivessem a consciência da guerra, acreditavam que seu direito àqueles espaços estaria assegurando, como a narradora mostra que a responsabilidade dos conflitos era daqueles que queriam roubar as terras dos portugueses: “Os turras, todos ladrões queriam roubar a terra aos portugueses” (FIGUEIREDO, 2011, p. 64).

A notícia da Revolução de Abril de 1974, alimentava a expectativa de todos sobre a posse do país. Segundo Figueiredo, seu pai “animava-se na conversa com outros homens, e eu escutava, desinteressadamente” (FIGUEIREDO, 2011, p. 75). Com o fim do período Marcelista, acreditavam que Moçambique passaria para o domínio dos brancos. Nessa crença, exclamavam que: “Finalmente, África ia ser nossa! Finalmente, íamos deixar de pagar imposto aos cabrões da Metrópole! Agora, poderíamos prosperar e fazer da nossa terra uma Califórnia” (FIGUEIREDO, 2011, p. 77). No entanto, o aumento das instabilidades políticas e sociais no país aumentavam, com notícias de massacres e deslocamento de pessoas para Portugal. Embora, ainda acreditassem na vitória dos brancos sobre os pretos, principalmente pelo seu pai, a independência colocou um ponto final na história dos brancos no país. Segundo Figueiredo, a transição política, na visão de seu pai, foi feita de maneira errada e “aquilo que entregaram aos pretos deviam tê-lo entregue a nós, que logo tratávamos da negralhada” (FIGUEIREDO, 2011, p. 83).

Com a perda dos espaços em Moçambique para os pretos e o medo de que algo acontecesse com sua filha, seu pai a envia para Portugal na casa de sua avó, até o momento em que o restante da família pudesse se encontrar como a menina. Enquanto percorria os espaços para sair do país, a menina narradora acreditava que aquela seria a última vez que percorreria aqueles espaços e como expressa: “não valia pena fixar uma imagem. Tudo se extinguiria depressa. Não voltaria a esse lugar, que sendo minha terra, não me pertencia” (FIGUEIREDO, 2011, p. 87). Além disso, os espaços que antes pertenciam aos brancos, paulatinamente, passam a ser ocupados e dominados pelos negros. Desse modo, Figueiredo narra que: “Uns meses depois, o comité avisou que as casas saqueadas e desabitadas, não regressando os proprietários, seriam ocupadas pela população da palhota. Para os brancos, nada havia a que regressar” (FIGUEIREDO, 2011, p. 95).

Ao chegar em Portugal, a menina não se encontra em espaço familiar. A hostilidade dos próprios parentes em relação à menina dificultava a adaptação naquele primeiro momento. Seus parentes a julgavam e sentenciavam frases como “Ah, não gostas de bofe com arroz? Andaste a roubar os pretos e julgas que havemos de te ser vir camarão num prato de ouro!” (FIGUEIREDO, 2011, p. 115). Embora não alimentasse a discussão com essas pessoas, a narradora percebe que há várias faces da história e “todos os lados possuem uma verdade indesmentível” (FIGUEIREDO, 2011, p. 115). Agora, era necessário adaptar-se à nova realidade, ocupar um novo espaço dentro da cadeia social. Deixava de ser a filha do colonizador e devia se habituar-se a sua nova condição de retornada. Em meio a tanto sofrimento de adaptação, o sentimento de ser uma desterrada, assim como afirma: “dentro de mim haver uma terra da qual sou desterrada” (FIGUEIREDO, 2011, p. 133). Mácula essa que levaria para sempre dentro de si.

Por último, seguindo os romances autobiográficos, em **Sabor de Maboque**, a construção dos espaços pela narradora, mostra os espaços físicos em que a menina Dulce frequentava em sua infância. Espaços reconstruídos pela memória de uma infância, transpassados pela guerra e pelo trauma de sair do país que considerava como seu. Esse panorama se desenha a partir da estadia em Portugal, onde observava que havia algo de diferente com aquele espaço. Ao chegar em Angola, percebia que o cenário política estava muito agitado e que o “terrorismo na colônia havia sido substituído por movimentos de libertação” (BRAGA, 2009, p. 27). E conclui que: “se em Portugal parecia que o vulcão ia entrar em erupção, em Angola a lava, embora sutil, já tinha começado a deslizar” (BRAGA, 2009, p. 35).

Já tendo completado a idade de ir para o colégio interno, a menina deixa o espaço familiar e passa a viver, sozinha, em Silva Porto, espaço onde estavam os melhores colégios de Angola e onde os filhos dos brancos eram mandados para completar seus estudos. A menina Dulce começa a explorar esse novo espaço o qual seria, durante muito tempo, seu espaço de vivência. Desse modo, alegre em chegar a seu destino, descreve aquele espaço de “ruas alcatroadas e ladeadas de árvores pintadas de branco até a metade do tronco sempre me impressionavam pela largura. Diziam ser assim por exigência do progresso num futuro próximo” (BRAGA, 2009, p. 38). A chegada ao colégio, com suas grandes portas, desperta na menina um misto de ansiedade e curiosidade por aquele espaço a ser explorado naqueles anos que deveria permanecer como interna. Diferentemente da liberdade que gozava no espaço familiar, Dulce se adaptava à realidade da vida sob o controle das irmãs e da constante vigília das regras e proibições do colégio.

Os tumultos observados em toda Angola, aos poucos, se refletiam nos espaços familiares. Segundo a narradora, “logo após meu retorno da quase ex-metrópole, havia uma preocupação palpável com relação aos tumultos generalizados que tomavam conta de algumas cidades e vilas da quase ex-colônia” (BRAGA, 2009, p. 59). A fazenda da família Tavares estava sob o espaço comandado pela UNITA, embora se apresentasse por lá uma certa tranquilidade. Outros espaços ao redor haviam conflitos que punham “em risco as populações, independente da religião, condição socioeconômica, raça ou etnia” (BRAGA, 2009, p. 59).

A preocupação com a crescente onda de violência pelo país, levou o pai de Dulce a pronunciar-se pela primeira vez sobre a saída de Angola e a busca de refúgio em outro país, principalmente, para as mulheres e os filhos, enquanto os homens permaneceriam no país. Dessa maneira, as agitações políticas do início do ano de 1975 dividiram o país em dois espaços dominados pelo MPLA, com o apoio da ex-URSS e Cuba, enquanto a UNITA e a FNLA contavam com o apoio dos Estados Unidos. Essa divisão dificultava o trânsito entre esses espaços pelo país. Havia a necessidade de uma filiação a um dos movimentos. Em Silva Porto, onde a menina se encontrava, “estava ficando muito diferente. Já se respirava uma certa insegurança ao se caminhar pelas ruas, antes tão pacatas” (BRAGA, 2009, p. 75).

Essas alterações nos espaços, antes tranquilos, como afirmava a narradora, levaram muitas pessoas a abandonar o interior do país e buscar refúgio em cidades como Luanda ou Nova Lisboa que apresentavam um cenário mais calmo naquele momento. A pequena Nharêa, segundo a narradora, nos princípios de julho, tornava-se espaço das forças do exército da UNITA, tendo suas poucas ruas tomadas por “ex-guerrilheiros ou jovens recém-recrutados, sem nenhum preparo militar, rapazes na maioria trajando roupas civis sujas e esfarrapadas ou na melhor das hipóteses, fardas surradas” (BRAGA, 2009, p. 83). O espaço do colonizador é transformado no espaço da guerra civil entre os movimentos de libertação que, até então, lutavam contra o colonialismo português.

Com todas as transformações no cenário político e ao abandonar a casa em Nharêa, a menina Dulce se conscientiza de que o retorno àquele espaço já não era mais possível. Dessa maneira, deixa para trás todos os seus pertences e, ao jogar a chave de seu quarto pela janela do carro, encerra seu espaço na fazenda, que permanecerá apenas na memória. Entretanto, antes de sair Nharêa, Dulce buscou guardar todas as sensações possíveis em sua memória, quando diz: “queria sentir o cheiro da terra, sorver o máximo de ar, registrar para sempre as imagens e absorver tudo o que me rodeava. [...] Sentia meu coração flutuar aflito como um balão à deriva no céu” (BRAGA, 2009, p. 141). Até as coisas que lhe desagradavam naquele espaço tornaram-se irrelevantes naquele momento da partida.

Já em Luanda, um espaço conhecido por Dulce, o caos estava instaurado devido à guerra civil e ao fluxo de pessoas que procuram a cidade, enquanto aguardavam os voos para sair do país. Assim como em Nharêa, “nas ruas de Luanda só se viam militares do MPLA, às dúzias por metro quadrado!” (BRAGA, 2009, p. 163). A casa que os recebera nas últimas férias em Angola, onde as férias “tinham sido esplendorosas” (BRAGA, 2009, p. 164), havia se transformado em um lugar hostil e como relembra a narradora: “ao longe, muito ao longe, pareceu-me ouvir repetidos sons de tiros e bombas explodindo” (BRAGA, 2009, p. 165).

Ao sair de Angola junto de sua família e pegar o voo para o Brasil, Dulce embarca em um processo de esquecer dos espaços que ocupava em África, na tentativa de afastar-se de todos os sofrimentos causados pelos últimos momentos vividos naqueles espaços em Angola. Acabava o sentimento, como afirma a narradora: “estamos morrendo com essa morte em contagotas” (BRAGA, 2009, p. 209). O próprio voo transformava-se em espaço de segurança, diferente dos últimos espaços em terra que haviam passados pelos últimos tempos. Assim, afirma que: “o conforto e o aconchego que o voo trazia, ao me afastar dos tiros, da fome, da sede, do medo, da angústia e da morte pairando como eterna ameaça” (BRAGA, 2009, p. 219).

Instalados no Brasil, “retornando ou não para Portugal, a vida deveria seguir sua rotina normal” (BRAGA, 2009, p. 224). Dessa maneira, Dulce começava um processo de adaptação ao país, de construção de um novo espaço e o afastamento daquilo que a lembrasse de sua origem, soterrando no espaço do esquecimento, “lembranças, vivências, palavras em umbundo, sabores, amizades e um amor” (BRAGA, 2009, p. 226). Processo esse que levou, em pouco tempo, a perda do sotaque e o enclausuramento de suas memórias, abertos apenas pelo sabor de moboque anos mais tarde, quando pode construir um espaço onde pudesse partilhar essas memórias.

#### **4.2.1 Entre o Lugar e o *Home***

Estando o homem dentro de um espaço social e sendo capaz de desfrutá-lo ou modificá-lo, pode-se perceber que quanto mais profundas são as relações que ele estabelece com o espaço, mais íntimo o espaço se torna para sujeito. Desse modo, Tuan afirma que “quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar” (TUAN, 2013, p. 96) ou “o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado” (TUAN, 2013, p. 167). Essa transformação do espaço em Lugar<sup>50</sup> é resultado das experiências que esse homem possui

---

<sup>50</sup> Adota-se Lugar com letra maiúscula como um substantivo próprio.

ao longo da vida. Em **Topofilia**, Tuan afirma que a visão de mundo que o homem adquire com a experiência “é parcialmente pessoal, em grande parte social” (TUAN, 2012, p. 19). É a partir dessa familiaridade com o espaço, as relações pessoais e sociais estabelecidas, que se deve observar o modo como o homem ocupa esses Lugares.

Desse modo, vale lembrar das palavras de Martin Heidegger: “[...] é a poesia que traz o homem para a terra, para ela, e assim o traz para uma habitar” (HEIDEGGER, 2002, p. 169). Nesse ensaio, “[...] poeticamente o homem habita [...]”, o filósofo alemão inicia seu pensamento a partir do questionamento se o homem é capaz de habitar poeticamente como os poetas. Segundo ele, o homem vive uma crise habitacional, uma vez que esse habitar “está açulado pelo trabalho, revolvido pela caça de vantagens e sucesso, enfeitado pelo lazer e descanso organizado” (HEIDEGGER, 2002, p. 165). Nessa discussão sobre a poesia de Hölderlin, Heidegger debate sobre o mérito das ações do homem e o sentido de construir e de habitar:

Na verdade, em seu habitar, o homem se mostra digno de muitos méritos. O homem cuida do crescimento das coisas da terra e colhe o que ali cresce. Cuidar e colher (*colere, cultura*) é um modo de construir. O homem constrói não apenas o que se desdobra a partir de si mesmo num crescimento. Ele também constrói no sentido de *aedificare*, edificando o que não pode surgir e manter-se mediante um crescimento. Construídas e edificadas são, nesse sentido, não somente as construções, mas todos os trabalhos feitos com a mão e instaurados pelo homem. No entanto, os méritos dessas múltiplas construções nunca conseguem preencher a essência do habitar. Ao contrário: elas chegam mesmo a vedar para o habitar a sua essência, tão logo sejam perseguidas e conquistadas somente com vistas a elas mesmas. São os méritos que, em virtude de sua abundância, comprimem por toda parte o habitar aos limites das construções acima descrita. Disso resulta o preenchimento das necessidades habitacionais. No sentido do cuidado construtor com o crescimento, da edificação de construções e obras e da confecção de instrumentos, construir é precisamente, uma consequência do habitar e não a sua razão de ser ou mesmo a sua fundamentação. Essa deve acontecer num outro sentido de construir. Construir, na acepção habitual, assumida, na maior parte das vezes, como exclusiva e por isso a única conhecida, traz sem dúvidas para o habitar muitos méritos. O homem, no entanto, só consegue habitar após ter construído num outro modo e quando constrói e continua a construir na compenetração de um sentido (HEIDEGGER, 2002, p. 168-169).

Mais do que o lado físico da noção de construção, Heidegger trabalha com a perspectiva da construção de sentido diante da ocupação dos lugares. Habitar é, no sentido heideggeriano, construir e manter relações de significado entre os indivíduos e os espaços que esses ocupam. Esses laços, essas relações significativas, estabelecem os sentimentos de pertencimento.

Edward Relph (2014), em seu artigo “Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de lugar”, traz alguns conceitos básicos que colaboram para a compreensão do Lugar enquanto

esse espaço transformado pela experiência humana, pelo modo como o homem se relaciona com o mundo. Assim, afirma que o sentimento de pertencimento, o estabelecimento de raízes deve ser analisado a partir da experiência do homem. Esse Lugar “é muitas vezes entendido como o onde se tem nossas raízes, o que sugere uma profunda associação e pertencimento, mas também imobilidade” (RELPH, 2014, p. 24). Relph defende que o Lugar é resultado de processo de construção, não apenas física, mas conforme acredita que os diferentes Lugares “só podem ser feitos por quem vive e trabalha neles, pois são tais pessoas que conseguem entender de forma conjunta as construções, atividades e significados” (RELPH, 2014, p. 26). De maneira que arquiteto e projetistas, em sua necessidade de construir lugares, só podem oferecer a infraestrutura necessária para que os indivíduos, ao ocuparem esses espaços por eles projetados, possam construir Lugares ou não.

Novamente, Relph defende que o Lugar é constituído por centros de significados da experiência humana, no contexto dos espaços vividos na vida cotidiana. E complementa que para entender o Lugar como centro dessas experiências humanas, deve-se focar nas intenções e propósitos desses significados. Segundo o autor:

Os tipos de significados e funções, definindo lugares não precisam ser o mesmo para todos os grupos culturais, nem fazem centros têm de ser claramente demarcados por características físicas, mas eles devem ter um interior que pode ser experimentado como algo diferente de fora<sup>51</sup> (RELPH, 2008, p. 22).

Além de um lado baseado na experiência individual que o Lugar carrega consigo em sua concepção, Relph defende o Lugar também como espaço de reunião de pessoas. Segundo o geógrafo, “como indivíduos e membros de comunidades, nos conectamos com o mundo por meio de lugares que geralmente possuem nomes ou identidades específicas” (RELPH, 2014, p. 22). Nesses Lugares, os indivíduos são capazes de relacionar-se tanto entre si quanto como esse espaço, visto que:

Um lugar “reúne” ou aglutina qualidades, experiências e significados em nossa experiência imediata, e o nome se refere a lugar de uma reunião específica e única. Qualquer parte sem nome que não reúne não é um lugar, Lugar (em oposição a um lugar) tem em si o conceito de especificidade e abertura, que acontece em virtude da reunião (RELPH, 2014, p. 22).

---

<sup>51</sup> No original: “the types of meanings and functions defining places need not be the same for all cultural groups, nor do centers have to be clearly demarcated by physical features, but they must have an inside that can be experienced as something differing from outside”.

Relph explica que todos os dias os Lugares são experienciados não de modo independente, mas se relacionam entre si, participando da formação das experiências pessoais que os indivíduos adquirem ao longo desse dia, ao longo da vida, compondo sua rotina, seus rituais, sua identidade e, até mesmo, sua concepção de Lugar, de pertencimento. No artigo “O triunfo do lugar sobre o espaço”, João Baptista Ferreira de Mello afirma que enquanto os espaços “guardam mistérios, dores e desesperanças” (MELLO, 2014, p. 33) dos homens, os Lugares relacionam-se ao “aconchego, o trabalho, as festas, os atritos e as recordações” (MELLO, 2014, p. 33). Enquanto os espaços são lugares fechados, escuros e sufocados; os Lugares apresentam-se amplos, de extrema luminosidade, “conduzidos pelas relações do dia a dia, do labor, da arte, do lazer, da religiosidade e de toda sorte de elementos, em meio à abnegação, ócio e prazer efetivados pelos seres humanos” (MELLO, 2014, p. 33). Mello esclarece: “na imensidão ou no recolhimento, o ser humano percorre espaços e lugares, espontânea ou contingencialmente. Na realidade, o homem migra<sup>52</sup> por meio do pensamento, caminhando com os próprios pés ou recorrendo a veículos rústicos ou sofisticados” (MELLO, 2014, p. 35).

Outro ponto abordado por Relph é o Lugar relacionado à paisagem. Essa paisagem remete diretamente às características visuais, sendo importante para a formação do Lugar, tanto como as atividades humanas concentradas nesse lugar, como as reflexões sobre valores e intenções que este lugar desperta. Desse modo, o geógrafo afirma que não há estranhamento no retorno a um Lugar familiar após um tempo de afastamento e sentir que houve muitas transformações, mesmo que haja essas tenham sido superficiais. Na verdade, ele explica que “antes nós estávamos envolvidos na cena, agora nós somos um forasteiro, um observador, e podemos recapturar o significado do antigo lugar somente por algum ato da memória<sup>53</sup>” (RELPH, 2008, p. 31).

Além disso, Relph diferencia os Lugares a partir das experiências em grupo ou em relação à construção de lugares privados e/ ou pessoais. A relação do grupo, da comunidade em que o indivíduo se insere, reforça o sentido de identidade desses, assim como a percepção de identidade que esse Lugar possui. No entanto, ele adverte que, em alguns casos, a noção de identidade do Lugar é por empresas ou por meio de campanhas político-publicitárias. Relph esclarece que: “a identidade de lugar tem sido manipulada e até mesmo inventada por empresas

---

<sup>52</sup> O termo migração ampliou seu significado não apenas mais para os deslocamentos permanentes como também para os igualmente rotineiros e momentâneos.

<sup>53</sup> No original: “before we were involved in the scene, now we are an outsider, an observer, and can recapture the significance of the former place only by some act of memory”.



de desenvolvimento que visam ao lucro e por políticos da cidade, para atrair investimentos e turismo. Identidades de lugares podem ser baseadas em uma vaga ligação histórica ou fictícia” (RELPH, 2014, p. 27). Desse modo, resume essa relação entre Lugar e a comunidade/ grupo, afirmando que “as pessoas são o seu lugar e um lugar é o seu povo”<sup>54</sup> (RELPH, 2008, p. 34).

Ainda sobre a construção pública da identidade, observa-se que há uma diferença entre uma identidade de massa e a identidade coletiva/ comunitária. Segundo Relph, a identidade de massa é construída a partir de estereótipos criados arbitrariamente. Em suas palavras, as “identidades de massa são baseadas não em símbolos e significados, e valores estabelecidos, mas em estereótipos eloquentes e artificiais criados arbitrariamente e mesmo sinteticamente”<sup>55</sup> (RELPH, 2008, p. 58). Quanto à identidade coletiva/ comunitária, “tendo sido desenvolvida através das experiências em comunhão ou em comunidade, elas perdurarão conquanto os símbolos e os significados daquele lugar reter seus significados” (RELPH, 2008, p. 60). Assim, ressalta que a identidade de massa é construída de modo superficial e arbitrário, logo, não produz raízes ou sentimento de pertencimento ao Lugar. Ao contrário, as identidades desenvolvidas a partir das experiências individuais e comunitárias constituem fonte de permanência e produzem um maior enraizamento quanto ao senso de pertencimento.

Essa noção de identidade que reside sob um Lugar é baseada na ressignificação diária das características que o representam. Relph afirma que “aparência física, atividades e significados são as matérias-primas da identidade, e as conexões entre elas são as relações estruturais elementares de que a identidade<sup>56</sup>” (RELPH, 2008, p. 48). No entanto, cabe ressaltar que a percepção de identidade varia conforme os indivíduos, bem como com os grupos. Através dessa variação, pode-se afirmar que “a imagem de um lugar consiste em todos os elementos associados com a experiência dos indivíduos ou grupos e a sua intenção em relação aquele Lugar” (RELPH, 2008, p. 56). Além disso, “não é só a identidade do lugar que é importante, mas também a identidade que uma pessoa ou grupo tem com aquele lugar, especialmente se eles estão experimentando-como um ‘insider’ ou como um estrangeiro”<sup>57</sup> (RELPH, 2008, p. 45).

Além da experiência através de grupo acerca do Lugar, as experiências individuais também compõem a essência do Lugar. Relph destaca que “dentro de uma pessoa, a mistura de

---

<sup>54</sup> No original: “people are their place and a place is its people”.

<sup>55</sup> No original: “mass identities are based not on symbols and significances, and agreed on values, but on glib and contrived stereotypes created arbitrarily and even synthetically”.

<sup>56</sup> No original: “Physical appearance, activities, and meanings are the raw material of the identity, and the dialectical links between them are the elementary structural relations of that identity”.

<sup>57</sup> No original: “it is not just the identity of place that is important, but also the identity that a person or group has with that place, in particular whether they are experiencing it as an insider or as an outsider”.

experiência, emoção, memória, imaginação, situação atual e intenção pode ser tão variável que ele pode ver um lugar particular de várias maneiras bastante distintas”<sup>58</sup> (RELPH, 2008, p. 56). Esse modo particular que cada pessoa se relaciona com o Lugar e este se relaciona com o indivíduo é responsável pela formação da intersubjetividade. Sendo assim, no artigo “Lugar e Sujeito”, Vincent Berdoulay e J. Nicholas Entrikin, destacam que “os seres humanos constroem lugares – de pertencimento e de identidade – e, como são também moldados por tais lugares, eles constroem obstáculos à tendência pós-moderna e metropolitana de ver cada lugar como o resumo de todos os outros” (BERDOULAY; ENTRIKIN, 2014, p. 112). Logo, conforme os teóricos, a experiência humana é baseada nas noções primordiais de sujeito e Lugar e essa relação entre as duas noções constroem uma imagem individual de Lugar. A respeito dessa imagem construída pelo indivíduo, Relph afirma que:

[...] cada indivíduo tem uma imagem mais ou menos distinta de um determinado lugar. Este não é apenas porque cada indivíduo experimenta um lugar do seu próprio conjunto de momentos do espaço-tempo, mas mais especialmente porque todo mundo tem sua própria mistura de personalidade, memórias, emoções e intenções que colorem a imagem daquele seu lugar e dá-lhe uma distinta identidade (RELPH, 2008, p. 56-57).

Além disso, Relph ressalta que a construção da imagem de um Lugar, de maneira individual ou coletiva, considera uma grande variante de significados e de objetivos diante do Lugar, com conexões nas perspectivas particulares. Desse modo, afirma que “não há Lugares que não tenham identidade<sup>59</sup>” (RELPH, 2008, p.59) e esclarece que:

[...] no contexto do lugar a implicação mais óbvia disso que as identidades dos lugares não podem ser entendidas simplesmente em termos de padrões de características físicas e observáveis, nem apenas como produtos de atitudes, mas como uma combinação indissociável desses. A identidade de um lugar é uma expressão da adaptação de assimilação, acomodação e a socialização do conhecimento para o outro <sup>60</sup>.(RELPH, 2008, p.59)

Diante de todas essas variáveis, Relph defende que o Lugar não pode ser categorizado a partir das marcas que apresenta, como as características físicas ou históricas, ou, até mesmo, pelas identidades que são concebidas para ele. Segundo o geógrafo, “a identidade do lugar

---

<sup>58</sup> No original: “within one person the mixing of experience, emotion, memory, imagination, present situation, and intention can be so variable that he can see a particular place in several quite distinct ways”.

<sup>59</sup> No original: “There are no places that have no identity”.

<sup>60</sup> No original: “in the context of place the most obvious implication of this that identities of places cannot be understood simply in terms of patterns of physical and observable features, nor just as products of attitudes, but as an indissociable combination of these. The identity of a place is an expression of the adaptation of assimilation, accommodation, and the socialization of knowledge to each other”.

assume muitas formas, mas é sempre a base de nossa experiência deste lugar ao contrário de qualquer outro<sup>61</sup>” (RELPH, 2008, p. 62). Assim, resume a essência do lugar:

[...] o significado básico de lugar, sua essência, portanto, não vem de locais, nem das funções triviais que o lugar serve, nem da comunidade que ele ocupa, nem de experiências superficiais e mundanas - embora estas são comuns e, talvez, aspectos necessários de lugares. A essência do lugar é a intencionalidade largamente despreziosa que define lugares como centros profundos da existência humana<sup>62</sup>.

Definido a essência do Lugar baseada na experiência do indivíduo, Relph afirma que os mais profundos centros da existência humana se encontram no *home*, no lar. Desse modo, ressalta que é no lar onde se encontram as mais profundas e mais fortes percepções dos indivíduos, é onde ele se conhece e reconhece o outro, é onde também que estabelece sua relação de pertencimento em relação ao mundo. Para ele é “a partir da perspectiva da experiência, lar constitui o padrão contra o qual todos os outros lugares são julgados” (RELPH, 2014, p. 24). Ademais, sugere que lar se relaciona ao “caráter profundamente familiar e ambiente particular, é a essência do lugar, e que todas as outras experiências de lugar são de alguma forma comparadas com nossas experiências de lar” (RELPH, 2014, p. 29). A princípio, a ideia proposta por Relph pode surtir uma certa confusão devido a linha tênue que se cria a partir dessa ideia, mas o próprio esclarece essa indefinição:

Lar<sup>63</sup> é a sua forma mais profunda é um anexo a uma determinada configuração, um ambiente particular, em comparação com todas as outras associações com lugar têm apenas um significado limitado. É o ponto de partida do qual podemos nos orientar e tomar posse do mundo<sup>64</sup>. (RELPH, 2008, p. 40).

Fundamentado no sentimento de familiaridade e na constante rotina diária, nas atividades e nas relações interpessoais, o sentimento de lar ainda se relaciona a sentimentos como de conforto, de segurança, de proteção. No entanto, a concepção de lar varia conforme as

---

<sup>61</sup> No original: “the identity of place takes many forms, but it is always the very basis of our experience of this place as opposed to any other”;

<sup>62</sup> No original: “the basic meaning of place, its essence, does not therefore come from locations, nor from the trivial functions that places serve, nor from the community that occupies it, nor from superficial and mundane experiences - though these are all common and perhaps necessary aspects of places. The essence of place lies in the largely unselfconscious intentionality that defines places as profound centers of human existence”.

<sup>63</sup> Utilizo a tradução do termo “home” como lar, visto que representa tanto noções geográficas quanto afetivas.

<sup>64</sup> No original: “home is its most profound form is an attachment to a particular setting, a particular environment, in comparison with which all other associations with place have only a limited significance. It is the point of departure from which we orient ourselves and take possession of the world”.

experiências e as perspectivas dos indivíduos. Assim, Theano S. Terkenli, no artigo “Home as a region”, defende que lar é essa construção cotidiana de ressignificação de valores:

Lar, entretanto, conota não uma condição física ou espacial, como também condições sociais e rotineiras. A essência do lar está situada no recorrente, na constante atribuição de significado em um contexto com o qual as pessoas individualizam e identificam-se através de alguma medida de controle<sup>65</sup> (TERKENLI, 1995, p. 325).

Na obra, **The politics of home**, Jan Willem Duyvendak trabalha com o conceito de lar a partir das transformações que parte da Europa enfrentou desde 1989, principalmente, causadas pelos deslocamentos, mudanças de fronteiras ou mesmo pela abertura de alguns países fechados às questões políticas e culturais. Define-se lar e o sentimento de lar como questões multifacetadas e em muitos níveis. Além disso, acrescenta que o significado de lar está relacionado a três elementos: familiaridade, que se refere ao conhecimento sobre o lugar; refúgio/ abrigo, ligado à noção de proteção, segurança, conforto, tanto físico quanto mentalmente; paraíso, relacionado à identidade pública do sujeito. Quanto ao último elemento, Duyvendak esclarece que um “lugar público é onde se pode ser coletivamente, expressar e perceber a si mesmo; onde se sente publicamente livre e independente”<sup>66</sup> (DUYVENDAK, 2011, p. 38).

Esses três elementos ajudam a compreender a perspectiva de uma pessoa quando essa afirma que não se sente em um lar. Os dois primeiros elementos são filtrados pelas questões emocionais. Duyvendak afirma que “nós não sentimos num lar em todos os lugares ou com todo mundo. Sentimento de lar parece implicar a inclusão de alguns e a exclusão de muitos”<sup>67</sup> (DUYVENDAK, 2011, p. 39). A respeito desses elementos, o autor esclarece que:

O primeiro aspecto – familiaridade<sup>68</sup> – [...] é uma pré-condição para as outras duas. ‘Refúgio’ abrange aspectos de repouso que pertencem aos sentimentos de segurança, proteção e privacidade, que geralmente se relacionam com o nível micro da casa. Esses aspectos da casa que vem sob o título de “paraíso” estão mais para o exterior e/ou simbólico: eles ajudam os indivíduos ‘a ser’, desenvolver e expressar-se coletivamente e se conectar com os outros, muitas

<sup>65</sup> No original: “Home, however, connotes not only a physical or spatial condition but also social and habitual conditions. The essence of home lies in the recurrent, regular investment of meaning in a context with which people personalize and identify through some measure of control”.

<sup>66</sup> No original: “A public place where one can collective be, express and realize oneself; where one feels publicly free and independent”.

<sup>67</sup> No original: “We don’t feel at home everywhere, or everybody. Feeling at home seems to entail including some and excluding many”.

<sup>68</sup> Segundo Duyvendak, para a construção do lar, a familiaridade é um elemento necessário, mas insuficiente para o sentimento de lar.

vezes através da criação de comunidades intencionais<sup>69</sup> (DUYVENDAK, 2011, p. 39).

Ligando o lar às experiências íntimas, aos Lugares íntimos, podemos concluir que cada indivíduo possui uma percepção de lar e este constrói o seu lar conforme tais visões. Esse lugar íntimo torna-se um lar e este, enquanto sujeito, é “onde encontramos carinho, onde nossas necessidades fundamentais são consideradas e merecem atenção sem espalhafato” (TUAN, 2013, p. 168). Muitas vezes, o homem tem dificuldade de expressar seus sentimentos em relação a um Lugar. No entanto, afirma que o Lugar “é o veículo de acontecimentos emocionalmente fortes ou é percebido como um símbolo” (TUAN, 2012, p. 136). Ao se falar em lugares íntimos, pensa-se na cidade, na rua, na casa, no lar. Porém, Tuan, tendo como exemplo a casa, adverte que:

Uma casa é um edifício relativamente simples. No entanto, por muitas razões, é um lugar. Proporciona abrigo; a sua hierarquia de espaços corresponde às necessidades sociais, é uma área onde uns se preocupam com os outros, um reservatório de lembranças e sonhos. A arquitetura bem-sucedida ‘cria a aparência daquele Mundo que é a contraparte do Eu’. Para o ‘eu’ individual, esse mundo é a casa; para o ‘eu’ coletivo, é um ambiente público como o templo, o paço municipal ou centro cívico (TUAN, 2013, p. 202-203).

Logo, percebe-se que o Lugar/ lar não é formado, simplesmente, pelo conjunto arquitetônico ou por objetos que o preenche, mas pela ressignificação de valores e sentimentos que evoca ao homem, bem como as memórias do passado (muitas vezes sinestésicas) que esse lugar desperta. De acordo com Tuan, essas memórias, esses sentimentos formam o lar como um lugar íntimo e sugere que:

As imagens atraentes do passado são evocadas não tanto pela totalidade do prédio, que somente pode ser visto, como pelos seus elementos e mobiliário, que podem ser tocados e também cheirados: o sótão e a adega, a lareira e a janela do terraço, os cantos escondidos, uma banqueteta, um espelho dourado, uma concha lascada. “Nas coisas menores mais familiares”, diz Freya Stark, “a memória tece as alegrias mais intensas e nos mantém à sua mercê por intermédio de ninharias, algum som, o tom de uma voz, o odor de piche e de algas marinhas no cais. [...] Este certamente é o significado de lar – um lugar em que cada dia é multiplicado por todos os dias anteriores” (TUAN, 2013, p. 176-177).

---

<sup>69</sup> No original: “The first aspect – familiarity – [...] it is the precondition for the other two. ‘Haven’ covers aspects of home that pertain to feelings of safety, security and privacy, which most often relate to the micro level of the house. Those aspect of home that come under the heading of “heaven” are more outward - oriented and/or symbolic: they help individuals to be, develop and express themselves collectively, and to connect with others, often through the creation of intentional communities”.

Ao se deparar com a construção do lar como lugar íntimo, percebe-se que o lar é muito mais que um simples abrigo, um refúgio. Em seu clássico **A poética do espaço** (1996), Gaston Bachelard afirma que o lar é onde o homem é protegido do mundo e cuidado. O lar proporciona bem mais que proteção física, oferece ao homem proteção existencial e, é sempre, em seus sonhos, na sua imaginação, o lugar de refúgio que conserva e sustenta o Eu. Ele destaca, também, que:

Na vida do homem, a casa afasta contingências, multiplica seus conselhos de continuidade. Sem ela, o homem seria um ser disperso. Ela mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida. É corpo e alma. É o primeiro mundo do ser humano. Antes de ser ‘jogado no mundo’, como o professam as metafísicas apressadas, o homem é colocado no berço da casa. E, sempre, nos nossos devaneios, ela é um grande berço. Uma metafísica concreta não pode deixar de lado esse fato, na medida em que ele é um valor, um grande valor ao qual voltamos nos nossos devaneios. O ser é imediatamente um valor. A vida começa bem, começa fechada, protegida, agasalhada no regaço da casa (BACHELARD, 1996, p. 26).

Mais do que proteção ao corpo e à alma, o lar é criado a partir de uma relação de familiaridade e essa, segundo Tuan (2013), é uma marca do passado. O geógrafo afirma que “o lar fornece uma imagem do passado. Além disso, em sentido ideal, o lar fica no centro de nossa vida, e centro [...] conota origem e começo” (TUAN, 2013, p. 158). Por sua vez, Bachelard (1996) destaca a função do lar como proteção do passado e,:

É graças à casa<sup>70</sup> que um grande número de nossas lembranças estão guardadas; e quando a casa se complica um pouco, quando tem um porão e um sótão, cantos e corredores, nossas lembranças têm refúgio cada vez mais bem caracterizados. A eles regressamos durante toda vida, em nossos devaneios (BACHELARD, 1996, p. 28-29).

O autor estabelece a noção do lar, também, como uma construção do sujeito que representa além de um abrigo e uma proteção física ou mental. No lar, reside as experiências e as vivências desse sujeito. Essa construção se relaciona diretamente com o deslocamento ou mesmo a perda desse lar. A conexão do sujeito como o lar não é estática, as mudanças causadas por uma série de variáveis que permitem que seja possível observar que, a partir do deslocamento, os sujeitos são capazes de manter diferentes visões desse lar que abandona.

Stuart Hall, em sua obra **Da diáspora**, afirma que há sempre um conjunto de sentimentos envolvidos nos momentos da separação e que os deslocamentos são quase que

---

<sup>70</sup> Faz-se uma leitura na obra de Bachelard de casa, também, como lar.

universais e a sensação de não estarmos mais em casa é comum, a quase todas as pessoas, que se deslocam. Ademais, todos aqueles que participam de uma experiência de deslocamento apresentam uma dupla visão sobre o Lugar/ lar que ocupavam. As estruturas políticas ou socioculturais com as quais essas pessoas vivenciam permitem enxergar o mundo de dentro e de fora das bases que conhecia. É no deslocamento que os indivíduos vivenciam novas experiências, que auxiliam na tomada de consciência e na formação de sua identidade. Para Terkenli (1995), esse deslocamento:

[...] expande o horizonte humano, e um sujeito pode descobrir novos aspectos de si próprio que resultam numa inevitável reordenação de seu mundo interno e uma reavaliação de situações passadas, presentes e futuras. Nessa relação dialética [...], quanto mais distante do lar, melhor o indivíduo o conhecerá em seu retorno. O lar é diferente em cada retorno<sup>71</sup> (TERKENLI, 1995, p. 328).

Desse modo, a noção de Lugar/ lar só se amplia quando o sujeito fisicamente se afasta dele, sendo assim, é capaz de relembrar, cotejar e produzir novas concepções acerca dele. De acordo com Terkenli, “lar não se torna uma questão até que ele não mais esteja lá ou esteja sendo perdido [...]. A definição de lar se apoia em uma relação dialética entre o lar e o exterior”<sup>72</sup> (TERKENLI, 1995, p. 328). Além disso, cabe relembrar que a percepção do homem sobre o Lugar/ lar é baseada nas práticas diárias com o espaço e as relações interpessoais. Nesse processo, são ressignificados ou significados os elementos que irão caracterizar as nossas percepções sobre esse Lugar/ lar. É através das conotações temporais culturais e psicológicas que as noções de pertencimento a esse Lugar/ lar são estabelecidas. Segundo Terkenli, a “noção de enraizamento é importante na compreensão de como os contextos de lar se expandem espacialmente e como a distância dos indivíduos aumenta do lar”<sup>73</sup> (TERKENLI, 1995, p. 329).

Sendo assim, compreende-se que a noção que o indivíduo possui de pertencimento está no conceito que ele possui de Lugar/ lar, que está associado às ressignificações diárias e essas adquirem conotações temporais, culturais e psicológicas. Além disso, estar num determinado espaço, não faz dele um Lugar, não desperta o sentimento de pertencimento. Tuan afirma que “sentir um lugar é registrado pelos nossos músculos e ossos” (TUAN, 2013, p. 224), ou seja, é

---

<sup>71</sup> No original: “human horizons expand, and an individual may discover new aspects of the self that result in an inevitable reordering of the intimate world and a reevaluation of past, present, and future situations. In this dialectical relationship [...], the farther from home, the better individuals will know their home on return. Home differs with each instance of return”.

<sup>72</sup> No original: “home does not become an issue until it is no longer there or is being lost [...]. The definition of home rests on a dynamic dialectical relationship between home and the outside”.

<sup>73</sup> No original: “The notion of rootedness is important in understanding how home contexts expand spatially as a person’s distance from home increases”.

experienciado pelo indivíduo. Pode-se viver muitos anos em um determinado espaço e ele pode deixar na memória poucas marcas. Desse modo, observa-se a importância do Lugar/ lar para a constituição de identidades e que está diretamente ligado à experiência. Assim, Relph afirma que “existe uma necessidade profundamente humana para a associação com lugar significativo” (RELPH, 2008, p. 147). Já para Terkenli, a compreensão de lar pode oferecer o discernimento valioso sobre a situação humana no mundo e na realização potencial humano por uma coexistência harmoniosa em lar compartilhado<sup>74</sup> (TERKENLI, 1995, p. 334).

É a partir dessa base teórica que se compreende as mudanças de Lugar e a destruição do lar, ocasionadas com o fim do período colonial português em África e o “retorno” para Portugal que se analisa essas perspectivas nas obras estudadas. Todos os romances estudados, respeitando suas idiossincrasias, apresentam esse deslocamento como fator de desestruturação do Lugar/ lar e as mudanças de perspectivas com o relacionamento com esse. Todas as obras mostram, tanto na ficção quanto nas autobiografias, que a experiência de pertencer e de abandonar esses Lugares/ lares colaboram com a transformação da visão sobre eles, bem como na formação das identidades do Lugar/ lar como das próprias personagens.

Em **O retorno**, é na iminência da saída de Angola que as personagens começam a lembrar-se do período em que estiveram no país, a chegada dos patriarcas, as lembranças da infância, os elementos e os objetos que compõem aquele país, o Lugar/ lar das personagens. Em vários momentos, as comparações entre Angola e Portugal aparecem na primeira parte do romance, ainda, sob a ótica do colonizador, do engrandecimento do país de **Os Lusíadas** em relação ao país dos pretos. As cerejas de lá são maiores que as pitangas de cá e muitas pessoas nunca tinham vistos as tais cerejas, como é o caso do, ainda inocente, Rui. Embora, a hora da saída se aproximasse, as práticas cotidianas eram mantidas, nada parecia tão diferente quanto ao tempo de outrora. Segundo Rui, “almoçamos sentados à mesa da cozinha, a comida da mãe continua a não ser saborosa, temos o calor e a humidade do cacimbo faz-nos transpirar” (CARDOSO, 2012, p. 9). Entretanto, o silêncio entre os membros da família marcava que alguma coisa já estava diferente e a “ideia de que o futuro seria melhor” (CARDOSO, 2012, p. 9) começava a se desfazer no imaginário das personagens.

Aquele espaço em Angola tornara-se, para a família de Rui, Lugar/ lar a partir da ressignificação de valores ao longo do período que estiveram por lá. Tuan (2013) explica que: “o lugar pode adquirir profundo significado para o adulto mediante o contínuo acréscimo de sentimento ao longo dos anos. Cada peça os móveis herdados, ou mesmo uma mancha na

---

<sup>74</sup> No original: “offer valuable insight about the human situation in the world and in fulfilling human potential through a harmonious coexistence in a shared home”.



parede, conta uma história” (TUAN, 2013, p. 47). Assim, observa-se que elementos como a toalha de dália bordada por D. Glória, que trouxera junto ao enxoval, e o retrato pendurado na parede, que conta a história da sua chegada em Angola, marcam a transformação de um espaço em Lugar/ lar. Ao abandonar todos esses elementos, as personagens compreendem que não será um deslocamento temporário, mas uma parte da vida, das experiências que serão deixadas. As pessoas que não as compreendem ou que não sabem os seus significados terão acesso a essas experiências quando os pretos tomarem a casa. Essa consciência de abandono das experiências, do Lugar/ lar é visto na fala do narrador: “A mãe nunca poderá olhar para o retrato e contar como tudo foi, chovia no dia em que saí da minha terra, os meus pais levaram-me até à estação de comboio num carro de aluguer” (CARDOSO, 2012, p. 23).

Mário, pai do narrador, consciente de que perderá seu Lugar/ lar, aquele espaço que lhe dava o “pão-nosso-de-cada-dia”, o qual ele era grato, tinha a ideia de pôr fogo em tudo antes de sua partida. Não deixaria os anos de trabalho e os bens que adquirira para os pretos usurpadores do seu trabalho. Mais do que isso, é a concretização da destruição do Lugar/ lar. Dentro de uma relação simbólica, o fogo “sugere o desejo de destruir o tempo e levar tudo ao seu final” (CIRLOT, 1984, p. 259). Assim, o narrador afirma: “O pai não pode ficar a queimar tudo, é muito perigoso [...] Não fica cá nada, diz o pai começando a rasgar a dália seguinte” (CARDOSO, 2012, p. 22).

Ao chegarem em Portugal, a falta de referências, de significados com aquele país dificultava a compreensão daquele espaço. Logo, transformar aquele espaço em lugar tornava-se, num primeiro momento, difícil. Até mesmo, a ausência de Mário, preso em Angola, complicava ainda mais essa situação. Estando alojados em um hotel, um espaço de passagem que demonstra uma certa transitoriedade, a percepção que Portugal seria agora o seu país, um Lugar/ lar a ser construído, ainda estava distante. Além disso, aguardavam o pai redentor que os levariam daquele espaço, para outro país. Alimentando a esperança pelo retorno do pai redentor, D. Glória acreditava “ainda que esta não seja a nossa casa, ainda que o empregado se aproxime de nós com má cara e diga, têm de vagar a mesa que a bicha chega aos elevadores. E a mãe sem perder a voz que tinha para as visitas, com certeza meu marido não demora” (CARDOSO, 2012, p. 96).

Além desses sentimentos de não pertencerem àquele espaço que as personagens nutriam, outro fator que atrapalhava a adaptação ao “novo” país era a hostilidade, a resistência que enfrentavam por serem retornados. Na crença dos portugueses de cá, a ideia que os portugueses de lá exploravam os pretos e que agora roubavam-lhes os empregos e usufruiriam dos recursos de Portugal era uma recorrente. Jacques Derrida, em **Da hospitalidade**, afirma

que o “estrangeiro<sup>75</sup> indesejável, e virtualmente como inimigo, quem quer que pisoteie meu *chez-moi*, minha ipsidade, minha soberania de hospedeiro. O hóspede torna-se um sujeito hostil de quem me arrisco a ser refém” (DERRIDA, 2003, p. 49). Sobre essa hostilidade, Rui conta que: “os de cá gostam cada vez menos de nós, andámos lá a explorar os pretos e agora queremos roubar-lhes os empregos além de estarmos a [...] a destruir a linda metrópole que nunca mais ser a mesma (CARDOSO, 2012, p. 189).

Entre as hostilidades diárias que os retornados enfrentavam, muitos começavam a alimentar o sentimento de pertencer há dois Lugares. D. Glória, mesmo estando em Angola, sempre se sentiu dividida entre dois Lugares. Um que lhe dava proteção e outro que a viu crescer, onde teve muitas experiências. Segundo Rui, “a mãe continua a ter duas terras, a metrópole onde nasceu e onde está protegida de tudo até das crises, e a terra abençoada à qual o corpo nunca se habituou” (CARDOSO, 2012, p. 95). Por outro lado, é a partir do deslocamento de seu Lugar em África que Rui é capaz de estabelecer comparações entre os dois Lugares:

Não sabia que os dias podiam ser tão compridos como os dias de aqui são, o sol fica tempos e tempos a ameaçar que se vai embora e não vai embora. Se lá os dias fossem assim teria dado jeito, eu, Gegé e o Lee podíamos ter ido nas bicicletas ver as raparigas ao bairro novo mesmo quando saíamos das aulas às seis e meia (CARDOSO, 2012, p. 105).

Ao tomar consciência de que retornar a Angola se tornava uma ideia cada vez mais difícil e com a aproximação da data marcada para a independência de Angola, Rui passar a pensar na construção desse Lugar/ lar para ele e para sua família. Embora ainda sua mãe seja resistente à ideia, o menino acredita que aquele pequeno quarto do hotel, possa ser ressignificado como Lugar/ lar. Enquanto muitos daqueles retornados como ele ainda se refiram ao hotel como simplesmente um hotel, há outros que já empregam o termo casa. Ao mesmo tempo que física e emocionalmente não se sentem pertencentes aquele Lugar/ lar, D. Glória e sua irmã, ainda estão presas a Angola, mesmo tendo a certeza que não há o retorno para África. Segundo Rui,

Mas se contrário a mãe e digo, nunca mais podemos voltar, a nossa casa já não existe, a mãe fica zangada, está a arreliar-me, e eu, a nossa vida lá acabou é melhor esquecer a casa e as saudades que tem da casa, tem de se esquecer

---

<sup>75</sup> Os retornados são vistos como estrangeiros, como aqueles que vêm de outros países, embora, muitos fossem portugueses de fato.

de tudo, a mãe cada vez mais zangada, eu insisto, temos de esquecer, a mãe manda-me calar (CARDOSO, 2012, p. 163).

No entanto, a possibilidade de construir um novo Lugar/ lar em Portugal ressurgiu com o retorno do pai, enche de ânimo Rui e sua família. Além disso, não era só a família de Rui que começavam a construir novos Lugares/ lares, aos poucos as famílias alojadas no hotel começam a desocupar o hotel, que retoma a sua função de lugar de transitoriedade. A ideia de construir um país, que Mário alimenta, é força motriz para iniciar o sentimento de pertencimento das personagens e o desejo de permanecer. Ninguém os expulsariam de novo de seu país, afirma Mário ao conversar com a sua família. De fato, para as personagens, a construção de um novo Lugar/ lar revela-se a partir da resignificação de ações rotineiras, do sentimento de proteção segurança e de aconchego, assim como os objetos que a compõem. Dessa forma, Rui expressa essa sensação:

A mãe está tão feliz que o pai nem precisava de prometer nada, não há lugar como a nossa casa, na nossa casa é que se está bem, repete a mãe apesar das paredes frias e da pouca luz. Aposto que a mãe já adormece a pensar numa mesa para a sala e numa cama para o casal. Por enquanto arranjamo-nos com uns colchoes de encher e uma mesa de campismo, só falta mesmo a tenda, disse a irmã satisfeita, e rimo-nos todos (CARDOSO, 2012, p. 239).

Da mesma forma que Rui e sua família ajudam a construir o país, eles constroem para si um novo Lugar/ lar, após a experiência de serem expulsos de seu Lugar/ lar em África, bem como tantos outros. Assim, a certeza dessa construção do Lugar/ lar passa pela experiência. Rui deixa de alguma forma sua marca, suas pegadas naqueles lugares que passou e entre a fumaça de um avião escreveria “eu estive aqui” (CARDOSO, 2012, p. 267).

Em **Sabor de Maboque** (2009), esse Lugar/ lar é retomado a partir de uma experiência sinestésica ao sentir novamente o sabor de maboque<sup>76</sup>. Esse reencontro com o sabor de África liberta a autora de anos de enclausuramento e do afastamento do passado. Então, permite-se a repensar sua experiência em Angola e como aquele país, durante o período em que esteve por lá, foi responsável pela sua identidade e suas percepções de Lugar/ lar. Assim, observa-se que, ao longo da narrativa, a narradora usa bastantes descrições para compor a paisagem e os espaços que sua família e ela ocupam. Dessa maneira, nas primeiras páginas do romance, apresenta a caracterização de sua família como aves migratórias que sempre retornam ao Lugar/ lar original

---

<sup>76</sup> Fruto de origem africana de sabor agridoce.

em Portugal, onde se reuniam os descendentes de sua família anualmente. Assim, descreve aquela pequena aldeia que lhes servem de Lugar/ lar para onde se deve retornar sempre:

Nos verões quentes, essa pequena e rústica povoação de ruelas estreitas e casario branco ou entremeado de pedra sobre pedra, com seu singelo chafariz em granito apicoado, enfeitada ainda do florido primaveril e com árvores carregadas de frutas, erguida na terra inóspita de uma região onde foram encontradas sepulturas e restos de habitações da época luso-romana, se tornava um elísio para a grande família (BRAGA, 2009, p. 22).

Embora estivessem nos Elísios, como afirmava, as transformações políticas, que já haviam começado em Abril de 1974, eram percebidas no ar ainda pesado que pairava pelas cidades e já se refletiam nas colônias em África. Apesar do clima tenso, temos o reencontro com familiares e os sabores com do azeite, das cerejas, entre outras iguarias, produzidas artesanalmente, conforme afirma a narradora: “tudo isso fortalecia o sentimento de amor e fraternidade que as distâncias físicas faziam aumentar nas ocasiões de reencontro” (BRAGA, 2009, p. 29).

Ao final das férias, retornando à Angola, era chegado o momento de abandonar a casa dos pais. Passaria a estudar em um colégio interno em Silva Porto, onde, além de aprender “a falar francês fluente. Religião, educação, comportamento e trabalhos manuais” (BRAGA, 2009, p. 36), deveria construir um Lugar/ lar para ela, uma vez que passaria cada vez menos tempo na casa de seus pais. Novamente, a narradora vale-se das descrições para a caracterização daquele espaço que se tornaria seu lar por aproximadamente sete anos. Ao chegar na cidade, a narradora afirma: “distraí-me a olhar os belíssimos jardins floridos, cuidadosamente planejados, plantados e podados, entremeado de quarteirões de casas residenciais e comerciais, cinema, ginásio...” (BRAGA, 2009, p. 39). Relph explicita que o “espaço geográfico não é objetivo e indiferente, mas cheio de significado para pessoas. [...] tem associações e símbolos, tanto oferece possibilidades para e ainda restringe a experiência”<sup>77</sup> (RELPH, 2008, p. 17).

Naquele espaço ainda desconhecido para a narradora que era o colégio interno, o sentimento de não pertencimento, de medo diante do desconhecido, a assombrava. Segundo Tuan, em **Paisagens do medo**, “os medos são experimentados por indivíduos e, nesse sentido, são subjetivos; alguns, no entanto, são, sem dúvida, produzidos por um meio ambiente ameaçador, outros não” (TUAN, 2005, p. 7). Em sua primeira noite naquele espaço, para menina Dulce, foi marcada pelo desassossego perante ao novo e desconhecido. Em meio à

---

<sup>77</sup> No original: “Geographical space is not objective and indifferent but full of significance for people. [...] it has associations and symbols, it both offers possibilities for and yet restricts experience”.

paisagem quase que homogênea, onde “cada fileira tinha trinta camas de ferro tubular branco, contrastando ligeiramente com o azul clarinho das paredes” (BRAGA, 2009, p. 43), a menina começa a transformá-lo em um Lugar, com seus objetos pessoais espalhados por um móvel que delimitava qual era o seu espaço. Aos poucos, a narradora construía o seu Lugar/ lar em Silva Porto.

A fazenda da família Tavares, também, é outro Lugar/ lar em que a menina Dulce ajuda construir. As reuniões da família, as festas, os almoços onde todos estavam reunidos ressignificavam as práticas cotidianas e o sentimento de pertencimentos que aquele Lugar/ lar proporcionava. Em suas últimas festas de final de ano, apresentava-se como um momento de extrema emoção para todos, como narra: “Depois da missa do galo fomos para casa cear, não sem antes promovermos uma ruidosa e alegre balburdia com a troca generalizada de presentes” (BRAGA, 2009, p. 63). Apesar desse clima de alegre, havia uma preocupação acerca do destino do país. A presença cada vez mais constante de tropas militares pelos arredores das cidades e aldeias, os comentários sobre os encontros entre lideranças portuguesas e africanas aumentavam o clima de insegurança. Nesse período, já começavam os movimentos de retorno para Portugal ou a saída de Angola para outros países.

Com a intensificação da guerra e a proximidade com o dia da independência, os Lugares/ lares, que há muito já começavam a ser descaracterizado, transformam-se. Casas abandonadas, outras pichadas com frases de ordem dos movimentos políticos, jardins malcuidados e comércios fechados eram vistas por toda a cidade de Silva Porto. A rádio local alertava para os riscos de sair de casa e “pediam às pessoas que evitassem sair às ruas, porque havia riscos provocados pelos tumultos que proliferavam como ervas daninhas” (CARDOSO, 2009, p. 99). As mudanças nesse cenário e a forte presença da guerra que ameaçava a todos afetaram a narradora de tal maneira que ela desenvolveu distúrbios alimentares e de sono, que acompanhariam a menina, mesmo já estando no Brasil.

Sendo a permanência em Silva Porto inviável e vendo seus Lugares se desfazendo com a guerra, a menina Dulce retorna a casa de seus pais em Nharêa. Ao reencontrar seu Lugar/ lar, observa que alguns elementos já não estavam mais em casa. Muitos objetos já haviam sido enviados para Portugal por segurança e a menina jamais os reencontraria. Segundo Tuan, “a casa como lugar está cheia de objetos comuns. [...] Eles são quase parte de nós mesmos, estão muito próximos para serem visto” (TUAN, 2013, p. 176). Assim, ao selecionar alguns objetos para levarem, a menina Dulce reflete que “as necessidades futuras são tão enigmáticas que só o sentimento de passado, ao aflorar no momento da seleção vai determinar a escolha do indivíduo com a capacidade de discernimento abalada pela conturbação do presente” (BRAGA,

2009, p. 129). Desse modo, ao abandonar a casa de Nharêa, Dulce conscientiza-se de que seu Lugar/ lar em África estava ruindo. Mais que lembranças materiais, a necessidade de fixar na memória as últimas imagens de Angola, como diz “eu tentava enraizar em mim a certeza de que veria mais um magnífico ocaso, embora me toldasse a sensação de que o sol se escondia para sempre” (BRAGA, 2009, p. 141).

Deixando Angola dias depois de abandonar o seu Lugar/ lar em Nharêa, a menina Dulce e sua família migram para o Brasil, onde recomeçariam uma vida nova. A narradora nesse processo de reconstrução de um Lugar/ lar para ela, enclausura seu passado em África por muitos anos. Essa foi uma estratégia encontrada para se afastar do passado e dos pesadelos que os últimos tempos em Angola lhe assombrava, assim construiu o seu novo Lugar/ lar longe dessas experiências traumáticas que tanto a fizeram sofrer.

Ainda a respeito dos romances autobiográficos, em **Caderno de memórias coloniais**, Figueiredo inicia o romance com a assertiva “Manuel deixou o seu coração em África” (FIGUEIREDO, 2011, p. 11). Essa frase revela o processo e desconstrução do Lugar/ lar quando do retorno para Portugal, no ano de 1975. Enquanto muitos reclamavam que haviam deixado bens materiais, propriedades e uma vida de trabalho em Moçambique, ao abandonarem o país, Manuel deixou parte de si naquele que considerava o seu Lugar/ lar. Assim, levanta-se o seguinte questionamento: “Quem é que não foi deixando os seus múltiplos corações algures” (FIGUEIREDO, 2011, p. 11). Desse modo, questiona-se nossos abandonos de Lugares/ lares ao longo da vida. Além disso, o romance personifica na figura do pai da narradora o colonialismo português em África e, é através da crítica explícita a esse sistema que a narradora constrói sua percepção de Lugar/ lar.

Enquanto se estabelecia a ordem social desse Lugar/ lar em Moçambique, a menina narradora se isolava em seu mundo íntimo, entretida entre as leituras e o mundo que criava a partir delas. Esse era o mundo que compreendia, diferentemente, do Lugar/ lar que habitava. Conforme explica sobre esse Lugar que frequentava com a leitura:

Um livro trazia um mundo diferente dentro do qual eu podia entrar. Um livro era uma terra justa. Porque esse foi o problema. Entre o mundo dos livros e a realidade ia uma colossal distância. Os livros podiam conter sordidez, malevolência, miséria extrema, mas a um certo ponto, havia neles uma redenção qualquer. Alguém se revoltava, lutava e morria, ou salvava-se. Os livros mostravam-me que na terra onde vivia não existia redenção alguma. Que aquele paraíso de interminável pôr-do-sol salmão e odor a caril e terra vermelha era um enorme campo de concentração de negros sem identidades, sem a propriedade do seu corpo, logo, sem existência (FIGUEIREDO, 2011, p. 27).

Enquanto empregador de pretos que trabalhavam junto a ele no processo de eletrificação de Lourenço Marques, o pai da narradora mostrava aos funcionários qual era o Lugar que ele ocupava e qual era o dos pretos dentro daquela estrutura social, principalmente, nos dias de pagamento dos funcionários. Segundo a narradora, “o meu pai sentava-se no topo da mesa da sala com os livros e blocos de apontamentos onde assentara o trabalho de cada um, mais as notas e moedas para pagar” (FIGUEIREDO, 2011, p. 39). Estando em seu Lugar, o pai da narradora impunha as suas regras, cabendo aos pretos obedecer aos preceitos daquele momento. “O procedimento era simples. Os negros iam à sala, e o meu pai entregava-lhes o dinheiro” (FIGUEIREDO, 2011, p. 40). No entanto, uma vez por outra haviam momentos de discussão a respeito do pagamento.

Numa sociedade onde os Lugares sociais eram bem delimitados, a transgressão desses limites representavam uma quebra dessa estrutura. Ao gostar de um filho de um vizinho preto, a menina narradora preocupava-se em estar grávida de um preto. Como a narradora explica a respeito desse envolvimento como um menino preto: “agradava-me o rapaz, e já tinha percebido que quando um homem e uma mulher gostavam um do outro, nascia uma criança” (FIGUEIREDO, 2011, p. 43). A narradora ainda afirma que foi a primeira vez que se envolvia profundamente com um preto. Além disso, sua mãe se preocupava com o relacionamento deles e comenta com o menino as proibições de falar com ele. A menina acreditava que se realmente estivesse grávida de um preto, “o meu pai podia matar-me, se quisesse. Podia espancar-me até ao aviltamento até não ter conserto. [...] Havia de ser mulher dos pretos. E eu tinha o medo do meu pai. Desse poder do meu pai” (FIGUEIREDO, 2011, p. 43-44).

Embora houvesse os Lugares de brancos e pretos explicitamente delimitados, tanto socialmente quanto fisicamente, enquanto brancos eles podiam transitar entre esses Lugares sem maiores problemas, tanto para suas incursões sexuais pelo caniço como para aplicar os corretivos necessários aos pretos preguiçosos. Em seu Lugar, os pretos sentiam livres para descansar, beber, festejar, foder. Podiam se sentir como patrões, quase como os brancos. No entanto, uma tarde de domingo poderia se transformar em um dia de confusão, especialmente, quando um preto do pai da narradora desaparecia do trabalho. Seu pai atravessava o labiríntico caniço e lhe aplicava sua pedagogia. Como narra: “o meu pai gritava lá dentro, e aos safanões trazia-o para fora, atordoados ambos. [...] Safanão. Soco. E a mulher e os filhos e o bairro todo, e eu, estávamos ali, imóveis, paralisados de medo do branco” (FIGUEIREDO, 2011, p. 52).

O próprio país representa o Lugar/ lar para as personagens, era um espaço onde podiam sentir a liberdade e se ressignificavam algumas práticas cotidianas com os passeios pela baixa, visitas à fazenda da família, diferente do ambiente da casa, onde, por sua proteção, brincava

sozinha e cercada por muros que impediam que os pretos lhe fizessem algum mal. Nesses passeios pela baixa com o pai, a menina conta: “soltar-me-ia a mão, e eu poderia correr, e respirar sozinha, sem cercas, um pouco – respirar fundo, respirar o ar agridoce de catinga, pólen e amendoim – porque ao lado do meu pai nenhum preto pensaria roubar-me; [...] nem molestar-me” (FIGUEIREDO, 2011, p. 39).

As transformações políticas que começavam em Portugal afetavam diretamente a ordem estabelecida nas colônias. O Lugar /lar do pai da narradora começava a se descaracterizar. A chegada das tropas era um sinal de que a situação estava a se modificar. Embora soubesse da presença das tropas, desconheciam os reais objetivos dela no país. Essas transformações se intensificaram até a independência, quando cada vez mais os brancos perdem o seu Lugar da estrutura social, embora acreditassem que o poder administrativo seria passado para os brancos definitivamente. “O 25 de Abril ia entregar África aos brancos, e depois íamos ser felizes” (FIGUEIREDO, 2011, p. 77). No entanto, a manutenção dos mesmos princípios políticos de dominação e subserviência não se realizaram e o poder passou às mãos das administrações autóctones. Além disso, as notícias sobre agressões aos brancos, cenas de um rancor vingativo se propagavam pelo país, como demonstra a narradora: “as cabeças dos brancos roladas no campo da bola iam perdendo o rosto, a pele, os olhos e os miolos, e o que restava de carne amolgada e dos maxilares partidos” (FIGUEIREDO, 2011, p. 79).

Diante da perda do seu Lugar/ lar, o pai da narradora, temendo pela segurança da menina, a envia para junto de parentes em Portugal. Ao sair de sua casa em direção ao aeroporto, a menina “atravessava os lugares conhecidos, e sabia que era a última vez” (FIGUEIREDO, 2011, p. 87). Diferentemente da saída de Dulce, em **Sabor de Maboque**, que desejou fixar as últimas imagens do país em sua memória, a narradora afirma que “não valia a pena fixar uma imagem. Tudo se extingiria depressa. Não voltaria a esse lugar, que sendo minha terra, não me pertencia” (FIGUEIREDO, 2011, p. 87). Desse modo, a menina acredita que o seu Lugar/ lar em África não a pertencia mais. Perderia em pouco tempo os laços que o amarrariam a Moçambique.

“Retornada” a Portugal e instalada na casa de sua avó, a menina passa pelo difícil processo de adaptação ao país. A falta de referências físicas e simbólicas naquele espaço dificultava a criação de novos laços, assim como o sentimento de pertencimento e a construção de um Lugar/ lar. Além disso, a hostilidade enfrentada nas ruas, bem como no seio familiar aumentava ainda mais o sentimento de estranhamento naquele espaço. A metrópole contrastava com os dias calorosos e brilhantes de Moçambique. Até o comportamento das pessoas era diferente das pessoas do Lugar/ lar que foi obrigada a deixar. Segundo a menina, “a metrópole



era suja, feia, pálida, gelada. Os portugueses da metrópole eram pequeninos de ideias, tão pequeninos e estúpidos e atrasados e alcoviteiros. [...] Que gente triste!” (FIGUEIREDO, 2011, p. 123).

A separação de sua família durante muito tempo dificultou a adaptação da narradora a Portugal. No entanto, com o passar do tempo, a menina descobre na escrita uma forma de criar o seu Lugar/ lar naquele espaço. Diferentemente de seu pai, Moçambique nunca deixou de ser seu Lugar/ lar, nem ele deixou de ser o colonizador, mantinha viva suas crenças daqueles tempos, como afirma a narradora: “as pessoas não mudam. Um branco que viveu o colonialismo será um branco que viveu o colonialismo até o dia da sua morte” (FIGUEIREDO, 2011, p. 131), assim como seu pai. Para muitos, as suas palavras apresentam-se como uma traição à memória do colonialismo e a de seu pai. Mas, na verdade, é a sua forma de estabelecer o seu Lugar diante dessa História, dentro da verdade que deveria contar ao sair de Moçambique.

Por último, em **Os retornados**, apesar das críticas apresentadas sobre a obra, principalmente, quanto à idealização em alguns momentos dos fatos e a falta de criticidade quanto às questões da descolonização e do retorno dos nacionais. Magalhães apresenta algumas perspectivas de construção do Lugar/ lar de diversas personagens. Entre as personagens, há aquelas que conseguiram construir seu Lugar/ lar em Portugal; para outras, a saída de Angola representava uma incurável ferida, aberta e que causava muito sofrimento. O voo que as trouxeram para Portugal era a ligação que mantinham os unidos nos mesmos sentimentos de (des)pertencimento.

Assim como muitos outros portugueses, a família de Carlos Jorge migrou para Angola em busca de condições de vida diferentes daquelas que Portugal lhes oferecia naquele momento, especialmente, a falta de liberdade de expressão que fazia parte da identidade dos seus pais. Angola apresentava-se, na década de 1950, como o “el dourado”, o qual todos procuravam e buscavam. Após a chegada de sua família, o pequeno momento de reconhecimento e de adaptação, seus pais logo se empregavam e começaram a construir o seu Lugar/ lar naquele pequeno pedaço do paraíso, onde buscavam “uma vida carregada de cor, convivência e boa disposição” (MAGALHÃES, 2013, p. 16). Carlos Jorge migrando com a família ainda bebê apenas conhecera Angola como o seu Lugar/ lar, onde cresceu em meio àquela terra e à liberdade que sentia pelo país. Nesse cenário de tranquilidade e tendo sua liberdade respeitada pelos seus pais, Carlos Jorge, assim como outros, não “se mantinham disponíveis para grandes estudos” (MAGALHÃES, 2013, p. 18). No entanto, durante o curso de medicina, conhece Ana Maria, oriunda de Sá Bandeira, com a qual se casaria tempos mais tarde, formando assim sua família.

Vendo a situação caótica em que o país se encontrava e temendo pela segurança de sua família, Carlos Jorge resolve abandonar Angola. Ao observar, pela janela de seu consultório, que o país ardia em fogo e por ondas de violência por todos os lados, comenta com sua secretária que aquele já não era mais o seu Lugar/ lar, onde crescera em meio à tranquilidade e à liberdade. Como Carlos Jorge fala: “– Sabe, Natércia, acreditei até hoje que pudei ficar aqui para sempre e esperar que este tempo de instabilidade acalmasse. Perante o que estou a ver acho que não vai ser possível” (MAGALHÃES, 2013, p. 123). Essa consciência de que seu Lugar/ lar se desfazia representava a mesma percepção de outras pessoas que estariam naquele voo.

Já dentro do voo de retorno, Carlos Jorge recordava os dias nos quais ele acreditava que Angola seria para sempre o seu Lugar/ lar. No entanto, durante o sobrevoo pelo país, “correu a pequena cortina que lhe cortava a luz directa do exterior. A cortina que lhe cortava de vez o cordão umbilical com África, para onde tinha ido como apenas dezessete meses por ocasião de pai que decidiu emigrar [...] à procura de uma vida melhor” (MAGALHÃES, 2013, p. 15). Assim como outros passageiros daquele voo, as incertezas sobre o futuro e os questionamentos se voltariam a rever aquele Lugar/ lar em Angola que eram obrigados a abandonar inundavam os pensamentos de todos.

Além disso, durante o voo, Carlos Jorge não conseguia dormir, sua mente era assombrada pelas memórias que alimentava de seu Lugar/ lar e a revolta de ter que abandonar tudo. Segundo o narrador, “uma parte do seu coração gritava por saudades da terra onde crescera e estava em conflito permanente com a outra metade que vivia revoltada e obrigava a passar uma “esponja” por tudo que tinham sido aqueles trinta anos intensamente vividos” (MAGALHÃES, 2013, p. 94).

Irene demorou a conscientizar-se em abandonar o seu Lugar/ lar. Nascida em Angola, trabalhava como enfermeira em um dos hospitais de Luanda. A enfermeira resistia em abandonar o país, mesmo sabendo que as condições de segurança não permitiam. O seu Lugar/ lar estava em Angola, seus laços afetivos estavam atados ao país, os quais ressignificavam em suas práticas diárias, como afirma: “Este é o meu sítio. Não possa abandonar o meu trabalho e os meus doentes. Eu quero ficar” (MAGALHÃES, 2013, p. 77). Resistente à fuga do país, afirmava ainda que: “Eu sou de cá, eles não me vão fazer mal. Tenho aqui as minhas coisas, tenho tudo, tenho aqui a minha vida” (MAGALHÃES, 2013, p. 77). Após ser convencida a sair do país, entrou no carro que a levaria ao aeroporto e “olhou para casa onde construiu uma vida” (MAGALHÃES, 2013, p. 79). Durante o trajeto para o aeroporto, Irene consciente de que aquele seu Lugar/ lar em breve desapareceria, exclama: “– A minha vida fica aqui. Deixei tudo. Resta-me mesmo só o meu marido e os meus filhos” (MAGALHÃES, 2013, p. 79). Após vinte

anos da sua chegada em Portugal, Irene permanecia dividida entre as duas terras. Sentia-se que não pertencia àquele espaço, nunca foi capaz de construir em Portugal um Lugar/ lar para ela.

A família de José Coimbra iniciou-se durante o processo de migração. Seu pai de origem portuguesa e sua mãe angolana constituíram família em Angola. Seu pai “abraçou aquela terra como se fosse a sua e lá constituiu família” (MAGALHÃES, 2013, p. 127). Agora, dentro do voo com destino a Lisboa, José Coimbra enfrenta os problemas causados pelo deslocamento, a noção de pertencimento. Até então, nunca cogitara a ideia de sair de Angola, como demonstra o narrador: “Coimbra nunca pensou em regressar a Portugal, até porque, ‘regressar’ não seria o termo correcto, já que nasceu em África e nunca estivera no continente” (MAGALHÃES, 2013, p. 127). Embarcara naquele voo temendo pela segurança de sua família, principalmente. Após instalá-los em Portugal em segurança, embarcava novamente para Angola, na tentativa de reestruturar a sua vida por lá. Mas, após um ano de estadia, percebeu que aquele Lugar/ lar que construía não existia mais, suas percepções de Lugar/ lar haviam desaparecido. “O seu país de nascimento era agora outro... Tudo mudara, os lugares, as coisas e as pessoas. O regresso foi doloroso, pois fê-lo estar presente no parto forçado de uma nação independente” (MAGALHÃES, 2013, p. 172). Desse modo, ratifica-se que a noção de Lugar/ lar é dada pela ressignificação simbólica diária, assim como com os elementos que servem de referencial para o indivíduo.

Todas as personagens, de um modo geral, apresentaram problemas de adaptação à nova realidade, não apenas por terem deixado todos os seus bens em Angola, mas, sobretudo, por tentarem construir uma noção de Lugar/ lar em um país, quase que em sua totalidade, desconhecido para elas. Algumas nunca conseguiram superar a ausência que o seu Lugar/ lar original havia deixado, transformando em sofrimento para elas. No entanto, o romance mostra que, apesar de terem abandonado aquela Lugar/ lar, ele ainda permanece vivo através das memórias e experiências que tiveram por lá.

Dentro das obras analisadas, observa-se que as experiências, as vivências apresentam-se como elementos formadores da percepção que as personagens possuem de um Lugar/ lar. De espaços amorfos transformados nesses Lugares/ lares através delas. Ademais, a presença de objetos, rotinas, ações das mais simples, como sentar-se à mesa as refeições, demonstram que a construção do Lugar/ lar, mais que uma prática social é uma ressignificação de valores e símbolos que permitem essa consciência, para que tal espaço se transforme em Lugar/ lar. Como afirma Relph (2008), os lugares se constituem centros significantes de experiência dentro de um contexto social de práticas diárias.

## O LUGAR DA CONCLUSÃO

*Quando eu voltar,/ que se alongue sobre o mar,/ o meu canto ao Creador!/ Porque me deu, vida e amor,/ para voltar... [...] Regressar... / Poder de novo respirar,/ (oh!... minha terra!...) [...] Sim! Eu hei-de voltar,/ tenho de voltar,/ não há nada que mo impeça./ Com que prazer/ hei-de esquecer/ toda esta luta insana... / que em frente está a terra angolana, / a prometer o mundo/ a quem regressa.../ Ah! Quando eu voltar.../ Hã-de as acácias rubras,/ a sangrar/ numa verbena sem fim,/ florir só para mim!.../ E o sol esplendoroso e quente,/ o sol ardente,/há-de gritar na apoteose do poente,/ o meu prazer sem lei.../ A minha alegria enorme de poder/ enfim dizer:/ Voltei!...*

(Alda Lara)

Qual o lugar do retornado? O lugar da história? Da memória? Do Lugar? Passados mais de quarenta anos do fim do período colonial português em África, alguns temas ainda não foram explorados pela História oficial. Muitos mitos permanecem no imaginário do povo português, assim como as chagas abertas que não estão totalmente cicatrizadas. Questionar o lugar do retornado dentro da História oficial portuguesa é revelar a voz que permaneceu silenciada por quase meio século. Entretanto, a voz começa a ser ouvida, as reflexões começam a ser feitas, os mitos começam a ser desfeitos. Voltar é a esse passado, a essa história é necessário, como afirma Alda Lara, “eu hei-de voltar,/ tenho de voltar,/ não há nada que mo impeça”. Voltar não é um saudosismo ou um simples revirar no baú das memórias. Voltar é questionar a História, expurgar os fantasmas que aprisionam os indivíduos, é compartilhar essas histórias que permanecem no ideário coletivo e que representa a história de outras tantas pessoas que também experienciaram as mesmas vivências. Voltar se torna fundamental para essas pessoas que viveram esse passado e que, de alguma forma, não conseguiram por uma série de motivos finalizar uma etapa de suas vidas. Finalizar não é esquecer que esses fatos ocorreram, mas uma tentativa de se reencontrar em meio a Lugares desfeitos, Lugares refeitos, memórias perdidas ou simplesmente escondidas. Voltar é se colocar no papel, é transformar-se em voz daqueles

que ainda não foram ou não tiveram tempo de ser ouvidos, é estabelecer um vínculo com outras pessoas que desejaram ter escrito suas memórias, ter falado sobre suas experiências, ter questionado a História. Voltar é assumir-se enquanto intelectual.

Assim, ao voltar a esses temas, os escritores se colocam como porta-voz de um grupo de pessoas que viram os seus Lugares serem destruídos com o fim do período colonial e, da mesma maneira, experienciaram as mesmas vivências, os mesmos problemas, as mesmas hostilidades por serem retornados e, talvez, possuam as mesmas feridas abertas no mais profundo de suas almas. Ao abordarem o tema dos retornados, esses escritores-intelectuais colaboram para reavaliarem as perspectivas históricas sobre o tema. Desse modo, não apresentam um discurso vazio em seus textos, mas representam uma visão biográfica sobre os elementos que compõem suas obras, mesmo os textos ficcionais. Presos às necessidades de seu tempo, esses revelam as histórias silenciadas, sobre uma visão alternativa daquela que sempre foi fornecida pelos meios oficiais. Mais que um discurso celebratório, especialmente, com a chegada dos quarenta anos do fim das colônias em África, eles buscam (re)leituras sobre essas histórias. Falar sobre o retorno é desmitificar e desmistificar essas histórias. As pessoas que retornaram das ex-colônias, em meados dos anos de 1970, ora eram demonizadas, ora vitimizadas a partir de um debate viciante que perdurou mais de quarenta anos, ressalta Joana Gomes Cardoso (2017), no prefácio da obra **Retornar, traços de memória do fim do império**. Para antropóloga, “[...] o assinalar do ‘retorno’ foi deliberadamente distinto, desde logo porque, independentemente do debate político que o enquadra, a deslocação em massa está objetivamente associada à dor e a perda para as pessoas que a viveram” (CARDOSO, 2017, p. 26).

Além disso, fazer uma releitura dos fatos acontecidos com final do colonialismo português, assim como do retorno e dos processos de adaptação dessas pessoas faz-se necessário para uma real compreensão da verdadeira identidade portuguesa. Cabe lembrar que Fenando Dacosta (1987) afirmou que os retornados mudaram Portugal. Os retornados apresentaram uma abertura em uma cultura secularmente fechada em si mesmo, onde os fortes laços com as tradições impediam o arejamento das práticas sócio-político-culturais. Ainda, como ratifica ele próprio, há o fim das grandes ilusões que viviam os africanos como a imagem de Portugal, e os portugueses como a imagem criada sobre os africanos. Extinto o grande império português, a sua imagem exterior, era necessário repensar sua imagem interior, sua identidade. Como apresenta no final de seu romance **O viúvo**: “dores violentas restituíram-no à realidade [...] reconstituía-o noutra essência, um bem-estar inimaginável tomou-o então, tudo ficou leve, distante, infinito” (DACOSTA, 1987, p. 210).

Elsa Peralta (2017), em “Retornar ou traços de memória num tempo presente”, afirma que termo retornado carrega consigo um constructo social, cabendo a essas pessoas o lugar de *personas non gratas*, dentro da sociedade portuguesa nos meados dos anos de 1970. Segundo ela afirma “um lugar nomeado através de uma categoria normativa torpe, deformada, em princípio, da possibilidade de abstração inclusiva do direito da universalidade da moral. Um nome com mácula, o de ‘retornado’” (PERALTA, 2017, p. 34). Apesar de cada indivíduo possuir “quadros de vida díspares, atravessados por diferentes casualidades históricas, oportunidades económicas e idiosincrasias pessoais” (PERALTA, 2017, p. 35), todas receberam o estigma de retornados, marcados principalmente pelo órgão oficial de apoio a essas pessoas, o Instituto de Apoio ao Retorno dos Nacionais (IARN). Dentro de uma sociedade pouco aberta às mudanças, além de rotuladas, essas pessoas enfrentam diversos momentos de hostilidade, caracterizados por embates social, cultural e político entre os “portugueses de cá” e os “portugueses de lá”. Confronto entre pessoas de uma mesma nação, ressaltando ainda mais a fratura identitária que existe até hoje.

Observa-se, também, no texto de Peralta, que há diferentes pontos de vista acerca do retorno. Para ela, “não houve um ‘retorno’, tal como não existe apenas uma memória do ‘retorno’, mas muitas variações e pluralidades manifestas, nos seus paradoxos, nas suas contradições, nos seus silêncios” (PERALTA, 2017, p. 38). A partir dessas muitas visões sobre o retorno que esses escritores-intelectuais trabalham na tentativa de mostrar múltiplos ângulos sobre o mesmo fato histórico. Falar sobre os retornados é mostrar a desestabilização da História dita oficial que, ainda hoje, perdura em muitos cenários culturais, mostrando “colada à pele a mácula de uma herança ilegítima, bastarda, colocada fora do discurso da história e, pelo tanto, fora da ordem social” (PERALTA, 2017, p. 36). Diante dessas obras, ficcionais ou autobiográficas, propõe-se explorar as experiências pessoais, emocionais e sensoriais daqueles que verdadeiramente experienciaram aquele contexto histórico. Buscou-se abordar a complexidade da experiência, na constituição da história, na representificação da memória e da formação do Lugar enquanto um espaço marcado pela experiência. Além disso, percebe-se que há ecos inaudíveis dentro das histórias, silêncios ruidosos que colaboram e dificultam em muito para a compreensão desses acontecimentos. Deve-se reconhecer, nesse íterim, como ressalta Peralta, “o valor da perda e do sofrimento, bem como o poder da redenção e a capacidade de ação” (PERALTA, 2017, p. 40). Não se pode compreender essas obras apenas como um momento de celebração dessa história, mas uma oportunidade de “criar um momento novo, de disponibilidade, para olhar e ouvir, em diferentes ângulos, a experiência da vida humana” (PERALTA, 2017, p. 41).

Desse modo, é preciso argumentar qual o lugar dos retornados e das obras dentro do contexto português e perceber que, aos poucos, onde existiam lacunas, espaços em branco, começam a ser preenchidos por essas histórias, vozes ocupam os corredores da memória e vultos e sombras se corporificam, feridas são tratadas. O que eram outros, diferentes da tradição, transformam-se em elementos de formação da identidade portuguesa. Não existem mais as segregações, “os de lá” e “os de cá”. Agora, todos fazem parte do mesmo contexto sócio-político-cultural, apesar de muitas idiosincrasias permanecerem. Não houve o apagamento de traços culturais e linguísticos, mas sim, uma convivência entre eles. Uma convivência salutar, após anos de tensão e hostilidade entre as partes. Harmonia, apenas se acreditar em mais esse mito, assim como o da harmonia racial que havia nas colônias.

O Lugar dos retornados está no contexto. Fazem parte da História de Portugal que muito tempo se absteve em falar. Com relação à guerra colonial, às independências das ex-colônias africanas e à história do retorno, embora haja muita literatura produzida a esse respeito, é necessário um olhar mais crítico que desconstrua uma variante de mitos que perduram nos dias de hoje. O retorno passa a ser melhor estudado muito tempo depois de acontecido. Talvez, a distância fosse necessária. Entretanto, há muito que se investigar e compreender a esse respeito. Uma literatura mais crítica do que ufanista. Uma revisão desses temas que engrandeciam uma imagem interna e externa de um grande império que ia do Minho ao Timor. Rever esses fatos é colocar-se junto de outras perspectivas de releitura do passado colonial que Portugal relutou e, talvez, ainda relute em admitir. Enquanto o mundo se “descolonizava”, Portugal criava estratégias para a sobrevivência do sistema. Dessa maneira, justifica-se a resistência nos processos de releitura. A primazia nos processos coloniais choca-se com atraso nos movimentos de descolonização. Por isso, o Lugar dessas obras encontra-se nesse momento histórico oportuno, quando, em diversos países, promovem uma releitura de seus passados, a fim de retificarem suas histórias, mas sobretudo de ratificarem suas identidades.

Estando dentro de um contexto político-cultural, destaca-se que o Lugar dos retornados também está na História. História esta que compõe as obras de/ sobre os retornados e que apresentam um cenário mais colorido marcado pelo olhar daqueles que participaram dos eventos, do que o olhar preto e branco da História. Essas obras servem como artefatos historiográficos, como defendem Hayden White (1994) e, a partir da metaficcionalização historiográfica, proposta por Linda Hutcheon (1991), colaboram na construção desses cenários, assim como possibilita compreender a história também como uma produção discursiva. Cabe aos escritores serem os guardiões dessas histórias contra o esquecimento. O intuito deles não é a “reprodução” dos fatos, mas a construção de simulacros que possuam relações como a

“verdade histórica”. Enquanto os historiadores constroem uma visão mais racional da matéria analisada, os escritores preocupam-se com a narrativa dos fatos. Diante dessa literatura produzida, com acento histórico e testemunhal, somos capazes de produzir diferentes leituras da História, especialmente, quando falamos em histórias silenciadas e que, no entanto, merecem ser ouvidas e reescritas sob suas perspectivas, não mais pelo olhar do vencedor. Assim, as obras selecionadas proporcionam momentos de reflexão e de auxílio para um autoconhecimento diante dos discursos passados, como representações culturais e não como documentos históricos que apresentam um realismo documental.

Diante do “dever da memória”, que Primo Levi propõe, as obras pertencem ao Lugar da memória, contra a possibilidade do esquecimento. Embora o tema sobre o retorno seja, conforme Peralta, “praticamente invisível na historiografia portuguesa” (PERALTA, 2017, p. 37), é necessário perceber que há muito o que se fazer. Discutir a temática através da representificação da memória é mostrar a perspectiva daqueles que experienciaram os acontecimentos, que foram de alguma forma protagonistas nos eventos, mesmo que alguns escritores tenham trabalhado de maneira ficcional com os fatos. Optar por escritores retornados fez-se necessário para ressaltar o valor da experiência na construção das narrativas. O valor testemunhal, dado pelas obras autobiográficas, revela um valor histórico daqueles que vivenciaram os momentos. Perceber que o Lugar dessas obras está na memória, não apenas com o reconhecimento do passado, mas são formas de re-apresentar ideias, valores, bens culturais no momento presente. Esses autores e essas obras, ao trazerem essas memórias das zonas sombrias do esquecimento, torna-as visíveis àqueles que lutam contra seu esquecimento, contra a morte. Entretanto, cabe lembrar que o processo de rememoração é um processo humano seletivo, por isso mesmo pode ser falho ou mesmo alguns traumas e/ ou experiências não serão revistos pelos indivíduos, escritores ou não escritores. Representificar a memória não é conhecê-la como ela foi no momento da experiência, mas fazer emergir as emoções, os sentimentos, as sensações e as angústias. Dessa forma, as obras foram capazes de remexer no baú dessas memórias pouco faladas, dar voz aos silêncios, preencher algumas lacunas e, em especial, religar pontos da vida de personagens, reais ou fictícios, sujeitos que vivenciaram esses momentos no retorno. Retornar a essas memórias foi acessar partes esquecidas de uma história, para, quem sabe, completar os lugares que faltavam dentro de si, dentro de suas identidades individuais ou mesmo nacionais.

O homem pertence a um lugar. A identidade dos indivíduos, de um grupo ou de uma nação está diretamente ligada ao lugar que ocupam no espaço geográfico. Sendo assim, o lugar dos retornados está no Lugar, principalmente, quando se trata de pessoas que viveram experiências coloniais. Saídos de seus territórios originais, esses indivíduos passaram por



momentos de desterritorialização em busca de novos territórios aos quais se reterritorializam. É, também, pela resignificação de acontecimentos cotidianos que transformaram espaços em Lugares, Lugares em lares. Quanto mais íntimas forem essas experiências, mais profundos são os laços que unem os indivíduos a esses Lugares. Por isso, a saída abrupta dos Lugares em Angola e Moçambique, experienciados pelas personagens, e o processo de (re)adaptação em Portugal e no Brasil representaram experiências traumáticas para elas. Terem de abandonar todos os vínculos emocionais e aportarem em um espaço totalmente desconhecido, para uma grande maioria, tornou-se uma ferida de difícil cicatrização, em silêncios nas almas, em vozes embargadas. Talvez, por esse motivo, que muitos se recusaram ou se recusam a falar sobre o tema. As obras, nesse sentido, ocupam os Lugares nas lacunas históricas e preenchem esses vazios com suas narrativas e com as experiências que apresentam. Falar do Lugar dessas obras, é abrir novos espaços para que outras obras sobre o tema sejam produzidas, para que mais vozes ocupem esses espaços e os transformem em Lugares. Esses escritores e essas obras tornam-se Lugares a serem percorridos com o intuito de compreender os processos de retorno.

Longe de chegar ao Lugar da conclusão, este trabalho apenas mostrou alguns dos diversos caminhos a serem percorridos para a compreensão do processo do retorno, além de identificar quem são esses indivíduos no cenário social português. Mostrou como a história, a memória, a experiência e os Lugares vivenciados e ocupados por essas pessoas são frutos do processo pós-colonial em África e como a historiografia portuguesa ainda permanece em silêncio acerca do tema. Talvez, não debater o assunto seja uma forma de não romper com um discurso grandiloquente de nação. Alimentar a ideia de que Portugal não é um país pequeno e que seu reino ainda se estenda da Europa até a Ásia. Acredito que não falar sobre o tema seja uma forma de não reconhecer os problemas causados e vividos durante os anos de colonialismo e permanecer com o discurso do vencedor. Não discutir sobre o retorno é não admitir que houve a fragmentação de uma tradição e de uma identidade secularmente constituída e que foram os retornados um dos grandes responsáveis pela abertura da mentalidade.

Entretanto, os últimos anos têm mostrado uma nova face para essa questão. Embora haja pouca produção literária, histórica e política sobre o tema, esse passado começa a ser revisto, a história portuguesa começa a ser revisitada, os mitos passam por um processo de desconstrução. Os retornados passam a ser vistos em muitos e diferentes movimentos políticos e culturais, não apenas na literatura, mas no cinema, teatro, em exposições artísticas que mostram os legados de mais de quinhentos anos de processo de colonização em diversas partes do mundo. Desse modo, Peralta afirma que: “reconhecer a validade da experiência vivida por essa gente sem

nome, e aceitar a natureza fragmentária dessa experiência é, pois, criar campos de reconhecimento, de alteridade e transformação” (PERALTA, 2017, p. 39).

Desse modo, acredita-se que esse trabalho conseguiu cruzar diferentes perspectivas disciplinares e olhares críticos a respeito da temática dos retornados. Ele, de alguma forma, preencheu alguns Lugares na crítica literária e promoveu um debate acerca de dimensões simbólicas com o final do império português, em especial, sobre o deslocamento e a des-territorialização dessas pessoas. Seu objetivo foi fornecer um cruzamento de olhares, pensamentos e despertar a reflexão sobre esta temática, partindo da memória, da experiência para se pensar os dias atuais. Não obstante, é preciso estar consciente de que há outras temáticas, outras histórias, outras experiências, outras memórias, outros escritores, outros romances, outros lugares a serem percorridos. Entretanto, essa é outra história.

## REFERÊNCIAS

- ACÁCIO, Manuel. **A balada do ultramar**. Alfragide: Oficina do livro, 2009.
- ACHUGAR, Hugo. **Planetas sem boca**: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura. Trad. Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- ADAMOPOULOS, Sarah. **Voltar**, memória do colonialismo e da descolonização. Lisboa: Planeta, 2012.
- ALEXANDRE, Valentim. Nação e Império. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (Orgs.). **História da Expansão Portuguesa**. 5 v. Lisboa: Temas e Debates, 2000. 5 v.
- ANTUNES, António Lobo. **Os Cus de Judas**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.
- ARISTÓTELES. **Arte poética**. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico**: dilemas da subjetividade contemporânea. Trad. Paloma Vidal. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010.
- ARNAUT, Ana Paula. (Estereó)tipos (post-)coloniais: O Retorno (Dulce Maria Cardoso) e Caderno de Memórias Coloniais (Isabela Figueiredo). In: REIS, Carlos; HENRIQUES, Marisa das Neves (Orgs.). **Revista de Estudos Literários**. V. 4. Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa, 2014.
- AZEVEDO, Ana Vicentini de. **Mito e psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- BARRENTO, João. Comentários. In: BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. Trad. João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- BARTHES, Roland. **Mitologias**. Trad. Rita Buongiorno; Pedro de Souza. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BASTOS, Alcmeno. **Introdução ao romance histórico**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BECHARA, Evanildo C. (Org.). **Dicionário Escolar da Academia Brasileira de Letras**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2011.
- BENJAMIN, Walter. Alarme de incêndio. In: \_\_\_\_\_. **Obras escolhidas II**. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho; José Carlos Martins Barbosa V. II. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2011a.
- \_\_\_\_\_. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: \_\_\_\_\_. **Obras escolhidas**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. V. I. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 2011b.

\_\_\_\_\_. Eduard Fuchs, colecionador e historiador. In: \_\_\_\_\_. **O anjo da história**. Trad. João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

\_\_\_\_\_. Experiência e Pobreza. In: \_\_\_\_\_. **Obras escolhidas**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. V. I. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 2011c.

\_\_\_\_\_. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: \_\_\_\_\_. **Obras escolhidas**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. V. I. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 2011d.

\_\_\_\_\_. Sobre o conceito da História. In: \_\_\_\_\_. **Obras escolhidas**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. V. I. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 2011e.

BERDOULAY, Vincent; ENTRIKIN, J. Nicholas. Lugar e Sujeito: perspectivas teóricas. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Lívia. **Qual é o espaço do lugar?**: geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2014.

BHABHA, Homi K. A questão do “outro”: diferença, discriminação e o discurso do colonialismo. In: Hollanda, Heloisa Buarque de (Org.). **Pós-Modernismo e Política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

\_\_\_\_\_. **O local da Cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

BOAHEN, Albert Adu. A África diante do desafio colonial. In: BOAHEN, Albert Adu (Org.). **História geral da África VII: África sob a dominação colonial, 1880-1935**. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010.

BOURDON, Albert-Alain. **História de Portugal**. 2. ed. Lisboa: Texto & Grafia, 2010.

\_\_\_\_\_. **História de Portugal**. Trad. Joaquim Soares da Costa. Lisboa: Texto & Grafia, 2013.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 14. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2007.

BRAGA, Dulce. **Sabor de Maboque**. Campinas: Pontes, 2009.

CAMÕES, Luís Vaz. **Os Lusíadas**. São Paulo: Nova Cultural, 2002.

CARDOSO, Dulce Maria. **O retorno**. Lisboa: Tinta-da-China, 2012.

CARDOSO, Joana Gomes. Prefácio: Lisboa ao encontro do “Retorno”. In: PERALTA, Elsa; OLIVEIRA, Joana Gonçalo (Coord.). **Retornar, traços de memória do fim do império**. Lisboa: Edições70, 2017.

CASTELO, Cláudia. **O modo português de estar no mundo: O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)**. Porto: Afrontamento, 1998.

CESAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Disponível em: <<https://antropologiadeoutraforma.files.wordpress.com/2013/04/aime-cesaire-discurso-sobre-o-colonialismo.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

CIRLOT, Juan Eduardo. **Dicionários de símbolos**. Trad. Rubens Eduardo Ferreira Frias. São Paulo: Editora Moraes, 1984.

COELHO, Alexandra Prado. **Isabela Figueiredo**: “O colonialismo era o meu pai”. Disponível em: <<http://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/isabela-figueiredo-quot-colonialismo-era-o-meu-paiquot-247765>>. Acesso: 06 mar. 2015.

COSTA, João Paulo Oliveira e (Coord.). **História da Expansão e do Império Português**. Lisboa: Esfera do Livro, 2014.

COUTO, Mia. **A varanda de frangipani**. São Paulo: Companhia da Letras, 2005.

DACOSTA, Fernando. **Os retornados mudaram Portugal**. Lisboa: Parsifal, 2013.

\_\_\_\_\_. **O viúvo**. 3. ed. Lisboa: Quixote, 1987.

DAVIDSON, A. Basil; ISAACMAN, Allen F.; PÉLISSER, René. Política e nacionalismo nas Áfricas central e meridional. In: BOAHEN, Albert Adu (Org.). **História geral da África VII: África sob a dominação colonial, 1880-1935**. 2 ed. Brasília: UNESCO, 2010.

DERRIDA, Jacques; DUFOURMANTELLE, Anne. **Da hospitalidade**. Anne Dufourmantelle convida Derrida a falar da hospitalidade. Trad. Antonio Romane. São Paulo: Escuta, 2003.

DIOP, Majhemout; BIRMINGHAM, David; HRBEK, Ivan; MARGARIDO, Alfredo; NIANE, Djibril Tamsir. A África tropical e a África equatorial sob domínio francês, espanhol e português. In: MAZRUI, Ali A. (Org.). **História geral da África VIII: África desde 1935**. 2 ed. Brasília: UNESCO, 2010.

DUYVENDAK, Jan Willen. **The politics of home: belonging and nostalgia in Western Europe and The United States**. New York: Palgrave Macmillan.

ELIADE, Mircea. **Mito e Realidade**. Trad. Pola Civelli. São Paulo, Perspectiva, 1972.

\_\_\_\_\_. **O Sagrado e o Profano**, a essência das religiões. Trad. Rogério Fernandes. Lisboa: Livros do Brasil, [19--].

\_\_\_\_\_. **Tratado de História das Religiões**. Trad. Fernando Tomaz e Natália Nunes. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Trad. Enilce Alberguia Rocha; Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

\_\_\_\_\_. **Pele Negra Máscara Branca**. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Manuel. **No reino de Caliban II**: antologia panorâmica de poesia africana de expressão portuguesa. Vol. 2: Angola e São Tomé e Príncipe. 3. ed. Lisboa: Plátano, 1997.

FIGUEIREDO, Isabela. **Caderno de memórias coloniais**. 5. ed. Coimbra: Angelus Novus, 2011.

\_\_\_\_\_. **Um lugar onde nunca fui**. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2017/01/27/culturaipilon/noticia/um-lugar-onde-nunca-fui-1759449>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

FONSECA, Ana Sofia. **Angola, terra prometida**: a vida que os portugueses deixaram. 3 ed. Lisboa: A esfera dos livros, 2011.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

\_\_\_\_\_. O início da história e as lágrimas de Tucídides. In: \_\_\_\_\_. **Sete aulas sobre linguagem, memória e história**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

\_\_\_\_\_. Walter Benjamin ou obra aberta. In: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. V. I. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 2011a.

GARCIA, Rita. **Os que vieram de África**: o drama da nova vida das famílias chegadas do ultramar. Alfragide: Oficina do livro, 2012.

\_\_\_\_\_. **S.O.S. Angola**: os dias da ponte aérea. Alfragide: Oficina do livro, 2011.

GINSZBURG, Jaime. **Linguagem e trauma na escrita do testemunho**. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/conexaoletras/article/viewFile/55604/33808>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

GOMES, Angela Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: \_\_\_\_\_. (org.). **Escritas de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GUATTARI, Félix; ROLNINK, Sueli. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

HAESBEART, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_.; BRUCE, Glauco. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. **Revista Geographia**, n. 7, Niterói, 2002. Disponível em: <<http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/viewFile/74/72>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HEIDEGGER, Martin. “... poeticamente o homem habita ...”. In: \_\_\_\_\_. **Ensaio e conferências**. Trad. Emmanuel Carneiro Leão; Gilven Fogel; Márcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes 2002.

HEIMER, Fraz Wilhelm. **O processo de descolonização em Angola 1974-1976**: um ensaio de sociologia política. Trad. Maria João Carrilho; Adelino Torres. Lisboa: A regra do jogo, 1980.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo**: História, teoria, ficção. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

HUYSSSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente**: modernismos, artes visuais, políticas da memória. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2015.

\_\_\_\_\_. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídias. Trad. Sergio Alcides. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

ISAACMAN, Allen; VANSINA, Jan. Iniciativas e resistências africanas na África Central, 1880-1914. In: BOAHEN, Albert Adu (Org.). **História geral da África VII**: África sob a dominação colonial, 1880-1935. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010.

JEANNELLE, Jean-Louis. Posturas de si e nomes de gênero. In: NORONHA, Jovita Maria Gerhein; *et al.* **Disciplina, cânone**: continuidade e rupturas. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013.

LAPLANCHE, Jean; PONTIALIS, Jean-Bertrand. **Vocabulário da Psicanálise**. Trad. Pedro Tamen. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LARA, Alda. **Regresso**. Disponível em: <<https://ruadaconstituicao.blog/2015/03/11/alda-lara-preludio/>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Trad. Donald Nicholson-Smith. Oxford: Blackwell, 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas: São Paulo: Unicamp, 2006.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico**: de Rousseau à internet. Org. NORONHA, Jovita Maria Gerheim. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LÉONARD, Yves. O Império colonial salazarista. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (Orgs.). **História da Expansão Portuguesa**. 5 v. Lisboa: Temas e Debates, 2000.

\_\_\_\_\_. **Salazarismo e Fascismo**. Mem Martins: Inquérito, 1998.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. Trad. Chaim Samuel Katz e Eginardo Prires. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

LOURENÇO, Eduardo. **A nau de Ícaro e Imagem e miragem da lusofonia**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. **Do colonialismo como nosso impensado**. Prefácio de Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi. 2. ed. Lisboa: Gradiva, 2016.

\_\_\_\_\_. **Nós e a Europa ou as duas razões**. 4. ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1994.

\_\_\_\_\_. **O Fascismo nunca existiu**. Lisboa: Dom Quixote, 1976.

\_\_\_\_\_. **O labirinto da saudade: Psicanálise mítica do destino português**. 9. ed. Lisboa: Gradiva, 2013.

\_\_\_\_\_. **Portugal como destino seguido de Mitologia da Saudade**. 5. ed. Lisboa: Gradiva, 2012.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. Trad. Wanda Nogueira Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2005.

LUKÁCS, György. **O romance histórico**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

MACQUEEN, Norrie. **A descolonização da África Portuguesas: a revolução metropolitana e a dissolução do Império**. Mem Martins: Inquérito, 1998.

MAGALHÃES, Júlio. **Os Retornados: um amor nunca se esquece**. 19. ed. Lisboa: A esfera dos livros, 2013.

MARANDOLA JR., Eduardo. Lugar enquanto circunstancialidade. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Lívia. **Qual é o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. Trad. Lívia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2013.

MARGARIDO, Alfredo. A literatura e a consciência nacional. In: FREUDENTHAL, A; MAGALHÃES, R.; PEDRO, H.; PEREIRA, C. Veiga (Orgs.). **Antologias de poesia da Casa dos Estudantes do Império 1951-1963: Angola e São Tomé e Príncipe**. 2 v. Lisboa: ACEI, 1994.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade**. Trad. Hilda Pareto Maciel; Rogério Haesbaert. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

MEDINA, João. Elementos para um retrato da mentalidade salazarista. In: MEDINA, João. (Org.). **História Contemporânea de Portugal**. V.II, T. I. Lisboa: Amigos do livro editores, 1985.

MELLO, João Baptista Ferreira de. O triunfo do lugar sobre o espaço. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Lívia. **Qual é o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

MOISÉS, Massaud. **A Literatura Portuguesa**. 30. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

MURICY, Katia. **Alegorias da dialética: imagem e pensamento em Walter Benjamin**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.



NIETZSCHE, Friedrich. **Segunda consideração intempestiva**: da utilidade e desvantagem da história para a vida. Trad. Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

NORA, Pierre. **Rethinking France**: Les Lieux de Mémoire. Vol I: The State. Trad. Mary Trouille. Chicago: The University of Chicago Press, 2001.

PERALTA, Elsa. Retornar, ou traços de memória num tempo presente. In: PERALTA, Elsa; OLIVEIRA, Joana; GÓIS, Bruno (Coords.). **Retornar**. Traços de memória do fim do Império. Lisboa: Edições70.

PESSOA, Fernando. **Sobre Portugal**. Introdução ao problema nacional. Recolha de textos: Maria Isabel Rocheta e Maria Paula Morão. Intr. e Org. Joel Serrão. Lisboa: Ática, 1979.

PINTO, António Costa. **O Fim do Império Português**: A Cena Internacional, a Guerra Colonial e a Descolonização, 1961-1975. Lisboa: Livros Horizontes, 2001.

PIRES, Rui Pena. Contextos do repatriamento. In: ALMEIDA, Paula Cardoso. (org.). **Descolonização**: a solução – descolonizar. 8 v. Vila do Conde: Verso da História, 2015.

PORTUGAL. **Acto Colonial**. Decreto-Lei. nº 22:465/ 1933. Disponível em: <[http://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/acto\\_colonial.pdf](http://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/acto_colonial.pdf)>. Acesso em: 06 out. 2017.

\_\_\_\_\_. **Constituição**. 1933. Disponível em: <<http://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/Lei2048.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2017.

\_\_\_\_\_. **Estatuto dos indígenas portugueses das províncias das Guiné, Angola e Moçambique**. Decreto-Lei nº 39:666. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954.

\_\_\_\_\_. **Revisão Constitucional**. Decreto-Lei nº 2048/1951. Disponível em: <<http://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/Lei2048.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2017

PROENÇA, Maria Cândida. **Uma história concisa de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RELPH, Edward. **Place and Placelessness**. London: Pion, 2008.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência do lugar. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Lívia. **Qual é o espaço do lugar?**: geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2014.

RIBEIRO, Margarida Calafate. **África no feminino**: as mulheres portuguesas e a guerra colonial. Porto: Afrontamento, 2007.

\_\_\_\_\_. **Uma história de regressos**: Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo. Porto: Afrontamento, 2004.

RIBEIRO, Raquel. **Os retornados estão a abrir o baú.** Disponível em: <<http://www.buala.org/pt/a-ler/os-retornados-estao-a-abrir-o-bau>>. Acesso em: 15 mai. 2014.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento.** Trad. Alain François. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2010.

ROCHA, Everardo. **O que é mito?** Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/349047173/O-que-e-Mito-Everardo-Rocha-pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

SÁ, Victor. **Repensar Portugal:** reflexões sobre o colonialismo e a descolonização. Lisboa: Livros Horizontes, 1977.

SACK, Robert David. **Territorialidade humana:** sua teoria e história. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. Disponível em: <<https://docslide.com.br/documents/sack-robert-david-territorialidade-humana-sua-teoria-e-historia.html>>. Acesso: 23 abr. 2018.

SAID, Edward. **Orientalismo:** o Oriente como invenção do Ocidente. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, António de Almeida. **Quase memórias,** do colonialismo e da descolonização. Vol. I. Cruz Quebrada: Casa das letras, 2008.

\_\_\_\_\_. **Quase memórias,** do colonialismo e da descolonização. Vol. II. Cruz Quebrada: Casa das letras, 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território.** 3. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SARAIVA, José Hernano. **História Concisa de Portugal.** 25. ed. Mem Martins, Portugal: Publicações Europa-América, 2011.

SARLO, Beatriz. **O tempo passado:** cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Cia da Letras, Belo Horizonte: UFMG, 2007.

\_\_\_\_\_. **Tempo presente:** notas sobre a mudança de uma cultura. Trad. Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

SARTRE, Jean Paul. Prefácio. In: MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido do Retrato do colonizador.** Lisboa: Mondar, 1974.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Imaginar é difícil (porém necessário). In: ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas,** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Apresentação da questão: a literatura do trauma. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). **História, memória, literatura:** o testemunho na Era das Catástrofes. Campinas: Ed. Unicamp, 2013a.

\_\_\_\_\_. Narrar o trauma: A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, V. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.

\_\_\_\_\_. O Local do Testemunho. **Tempo e Argumento**. Revista do Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, V. 2, n. 1, p. 3-20, 2010.

\_\_\_\_\_. O testemunho: entre a ficção e o “real”. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). **História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes**. Campinas: Ed. Unicamp, 2013b.

\_\_\_\_\_. Testemunha e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. **Projeto História**, São Paulo, V. 30, p.71-98, 2005.

\_\_\_\_\_. **Testemunho da Shoah e literatura**. Disponível em: <[http://diversitas.fflch.usp.br/files/active/0/aula\\_8.pdf](http://diversitas.fflch.usp.br/files/active/0/aula_8.pdf)>. Acesso em: 23 ago. 2015.

SÉRGIO, António. António Sérgio comenta um discurso de Salazar. In: MEDINA, João. (Org.). **História Contemporânea de Portugal**. V.II, T. I. Lisboa: Amigos do livro editores, 1985.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goulart, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

TEIXEIRA, Rui de Azevedo. **A guerra e a literatura**. Lisboa: Vega, 2001.

TERKENLI, Theano S. Home as region. **Geographical Review**, vol. 85, n. 3, jul. 1995.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. Trad. Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2013.

\_\_\_\_\_. **Paisagem do medo**. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: UNESP, 2005.

\_\_\_\_\_. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Trad. Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012.

WINTER, Jay. A geração da memória: reflexões sobre o “boom da memória” nos estudos contemporâneos de história. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Palavra e imagem: memória e escritura**. Chapecó: Argos, 2006.